



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO**



**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
—— INSTITUCIONAL ——**

2024 a 2028



PLANO DE DESENVOLVIMENTO
— INSTITUCIONAL —

2024 - 2028

Dezembro | 2023
Cuiabá/MT

Aditamentos do PDI 2024-2028		
Alteração	Data	Documento
Inclusão dos programas de Nutrição, Alimentos e Metabolismo; Administração; Ciências Florestais e Ambientais; Tecnologia do Ambiente Construído e; Filosofia no Quadro 15, que trata de cursos de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> que poderão ser abertos no futuro.	08/01/2024	Resolução CONSUNI 163
Inclusão do curso de Engenharia de Agronegócios no Quadro 13, que trata de cursos de graduação que poderão ser abertos no futuro.	24/04/2024	Resolução CONSUNI 174

**Reitoria**

Evandro Aparecido Soares da Silva

Vice-Reitoria

Rosaline Rocha Lunardi

Pró-reitoria do *Campus* Universitário do Araguaia

Rodrigo Ferreira de Azevedo

Pró-reitoria do *Campus* Universitário de Sinop

Fábio José Lourenço

Pró-reitoria do *Campus* Universitário de Várzea Grande

Ilce de Oliveira de Campos

Pró-reitoria de Administração

Cendyi Aparecida Paes de Barros do Prado

Adriano Aparecido de Oliveira (até outubro de 2023)

Pró-reitoria de Assistência Estudantil

Taciana Mirna Sambrano

Lisiane Pereira de Jesus (até outubro de 2023)

Pró-reitoria de Cultura, Extensão e Vivência

Luis Fabricio Cirillo de Carvalho

Pró-reitoria de Ensino de Graduação

Adelmo Carvalho da Silva

Pró-reitoria de Ensino de Pós-graduação

Jackson Antonio Lamounier Camargos Resende

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

André Baptista Leite

Pró-reitoria de Pesquisa

Leandro Dênis Battirola

Pró-reitoria de Planejamento

Roberto Perillo Barbosa da Silva

Secretaria de Comunicação e Multimeios

Maria Selma Alves

Secretaria de Infraestrutura dos Campi

Cristiane Arielly Crispim Martins

Secretaria de Relações Internacionais

Lucas Oliveira de Sousa

Secretaria de Tecnologia da Informação

Jean Caminha

Secretaria de Tecnologia Educacional

Alexandre Martins dos Anjos

Escritório de Projetos e Processos

Thiago Meirelles Ventura

Escritório de Inovação Tecnológica

Raoni Florentino da Silva Teixeira

Superintendência do Hospital Universitário Júlio Müller

Maria de Fátima de Carvalho Ferreira

Comissão Conjunta CONSEPE/CONSUNI do PDI 2024-2028

Marcus Silva da Cruz – CONSUNI (Presidente)

Cendyi Aparecida Paes de Barros do Prado – CONSUNI

Léia de Souza Oliveira – CONSUNI

Diogo Henrique Duarte Bezerra – CONSUNI

Thayron Crystian Hortences de Moraes – CONSEPE

Vinicius Santos Fernandes – CONSEPE

Wladimir Colman de Azevedo Júnior – CONSEPE

Roberto Perillo Barbosa da Silva – PROPLAN

Fábio José Lourenço – PROCUS

Ilce de Oliveira de Campos – PROCUVG

Rodrigo Ferreira de Azevedo – PROCUA

Grupo de Trabalho Técnico do PDI 2024-2028

Roberto Perillo Barbosa da Silva – PROPLAN (Presidente)

Fábio de Moraes Quito – PROPLAN

Josiane de Oliveira Lobato – PROPLAN

Rubiane Prado Schoenherr – PROPLAN

Sidney Ferreira da Costa – PROPLAN

Stefânia Graciano Oliveira Campos – PROPLAN

Adelmo Carvalho da Silva – PROEG

Adriano Aparecido de Oliveira – PROADI

Alexandre Martins dos Anjos – SETEC

André Baptista Leite – PROGEP

Fábio José Lourenço – PROCUS

Ilce de Oliveira de Campos – PROCUVG

Jackson Antonio Lamounier Camargos Resende – PROPG

Jean Caminha – STI

Leandro Dênis Battirola – PROPEq

Lisiane Pereira de Jesus – PRAE

Lucas Oliveira de Sousa – SECRI

Luis Fabricio Cirillo de Carvalho – PROCEV

Maria Selma Alves – SECOMM

Raoni Florentino da Silva Teixeira – EIT

Rodrigo Ferreira de Azevedo – PROCUA

Thiago Meirelles Ventura – EPP

LISTA DE SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABPMP	<i>Association of Business Process Management Professionals</i>
AMN	Associação Mercosul de Normalização
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
APCN	Avaliação de Propostas de Cursos Novos
ARI	Assessoria de Relações Internacionais
ARP	Ata de Registro de Preços
AUDIN	Auditoria Interna
AULP	Associação de Universidades da Língua Portuguesa
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BBB	<i>Big Blue Button</i>
BCT	Bacharelado em Ciência e Tecnologia
BDM	Biblioteca Digital de Trabalhos de Curso e Monografias de Especialização
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BPEq	Banco de Professor Equivalente
BPM	<i>Business Process Management</i>
CACS	Coordenação de Aquisições e Contratos de Serviços
CAFe	Comunidade Acadêmica Federada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAT	Curso de Aperfeiçoamento para Tutores em Educação a Distância
CBOK	<i>Common Body of Knowledge</i>
CD	Conselho Diretor
CDH	Coordenação de Desenvolvimento Humano
CEG	Coordenação de Ensino de Graduação
CEMPAS	Centro de Medicina e Pesquisa em Animais Silvestres
CERNE	Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos
CEU	Casa do Estudante Universitário
CF	Constituição Federal
CFD	Coordenação de Formação Docente
CGACGIES	Coordenação-Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior
CGC	Coordenação de Gestão de Contratações
CGD	Comitê de Governança Digital

CGGRC	Comitê Gestor de Governança, Riscos e Controles
CGPE	Comitê Gestor de Projetos Estratégicos
CGU	Controladoria-Geral da União
CIESUD	Congresso Internacional de Educação Superior a Distância
CISSP	Comissão Interna de Saúde do Servidor Público
CLAA	Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI	Conselho Universitário
COT	Centro Olímpico de Treinamento
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CPO	Coordenação de Planejamento e Orçamento
CUA	<i>Campus</i> Universitário do Araguaia
CUC	<i>Campus</i> Universitário de Cuiabá
CUS	<i>Campus</i> Universitário de Sinop
CUVG	<i>Campus</i> Universitário de Várzea Grande
DAES	Diretoria de Avaliação da Educação Superior
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DE	Dedicação Exclusiva
DED	Diretoria de Educação a Distância
DNS	<i>Domain Name System</i>
DOU	Diário Oficial da União
DS	Desenvolvimento Sustentável
EaD	Educação a Distância
EGD	Estratégia de Governo Digital
EIT	Escritório de Inovação Tecnológica
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
EPC	Equipamento de Proteção Coletiva
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EPP	Escritório de Projetos e Processos
ESUD	Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância
FAAZ	Faculdade de Agronomia e Zootecnia
FACC	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
FAEN	Faculdade de Enfermagem
FAENG	Faculdade de Engenharia
FAET	Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia

FAGEO	Faculdade de Geociências
FANUT	Faculdade de Nutrição
FAUBAI	Associação Brasileira de Educação Internacional
FAVET	Faculdade de Medicina Veterinária
FCA	Faculdade de Comunicação e Artes
FD	Faculdade de Direito
FE	Faculdade de Economia
FEF	Faculdade de Educação Física
FENF	Faculdade de Engenharia Florestal
FM	Faculdade de Medicina
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
FUFMT	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
GAQ	Gerência de Aquisições
GCC	Gerência de Contratos e Convênios
GCUB	Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras
GEMOB	Gerência de Estágio e Mobilidade Acadêmica
GNPP	Gerência de Normas e Projetos Pedagógicos
GO	Goiás
GR	Gabinete da Reitoria
GTIP	Grupo de Trabalho Interinstitucional de Pesquisa
HUJM	Hospital Universitário Júlio Müller
IB	Instituto de Biociências
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Instituto de Computação
ICAA	Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais
ICBS	Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde
ICDE	Conselho Internacional de Educação Aberta e a Distância
ICET	Instituto de Ciências Exatas e da Terra
ICHS	Instituto de Ciências Humanas e Sociais
ICNHS	Instituto de Ciências Naturais, Humanas e Sociais
ICPEdu	Infraestrutura de Chaves Públicas para Ensino e Pesquisa
ICS	Instituto de Ciências da Saúde
IE	Instituto de Educação
IES	Instituição de Ensino Superior
IF	Instituto de Física
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior

IFMT	Instituto Federal de Mato Grosso
IGC	Índice Geral de Cursos
iGG	Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas
IGHD	Instituto de Geografia, História e Documentação
IL	Instituto de Linguagens
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IoT	Internet das Coisas
IP	<i>Internet Protocol</i>
IPES	Instituições Públicas de Ensino Superior
ISC	Instituto de Saúde Coletiva
IsF	Idiomas sem Fronteiras
LAI	Laboratório de Acessibilidade Informacional
LAUFMT	Liga das Atléticas da UFMT
LC	Lei Complementar
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais/Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e Mais
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
LND	Levantamento de Necessidades de Desenvolvimento
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
ME	Ministério da Economia
MEC	Ministério da Educação
MOOC	<i>Massive Open Online Course</i>
MPF	Ministério Público Federal
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
MTU	Associação Matogrossense dos Transportadores Urbanos
NAI	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão
NBR	Normas Técnicas Brasileiras
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NEAD	Núcleo de Educação Aberta e a Distância
NURIMAT	Núcleo de Relações Internacionais do Estado de Mato Grosso
NUTEC	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Inovação em Tecnologia Educativa
OCC	Orçamento de Outros Custeios e Capital
ONU	Organização das Nações Unidas

OUI	Organização Universitária Interamericana
PAC	Plano Anual de Contratações
PAI	Programa de Acolhimento Imediato
PBP	Programa de Bolsa Permanência
PcD	Pessoa com Deficiência
PCMSO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDP	Plano de Desenvolvimento de Pessoas
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PELC	Programa Esporte e Lazer da Cidade
PET	Programa de Educação Tutorial
PETI	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PGC	Programa de Gerenciamento de Compras
PGR	Plano de Gerenciamento de Riscos
PIA	Plano Individual de Atividades
PIACE	Programa Institucional de Acompanhamento do Egresso
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIC-AF	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica em Ações Afirmativas
PIBIC-EM	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para Ensino Médio
PIBID	Programa de Bolsa de Iniciação à Docência
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PII	Plano Institucional de Internacionalização
PIPe	Política Institucional de Pesquisa
PLS	Plano de Logística Sustentável
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNDP	Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas
PNE	Plano Nacional de Educação
PNIPE	Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPGE	Programa de Pós-graduação em Educação
PPPI	Projeto Político-Pedagógico Institucional
PQSTAE	Programa de Qualificação dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação

PRAE	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil
PROADI	Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura
PROCEV	Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência
PROCUA	Pró-Reitoria do <i>Campus</i> Universitário do Araguaia
PROCUS	Pró-Reitoria do <i>Campus</i> Universitário de Sinop
PROCUVG	Pró-Reitoria do <i>Campus</i> Universitário de Várzea Grande
PROEG	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PROFNIT	Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROIND	Programa de Inclusão Indígena
PROINQ	Programa de Inclusão Quilombola
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROPEQ	Pró-Reitoria de Pesquisa
PROPG	Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
PRP	Programa de Residência Pedagógica
PSE	Processo Seletivo Específico
PTD	Planos de Transformação Digital
QRSTA	Quadro de Referência de Servidores Técnicos Administrativos
REA	Relatório Eletrônico Anual de Atividades
RECONAL	Rede de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação das Regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil e América Latina
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RI	Repositório Institucional
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RU	Restaurante Universitário
SAE	Supervisão de Assistência Estudantil
SC	Sustentabilidade Corporativa
SECOMM	Secretaria de Comunicação e Mídias
SECRI	Secretaria de Relações Internacionais
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SEM	Sessão da Equipe Multiprofissional
SESU	Secretaria de Educação Superior
SETEC	Secretaria de Tecnologia Educacional
SFC	Sistema de Fichas Catalográficas
SGB	Sistema de Gerenciamento de Bolsas

SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
SGPL	Sistema de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>
SGPP	Sistema de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa
SGR	Subcomitê de Gestão de Riscos
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIASG	Sistema de Integrado de Administração e Serviços Gerais
SIEX	Sistema de Extensão
SIGA	Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo
SIGED	Sistema de Gestão de Educação a Distância
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIORG	Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
SIPG	Sistema de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>
SISDIP	Sistema de Dimensionamento de Pessoas
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SLA	Acordo do Nível de Serviço
SPP	Supervisão de Planejamento e Provimento
SSL	<i>Secure Sockets Layer</i>
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats</i>
TAE	Técnico Administrativo em Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCU	Tribunal de Contas da União
TD	Tecnologias Digitais
TDIC	Tecnologia Digital da Informação e da Comunicação
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e da Comunicação
TIL	Sessão dos Tradutores Intérpretes de Libras
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UAJ	Universidade Aberta do Japão
UDUAL	União de Universidades da América Latina e Caribe
UF	Unidade da Federação
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFR	Universidade Federal de Rondonópolis
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UniRede	Associação Universidade em Rede
URL	<i>Uniform Resource Locator</i>
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
VIC	Programa Institucional de Voluntariado de Iniciação Científica
VPN	<i>Virtual Private Network</i>

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1 . Alterações nos objetivos e metas do PDI 2019-2023 com a revisão de 2021	23
Figura 2 . Vista aérea da UFMT 1975	28
Figura 3 . Vista aérea da UFMT 2023	28
Figura 4 . Vista aérea do <i>Campus</i> Universitário do Araguaia (Unidade I – Pontal do Araguaia)	29
Figura 5 . Vista aérea do <i>Campus</i> Universitário do Araguaia (Unidade II - Barra do Garças).....	29
Figura 6 . Hospital Universitário Júlio Müller	29
Figura 7 . Vista aérea do <i>Campus</i> Universitário de Sinop	30
Figura 8 . Vista aérea das obras de Construção do <i>Campus</i> Universitário de Várzea Grande.....	31
Figura 9 . Vista aérea das obras de Construção do novo Hospital Universitário Júlio Müller.....	32
Figura 10 . Cadeia de Valor da UFMT	40
Figura 11 . Mapa Estratégico da UFMT - 2024-2028.....	41
Figura 12 . Organograma Sintético – Resolução CD N° 28, de 25 de março de 2022	184

Gráficos

Gráfico 1 . Percentual de execução das metas do PDI no período de 2019 a 2022	25
Gráfico 2 . Quantitativo de cursos por <i>campus</i> (2019 a 2021)	33
Gráfico 3 . Evolução do Orçamento da UFMT – 2013 a 2023.....	247
Gráfico 4 . Evolução do Orçamento de Investimento (Em Mil Reais) – 2013-2023	248
Gráfico 5 . Evolução do Orçamento de Custeio (Em Mil Reais) – 2013-2023	248
Gráfico 6 . Evolução do Orçamento de Pessoal e Encargos (Em Mil Reais) – 2013-2023	249

Quadros

Quadro 1 . Visão geral da execução das metas do PDI no período de 2019 a 2022	24
Quadro 2 . População universitária (2022).....	33
Quadro 3 . Cursos de graduação ofertados na modalidade presencial	46
Quadro 4 . Cursos de graduação ofertados na modalidade a distância.....	49
Quadro 5 . Cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	51
Quadro 6 . Relação dos temas e eixos dos Instrumentos de Sustentabilidade	94
Quadro 7 . Oferta de cursos de graduação e pós-graduação a distância - UAB. 100	

Quadro 8 . Oferta do curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BCT) – UFMT	100
Quadro 9 . Objetivos, indicadores e metas do Eixo Ensino	126
Quadro 10 . Objetivos, indicadores e metas do Eixo Pesquisa e Inovação	128
Quadro 11 . Objetivos, indicadores e metas do Eixo Extensão	129
Quadro 12 . Objetivos, indicadores e metas do Eixo Gestão.....	130
Quadro 13 . Cursos de graduação presencial que poderão ser abertos no futuro	159
Quadro 14 . Cursos de graduação a distância que poderão ser abertos no futuro	160
Quadro 15 . Cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> que poderão ser abertos no futuro.....	161
Quadro 16 . Cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> que poderão ser abertos no futuro.....	162
Quadro 17 . Evolução do quadro permanente de docentes por titulação (2020 a 2022)	166
Quadro 18 . Evolução do quadro permanente de docentes por regime de trabalho (2020 a 2022)	166
Quadro 19 . Evolução do quadro permanente de docentes por classe (2020 a 2022)	166
Quadro 20 . A ampliação do Corpo Docente	170
Quadro 21 . Evolução do quadro de servidores técnico-administrativos por classe (2020 a 2022)	171
Quadro 22 . Evolução do quadro de servidores técnico-administrativos por regime de trabalho (2020 a 2022).....	171
Quadro 23 . Regime de trabalho	173
Quadro 24 . Evolução do quadro de docentes que atuaram em cada ano, nos cursos de graduação EaD, considerando a última titulação.....	174
Quadro 25 . Evolução do quadro de docentes que atuaram em cada ano, nos cursos de pós-graduação - EaD - lato sensu financiados pelo sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a última titulação	174
Quadro 26 . Quantidade de bolsistas que atuaram como professor formador, conteudista e tutor em cursos de graduação e pós-graduação 2020-2022	175
Quadro 27 . Requisitos de titulação e experiência do corpo docente da EaD	177
Quadro 28 . Requisitos de titulação e experiência dos tutores da EaD	177
Quadro 29 . Atributos dos estudantes ingressantes da graduação presencial (2020 -2022).....	181
Quadro 30 . Infraestrutura física da UFMT.....	210
Quadro 31 . Laboratórios da UFMT.....	211
Quadro 32 . Estatísticas gerais das bibliotecas da UFMT – 2022.....	218
Quadro 33 . Acervo das bases de dados de acesso restrito – 2022.....	219
Quadro 34 . Processo de aquisição de materiais bibliográficos	227
Quadro 35 . Total de respondentes ao questionário de autoavaliação institucional	244

SUMÁRIO

1	Apresentação	14
2	Metodologia	16
3	Documentos de referência.....	19
4	Resultados do PDI anterior	21
5	Perfil institucional.....	28
5.1	Breve histórico da Universidade Federal de Mato Grosso	28
5.2	Inserção regional	34
5.3	Missão	35
5.4	Visão	35
5.5	Valores	36
5.6	Cadeia de Valor	38
5.7	Mapa Estratégico	40
5.8	Áreas de atuação acadêmica	41
5.9	Responsabilidade Social da IES	42
6	Organização didático-pedagógica da instituição	46
6.1	Oferta de Cursos	46
6.2	Articulação entre as Modalidades Presencial e a Distância	52
6.3	Acompanhamento e avaliação do planejamento e execução do trabalho docente.....	53
6.4	Incorporação de recursos tecnológicos	54
6.5	Parâmetros para elaboração dos currículos e seleção de conteúdos.....	55
6.6	Políticas/normatização para estágio supervisionado.....	56
7	Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI).....	57
7.1	Políticas de Ensino.....	57
7.1.1	<i>Ensino de Graduação.....</i>	<i>57</i>
7.1.2	<i>Ensino de Pós-Graduação.....</i>	<i>61</i>
7.2	Políticas de Extensão	63
7.3	Políticas de Pesquisa	68
7.4	Políticas de Governança e Gestão	74
7.5	Política de Assistência Estudantil.....	80
7.6	Política de Internacionalização.....	82
7.7	Política de Comunicação.....	87
7.8	Política de Sustentabilidade.....	89
8	Política de oferta de educação a distância na UFMT	96
8.1	Contextualização histórica e abrangência geográfica.....	96
8.2	Relação de polos de educação a distância previstos para a vigência do PDI	98

8.3	Infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de educação a distância, em consonância com os cursos a serem ofertados	101
8.4	Descrição das metodologias e das tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos	104
8.5	Previsão da capacidade de atendimento do público-alvo.....	106
8.6	Política de capacitação e formação continuada do corpo de profissionais que atuam na EaD	107
9	Políticas de atendimento aos discentes	109
9.1	Assistência Estudantil	109
9.2	Programas de apoio pedagógico e financeiro (bolsas)	116
9.3	Cultura, Extensão e Vivência	120
9.4	Iniciação Científica.....	121
9.5	Organizações Estudantis	122
9.6	Acompanhamento de Egressos	123
10	Objetivos, Metas e Estratégias.....	125
10.1	Objetivos, Indicadores e Metas	126
10.2	Plano de Estratégias	132
11	Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e dos cursos	158
11.1	Cursos que Poderão ser Abertos no Futuro.....	158
11.2	Proposição de criação de novos institutos e faculdades.....	165
11.3	Previsão de abertura de <i>campi</i> fora de sede e polos de educação a distância	165
11.4	Previsão para criação de novos cursos	165
12	Perfil do corpo docente	166
12.1	Composição	166
12.2	Plano de carreira	167
12.3	Critérios de seleção e contratação	168
12.4	Incorporação de professores com experiência em áreas estratégicas .	168
12.5	Procedimentos para substituição (definitiva e eventual) dos professores do quadro.....	169
12.6	Cronograma e plano de expansão do corpo docente.....	170
13	Perfil do corpo técnico administrativo	171
13.1	Composição	171
13.2	Plano de carreira	171
13.3	Critérios de seleção e contratação	172
13.4	Cronograma e plano de expansão do corpo técnico-administrativo	173
14	Perfil do corpo docente e de tutores de educação a distância.....	174

14.1	Composição	174
14.2	Regime de trabalho.....	175
14.3	Plano de carreira	176
14.4	Critérios de seleção e contratação de docentes e tutores	177
14.5	Procedimentos para substituição (definitiva e eventual) dos professores e tutores de educação a distância	177
14.6	Cronograma e plano de expansão do corpo docente e de tutores de educação a distância	178
14.7	Incorporação de professores com experiência em áreas estratégicas ..	178
15	Perfil do corpo docente.....	181
16	Organização administrativa da IES	184
16.1	Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico.....	184
16.2	Órgãos Colegiados	184
16.2.1	<i>Conselhos Superiores.....</i>	<i>184</i>
16.2.2	<i>Gestão Acadêmica de Nível Intermediário.....</i>	<i>187</i>
16.2.3	<i>Gestão Acadêmica de Nível Básico.....</i>	<i>187</i>
16.3	Estrutura Administrativa	188
16.4	Estrutura Acadêmica	191
16.5	Identificação das formas de participação dos professores, técnicos administrativos e estudantes, nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos.....	191
16.6	Das ações de transparência e divulgação de informações da instituição e das eventuais parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições	193
17	Catálogo de serviços de tecnologia da informação	197
18	Projeto de acervo acadêmico em meio digital	203
18.1	Apresentação	203
18.2	Histórico	203
18.3	Estimativa de documentação passiva	206
18.4	Política Proposta.....	206
18.5	Cronograma de Implantação	208
18.6	Resultados Esperados	209
19	Infraestrutura.....	210
19.1	Infraestrutura física	210
19.2	Laboratórios	210
19.3	Bibliotecas.....	217
19.3.1	<i>Acervos bibliográficos.....</i>	<i>217</i>
19.3.2	<i>Acervos Digitais.....</i>	<i>218</i>
19.3.3	<i>Expansão e Atualização do Acervo.....</i>	<i>221</i>
19.3.4	<i>Biblioteca Central – Campús Cuiabá.....</i>	<i>231</i>

19.3.5	<i>Biblioteca Regional de Várzea Grande</i>	232
19.3.6	<i>Biblioteca Regional de Araguaia</i>	233
19.3.7	<i>Biblioteca Regional de Sinop</i>	234
19.4	Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a pessoas com deficiência	235
20	Avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional	240
20.1	Autoavaliação institucional	240
21	Aspectos financeiros e orçamentários	246
21.1	Demonstração da sustentabilidade financeira, incluindo os programas de expansão previstos no PDI	246
22	Processo de monitoramento, controle e revisão do PDI	251
23	Conclusão	252
24	Referências	253

1 Apresentação

A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) tem como missão formar cidadãos, qualificar profissionais, produzir conhecimentos e inovações conectados com a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um instrumento fundamental de planejamento para que nossa instituição possa enfrentar os desafios e cumprir com qualidade e excelência suas ações e atribuições, reforçando sua vocação.

Voltada para a construção do desenvolvimento sustentável, a UFMT é referência em ensino, pesquisa, extensão e inovação, principalmente por meio da execução de ações inovadoras e articuladas às potencialidades humanas, à integração com as políticas públicas e na interação e cooperação com entidades públicas e privadas de diferentes esferas administrativas e da sociedade organizada.

Elaborado a partir de um amplo processo democrático e participativo, prática comum desta Administração Superior, o PDI 2024-2028 oportunizou o envolvimento da comunidade interna e externa. Nesse sentido, a comunidade acadêmica, segmentos da sociedade civil organizada e movimentos sociais atuaram de forma efetiva no processo de construção do plano para os próximos cinco anos, alicerçado em seus princípios, missão, visão, diretrizes e objetivos; e pautado nas demandas da comunidade universitária e da população mato-grossense.

O PDI da UFMT está alinhado às políticas institucionais integrantes do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI), distribuídas nos eixos de Ensino, que envolve a graduação e a pós-graduação, de Pesquisa e Inovação; de Extensão e de Gestão, definidos estrategicamente por indicadores, objetivos e metas alcançáveis para o período de 2024 a 2028.

Visando compreender o que a instituição significa e pode gerar de valor para a comunidade universitária e sociedade, o PDI 2024-2028 traz a cadeia de valor da UFMT, por meio de uma visão sistêmica quanto ao funcionamento da organização, a partir de três macroprocessos primários: Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento e Extensão.

Deste modo e afim de que atenda às metas operacionais, financeiras e regulatórias, os macroprocessos de gerenciamento foram divididos em quatro dimensões: Gestão de Riscos e Conformidades; Gestão da Comunicação; Gestão de Relacionamentos Institucionais; e Gestão de Governança e Estratégia. Já os macroprocessos de suporte foram divididos em: Gestão de Pessoas; Gestão de Tecnologia da Informação; Gestão de Assistência Estudantil; Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil; Gestão de Logística, Materiais e Patrimônio; e Gestão da Inovação.

Os efeitos práticos desse trabalho, e a partir das demandas da sociedade, resultarão em profissionais qualificados, conhecimento e inovação, ações culturais e desenvolvimento regional e nacional.

Evandro Aparecido Soares da Silva
Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso

2 Metodologia

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028 da Universidade Federal de Mato Grosso não empregou uma metodologia única, baseando-se em alguns aspectos de metodologias consolidadas de planejamento estratégico, experiências anteriores da própria UFMT, modelos de outras universidades e normas externas.

Esse processo contou com duas frentes de trabalho distintas, porém convergentes. Primeiramente, foi formado um Grupo de Trabalho Técnico – Portaria Reitoria-UFMT nº 619, de 21 de outubro de 2022, composto pelos gestores das unidades administrativas (Pró-Reitores, Secretários e Diretores de Escritórios). Junto à Reitoria, esse grupo teve a função de atualizar o referencial estratégico, propor as políticas que orientarão as ações institucionais durante a vigência do Plano, bem como os objetivos estratégicos e seus respectivos indicadores e metas, entre outros elementos que integram este PDI.

Paralelamente, foi designada uma Comissão Mista com representantes dos segmentos docente, discente e técnico-administrativo do Conselho Universitário (CONSUNI) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) – Decisão CONSUNI-UFMT nº 30/2022 e Decisão CONSEPE-UFMT nº 58/2022, além dos Pró-Reitores dos *campi* fora de sede e do Pró-Reitor de Planejamento, com o objetivo de acompanhar e avaliar os trabalhos elaborados pelo grupo técnico.

Os trabalhos tiveram início com as discussões sobre o referencial estratégico, resultando na atualização da missão, visão e valores da instituição. Além disso, foi elaborada a Matriz SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*), visando identificar as forças e fraquezas da universidade, assim como as oportunidades e ameaças do ambiente externo. Esse diagnóstico possibilitou conhecer a situação atual da instituição, embasando o desenvolvimento das estratégias para os próximos anos. Nesta primeira etapa, também foi atualizada a Cadeia de Valor da UFMT, instrumento que demonstra o valor gerado à sociedade, a partir das entradas, por meio dos macroprocessos desenvolvidos pela instituição. Após finalizados, esses elementos foram discutidos e validados pela Comissão Mista CONSEPE/CONSUNI.

Visando uma maior participação da comunidade na construção do PDI, foi realizada uma audiência pública virtual, visando conferir ampla divulgação ao processo, e na sequência, foi disponibilizada uma consulta pública, oportunizando a participação da comunidade universitária e da sociedade no levantamento dos macrotemas prioritários que nortearam a construção do Plano.

A partir do diagnóstico da situação atual e do resultado da consulta pública, e ainda considerando as políticas nacionais estabelecidas para cada área, as unidades administrativas elaboraram as proposições de políticas para compor o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI), as quais foram então analisadas, compiladas e complementadas pela Comissão Mista.

Ao mesmo tempo, foram realizadas reuniões presenciais entre a Comissão Mista, Reitoria e Pró-Reitoria de Planejamento, com representantes de órgãos externos, subdivididos da seguinte forma: setor público; sociedade civil organizada; e indústria, comércio e agropecuária. O objetivo dessas audiências foi compreender as demandas desses setores, bem como a sua percepção em relação à universidade, de forma a refletir os pontos de melhoria no planejamento estratégico. Os encontros contaram com a participação de membros das Secretarias Municipais de Educação de Cuiabá e Várzea Grande, Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Conselho Regional de Medicina, União Nacional dos Estudantes, Sindicatos, Sistema S, entre outros.

Posteriormente, o grupo técnico elaborou os objetivos, indicadores e metas para os próximos cinco anos, nos seguintes eixos temáticos: Ensino; Pesquisa e Inovação; Extensão; e Gestão. Esses objetivos, indicadores e metas foram intensamente debatidos junto à Comissão Mista, buscando-se um equilíbrio entre as necessidades institucionais de expansão e consolidação e as possibilidades do cenário atual. A partir desses elementos, e também da missão, da visão e dos valores, foi possível construir o Mapa Estratégico da UFMT.

Simultaneamente, a área acadêmica realizou o levantamento dos cursos de graduação e pós-graduação que pretendem propor no período de 2024 a 2028. Essas proposições foram discutidas e aprovadas nas instâncias deliberativas das unidades acadêmicas e encaminhadas ao grupo técnico para consolidação.

Com o propósito de democratizar a participação na elaboração do PDI, foi realizada uma nova consulta pública, buscando captar as sugestões da comunidade ao documento base, com foco em três seções estruturais do documento: o Projeto Político Pedagógico Institucional, o quadro de Objetivos, Indicadores e Metas, e o Plano de Estratégias. Nesta fase, foram recebidas mais de setenta contribuições.

Foram, ainda, realizadas audiências públicas presenciais em todos os *campi*, com o intuito de conhecer as principais demandas dos diferentes segmentos da comunidade universitária em relação ao planejamento estratégico. As sugestões recebidas por meio da consulta e das audiências públicas foram analisadas de forma conjunta pela comissão mista e pelo grupo de trabalho técnico quanto à sua viabilidade e pertinência, e quando possível, incorporadas ao plano.

Nesta fase, também foi realizada mais uma reunião com entidades externas, visando dar um retorno quanto ao processo de construção, composição e conteúdo do PDI UFMT 2024-2028, sobretudo àquelas entidades que colaboraram na primeira rodada de reuniões.

Por fim, o documento final foi submetido ao CONSEPE e ao CONSUNI para deliberação e aprovação.

3 Documentos de referência

A Universidade Federal de Mato Grosso, para elaboração do seu Plano de Desenvolvimento Institucional, baseou-se em normativos e documentos internos e externos, conforme relacionado a seguir:

- a) Legislações federais e outros documentos orientativos externos
- Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;
 - Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre a elaboração, avaliação e revisão do planejamento estratégico institucional dos órgãos e das entidades da administração pública federal integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG);
 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996);
 - Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014;
 - Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024;
 - Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
 - Plano Plurianual 2020-2023;
 - Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2021-2030;
 - Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
 - Plano Nacional de Cultura (PNC);
 - Política Nacional de Extensão;
 - Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP);
 - Plano de carreira dos professores do magistério superior, regido pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012;

- Plano de carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação, discriminado na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 e Decreto nº 5.824, de 29 de junho de 2006;
- Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, que estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005;
- Instrumento de Avaliação Institucional Externa, que subsidia os atos de credenciamento e transformação de organização acadêmica;
- Documento de Referência para Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, elaborado pelo Grupo de Trabalho FORPDI, do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração;
- Agenda 2030 da ONU e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável;
- Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P);
- PDIs de outras Universidades.

b) Normativos e documentos internos

- Política de Gestão de Riscos – Resolução CONSUNI nº 24, de 12 de dezembro de 2018;
- Política de Internacionalização – Resolução CONSEPE nº 195, de 29 de novembro de 2021;
- Política de Assistência Estudantil – Resolução CONSUNI nº 74, de 29 de junho de 2022;
- Política de Comunicação – Resolução CONSUNI nº 82, de 01 de agosto de 2022;
- Política Institucional de Pesquisa (PIPe/UFMT) – Resolução CONSEPE-UFMT, nº 338 de 24 de abril de 2023;
- Plano de Logística Sustentável da UFMT;
- Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da UFMT;
- PDI da UFMT 2019-2023.

4 Resultados do PDI anterior

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 da Universidade Federal de Mato Grosso foi o documento que, ao longo de sua vigência, estabeleceu as diretrizes norteadoras das ações institucionais no âmbito estratégico. O Plano foi elaborado por meio de um processo democrático, oportunizando a participação da comunidade interna e externa, sendo aprovado pelo Conselho Universitário, por meio da Resolução CONSUNI nº 14, de 28 de junho de 2019.

O PDI 2019-2023 foi organizado em quatro eixos, alinhados às políticas institucionais integrantes do Projeto Político-Pedagógico, sendo eles: Ensino, contemplando a graduação e a pós-graduação; Pesquisa e Inovação; Extensão; e Gestão. Optou-se por essa estrutura com o objetivo de fortalecer as áreas finalísticas da universidade, bem como aprimorar a governança institucional. Tais eixos foram mantidos no PDI 2024-2028.

Enquanto instrumento de planejamento, o PDI 2019-2023 buscou estabelecer metas mensuráveis por meio de indicadores, com prazos e responsáveis definidos, possibilitando seu monitoramento periódico, tendo em vista acompanhar o cumprimento das metas e possibilitar os ajustes necessários para o alcance dos resultados, bem como atender à determinação contida na Instrução Normativa ME nº 24/2020, que prevê o monitoramento sistemático do planejamento estratégico pelos comitês internos de governança, no mínimo a cada trimestre. Esses levantamentos encontram-se disponíveis para consulta no site de [Transparência e Prestação de Contas da UFMT](#).

No ano de 2021, o PDI passou por duas revisões: a primeira foi realizada para atender aos indicadores do credenciamento institucional, e aprovada pelo Conselho Universitário, conforme Resolução CONSUNI nº 29, de 10 de março de 2021.

Já a segunda revisão teve um caráter mais estrutural, e foi realizada com o objetivo de tornar o plano mais estratégico e alinhado às demandas institucionais. Além disso, a atualização possibilitou dar mais ênfase na melhoria dos indicadores de qualidade acadêmica e de governança. Desde a elaboração do documento, já estava prevista uma revisão após dois anos

de vigência, tendo em vista a dinamicidade do planejamento e a necessidade de adequação aos diferentes momentos conjunturais.

O processo de revisão se deu em três etapas: inicialmente, a comunidade acadêmica foi consultada para estabelecer os grandes temas que norteariam a atualização do documento; na segunda fase, as unidades administrativas revisaram as políticas, bem como os objetivos, indicadores e metas, a partir dos grandes temas demandados pela comunidade; por fim, foi realizada uma consulta pública, propiciando a todos a possibilidade de contribuir com a revisão do PDI. Vale lembrar que este processo não se tratou da construção de um novo PDI, mas apenas da reavaliação do documento vigente, visando promover as alterações consideradas necessárias para aproximá-lo da realidade e demandas atuais. O documento final foi aprovado pelo Conselho Universitário em 15 de dezembro de 2021, por meio da Resolução CONSUNI nº 52/2021.

Houve mudanças substanciais no plano, com a redução de objetivos, indicadores e metas, que, no entanto, contemplaram todas as demandas contidas no documento anterior, porém com características mais estratégicas. Essa nova configuração passou a ter vigência em 2022. A figura 1 apresenta um comparativo entre a estrutura anterior e a nova estrutura do planejamento estratégico da universidade.

Figura 1 . Alterações nos objetivos e metas do PDI 2019-2023 com a revisão de 2021

MISSÃO	Formar e qualificar profissionais nas diferentes áreas, produzir conhecimentos e inovações tecnológicas e científicas que contribuam significativamente para o desenvolvimento regional e nacional.							
VISÃO	Tornar-se referência nacional e internacional como instituição multicampi de qualidade acadêmica, consolidando-se como marco de referência para o Desenvolvimento sustentável da região central da América do Sul, na confluência da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal.							
EIXO	Ensino		Pesquisa e Inovação		Extensão		Gestão	
	Vigente até 12/2021	PDI Revisado	Vigente até 12/2021	PDI Revisado	Vigente até 12/2021	PDI Revisado	Vigente até 12/2021	PDI Revisado
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	<ol style="list-style-type: none"> Melhorar a qualidade do ensino de graduação; Ampliar a oferta de egressos no mundo do trabalho; Cooperar para melhoria da qualidade do ensino fundamental e médio no Estado; Consolidar a pós-graduação da UFMT nos diferentes campi; Internacionalizar e integrar a pós-graduação; Aumentar a inclusão na pós-graduação. 		<ol style="list-style-type: none"> Estimular a pesquisa e a inovação relacionadas ao bem-estar social de toda sociedade brasileira e às necessidades regionais. 		<ol style="list-style-type: none"> Fortalecer a extensão universitária como processo acadêmico, cultural e científico articulado com a sociedade. 		<ol style="list-style-type: none"> Fomentar a expansão do relacionamento da UFMT com parceiros externos; Evoluir os processos institucionais e seu acompanhamento; Modernizar a Infraestrutura de TI; Melhorar a satisfação dos usuários em relação aos serviços prestados; Ampliar a comunicação institucional da UFMT; Institucionalizar a gestão da sustentabilidade ambiental e a gestão do espaço físico; Desenvolvimento de Servidores; Promover a Gestão da Saúde e da Qualidade de Vida do Servidor; Promover a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência na UFMT. 	
METAS/INDICADORES	23	7	7	6	9	3	40	3

Fonte: Gerência de Planejamento/CPO/PROPLAN/UFMT.

No ano de 2022, em cumprimento à determinação da Instrução Normativa ME nº 24/2020, que prevê a revisão, e se necessário, a atualização do planejamento estratégico institucional (Art. 5º), foi realizada a revisão e ratificação do plano (Resolução CONSUNI nº 98/2022).

No quadro 1 são apresentados os quantitativos de indicadores distribuídos por ano e eixo, bem como seu respectivo percentual de execução das metas, nota-se que o Plano ficou mais enxuto, após a revisão ocorrida em 2021, apresentando apenas os indicadores e metas estratégicos. Considerando que o PDI 2024-2028 foi elaborado em 2023, não foi possível apresentar os resultados do PDI 2019-2023 para o último ano, cuja apuração será possível somente após o seu encerramento.

Quadro 1 . Visão geral da execução das metas do PDI no período de 2019 a 2022

Ano	Eixo	n° de indicadores/ metas	Percentual de Metas Executadas					
			0%	1%- 25%	26%- 50%	51%- 75%	76%- 99%	100%
2019	Ensino	21	4	0	2	1	5	9
	Pesquisa e Inovação	7	0	0	0	1	1	5
	Extensão	9	1	0	0	0	2	6
	Gestão	33	6	2	2	2	1	20
2020	Ensino	22	2	2	2	2	5	9
	Pesquisa e Inovação	7	0	0	0	1	4	2
	Extensão	9	0	0	3	1	2	3
	Gestão	32	3	4	3	0	1	21
2021	Ensino	19	3	1	2	0	4	9
	Pesquisa e Inovação	7	0	0	1	2	1	3
	Extensão	9	0	3	1	2	1	2
	Gestão	31	3	2	3	5	2	16
2022	Ensino	6	0	1	0	0	1	4
	Pesquisa e Inovação	5	0	0	0	0	1	4
	Extensão	3	0	1	0	0	2	0
	Gestão	2	0	0	0	0	1	1
Total		222	22	16	19	17	34	114

Fonte: Gerência de Planejamento/CPO/PROPLAN/UFMT.

Obs.: O quadro considera somente as metas do PDI com previsão de execução para o respectivo ano.

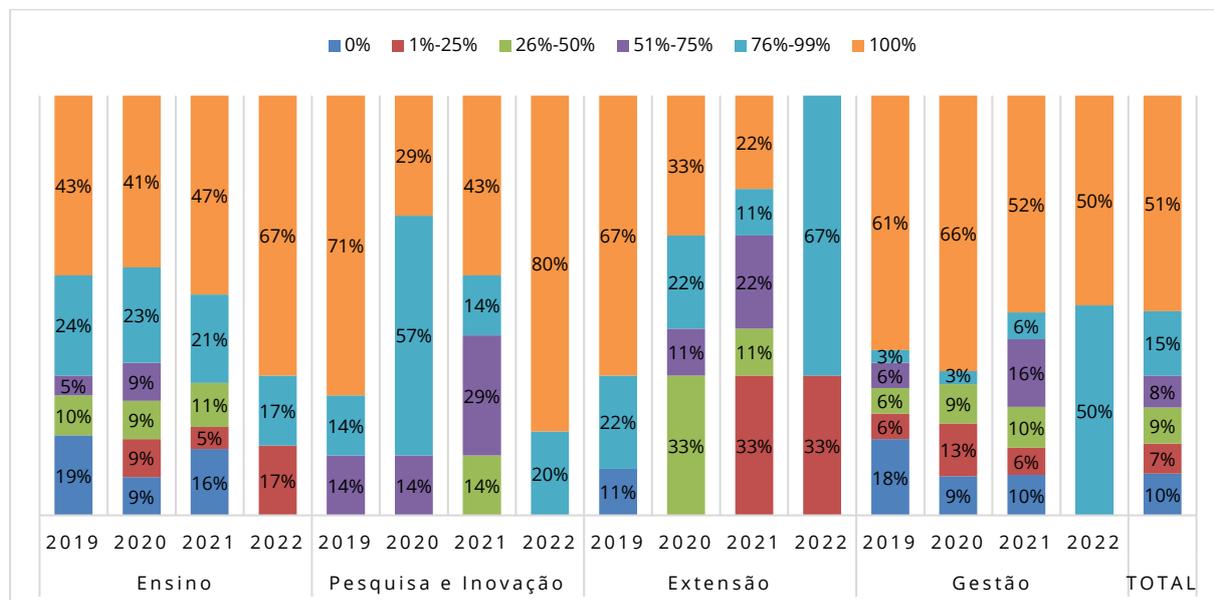
Além disso, em 2020, foi desconsiderada a meta 2, do objetivo 2, do Eixo Ensino, "Elevar o número de egressos dentro do período mínimo de integralização", cuja execução não foi calculada em virtude da não finalização do calendário acadêmico. Em 2021, foi desconsiderada a meta 10 do objetivo 1, do Eixo Ensino, "Elevar o conceito preliminar dos cursos junto ao INEP", que não foi informada devido à não publicação do CPC em tempo hábil.

Em 2022, foram desconsiderados os indicadores "IGC", do Eixo Ensino, e "iGG", do Eixo Gestão, cujos resultados atualizados ainda não haviam sido publicados.

O gráfico 1 apresenta um panorama do percentual de execução das metas, em cada eixo, ao longo dos quatro anos analisados. Do total de metas previstas para o período de 2019 a 2022, 10% não foram iniciadas; 7% foram executadas de 1%-25%; 9% atingiram a faixa de 26%-50%; 8% alcançaram 51%-75%; 15% ficaram em 76%-99%; e a maior parte, 51%, foram plenamente executadas.

Observa-se, ainda, uma queda no percentual de metas totalmente cumpridas nos anos de 2020 e 2021, sobretudo como reflexo da pandemia do Covid-19, que impôs a necessidade de readequações ao cenário atípico, sendo que, nesses anos, apenas o eixo Gestão alcançou um valor superior a 50%.

Gráfico 1 . Percentual de execução das metas do PDI no período de 2019 a 2022



Fonte: Gerência de Planejamento/CPO/PROPLAN/UFMT.

Quanto às ações realizadas no período, algumas podem ser destacadas. Em relação ao Eixo Ensino, no período de 2019 a 2021, um ponto relevante foi o início da curricularização da extensão, que vem sendo gradativamente inserida nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), desde o segundo semestre de 2019.

Também merecem destaque os programas de apoio à permanência e à iniciação científica por meio de ações de qualificação de competências (mobilidade, tutoria, monitoria, PET, PIBID, Residência Pedagógica, Programa de Iniciação Científica e Voluntariado e Iniciação Científica), que ofertaram um quantitativo de vagas superior ao previsto.

A formação de professores, por meio da participação em cursos e fóruns de formação e capacitação institucionais, também superou as expectativas iniciais, destacando-se a oferta de capacitações para atuação na modalidade de ensino remoto durante a pandemia.

A cobertura de estudantes demandantes da assistência estudantil com auxílios, bolsas e serviços também foi de grande relevância, contando inclusive com ações de inclusão digital para atender aos estudantes com o empréstimo de equipamentos de informática durante a pandemia, em decorrência do ensino remoto.

Ainda, todos os cursos de graduação da UFMT, presencial e EaD, passaram a contar com o Regulamento de Autoavaliação de Cursos. Ressalta-se também, o aumento da inclusão na pós-graduação, com a aprovação da Resolução CONSEPE 197/2021, que institui a política de ações afirmativas na pós-graduação *stricto sensu*.

No Eixo da Pesquisa e Inovação, destacam-se a elevação do número de publicações, bem como dos registros de propriedades intelectuais (softwares, marcas e patentes). Também tiveram aumento publicações por meio da editora da Universidade (EdUFMT), instrumento de difusão científica fundamental para a sociedade.

No Eixo Extensão, observou-se aumento no quantitativo de projetos de extensão registrados, inclusive na modalidade EaD, enquanto no Eixo Gestão, destacam-se os avanços na cobertura de rede sem fio nos *campi* da UFMT, na otimização e automatização de processos, na contratação de bibliotecas digitais multidisciplinares, e na elevação da qualificação dos servidores técnico-administrativos.

Considerando o PDI após revisão, cujas ações passaram a ser implementadas em 2022, destaca-se, no Eixo Ensino, a oferta de 145 vagas por meio do Programa de Inclusão Quilombola (PROINQ) – Edital nº 011/2022 PROEG/UFMT. Também é importante mencionar a oferta de 850 vagas para o novo curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BCT), ofertado na modalidade de Educação a Distância.

No Eixo Pesquisa e Inovação, atingiu-se uma taxa de projetos com captação de recursos de 20%, sendo que dos 967 projetos de pesquisa em execução ao final de 2022, 193 contavam com financiamento externo. Além disso, 92,9% dos pesquisadores que submeteram propostas aos editais/chamadas do programa de iniciação científica no período foram atendidos com bolsas e voluntariado de iniciação científica. O número de produção e divulgação técnico-científica em livros, periódicos e eventos qualificados também superou o previsto para o ano.

No Eixo Extensão, houve um aumento no número de projetos de extensão registrados em relação ao ano anterior, o que pode ter ocorrido devido a necessidade de inserir a curricularização da extensão nos PPCs.

No Eixo Gestão, destaca-se um total de 167 Contratos, Convênios e Congêneres firmados em 2022. Também é relevante o índice de satisfação dos usuários com a tecnologia da informação, que atingiu 77,5%, superando a meta prevista, de 65%.

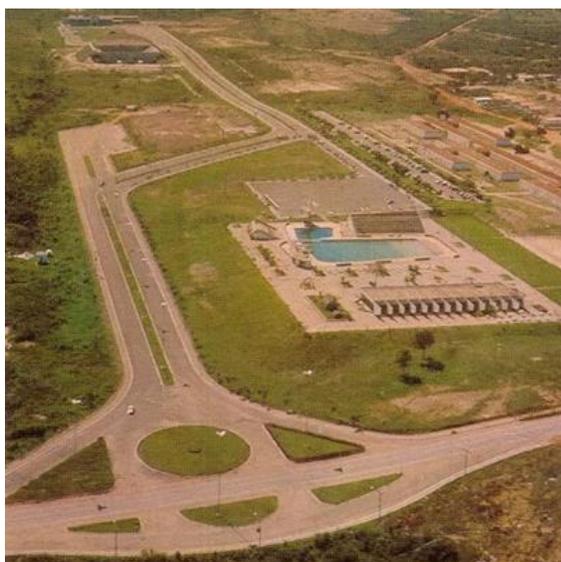
Assim, conclui-se que, apesar das dificuldades impostas pela pandemia e pelas restrições orçamentárias, o PDI 2019-2023 teve uma execução satisfatória e foram alcançados resultados relevantes para a comunidade acadêmica e para a sociedade como um todo.

5 Perfil institucional

5.1 Breve histórico da Universidade Federal de Mato Grosso

A Universidade Federal de Mato Grosso, com sede em Cuiabá, capital do Estado, foi fundada em 10 de dezembro de 1970, através da Lei n.º 5.647. Formada, inicialmente, pela junção da Faculdade de Direito e do Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá, a Universidade conquistou na primeira década de sua existência alguns avanços em termos de estrutura física de seu *campus* e a criação de seus primeiros centros de ensino: Ciências Sociais, Ciências Exatas e Tecnológicas, Ciências Agrárias e Ciências Biológicas.

Figura 2 . Vista aérea da UFMT 1975



Fonte: SECOMM/UFMT.

Figura 3 . Vista aérea da UFMT 2023



Fonte: SECOMM/UFMT.

Nas décadas de 1980 e 1990, paralelamente à expansão do *campus* de Cuiabá, a Universidade iniciou o processo de interiorização. Em 1980, deu-se a integração do Centro Universitário de Rondonópolis, na época vinculado à Universidade do Estado de Mato Grosso, sediada em Campo Grande – MS, quando foi criado o Centro Pedagógico de Rondonópolis. Em 1981, foi implantado o Centro Pedagógico de Barra do Garças, constituindo-se a célula inicial do atual *campus* do Araguaia. Foi ainda, na década de 1980, que a UFMT instalou o Hospital Universitário Júlio Müller, que se tornou importante referência e apoio para os cursos da área da saúde.

Figura 4 . Vista aérea do *Campus* Universitário do Araguaia (Unidade I – Pontal do Araguaia)



Figura 5 . Vista aérea do *Campus* Universitário do Araguaia (Unidade II - Barra do Garças)



Figura 6 . Hospital Universitário Júlio Müller



Fonte: SECOMM/UFMT.

No início da década de 1990, com o intuito de expandir o processo de interiorização, a UFMT criou, na cidade de Sinop, o Núcleo Pedagógico Norte Mato-Grossense, que veio a tornar-se o Centro Universitário de Sinop.

Figura 7 . Vista aérea do *Campus* Universitário de Sinop

Fonte: SECOMM/UFMT.

Em meados da década de 90, a UFMT amplia substancialmente o número de seus cursos e, em parceria com o Governo do Estado de Mato Grosso e Prefeituras Municipais, expande suas ações, visando à formação de profissionais para atender a educação mato-grossense, com a criação de turmas especiais e parceladas em diferentes municípios polos do Estado. Em 1994, a UFMT, por meio do Núcleo de Educação Aberta e a Distância (NEAD) do Instituto de Educação (IE), em parceria com a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), a Secretaria de Estado de Educação (SEDUCMT) e mais de setenta prefeituras, implementa e desenvolve o primeiro curso de graduação a distância no país, visando à formação de professores da rede pública, sendo o primeiro curso de graduação a distância a ser reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). O início das atividades da pós-graduação *stricto sensu* na UFMT se deu com a aprovação, pela CAPES, da APCN do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) em 1988, ofertando o primeiro curso de mestrado do Estado de Mato Grosso.

A partir do ano de 2003, a Universidade conseguiu uma expressiva ampliação de suas atividades através da adesão a Programas Federais, que permitiram o fortalecimento de suas atividades-fim, sobretudo a maior

oferta de cursos e a ampliação do número de vagas para o ensino de Graduação e Pós-Graduação.

Neste processo, destaca-se a adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que possibilitou a criação de novos cursos, a ampliação de vagas e a expansão e melhoria da infraestrutura física, além da aquisição de equipamentos laboratoriais, entre outros. Dentro da Expansão Universitária, ressalta-se ainda, a ampliação do ensino médico no país, com a criação dos cursos de Medicina no *campus* de Sinop e de Rondonópolis em 2012, com início em 2014.

No mesmo ano, a UFMT foi contemplada com um novo *Campus* Universitário no município de Várzea Grande, em fase de construção, com 5 cursos de graduação que integram a Faculdade de Engenharia, com funcionamento provisório no *campus* Universitário de Cuiabá.

Figura 8 . Vista aérea das obras de Construção do *Campus* Universitário de Várzea Grande



Fonte: SECOMM/UFMT.

Em 2023, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), por meio de um convênio com o Governo do Estado, está finalizando a obra de construção do novo Hospital Universitário Júlio Müller. A unidade hospitalar está sendo construída em uma área de 147 hectares e será um dos maiores de Mato Grosso. Serão 08 blocos, com 228 leitos de internação, 68 de repouso e 63 de UTI, sendo 18 pediátricos e 25 neonatais. Além de 12

centros cirúrgicos, 85 consultórios, 45 salas de exame e 21 salas para banco de sangue e triagem.

Figura 9 . Vista aérea das obras de Construção do novo Hospital Universitário Júlio Müller



Fonte: SECOMM/UFMT.

Em função da Expansão Universitária, a UFMT conseguiu a ampliação do número de Institutos e Faculdades para melhorar a eficiência administrativa e acadêmica. Em 2016, foram criadas quatro unidades, sendo um Instituto (Instituto de Geografia, História e Documentação – IGHD) e três Faculdades (Faculdade de Geociências – FAGEO, Faculdade de Medicina Veterinária – FAVET e Faculdade de Comunicação e Artes – FCA).

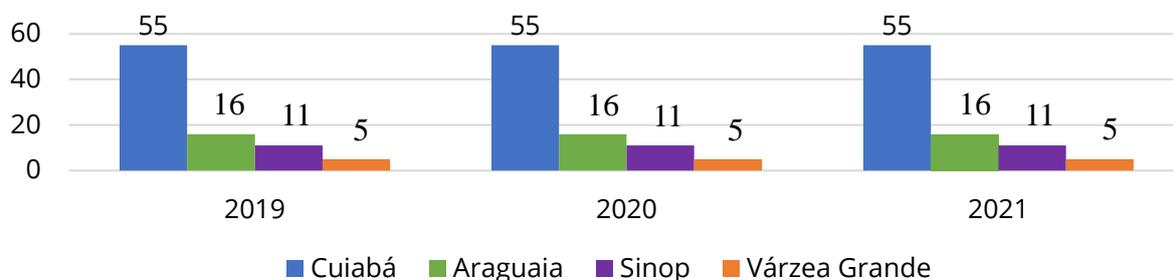
É importante destacar que, a partir da sanção da Lei nº 13.637, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 21 de março de 2018, foi criada a Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), pelo desmembramento do *campus* de Rondonópolis da Universidade Federal de Mato Grosso.

A UFMT, comprometida com a realidade social em que se insere, tem intensificado esforços para promover a formação de estudantes de diferentes áreas do estado, o que tem sido viabilizado pela oferta de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade a distância, através dos 29 polos que ocupam abrangência nas cinco mesorregiões geográficas de Mato Grosso: Centro-Sul; Nordeste; Norte; Sudeste e o Sudoeste, que já

envolveram cerca de 141 municípios, contando com entorno dos polos, alguns distantes mais de 1.200 Km de Cuiabá.

Em 2022, a UFMT conta com 17.074 alunos, distribuídos em 87 cursos de graduação presencial, 08 cursos de graduação a distância, e 51 programas de pós-graduação *stricto sensu*, ofertados em seus 29 Institutos e Faculdades pertencentes aos seus 04 *campi*. Conta ainda com 1.542 professores, 1.382 técnicos administrativos e 618 terceirizados. Na pesquisa, registrou 898 projetos em 2022, integrando redes nacionais e internacionais de investigação. Já na extensão, houve o registro de 1.067 atividades de extensão em execução no ano de 2022.

Gráfico 2 . Quantitativo de cursos por *campus* (2019 a 2021)



Fonte: Anuário Estatístico da UFMT 2022 - Ano base 2021.

Quadro 2 . População universitária (2022)

Ano	Discentes Matriculados			Quadro de Pessoal		UFMT
	Graduação Presencial	Graduação EAD	Pós-Graduação (<i>Stricto Sensu</i>)	Docentes	Técnicos Admin.	
2022	13.855	880	2.339	1.542	1.382	19.998

Fonte: Censo Superior; SIPG; extrator SIAPE.

A Universidade Federal de Mato Grosso busca contribuir para o desenvolvimento regional, com base na interlocução permanente com a sociedade mato-grossense, concebendo-se como elemento constitutivo dos processos de construção de uma identidade social. Essa concepção exige, como condição, uma produção de conhecimento inovador e crítico, o que pressupõe respeito à diversidade e ao pluralismo, sobretudo o empenho na luta pelo fortalecimento, ampliação e afirmação da autonomia universitária.

5.2 Inserção regional

A Universidade Federal de Mato Grosso tem atuado firmemente, ao longo de seus 53 anos de existência, na formação, capacitação e atualização de recursos humanos, assim como contribuído com a difusão e produção do conhecimento nas mais diferentes áreas do conhecimento.

O estado de Mato Grosso, de acordo com o Censo Demográfico de 2022, conta com uma população de 3.658.813 pessoas. Em relação aos outros Estados da federação, Mato Grosso ocupa o 16º lugar em contingente populacional. Sua capital, Cuiabá, é a cidade mais populosa, com 650.912 habitantes (IBGE, 2022). As matrículas do ensino médio no estado somam 154.545 (INEP, 2022).

A extensão territorial de Mato Grosso é de 903.208,361 km², terceira maior área, em relação à outras unidades da Federação, encerrando em seus limites expressiva diversidade física e sociocultural. As fronteiras de Mato Grosso se estendem a seis estados brasileiros, Amazonas, Pará, Tocantins, Goiás, Rondônia, Mato Grosso do Sul e ao país vizinho, Bolívia. Essa configuração imprime em seu contingente populacional a existência de cerca de 40 etnias indígenas, populações ribeirinhas e quilombolas, e uma presença significativa de migrantes de outras regiões do Brasil. Destacamos ainda a biodiversidade do estado, representada por três biomas: a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal, este reconhecido como Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 2001. É importante frisar que o estado de Mato Grosso, por localizar-se no centro do continente e na fronteira oeste brasileira, ocupa estratégica posição geopolítica em relação à América do Sul. Sua importância é, também, ressaltada por constituir-se em uma das principais vias de acesso aos estados da Amazônia brasileira. Com tais especificidades, coloca-se a potencialidade e a necessidade do desenvolvimento de pesquisas e da produção do conhecimento científico em diferentes áreas do conhecimento. Ao mesmo tempo em que exige da Universidade um posicionamento de modo a atender as demandas de um cenário plural, valorizando as diversidades cultural e ambiental.

Ao longo de sua existência, a UFMT tornou-se referência em ensino, pesquisa e extensão, voltada para a construção do desenvolvimento sustentável, através de formas inovadoras de articulação das

potencialidades humanas e na cooperação com entidades de diferentes esferas administrativas e da sociedade organizada.

A Universidade, em 2023, possui os *campi* de Cuiabá, Araguaia, Sinop e Várzea Grande. Além disso, está presente em 29 polos de educação a distância, conta com uma base avançada de pesquisa no Pantanal, no município de Poconé, fazendas experimentais em Santo Antônio do Leverger e em Sinop, dois hospitais veterinários (Cuiabá e Sinop), o Hospital Universitário Júlio Müller, o Centro Olímpico de Treinamento (COT), o Centro de Medicina e Pesquisa em Animais Silvestres (CEMPAS), estação meteorológica, herbário, biotério, ginásio de esportes, parque aquático, museus, cineclube e teatro universitário.

A UFMT busca contribuir para o desenvolvimento regional, com base na interlocução permanente com a sociedade mato-grossense, concebendo-se como elemento constitutivo dos processos de construção de uma identidade social. Essa concepção exige, como condição, uma produção de conhecimento inovador e crítico, o que pressupõe respeito à diversidade e ao pluralismo, sobretudo o empenho na luta pelo fortalecimento, ampliação e afirmação da autonomia universitária.

Visando desempenhar funções sociais relevantes, objetiva-se em ser uma instituição que contribui para o desenvolvimento econômico e regional, preocupando-se com a preservação do ecossistema, com a cultura e formação profissional, sendo referência em ensino, pesquisa e extensão em todo o estado de Mato Grosso e região.

5.3 Missão

Formar cidadãos, qualificar profissionais, produzir conhecimentos e inovações conectados com a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social.

5.4 Visão

Ser a instituição mato-grossense referência na resolução dos desafios da sociedade, por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação.

5.5 Valores

Indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

É a articulação dialógica entre as três áreas-fim da Universidade, pressupondo um trabalho acadêmico e administrativo integrado e coletivo, considerando a relevância social e científica das atividades de pesquisa e sua relação direta com as práticas acadêmicas, a extensão universitária como articuladora entre ensino e pesquisa na relação transformadora entre universidade e sociedade e o ensino como processo de construção e divulgação do conhecimento.

Ética

É a adoção de valores e práticas que visem o bem comum, a partir da promoção da justiça social, liberdade, dignidade humana e solidariedade. A Ética na Universidade, manifesta na realização de suas atividades fim, o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como em seus processos de gestão, deve visar a defesa e promoção dos direitos humanos e a adoção do compromisso com a diminuição das desigualdades econômicas, sociais e culturais e o desenvolvimento sustentável.

Democracia

O princípio da Democracia na Universidade se faz presente no compromisso com o acesso à Educação Superior e com o enfrentamento das discriminações que o limitam. Também, visa assumir a contextualização do conhecimento produzido e a participação do cidadão ou comunidade como coprodutores de conhecimento, criando um vínculo entre Universidade e sociedade. A democracia interna alinha-se ao compromisso de responsabilidade social, na defesa da liberdade acadêmica, no que diz respeito ao direcionamento das pesquisas desenvolvidas, à definição de linhas de pesquisa, bem como de flexibilização curricular para o ensino. A gestão democrática, exercida nas instâncias consultivas e deliberativas da Universidade, devem garantir o debate no espaço público, a fim de tornar transparente, mensuráveis e reguláveis seus atos administrativos. A UFMT caracteriza-se como instituição essencialmente e historicamente democrática e de caráter amplamente participativo.

Transparência

Consiste na disponibilização de informações relevantes e atualizadas sobre a atuação institucional, de forma clara, acessível e proativa, fomentando a ampliação do conhecimento sobre suas operações, decisões e resultados e possibilitando o controle social.

Respeito às Diferenças

O respeito designa o sentimento positivo de consideração e estima pelo outro, consistindo em um dos valores humanos que embasam a vida em sociedade. Assim, o respeito às diferenças está relacionado ao reconhecimento e aceitação da singularidade de cada indivíduo, acolhendo as diversas realidades, pontos de vista, contextos, manifestações e orientações que permeiam a existência das pessoas. Busca-se, dessa forma, promover um ambiente de diálogo e comunicação aberta, estimular o espírito de coletividade e favorecer a inclusão.

Equidade

A equidade é um princípio que opera no enfrentamento das discriminações de ordem racial, religiosa, sexual, comportamental, estética, geracional, cultural, política, no âmbito acadêmico e fora dele. A igualdade e a diferença, conceitos opostos, se inter-relacionam no princípio da equidade, na promoção da igualdade entre desiguais, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.

Compromisso social

Trata-se da responsabilidade institucional de atuar de forma orientada a resultados, contribuindo para o bem-estar e interesses da sociedade e propondo soluções conectadas às demandas e desafios dela provenientes. A Universidade Federal de Mato Grosso está seriamente comprometida com a construção de uma sociedade soberana, democrática, igualitária e inclusiva a partir da promoção da emancipação social sustentada, em seu âmbito de ação, na busca permanente da qualidade do ensino e da formação profissional, no diálogo e respeito às diversidades dos grupos sociais, na produção de conhecimento científico e

inovação tecnológica para tanto são essenciais a autonomia universitária, bem como a gratuidade do ensino superior.

5.6 Cadeia de Valor

A cadeia de valor permite que a instituição compreenda como cada um de seus processos podem gerar valor ao usuário. Isso significa que a universidade ganha uma visão sistêmica quanto ao funcionamento da organização. A elaboração da cadeia de valor da UFMT, apresentada na figura 10, utilizou como base, o conhecimento apresentado no BPM CBOK V4.0 (ABPM, 2021).

Os macroprocessos primários são aqueles que entregam valor diretamente aos usuários e representam as atividades essenciais que uma organização executa para cumprir sua missão. Foram estabelecidos três macroprocessos primários para a Cadeia de Valor da UFMT:

1. **Ensino:** processos de criação, regularização e disponibilização de cursos de nível superior; ingresso e seleção em nível de graduação e pós-graduação; outorga de grau e validação de diplomas.
2. **Pesquisa e Desenvolvimento:** processos ligados ao planejamento, gerenciamento de pesquisas e desenvolvimento de conhecimento; registros de marcas e patentes; gerenciamento e monitoramento de empresas juniores e incubadoras.
3. **Extensão:** processos de criação, regularização e disponibilização de ações com a comunidade externa.

Os macroprocessos de gerenciamento medem, monitoram e controlam atividades para que um processo primário ou de suporte atenda às metas operacionais, financeiras, regulatórias e legais. Eles foram divididos em quatro:

1. **Gestão de Riscos e Conformidades:** processos ligados aos riscos operacionais; controle da legalidade dos atos administrativos; auditoria.
2. **Gestão da Comunicação:** processos que envolvem a comunicação institucional; imagem da instituição; relacionamento com a mídia.
3. **Gestão de Relacionamentos Institucionais:** processos que envolvem parcerias institucionais, como convênios, cooperações, contratos estratégicos e relações institucionais.

4. **Gestão de Governança e Estratégia:** processos que envolvem o planejamento e monitoramento da estratégia organizacional; controles internos; gestão de políticas e normativas; priorização, acompanhamento e auxílio na execução de projetos estratégicos.

Os macroprocessos de suporte apoiam os processos primários, geralmente gerenciando recursos e/ou infraestrutura. Estes foram divididos em seis:

1. **Gestão de Pessoas:** processos ligados à gestão de pessoas, plano de carreira, capacitações, benefícios, licenças.
2. **Gestão de Tecnologia da Informação:** processos ligados à gestão, desenvolvimento e manutenção de recursos tecnológicos e comunicação de dados.
3. **Gestão de Assistência Estudantil:** processos que envolvem a oferta de assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, inclusão digital, apoio pedagógico, incluindo monitoria e tutoria.
4. **Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil:** processos ligados ao planejamento, administração, gestão e monitoramento da execução orçamentária, financeira e contábil.
5. **Gestão de Logística, Materiais e Patrimônio:** processos ligados à gestão do espaço físico; segurança patrimonial; gestão da frota e transporte; aquisições e contratações; gestão patrimonial; obras e serviços de engenharia.
6. **Gestão da Inovação:** processos que envolvem registros de propriedade intelectual; auxiliam na inovação dos projetos de pesquisa e extensão.

Além da definição dos macroprocessos, foram identificadas quais entradas serão transformadas e quais valores serão gerados. A principal entrada constitui as demandas da sociedade que, após transformadas, gerarão como valor:

1. Profissionais qualificados;
2. Conhecimento e inovação;
3. Ações culturais;
4. Desenvolvimento regional e nacional.

Figura 10 . Cadeia de Valor da UFMT

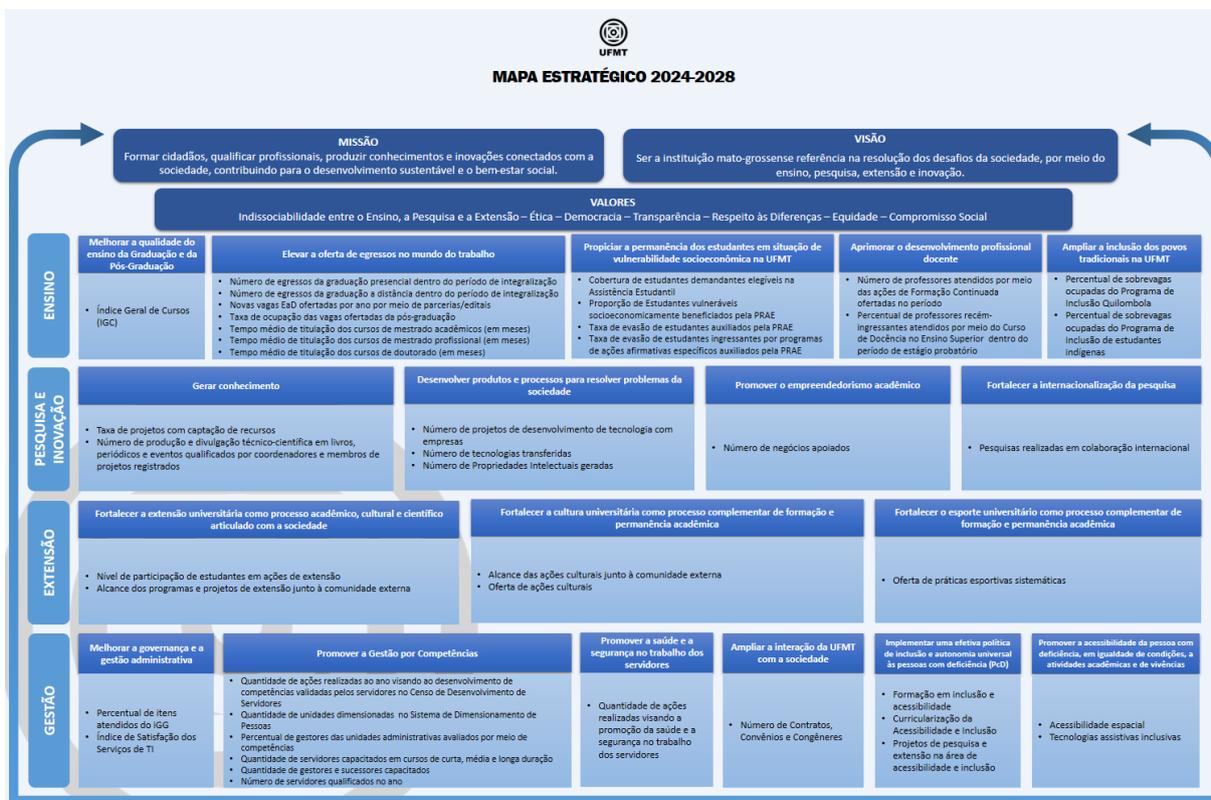


Fonte: Escritório de Projetos e Processos/UFMT.

5.7 Mapa Estratégico

O mapa estratégico consiste em uma representação gráfica que evidencia os objetivos e metas a serem buscados pela UFMT durante a vigência do PDI 2024-2028, conforme apresentado na figura 11:

Figura 11 . Mapa Estratégico da UFMT - 2024-2028



Fonte: Gerência de Planejamento/CPO/PROPLAN/UFMT.

5.8 Áreas de atuação acadêmica

A Universidade Federal de Mato Grosso tem atuado firmemente, ao longo de seus 53 anos de existência, na formação, capacitação e atualização de recursos humanos; formando indivíduos críticos e éticos, com uma base científica e humanística sólida, comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade e com o desenvolvimento socioeconômico regional e nacional, assim como, contribuído com a difusão e produção científicas. Para tanto, atua nas seguintes áreas de conhecimento: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes.

A diversidade de ambientes que ocorrem em Mato Grosso, aliada à sua localização na área central do continente, abrem para o Estado um leque de oportunidades de investimentos na agricultura, pecuária, agroindústria, indústria metalúrgica, turismo, infraestrutura, dentre outras. A despeito do crescimento econômico e competitividade agrícola, a região

central do país defronta-se, ainda, com a necessidade premente de aumento da escolaridade média de sua população, de melhoria e consolidação da infraestrutura de transportes e saneamento, de redução das desigualdades sociais e regionais e de preservação ambiental, sob pena de comprometer a auto sustentabilidade econômico-social pretendida pela sociedade local. A formação de profissionais em nível superior, as reengenharias institucionais da gestão pública, o uso de tecnologias modernas e não agressivas ao meio ambiente e novos modos de interação econômica constituem alavancas seguras para a sustentabilidade do desenvolvimento socialmente referenciado de Mato Grosso.

Nesta perspectiva, a UFMT coloca-se como parceira estratégica das redes de alianças comprometidas com a sustentabilidade ambiental, econômica, social e política do desenvolvimento regional do estado de Mato Grosso.

O contexto contemporâneo do desenvolvimento assenta-se fortemente na construção do conhecimento científico, no fomento de novas ideias, na inovação tecnológica, nas soluções inovadoras e na formação de quadros profissionais de qualidade para a sociedade, o que traz inúmeros desafios postos e assumidos como prioritários pela Universidade Federal de Mato Grosso.

5.9 Responsabilidade Social da IES

A responsabilidade social universitária é inerente à ideia de Universidade como instituição educacional concebida como bem público. Esta, ao assumir-se como entidade pública insere-se no processo de desenvolvimento da sociedade como um ente estratégico de produção e divulgação de saberes comprometidos com a resolução de problemas sociais, tanto no que concerne à comunidade universitária, quanto à região em que está inserida, bem como ao país e à sociedade global. Quanto maior for a articulação das suas unidades, dos diversos setores e atores envolvidos na organização administrativa e acadêmica, em um projeto de desenvolvimento social equitativo e sustentável, maior tende a ser o comprometimento com a responsabilidade social de um modo geral. Considera-se que a capacidade de promover mudanças na sociedade está diretamente relacionada ao estímulo e promoção de valores éticos e de senso crítico na comunidade universitária. Assim, ao assumir sua

responsabilidade social, a universidade incumbe-se, também, do compromisso com a formação das futuras gerações.

A responsabilidade social é uma das dimensões estabelecidas pela lei do SINAES, dimensão esta que contribuirá para identificar o perfil e a atuação da universidade, considerando, especialmente, sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural (BRASIL, 2004). Na UFMT, a responsabilidade social não se manifesta apenas no cumprimento de dispositivos legais, mas nos princípios que moldam seu perfil e lhe dão identidade e ainda no planejamento de ações que pressupõem a compreensão da educação como bem público. Assim, os processos de gestão são planejados em função do cumprimento de sua missão, a qual incorpora a dimensão social na produção e divulgação de conhecimento, tanto no ensino, quanto na pesquisa e na extensão. As ações institucionais, manifestas em seus processos de gestão, estão alinhadas, estrategicamente, ao compromisso com a inclusão social, o desenvolvimento econômico, social, cultural e à perspectiva da defesa dos ecossistemas e ao seu impacto no ambiente interno e externo.

Em relação ao Ensino, relacionando-se à responsabilidade social, a UFMT assume o caráter humanista e generalista da graduação, sem descuidar do rigor científico-acadêmico, de modo a formar egressos capazes de atuação profissional competente, comprometida com a cidadania ética e a sustentabilidade socioambiental, autônomos e conscientes de sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais igualitária e justa. A preparação dos egressos para o mundo do trabalho deve visar: a qualificação profissional, na expectativa de superação de carências e suprimento de necessidades econômicas, culturais e de melhoria da qualidade de vida, podendo gerar não somente capital econômico, mas capital cultural e social. Ainda, há o compromisso com a defesa da escola pública em todos os níveis, particularmente, apoio à melhoria da qualidade da educação da escola básica pública, sobretudo mediante colaboração mútua e constante dos cursos de licenciaturas com as redes públicas de ensino e o comprometimento com o sucesso acadêmico com quem ingressa na Universidade por meio de políticas afirmativas. O compromisso social verifica-se no número expressivo de vagas de acesso por cotas de ações afirmativas e nos programas de

acompanhamento, de incentivo à permanência e de acolhimento desenvolvidos pela UFMT.

Tendo em vista a função social da UFMT, o papel da pesquisa e da pós-graduação configura-se não apenas como produção científica e técnica, mas entende que sua presença deve causar efeitos positivos na formação e no desenvolvimento qualitativos da região, os quais não podem ser expressos somente na melhoria dos índices e em dados estatísticos, mas na materialização de sua relevância social. Um indicativo da inserção e da relevância social poderá ser expresso na conexão entre os PPGs e as escolas de Educação Básica do estado. Outro indicativo é a formação de profissionais altamente especializados para atuarem em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico socialmente justo e ambientalmente sustentável, da conservação e preservação de seus biomas naturais, com suas respectivas riquezas da fauna, da flora e mineral, bem como do reconhecimento e da difusão cultural dos diferentes grupos sociais. Mais um indicativo de inserção é a realização de ações conjuntas entre os PPGs e os movimentos sociais populares, implicando em políticas afirmativas para o acesso, permanência e sucesso de grupos sociais tradicionalmente ausentes da universidade em virtude de desigualdades sociais e normalizações culturais. A inserção implica, ainda, em transferência de tecnologia para o desenvolvimento da economia solidária, da agroecologia e da produção de alimentos em larga escala, mas com reponsabilidade sócio e ambientalmente orientadas. As pesquisas desenvolvidas em parceria com o setor produtivo, com o intuito de gerar produtos e bens com impacto econômico regional e nacional, promovendo o desenvolvimento sustentável, o empreendedorismo e o enfrentamento às desigualdades sociais, também estão alinhadas ao compromisso social institucional.

Na extensão, a dimensão social lhe é intrínseca, haja vista o seu papel de fomentar a interação e interlocução, em via de mão dupla, entre a universidade e a sociedade. Nesta perspectiva, a responsabilidade social manifesta-se no desenvolvimento de programas e projetos culturais, esportivos e de extensão, que, ao socializar o conhecimento produzido academicamente, enriquecem-se com o impacto e resposta social frente ao diálogo de saberes. Neste sentido, o apoio à produção artística e cultural e a defesa do patrimônio e memória cultural, também são funções sociais assumidas pela UFMT e que se manifesta em diversas ações e espaços institucionais, como teatros, auditórios, formação do Coral universitário e

da terceira Idade, Orquestra Sinfônica, museus históricos, antropológicos e artísticos, bem como em diversos projetos de extensão que promovem o ensino e o acesso a bens culturais. O esporte e a vivência estudantil, estimulados por diversas ações e espaços de práticas desportivas, também contribuem para a inserção social da comunidade interna e externa da UFMT.

A inclusão, acessibilidade e a sustentabilidade socioambiental também são focos de ações institucionais para a realização de seu papel social. A política de inclusão institucionalizada, com o enfrentamento das diversas impossibilidades de acessibilidade, seja atitudinal, metodológica, digital, comunicacional, arquitetônica ou pedagógica, demonstra o comprometimento com o respeito à diversidade e o combate às diversas formas de discriminação. A preocupação com um projeto de sociedade sustentável está presente na política e plano de sustentabilidade ambiental institucional tanto quanto na responsabilidade com esse tipo de desenvolvimento, presente no fomento de convênios e acordos para a pesquisa e a produção de conhecimento nessa temática, bem como na representação e posicionamento político da UFMT, à frente de várias entidades de representação de classe e de movimentos sociais, na defesa da preservação do meio ambiente e ocupação justa e socialmente sustentável dos espaços geográficos.

6 Organização didático-pedagógica da instituição

6.1 Oferta de Cursos

Quadro 3 . Cursos de graduação ofertados na modalidade presencial

Campus	Unidade Acadêmica	Nome do Curso	Habilitação	Nº de turmas	Nº de Vagas por Turma	Turno de Funcionamento	Situação Atual
Araguaia	ICET	Agronomia	Bacharelado	1	1º Semestre 45	Integral	Em funcionamento
		Ciência da Computação	Bacharelado	1	1º Semestre 45	Integral	Em funcionamento
		Engenharia Civil	Bacharelado	1	1º Semestre 65	Integral	Em funcionamento
		Engenharia de Alimentos	Bacharelado	1	1º Semestre 45	Integral	Em funcionamento
		Física	Licenciatura	1	1º Semestre 45	Noturno	Em funcionamento
		Matemática	Licenciatura	1	1º Semestre 45	Noturno	Em funcionamento
		Química	Licenciatura	1	1º Semestre 45	Noturno	Em funcionamento
	ICBS	Biomedicina	Bacharelado	1	1º Semestre 45	Integral	Em funcionamento
		Ciências Biológicas	Licenciatura	1	1º Semestre 45	Noturno	Em funcionamento
		Educação Física	Licenciatura	1	1º Semestre 50	Matutino	Em funcionamento
		Enfermagem	Bacharelado	1	1º Semestre 30	Integral	Em funcionamento
		Farmácia	Bacharelado	1	1º Semestre 45	Integral	Em funcionamento
	ICHS	Jornalismo	Bacharelado	1	1º Semestre 49	Noturno	Em funcionamento
		Direito	Bacharelado	1	1º Semestre 65	Integral	Em funcionamento
		Geografia	Licenciatura	1	1º Semestre 49	Noturno	Em funcionamento
		Letras - Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa	Licenciatura	1	1º Semestre 49	Noturno	Em funcionamento'
Cuiabá	FACC	Administração	Bacharelado	2	1º Semestre 63	Matutino	Em funcionamento
					1º Semestre 63	Noturno	
	FACC	Ciências Contábeis	Bacharelado	2	1º Semestre 43	Noturno	Em funcionamento
					2º Semestre 43	Matutino	
	FAAZ	Agronomia	Bacharelado	2	1º Semestre 43	Integral	Em funcionamento
					2º Semestre 43		
	FAAZ	Zootecnia	Bacharelado	2	1º Semestre 45	Integral	Em funcionamento
					2º Semestre 45		
	FAET	Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	2	1º Semestre 33	Integral	Em funcionamento
					2º Semestre 30		
		Engenharia Civil	Bacharelado	1	1º Semestre 55	Integral	Em funcionamento
	Engenharia Sanitária e Ambiental	Bacharelado	2	1º Semestre 33	Integral	Em funcionamento	
	2º Semestre 33						
	IC	Ciência da Computação	Bacharelado	1	1º Semestre 52	Integral	Em funcionamento
	FANUT	Ciência e Tecnologia de Alimentos	Bacharelado	2	1º Semestre 30	Noturno	Em funcionamento
					2º Semestre 30		
	FANUT	Nutrição	Bacharelado	2	1º Semestre 30	Integral	Em funcionamento
					2º Semestre 30		
IB	Ciências Biológicas	Licenciatura	2	1º Semestre 23	Integral	Em funcionamento	
				2º Semestre 20			

Campus	Unidade Acadêmica	Nome do Curso	Habilitação	Nº de turmas	Nº de Vagas por Turma	Turno de Funcionamento	Situação Atual
		Ciências Biológicas	Bacharelado	2	1º Semestre 20	Integral	Em funcionamento
					2º Semestre 20		
	FE	Ciências Econômicas	Bacharelado	2	1º Semestre 60	Matutino	Em funcionamento
					2º Semestre 60	Noturno	
	ICHS	Ciências Sociais	Licenciatura	1	1º Semestre 30	Noturno	Em funcionamento
		Ciências Sociais	Bacharelado	1	1º Semestre 30	Noturno	Em funcionamento
		Filosofia	Licenciatura	1	1º Semestre 43	Integral	Em funcionamento
		Filosofia	Bacharelado	1	1º Semestre 28	Noturno	Em funcionamento
		Serviço Social	Bacharelado	2	1º Semestre 43 2º Semestre 40	Matutino	Em funcionamento
	FCA	Jornalismo	Bacharelado	2	1º Semestre 20	Matutino	Em funcionamento
					2º Semestre 20		
		Comunicação Social - Publicidade e Propaganda	Bacharelado	2	1º Semestre 20	Matutino	Em funcionamento
					2º Semestre 20		
		Cinema e Audiovisual	Bacharelado	2	1º Semestre 15	Matutino	Em funcionamento
					2º Semestre 15		
		Música	Licenciatura	2	1º Semestre 20	Vespertino	Em funcionamento
					2º Semestre 20		
		Música - Canto	Bacharelado	2	1º Semestre 2	Vespertino	Em funcionamento
					2º Semestre 2		
	Música - Clarinete	Bacharelado	2	1º Semestre 2	Vespertino	Em funcionamento	
				2º Semestre 2			
	Música - Composição	Bacharelado	2	1º Semestre 2	Vespertino	Em funcionamento	
				2º Semestre 2			
	Música - Regência	Bacharelado	2	1º Semestre 2	Vespertino	Em funcionamento	
				2º Semestre 2			
	Música - Violino	Bacharelado	2	1º Semestre 2	Vespertino	Em funcionamento	
				2º Semestre 2			
	Música - Violão	Bacharelado	2	1º Semestre 2	Vespertino	Em funcionamento	
				2º Semestre 2			
	FD	Direito	Bacharelado	2	1º Semestre 50	Matutino	Em funcionamento
					1º Semestre 50	Noturno	
	FEF	Educação Física (ABI)	Licenciatura/ Bacharelado	2	1º Semestre 56	Matutino	Em funcionamento
					2º Semestre 56	Matutino	Em funcionamento
	FAEN	Enfermagem	Bacharelado	2	1º Semestre 30 2º Semestre 30	Integral	Em funcionamento
	FENF	Engenharia Florestal	Bacharelado	2	1º Semestre 43 2º Semestre 43	Integral	Em funcionamento
	ICET	Estatística	Bacharelado	1	1º Semestre 60	Noturno	Em funcionamento
		Matemática	Licenciatura	2	1º Semestre 33	Integral	Em funcionamento
					2º Semestre 33		
		Química	Licenciatura	2	1º Semestre 35	Integral	Em funcionamento
	2º Semestre 35						
	Química	Bacharelado	2	1º Semestre 30	Integral	Em funcionamento	
				2º Semestre 36			
IF	Física	Licenciatura	2	1º Semestre 50 2º Semestre 40	Matutino	Em funcionamento	
		Bacharelado	2	1º Semestre 40 2º Semestre 40	Integral	Em funcionamento	
IGHD	Geografia	Licenciatura	1	1º Semestre 53	Noturno	Em funcionamento	
	Geografia	Bacharelado	1	1º Semestre 50	Matutino	Em funcionamento	
	História	Licenciatura	2	1º Semestre 50	Matutino	Em funcionamento	
1º Semestre 50				Noturno			

<i>Campus</i>	Unidade Acadêmica	Nome do Curso	Habilitação	Nº de turmas	Nº de Vagas por Turma	Turno de Funcionamento	Situação Atual
	FAGEO	Geologia	Bacharelado	1	1º Semestre 43	Integral	Em funcionamento
	IL	Letras - Libras	Licenciatura	1	1º Semestre 40	Vespertino	Em funcionamento
		Letras - Português e Literaturas	Licenciatura	1	1º Semestre 25	Noturno	Em funcionamento
		Letras - Português e Espanhol e Respectivas Literaturas	Licenciatura	1	1º Semestre 25	Noturno	Em funcionamento
		Letras - Português e Francês	Licenciatura	1	1º Semestre 20	Matutino	Em funcionamento
		Letras - Português e Inglês	Licenciatura	1	1º Semestre 30	Matutino	Em funcionamento
	FM	Medicina	Bacharelado	2	1º Semestre 40	Integral	Em funcionamento
					2º Semestre 40		
	FAVET	Medicina Veterinária	Bacharelado	2	1º Semestre 30	Integral	Em funcionamento
					2º Semestre 30		
	IE	Pedagogia	Licenciatura	2	1º Semestre 50	Matutino	Em funcionamento
					1º Semestre 50	Vespertino	
		Psicologia	Bacharelado	2	1º Semestre 43	Integral	Em funcionamento
					2º Semestre 43		
ISC	Saúde Coletiva	Bacharelado	2	1º Semestre 40	Noturno	Em funcionamento	
				2º Semestre 40			
Sinop	ICAA	Agronomia	Bacharelado	2	1º Semestre 50	Integral	Em funcionamento
					2º Semestre 50		
		Engenharia Agrícola e Ambiental	Bacharelado	2	1º Semestre 40	Integral	Em funcionamento
					2º Semestre 40		
	Engenharia Florestal	Bacharelado	2	1º Semestre 50	Integral	Em funcionamento	
				2º Semestre 50			
	Zootecnia	Bacharelado	2	1º Semestre 50	Integral	Em funcionamento	
				2º Semestre 50			
	ICNHS	Física	Licenciatura	1	1º Semestre 45	Noturno	Em funcionamento
		Ciências Biológicas	Licenciatura	1	1º Semestre 45	Noturno	Em funcionamento
		Matemática	Licenciatura	1	1º Semestre 40	Noturno	Em funcionamento
		Química	Bacharelado	1	1º Semestre 30	Noturno	Em funcionamento
	ICS	Enfermagem	Bacharelado	2	1º Semestre 25	Integral	Em funcionamento
					2º Semestre 25		
Farmácia		Bacharelado	2	1º Semestre 40	Integral	Em funcionamento	
				2º Semestre 40			
Medicina	Bacharelado	1	1º Semestre 60	Integral	Em funcionamento		
Medicina Veterinária	Bacharelado	2	1º Semestre 40	Integral	Em funcionamento		
			2º Semestre 40				
Várzea Grande	FAENG	Engenharia de Computação	Bacharelado	1	2º Semestre 63	Integral	Em funcionamento
		Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado	1	2º Semestre 63	Integral	Em funcionamento
		Engenharia de Minas	Bacharelado	1	1º Semestre 63	Integral	Em funcionamento
		Engenharia de Transportes	Bacharelado	1	1º Semestre 63	Integral	Em funcionamento
		Engenharia Química	Bacharelado	1	1º Semestre 63	Integral	Em funcionamento

Fonte: Processo Seletivo SISU 2023 (Edital nº 002/2023 PROEG-UFMT, de 01 de Fevereiro de 2023).

Quadro 4 . Cursos de graduação ofertados na modalidade a distância

<i>Campus</i>	Unidade Acadêmica	Nome do Curso	Polos	Habilitação	Nº de Vagas por Turma	Situação Atual
Cuiabá	FACC	Administração Pública	Campo Verde	Bacharelado	150	Em funcionamento
			Cuiabá			
			Diamantino			
			Lucas do Rio Verde			
			Vila Rica			
	IF	Ciências Naturais e Matemática	Alto Araguaia	Licenciatura	100	Em funcionamento
			Arenápolis			
			Canarana			
			Colíder			
			Cuiabá			
			Paranatinga			
			São Félix do Araguaia			
			Sorriso			
	Vila Rica					
	ICET	Matemática	Canarana	Licenciatura	100	Em funcionamento
			Cuiabá			
			Juína			
Lucas do Rio Verde						
Paranatinga						
ICET	Química	Arenápolis	Licenciatura	100	Em processo de elaboração do edital	
		Barra do Bugres				
		Cuiabá				
		Guarantã do Norte				
		Juína				
		Lucas do Rio Verde				
		Pedra Preta				
		Pontes e Lacerda				
		Sorriso				
Vila Rica						
Cuiabá	IE	Pedagogia – Turma 2020	Arenápolis	Licenciatura	230	Em funcionamento
			Campo Verde			
			Cuiabá			
			Lucas do Rio Verde			
			Paranatinga			
			São Félix do Araguaia			
	IE	Tecnologia Educacional	Água Boa	Licenciatura	152	Em funcionamento
			Aripuanã			
			Barra do Bugres			
			Canarana			
			Cuiabá			
			Diamantino			
			Jauru			
			Juara			
			Juína			
Lucas do Rio Verde						
Nova Xavantina						
Pedra Preta						
Pontes e Lacerda						
São Félix do Araguaia						
Sapezal						
IGHD	Geografia	Arenápolis	Licenciatura	204	Em processo de elaboração do edital	
		Barra do Bugres				
		Guarantã do Norte				
		Juína				
		Lucas do Rio Verde				
		Nova Xavantina				
		Paranatinga				
		Sorriso				
Várzea Grande	FAENG	Bacharelado em Ciência e Tecnologia	Água Boa Cuiabá	Bacharelado	1000	Em funcionamento

<i>Campus</i>	Unidade Acadêmica	Nome do Curso	Polos	Habilitação	Nº de Vagas por Turma	Situação Atual
			Guarantã do Norte			
			Lucas do Rio Verde			
			Pontal do Araguaia			
			Pontes e Lacerda			
			Primavera do Leste			
			Rondonópolis			
			Sorriso			
			Tangará da Serra			
			Vila Rica			

Fonte: SETEC, 2023.

Quadro 5 . Cursos de pós-graduação *stricto sensu*

<i>Campus</i>	Unidade Acadêmica	Nome do Programa	Área de Avaliação	Nível	Conceito CAPES	Situação Atual	
Araguaia	ICET	Ciência de Materiais	Materiais	Mestrado	4	Em funcionamento	
	ICBS	Imunologia e Parasitologia Básicas e Aplicadas	Ciências Biológicas III	Mestrado	4	Em funcionamento	
Cuiabá	FAAZ	Agricultura Tropical	Ciências Agrárias I	Mestrado/Doutorado	5	Em funcionamento	
		Ciência Animal	Zootecnia/Recursos Pesqueiros	Mestrado/Doutorado	4	Em funcionamento	
	FE	Economia	Economia	Mestrado	4	Em funcionamento	
	ICHS	Antropologia Social	Antropologia/Arqueologia	Mestrado	3	Em funcionamento	
		Filosofia	Filosofia	Mestrado	4	Em funcionamento	
		Política Social	Serviço Social	Mestrado	4	Em funcionamento	
		Sociologia	Sociologia	Mestrado	3	Em funcionamento	
	FANUT	Nutrição, Alimentos e Metabolismo	Nutrição	Mestrado	4	Em funcionamento	
	FM	Ciências da Saúde	Medicina I	Mestrado/Doutorado	5	Em funcionamento	
	FENF	Ciências Florestais e Ambientais	Ciências Agrárias I	Mestrado	4	Em funcionamento	
	FAVET	Ciências Veterinárias	Medicina Veterinária	Mestrado/Doutorado	5	Em funcionamento	
	FD	Direito	Direito	Mestrado	3	Em funcionamento	
	IB	Ecologia e Conservação da Biodiversidade	Biodiversidade	Mestrado/Doutorado	5	Em funcionamento	
			Zoologia	Biodiversidade	Mestrado	4	Em funcionamento
			Biologia Vegetal	Biodiversidade	Mestrado	A	Em funcionamento
	IE	Educação	Educação	Mestrado/Doutorado	4	Em funcionamento	
		Psicologia	Psicologia	Mestrado	3	Em funcionamento	
	FEF	Educação Física	Educação Física	Mestrado	4	Em funcionamento	
	FAEN	Enfermagem	Enfermagem	Mestrado/Doutorado	4	Em funcionamento	
	FCA	Comunicação	Comunicação e Informação	Mestrado	A	Em funcionamento	
		Estudos de Cultura Contemporânea	Interdisciplinar	Mestrado/Doutorado	5	Em funcionamento	
	IL	Estudos de Linguagem	Linguística e Literatura	Mestrado/Doutorado	5	Em funcionamento	
	IF	Física	Astronomia/Física	Mestrado/Doutorado	4	Em funcionamento	
		Física Ambiental	Ciências Ambientais	Mestrado/Doutorado	4	Em funcionamento	
	FAGEO	Geociências	Geociências	Mestrado	3	Em funcionamento	
	IGHD	Geografia	Geografia	Mestrado	4	Em funcionamento	
		História	História	Mestrado/Doutorado	4	Em funcionamento	
ICET	Química	Química	Mestrado	3	Em funcionamento		
FAET	Recursos Hídricos	Ciências Ambientais	Mestrado	3	Em funcionamento		
ISC	Saúde Coletiva	Saúde Coletiva	Mestrado/Doutorado	4	Em funcionamento		
Sinop	ICAA	Agronomia	Ciências Agrárias I	Mestrado	3	Em funcionamento	
		Zootecnia	Zootecnia/Recursos Pesqueiros	Mestrado	3	Em funcionamento	
	ICNHS	Ciências Ambientais	Ciências Ambientais	Mestrado	3	Em funcionamento	
	ICS	Ciências em Saúde	Interdisciplinar	Mestrado	4	Em funcionamento	

Fonte: PROPG, 2023.

6.2 Articulação entre as Modalidades Presencial e a Distância

A articulação ocorre no processo de ensino-aprendizagem, em que a modalidade presencial se utiliza das ferramentas digitais ou das Tecnologias da Informação e da Comunicação próprias da modalidade a distância, visando principalmente a execução do projeto pedagógico do curso, a acessibilidade digital e comunicacional, a interatividade entre docentes, discentes, o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso, como pressupõe o Indicador 1.16 do instrumento de avaliação INEP de 10/2017.

Na graduação presencial, as TICs assumem, basicamente, duas funções: administração da vida acadêmica e objeto/tecnologia de aprendizagem. As TICs são utilizadas para que o aluno receba informações sobre sua vida acadêmica, de forma a poder tomar decisões sobre ela. Como objeto de aprendizagem, com a promoção da inclusão do acadêmico ao uso das TICs e como estratégia de aprendizagem, com a explicitação do uso como recursos de ensino e da aprendizagem.

Na educação a distância, a articulação entre as modalidades ocorre por meio da disponibilização da plataforma *moodle* pela Secretaria de Tecnologia Educacional (SETEC) e o suporte tecnológico para atuação dos docentes nos Ambientes Virtuais de Aprendizagens, por meio de instrumentalização nas graduações e pós-graduação. Na organização do ambiente, há o trabalho do professor da disciplina presencial aliado ao trabalho do tecnólogo educacional (*instrucional designer*), do editor ao artista gráfico (*web designer*).

A partir da aprovação em Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) da UFMT e regramento instituído pelo Ministério da Educação, torna-se possível a implementação de 20% da carga horária do curso ofertada por meio da modalidade a distância. No ambiente virtual dos cursos presenciais ocorre também a inserção de textos escritos (livros, artigos de revistas e jornais), Hipertextos, Textos Audiovisuais e Textos Orais.

Nos cursos presenciais, as disciplinas ofertadas com mediação tecnológica por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem têm oportunizado acompanhamentos e mediação da aprendizagem dos

graduandos em sua caminhada acadêmica, especialmente o registro das experiências formativas.

6.3 Acompanhamento e avaliação do planejamento e execução do trabalho docente

O trabalho docente é parametrizado pelo CONSEPE. Atualmente, pela Resolução CONSEPE nº 158/2010 e subsidiariamente pela Resolução CONSEPE nº 41/2016, alterada pela Resolução CONSEPE nº 66/2016.

Há de se considerar que o trabalho docente se realiza, sobretudo, mediante ensino, pesquisa, extensão e gestão, devendo seu planejamento e execução ser solidamente realizados e avaliados internamente à Universidade e de forma transparente para a sociedade.

Para tanto, deve-se considerar diferentes necessidades de planejamento e avaliação do trabalho docente:

- **Instância funcional:** O servidor docente, integrante do Regime Jurídico Único, deve cumprir o seu contrato de trabalho. De acordo com a resolução CONSEPE nº 158/2010, é atribuição do docente planejar o seu trabalho anual, em harmonia com a sua unidade de lotação, e submetê-lo, semestralmente, à chefia imediata para aprovação, após averiguação de conformidade com as normas que regem o trabalho docente. Ato contínuo, o Plano Individual de Atividades (PIA), passa por homologação do Diretor da Unidade e é confiado à guarda e possíveis averiguações da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP). Para tornar realidade e dar transparência a esse documento, foi implantado o Sistema de Gerenciamento de Encargos, o qual, além da função de registro e documentação do Plano de Atividades de cada docente, possibilita aos diferentes níveis de gestão o acompanhamento do planejamento do trabalho docente, seja por indivíduo, seja por setores. Quanto à avaliação da execução do trabalho docente, de acordo com a Resolução CONSEPE nº 41/2016, alterada pela resolução CONSEPE nº 66/2016, é prerrogativa de cada docente realizá-la em correlação biunívoca com o PIA. A avaliação é materializada no Relatório de Atividades (REA), que é individual, sendo submetido, similarmente ao PIA, à aprovação da chefia, homologação da Direção da Unidade e guarda da PROGEP.
- **Instância pedagógica:** É direito e dever do docente realizar o planejamento de ensino em consonância com as horas de ensino

consignadas no PIA, realizado na instância funcional. O número de horas de ensino é atribuído a cada docente em reunião do colegiado ou congregação da própria unidade de lotação. Por sua vez, o Plano de Ensino, após aprovação do colegiado de curso, é publicado no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e, obrigatoriamente, reportado aos estudantes no início das atividades do componente curricular. A avaliação do trabalho de ensino, conforme a Resolução CONSEPE nº 67/2019 é de responsabilidade do NDE, com aprovação do Colegiado de Curso.

- **Instância de pesquisa:** O docente que optar pela realização de pesquisa, em conformidade com o estabelecido no PIA, deve submeter seu Projeto de Pesquisa ao Colegiado de Departamento ou Congregação da unidade de lota o, aos quais cabe aprovar tanto o projeto quanto o relatório. Mesmo que aprovado pelo  rgo colegiado da unidade de lota o do pesquisador, o projeto de pesquisa s  terá efetividade se cadastrado no Sistema de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa (SGPP), o qual, ao assegurar registro, documenta o e acompanhamento, demanda que o Projeto esteja em harmonia com os diversos dispositivos institucionais que regulamentam essa atividade acadêmica.
- **Instância de extensão:** O docente que optar pela realiza o de extensão, em conformidade com o registrado no PIA, deve tramitar seu Programa ou Projeto em similaridade ao itinerário estabelecido para projeto de pesquisa. Contudo, o Programa ou Projeto, para que tenha efetividade, deve ser registrado no SIEX (Sistema de Extensão).

6.4 Incorpora o de recursos tecnológicos

Os recursos tecnológicos mais utilizados pelos cursos e citados em seus PPCs são o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que cont m ferramentas de avalia o, comunica o, disponibiliza o de conteúdo, administra o e organiza o que permitem o contato entre o docente e o discente do curso por meio virtual, o Sistema Acadêmico, WhatsApp, blogs, m dias sociais, serviços de e-mail do curso e, ainda, desde que autorizado, sites de professores (se, de alguma forma, correlacionados com a vida acadêmica).

Desde 2012, a UFMT já disponibiliza os AVAs integrados aos seus sistemas acadêmicos. Para prover a hospedagem dos Ambientes Virtuais que atendem os cursos EaD, a SETEC possui infraestrutura própria de data center, equipamentos de servidores e gerador de energia, que visa garantir

autonomia e disponibilidade dos serviços ofertados para os cursos a distância, nesse sentido, conta ainda com uma equipe de profissionais habilitados em tecnologias de rede e conectividade.

A infraestrutura dos polos presenciais, tanto nos aspectos físicos, tecnológicos como de pessoal, ficam sob a responsabilidade de mantenedores estaduais ou municipais, por intermédio de parcerias estabelecidas via sistema Universidade Aberta do Brasil.

6.5 Parâmetros para elaboração dos currículos e seleção de conteúdos

As Diretrizes Curriculares Nacionais, instituídas pelo Conselho Nacional de Educação, são normas obrigatórias que têm como objetivo orientar o planejamento curricular dos sistemas de ensino, norteando seus currículos e conteúdos mínimos.

Além das Diretrizes Curriculares Nacionais, o currículo do ensino superior também está sob o efeito de Leis e Decretos Federais, Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação, Instrumentos de Avaliação, além das normas internas da própria Instituição.

Desta forma, compreende-se que o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é o principal instrumento para a implementação dessas normas, pois, segundo a Resolução Consep nº 118/2014, o PPC é um “documento que expressa o conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos, constituídos como parâmetros principais para a ação educativa, e se destina a fundamentar a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa do curso”.

Neste sentido, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação prepara e divulga um roteiro para elaboração e reestruturação de PPCs, construído à luz das normas vigentes, atualizado periodicamente.

Quanto à seleção dos conteúdos constantes no currículo, além daqueles estipulados pelas normas citadas acima como obrigatórios, as unidades acadêmicas têm autonomia para construí-los coletivamente, e levam em consideração, principalmente, a progressiva alteração do perfil dos ingressantes, a mobilidade dos estudantes no âmbito da própria UFMT, entre as IFES, bem como a mobilidade internacional, a necessidade de repensar e assegurar a qualidade acadêmica de cada curso, em contexto

de aceleradas mudanças na conjuntura social e no mundo do trabalho, a necessidade de reequilibrar a atribuição de encargos didáticos dos docentes, de forma a sustentar o ensino, a pesquisa e a extensão, em conjuntura que assegure a qualidade de vida ao docente, e o atendimento das normas vigentes.

6.6 Políticas/normatização para estágio supervisionado

As políticas de estágio na UFMT seguem o disposto na legislação vigente nacional (Lei nº 11.788/2008) e internamente a Resolução CONSEPE nº 134/2021.

No que cabe à PROEG, sobre as políticas para estágio, a Coordenação de Ensino de Graduação/CEG, por meio de duas gerências (Gerência de Normas e Projetos Pedagógicos/GNPP e Gerência de Estágio e Mobilidade Acadêmica/GEMOB), atua junto às unidades acadêmicas, com as orientações relacionadas às atualizações das normatizações e regulamentação dos estágios na graduação.

Desta forma, a PROEG:

- Acompanha e orienta na elaboração e revisão dos regulamentos de estágios que compõem os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de graduação;
- Informa docentes, discentes, empresas parceiras que ofertam vagas de estágio aos estudantes de graduação da UFMT, quanto aos critérios e diretrizes estabelecidos pela legislação nacional e interna de estágio;
- Realiza a operacionalização referente aos procedimentos para firmar os convênios de estágio;
- Propõe e encaminha à instância superior (CONSEPE) as alterações e atualizações do regulamento geral de estágio na graduação.

7 Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI)

O Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) é um instrumento de planejamento e gestão acadêmica que orienta as práticas da universidade, promovendo a qualidade do ensino, a integração entre ensino, pesquisa e extensão, e o desenvolvimento de uma formação acadêmica alinhada com os valores e necessidades da sociedade, estabelecendo as diretrizes, objetivos, princípios e ações que norteiam a atuação acadêmica da instituição. Em seu conteúdo estão presentes a visão, a missão e os valores da universidade, bem como os compromissos e responsabilidades assumidos perante a sociedade.

A UFMT é uma instituição dedicada à promoção do ensino superior, pesquisa e extensão em prol do desenvolvimento acadêmico, científico, cultural e socioeconômico regional e nacional. Com o objetivo de orientar e fortalecer as atividades nessas áreas fundamentais, o PPPI da UFMT estabelece diretrizes estratégicas para as políticas de ensino, pesquisa e extensão, preconizadas no Decreto nº 9.235/2017, delineando um horizonte de atuação consistente com as necessidades e demandas contemporâneas. Além disso, o PPPI da instituição traz outras políticas transversais e necessárias para o cumprimento da sua missão institucional, tais como, a política de gestão, de sustentabilidade, de assistência estudantil, de internacionalização e de comunicação.

Cumprir ressaltar que o ensino, a pesquisa e a extensão constituem pilares indissociáveis da formação acadêmica que sustentam a articulação entre teoria e prática visando a construção do conhecimento, a interação entre docentes e discentes, o compromisso com a transformação social e a intervenção na sociedade. Portanto, apesar de estarem em tópicos distintos, essa inter-relação está explícita nos valores da instituição e nas políticas de ensino, pesquisa e extensão.

7.1 Políticas de Ensino

7.1.1 Ensino de Graduação

Ao longo dos 52 anos de existência, a UFMT consolidou-se como uma instituição de formação profissional de referência no Estado de Mato

Grosso e na região Centro-Oeste do país. Atualmente, oferta 97 cursos de graduação, sendo 91 cursos presenciais, distribuídos nos 4 (quatro) *campi* universitários, e 06 cursos a distância.

No entanto, há possibilidade de criação de novos cursos, como por exemplo, projetos de oferta de cursos de graduação inovadores, com dupla diplomação, que convergem com a necessidade de internacionalização da instituição. Outra modalidade de ensino ainda não explorada pela UFMT é a oferta de cursos tecnológicos, que pode atender a uma demanda expressiva da sociedade.

Os cursos de graduação da UFMT podem ser ofertados de acordo com os seguintes formatos pedagógicos: i) ensino presencial, formato pedagógico no qual as atividades acadêmicas curriculares são desenvolvidas predominantemente por encontros presenciais dos estudantes com o docente ou os docentes responsáveis, em horários e locais preestabelecidos; ii) ensino a distância, formato pedagógico no qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre predominantemente com a utilização de meios e tecnologias de informação.

Para facilitar o acesso aos cursos de graduação, a Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) promove vários processos seletivos, tendo o Sistema de Seleção Unificada (SISU) como principal forma de acesso ao ensino superior, assegurando também a inclusão de candidatos por meio de reserva de vagas, no âmbito das Políticas de Ações Afirmativas, como pretos, pardos, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e em situação de vulnerabilidade econômica. Tendo como desafio ainda a retomada do Programa de Inclusão Indígena e avançar na institucionalização da política de ação afirmativa para pessoas transexuais, travestis e transgêneros, e imigrantes refugiados. Além disso, os procedimentos para matrícula se consolidaram de forma totalmente virtuais, o que possibilita ao candidato realizá-la de qualquer lugar, sem a necessidade de se deslocar antes do início das aulas.

Nesse sentido, a PROEG orienta e acompanha o trabalho dos diretores das faculdades e institutos, dos coordenadores de curso, dos núcleos docentes estruturantes e dos colegiados de curso na gestão acadêmica, de tal forma que os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) expressem, com clareza, que o ensino, a pesquisa e a extensão se

configurem como processos formativos do estudante, tendo como alicerces: a interdisciplinaridade; a ética; a democracia; a qualidade acadêmica; a inovação; a equidade; a sustentabilidade; a pluralidade e a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Sendo assim, no ensino, o foco deverá estar no estudante, no sentido de proporcionar a aquisição do perfil profissional definido no PPC em consonância às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Na pesquisa, com a iniciação científica, o enfoque volta-se para a investigação exploratória, descritiva e explicativa da realidade, com o sentido de ampliar o entendimento e de contribuir para as áreas de conhecimento que se interrelacionam com a formação. E na extensão, busca-se possibilitar a interface permanente da comunidade acadêmica com a sociedade, por meio de programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços voltados ao benefício mútuo, o que tem implicado em uma reconceituação e aprofundamento da extensão como componente curricular obrigatório na trajetória acadêmica do estudante.

Para desenvolver essa formação, a UFMT agrega recursos das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) para atender as especificidades do curso, bem como para desvincular a aprendizagem da presença do estudante da sala de aula, especialmente com a disponibilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que possibilita ao estudante dedicar-se à aprendizagem em qualquer espaço e segundo sua disponibilidade de tempo.

Outro desafio a ser assumido pela UFMT, mediado, sobretudo pela PROEG, diz respeito à ampliação da experiência no desenvolvimento de programas e projetos de ensino de qualidade e com grande potencial de inovação, como por exemplo, a criação do Programa Institucional de Acompanhamento do Egresso (PIACE), que caminha às vias da institucionalização. O PIACE tem o objetivo de orientar ações de acompanhamento e monitoramento dos egressos da UFMT, para que, a partir do conhecimento vivenciado pelo estudante egresso, seja possível aprimorar o processo formativo prescrito nos PPC em consonância aos princípios previstos nesta política de ensino de graduação.

Como ação política que objetiva a melhoria da qualidade do ensino, apresenta-se, também, o projeto estratégico “Fortalecimento da Gestão Acadêmica dos Cursos de Graduação”, que objetiva fortalecer a gestão

acadêmica dos cursos de graduação, para que os indicadores de desempenho e de qualidade do ensino e da aprendizagem sejam otimizados, tornando os cursos mais atrativos e, conseqüentemente, incentivando a procura e a permanência dos estudantes. Esse projeto deverá ter como foco a gestão acadêmica de nível básico, conforme conceitua o Estatuto da UFMT, por entender que os agentes que integram a universidade devem enxergá-la como um sistema educacional que, para funcionar, há que se desenvolver a gestão dos processos em matéria acadêmica.

Nesse contexto, a PROEG está sempre preocupada com as demandas de toda a graduação e propondo ações que fortaleçam os cursos por meio de formações. Essas formações são desenvolvidas por meio de duas vertentes: i) formação continuada em docência no ensino superior, que tem como objetivo atender docentes em estágio probatório e docentes veteranos, com temas relacionados às práticas pedagógicas; ii) formação continuada em gestão acadêmica, cuja finalidade é apoiar a atuação dos gestores, por meio de orientações e atualizações a respeito das principais normas e rotinas acadêmicas no âmbito do ensino de graduação.

Por meio de ações formativas, em consonância com os indicadores/necessidades dos cursos, busca fortalecer os programas de apoio pedagógico: PET (Programa de Educação Tutorial), PIBID (Programa de Bolsa de Iniciação à Docência), PRP (Programa de Residência Pedagógica), Programa de Tutoria e Programa de Monitoria.

Com o intuito de agregar a comunidade acadêmica na discussão dos temas atuais do ensino de graduação, a PROEG realiza Fóruns de Graduação e a Semana Acadêmica. Ademais, pretende-se iniciar a publicação da Revista de Graduação, que se tornará um espaço para publicação de artigos acadêmicos sobre esses temas.

Dessa forma, a PROEG mantém-se em diálogo permanente com a comunidade acadêmica, tanto presencialmente, como por meio das TIC, sempre com a finalidade de melhorar a qualidade do ensino de graduação, bem como, aprimorar os procedimentos de registros e expedição de documentos acadêmicos em formato digital.

Atenta ao perfil do estudante egresso para atender ao desenvolvimento do conhecimento e às demandas locais e regionais do

mundo do trabalho, a UFMT mantém o compromisso com a formação do cidadão profissional, ético, crítico e consciente da necessidade de continuar a se desenvolver humana e profissionalmente mediante estudos continuados. Dessa forma, dois objetivos são fundamentais para o alcance da Política de Ensino de Graduação da UFMT: 1- Melhorar a qualidade do ensino da Graduação e Pós-Graduação; 2- Elevar a oferta de egressos no mundo do trabalho.

7.1.2 Ensino de Pós-Graduação

O Ensino de Pós-Graduação está intimamente relacionado à produção de conhecimento, que demanda intercâmbio e trabalho coletivo permanente, sendo constituídos por dois níveis de pós-graduação, o *lato sensu* e o *stricto sensu*. O primeiro, compondo os Programas de Residências e as Especializações, encontra-se sob o planejamento das unidades acadêmicas, com os projetos de curso definidos de acordo com as demandas do mundo do trabalho, uma vez que cumprem o objetivo de preparar tecnicamente os especialistas de diferentes postos de trabalho e contam com apoio institucional da PROPG/UFMT. A Política Institucional para esse tipo de pós-graduação consiste no incentivo ao desenvolvimento de cursos voltados a uma educação continuada, propiciando a formação continuada de profissionais, com o domínio de novas tecnologias que venham a agregar conhecimento e valor à prática desses profissionais. Assim, esse nível de formação possui caráter dinâmico e atual, em consonância com as demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

O segundo nível compreende os cursos regulares e permanentes em nível de Mestrado e Doutorado, que se constituem como espaços de formação e de realização de pesquisa, com conseqüente produção da ciência, construção de conhecimentos e inovação tecnológica. Esse nível de ensino da Educação Superior é estratégico para o desenvolvimento regional, para a melhoria da qualidade da Educação Básica, para a inserção social e para a internacionalização. Uma especificidade dos cursos *stricto sensu* faz-se pela regulação via CAPES desse modo de formação, estando em avaliação contínua pelos ciclos quadriennais de avaliação. Tais índices de avaliação perfazem um dos indicadores do IGC institucional. Dessa forma, é mister que a UFMT, em sua Política de ensino de Pós-Graduação, vise sempre à consolidação desses cursos com ações para aumento do conceito

CAPES, a fim de elevar os indicadores institucionais, buscando a consolidação e a excelência na Pós-Graduação.

Para consolidar e alcançar o nível de excelência da pós-graduação na Universidade Federal de Mato Grosso, os programas de pós-graduação deverão atender para os seguintes preceitos gerais:

1. Deverá ser dada atenção especial à qualidade dos programas de pós-graduação, conforme avaliação periódica da CAPES.
2. Com cursos de pós-graduação *stricto sensu* em quase todas as unidades acadêmicas, o aumento do número de programas não deverá ser priorizado, dando-se ênfase e investimento na melhoria da qualidade dos programas já em funcionamento.
3. A criação de novos programas de pós-graduação deverá estar normatizada com regras que priorizem a excelência do projeto e a qualificação do corpo docente que o sustenta. A criação de novos cursos deverá ser direcionada a áreas do conhecimento ainda descobertas no âmbito da UFMT.
4. Políticas específicas deverão ser elaboradas para apoio aos programas com conceito CAPES inferior a 4 e com potencial de crescimento, conforme parâmetros de qualidade da área, sem perder de vista a possibilidade de fusão ou de redesenho e reestruturação de programas em áreas correlatas e que estão na mesma área de avaliação da CAPES. A competição entre programas com o mesmo perfil não será incentivada. Ao contrário, a cooperação, o desenvolvimento de atividades conjuntas, o compartilhamento de infraestrutura física e de pessoal e, quando possível, a fusão deverão ser metas relevantes a serem atingidas.
5. A autoavaliação dos programas de pós-graduação para identificação de indicadores, parâmetros e políticas que contribuam para a sua melhoria, com métricas adequadas a cada área do conhecimento, incluindo a participação de egressos na autoavaliação, deverá ser uma atividade regular.

A interação com a sociedade é uma necessidade de entrega a ser executada pela UFMT. Nesse sentido, os programas de pós-graduação *stricto sensu* serão incentivados a adotar currículos flexíveis com integração ativa entre projetos de pesquisa e formação básica, adotando a premissa da pesquisa como princípio formador. Deve-se redesenhar a pós-graduação em novos formatos, com a adoção de metodologias proativas nos processos de ensino-aprendizagem, em consonância com a realidade da interdisciplinaridade, além de buscar ações que possam elevar os

índices de excelência acadêmica, resultando na ampliação da produção de conhecimento e de inovação relevante para a geração de novas tecnologias.

7.2 Políticas de Extensão

A indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão está no cerne da definição do papel da Extensão na UFMT. A Extensão possibilita o fortalecimento e a relação da teoria com a prática, enriquece o conhecimento produzido e sua socialização, tendo em conta os diversos saberes existentes, a diversidade cultural, a pluralidade de ideias, a ética e a democracia.

Apesar da importância da extensão para a Universidade, não cabe dúvida que ao longo da história do ensino superior no Brasil a extensão recebeu menos atenção do que o ensino e a pesquisa, eixos que compõem o tripé fundamental e legal das instituições universitárias brasileiras.

No sentido de fortalecimento da extensão, foi aprovada a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação, que estabeleceu as diretrizes para a Extensão no Ensino Superior visando o cumprimento do disposto na meta 12.7 da Lei 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional da Educação 2014-2024. O ponto central da nova legislação está na curricularização da extensão, que propõe o rompimento dessa situação antiga e ainda presente na educação superior brasileira, fortalecendo a relação entre ensino, pesquisa e extensão.

A Resolução nº 7 determina que a extensão faça parte da matriz curricular de todos os cursos de graduação, bem como da organização da pesquisa para assim promover a integração transformadora entre as instituições de ensino superior e os diversos e diferentes setores da sociedade a partir de um processo interdisciplinar em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Diante desta nova diretriz, a implementação da extensão na formação acadêmica, está alicerçada em uma concepção de profissionalização que vai além do saber técnico e científico, mas que incorpora uma formação de caráter também humanista, primando pela formação cidadã, cultural, filosófica, socioambiental, empreendedora e socialmente comprometida com os princípios do desenvolvimento sustentável e de enfrentamento das desigualdades sociais. Com ações institucionais pragmáticas e sustentáveis

financeiramente, voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e com forte atuação nas políticas de ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

O fomento à melhoria da qualidade do Ensino e da Pesquisa, por meio da extensão, se manifesta na crescente participação da comunidade, interna e externa, em ações de extensão. A UFMT aponta uma demanda crescente nas ações de Extensão e, por conseguinte, uma readequação orçamentária condizente com a responsabilidade acadêmica provocada, logo, é necessário aumentar gradativamente a proporção dos recursos recebidos do MEC com destinação exclusiva à extensão.

A construção das políticas de Cultura, Esporte, Vivência Acadêmica e Extensão na UFMT considera o movimento do binômio ensino-pesquisa, pesquisa-ensino, colocando a extensão como elemento dinamizador dessa relação, por meio da curricularização. A Pró-reitoria de Cultura, Extensão e Vivência apoia e articula a participação dos *campi* da Instituição, incentivando a integração com a sociedade como um todo, os governos e empresas, promovendo a cooperação entre os envolvidos.

A UFMT tem sua política de extensão claramente sintonizada com o que preceitua o Plano Nacional de Extensão, que hoje é a expressão maior daquilo que as universidades públicas conseguiram construir do ponto de vista da concepção de extensão universitária, bem como as principais diretrizes que lhe dão sustentação formulada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Extensão

A Extensão, segundo o PNE e em conformidade com a Constituição, é a articulação da indissociabilidade do ensino e da pesquisa a viabilizar a existência de uma relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Entendemos que tal atividade se constitui, portanto, uma via de mão-dupla, que proporciona o tráfego de ideias, propostas e práticas entre a comunidade acadêmica e a comunidade não acadêmica. Esse trânsito assegura à comunidade acadêmica, a conectividade necessária com a sociedade, oportunizando a elaboração da práxis no conhecimento acadêmico e agregando valor social no fazer acadêmico.

A creditação de atividades de extensão como componente curricular nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso se estrutura por meio da participação de estudantes em extensão universitária, de acordo com a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê o mínimo de 10% do total de créditos exigidos para a graduação para programas e projetos de extensão universitária. Além de ser um instrumento nesse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar, que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 1987). A dimensão interdisciplinar da extensão, possibilita horizontalmente, a articulação entre as disciplinas dos currículos e, verticalmente, a possibilidade de trocas interdisciplinares nas diversas áreas de conhecimento presentes na Instituição. Metodologicamente, a curricularização, também, torna o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico, significativo e atrativo para o estudante.

Entende-se que a Extensão Universitária é um instrumento efetivo de transformação da Universidade e da sociedade, no que concerne à justiça social, a democracia, enfrentamento de desafios e a busca de novas oportunidades que possam suprir as necessidades da comunidade, da Universidade e dos governos locais, regionais, estaduais e nacionais.

Cultura

Definir a Política de Cultura perpassa a construção de um entendimento mínimo do que se compreende como Cultura. Nesse sentido, duas referências podem basear o princípio deste conceito, uma vez que se complementam, primeiro a Cultura como um “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (LARAIA, 2006, p.25), mas também “um campo específico de criação: criação da imaginação, da sensibilidade e da inteligência que se exprime em obras de arte e obras de pensamento, quando buscam ultrapassar criticamente o estabelecido” (CHAUI, 2008, p. 64).

Compreende-se de tais proposições que a atuação institucional no campo da Cultura não pode se restringir a uma ou a outra definição, mas deve, como parte de sua função primordial, ampliar a reflexão acerca do tema, aproximando os aspectos teóricos da vivência da nossa comunidade, ampliando e disseminando esta reflexão de modo coletivo, pensando a cultura como elemento de mediação com e da sociedade. Uma dimensão

transformadora da realidade, que apresenta outras e novas formas de ser e expressar.

Neste sentido, Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência, por meio da Coordenação de Cultura e Vivência, apoiada pelas Supervisões vinculadas, se propõe a construir a Política de Cultura da UFMT. Um instrumento institucional elaborado em consonância com os anseios da comunidade universitária, de realizadores culturais, artistas e demais membros da cadeia produtiva, bem como com toda a sociedade, que ofereça uma diretriz consistente para a elaboração e desenvolvimento de projetos e ações culturais.

A atuação da PROCEV na área cultural também deve estar alinhada ao Plano Nacional de Cultura (PNC), buscando o desenvolvimento de ações inseridas nas três dimensões preconizadas pelo PNC: simbólica, econômica e cidadã. Em reconhecimento ao papel de destaque da UFMT no cenário regional, nossa atuação também exerce impacto no desenvolvimento e fortalecimento da economia criativa local.

Dessa forma, é fundamental o fomento, a valorização e apoio de manifestações e expressões artísticas e culturais nos diferentes espaços e com ampla participação dos segmentos da comunidade universitária, que abranjam a variedade e diversidade que compõe os contextos da UFMT em seus *campi*, reconhecendo o papel cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) e da participação da Cultura no tripé universitário e na formação do estudante (FORCULT, online).

Alinhada aos objetivos do PNC, mas sobretudo enquanto espaço de construção de conhecimento, é fundamental que a UFMT atue na preservação, guarda e exposição dos acervos culturais institucionais, além do acervo científico, garantindo e promovendo o direito à memória e a manutenção do contexto histórico, reconhecendo e valorizando as manifestações e expressões artísticas e culturais regionais, populares e tradicionais.

Esta política se fundamenta nos princípios de liberdade de criação, democratização e ampliação do acesso às diferentes práticas culturais, além de garantir a qualidade dos serviços prestados à comunidade universitária e a responsabilidade no que tange à gestão cultural.

Entre seus objetivos principais encontra-se a formação integral para o desenvolvimento pleno dos estudantes, professores, técnicos e frequentadores dos *campi*, por meio do incentivo à produção das múltiplas dimensões culturais.

Os programas e projetos desenvolvidos no âmbito cultural se integram às ações de extensão e de vivência, e estão voltados para o acesso a bens culturais essenciais, para o exercício da cidadania, pensando a arte, a educação e o lazer como meios de permanência do estudante na Universidade e de inclusão social da comunidade envolvida.

Por fim, em função de sua qualificada estrutura de aparelhos culturais como Museu, Teatro, Orquestra Sinfônica, Coral, entre outros – alguns únicos no Estado de Mato Grosso – a responsabilidade cultural da instituição ultrapassa os limites físicos da mesma, caracterizando-se, desta forma, como grandes aparelhos extensionistas pois, em sua grande maioria, contam com a participação de estudantes da instituição.

O Esporte e o Lazer

O esporte e o lazer são dimensões da vivência acadêmica que compõem o quadro de vivências possíveis na universidade e que vem, não apenas enriquecer as possibilidades de ações extensionistas, mas promover a integração e o sentimento de pertencimento da comunidade acadêmica. Dessa forma, a Universidade procura transcender a visão do esporte como performance e rendimento de alto nível e o lazer como puro entretenimento, mas, por meio deles, procura proporcionar uma vivência universitária emancipadora, participativa e cooperativa.

O lazer na UFMT associa-se ao bem-estar social e qualidade de vida, conceitos amplamente difundidos no mundo contemporâneo. A importância do lazer e do esporte estimula a UFMT a investir em ambientes, como parques, pistas de caminhada, espaços de vivência coletiva e temática.

A relação do esporte com a saúde e o lazer, motiva a promoção de ações, integradas com o ensino, a pesquisa e a extensão visando a participação da comunidade e da sociedade. A prática desportiva também tem contribuído nas ações afirmativas da UFMT, na medida que sua vivência proporciona a interação entre os estudantes e o vínculo com a

Instituição, através de representação em eventos de Jogos Estudantis e práticas esportivas sistemáticas, nos diversos espaços acadêmicos destinados a esse fim.

Diretrizes da Extensão Universitária

Impacto e transformação: estabelecimento de uma relação entre a Universidade e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas.

Interação dialógica: desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais, marcadas pelo diálogo, pela ação de mão dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica.

Interdisciplinaridade: caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, buscando consistência teórica e operacional que estruture o trabalho dos atores do processo social e que conduza à interinstitucionalidade, construída na interação e inter-relação de organizações, profissionais e pessoas.

Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão: como resultado da curricularização da extensão, a articulação com o ensino de graduação e de pós-graduação, bem como com a pesquisa, será uma necessidade premente. Esta conexão, apesar de já existir, precisará ser fortalecida e aprofundada, reafirmando a extensão como processo acadêmico em que toda ação deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o estudante como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional, e de sua formação cidadã.

7.3 Políticas de Pesquisa

O objetivo principal das práticas de pesquisa realizadas na UFMT é o de projetar a instituição como protagonista nacional e internacional em ciência, tecnologia, desenvolvimento e inovação, lançando mão da excelência em ações integradas de ensino, pesquisa, extensão e internacionalização, de modo a responder de forma crítica às demandas

sociais, buscando a redução das desigualdades e o desenvolvimento regional, por meio da geração de renda, da inclusão social, da sustentabilidade e da melhoria da qualidade de vida, sendo, portanto, um instrumento de mudança social.

Neste sentido, a Política Institucional de Pesquisa da UFMT (PIPe/UFMT), registrada na Resolução CONSEPE-UFMT nº 338 de 24 de abril de 2023, dispõe os objetivos específicos e princípios que conformam nove diretrizes a serem seguidas, pelas unidades acadêmicas e administrativas, quando do planejamento e execução de pesquisas.

- I. **Gestão e Regulamentação** - Os processos de gestão e regulamentação têm foco na gestão e no cadastro de projetos de pesquisa; na gestão e cadastro de grupos de pesquisa; na gestão e acompanhamento da Nucleação de Atividades Acadêmicas, relacionadas a pesquisa; no acompanhamento das atividades dos Comitês de Ética em Pesquisa e das boas práticas em pesquisa; na gestão e no acompanhamento dos convênios e projetos institucionais de pesquisa; no acompanhamento da legislação vigente; bem como o credenciamento e acompanhamento de pesquisadores associados.

Atividades:

- Consolidar as boas práticas de pesquisa constituídas pelos pressupostos, princípios, diretrizes, critérios, práticas, definições e processos estabelecidos nas Resoluções Institucionais, garantindo, assim, a conduta responsável e ética esperada dos pesquisadores da UFMT;
- Ampliar e integrar os sistemas de informação;
- Aprimorar processos e aprovar atualizações e novas resoluções relacionadas à internacionalização da UFMT;
- Acompanhar a prospecção e a execução de recursos públicos e privados direcionados a pesquisa;
- Estimular a integração entre pesquisa e extensão;
- Incentivar a interiorização das ações do Escritório de Inovação Tecnológica e, em especial, da Incubadora Priante nos *campi* fora da sede;
- Promover a Regulamentação de empresas spin-offs acadêmicas no âmbito da UFMT.

- II. **Infraestrutura** - A infraestrutura de pesquisa engloba a capacidade instalada de laboratórios de pesquisa, unidades descentralizadas de

pesquisa, estruturas multiusuárias, inclusive coleções e acervos científicos, visando estratégias de otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros, na perspectiva de colaboração e fortalecimento da pesquisa entre os *campi* da UFMT e, conseqüentemente, de maneira interinstitucional.

Atividades:

- Consolidar a política de espaços multiusuários voltados para a pesquisa;
- Apoiar as coleções e acervos científicos como base para o avanço da pesquisa e estabelecimento de parcerias interinstitucionais nacionais e internacionais;
- Fortalecer a Ciber-infraestrutura computacional e de comunicação segura;
- Atualizar o Plano Diretor da UFMT e criar instrução normativa para regulamentar a gestão da infraestrutura da UFMT;
- Criar o Plano Institucional de Manutenção Preventiva e Preditiva.

III. **Fomento e Apoio** – O fomento e o apoio à pesquisa compreendem a articulação institucional com foco na captação de recursos e apoio financeiro, dentro das possibilidades orçamentárias institucionais direcionadas às iniciativas relacionadas ao fortalecimento e qualificação da produção técnica, científica, tecnológica, social, artística e cultural da Universidade Federal de Mato Grosso. Para isto, o apoio aos pesquisadores, grupos de pesquisa, núcleos de atividades acadêmicas e espaços multiusuários de pesquisa torna-se imprescindível para o desenvolvimento de ações voltadas à consolidação da pesquisa junto à sociedade, buscando a equitatividade na destinação de recursos às atividades de ensino, pesquisa e extensão, considerando as devidas proporcionalidades e a indissociabilidade entre estes três pilares institucionais;

Atividades:

- Acompanhar a prospecção e a execução de recursos públicos e privados direcionados à pesquisa;
- Promover e acompanhar o relacionamento da UFMT com empresas, visando o co-desenvolvimento de projetos com o setor empresarial.

IV. **Socialização** – A socialização do conhecimento gerado a partir da produção técnica, científica, tecnológica, social, artística e cultural das ações de pesquisa desenvolvidas no âmbito da UFMT, vinculadas a projetos de pesquisa de pesquisadores, grupos de pesquisa ou

núcleos de atividades acadêmicas, compreende as formas de divulgação e difusão junto ao meio acadêmico, setor produtivo e sociedade em geral.

Atividades:

- Ampliar a visibilidade da pesquisa da UFMT por meio do incentivo à apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais de relevância, assim como a publicação dos resultados em periódicos reconhecidos pela comunidade científica;
- Proporcionar o alinhamento das atividades de pesquisa com os arranjos produtivos, sociais e culturais regionais, nacionais e internacionais, com vistas às diversas formas de acesso ao conhecimento, de governança e visibilidade dos resultados das pesquisas, visando o desenvolvimento de soluções tecnológicas em produtos, serviços e processos, estimulando a proteção da propriedade intelectual;
- Desenvolvimento de estudos e implantação de estratégias para a transferência da inovação gerada na UFMT.

V. Formação e Capacitação – Os aspectos associados ao processo formativo tem seu foco na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, visando oportunizar aos docentes pesquisadores, servidores técnicos administrativos e estudantes de iniciação científica e tecnológica, estudantes de pós-graduação vinculados aos laboratórios de pesquisa, projetos de pesquisa, grupos de pesquisa e núcleos de atividades acadêmicas, a ampliação de seus horizontes formativos e de capacitação técnica voltados à pesquisa.

Atividades:

- Investir na melhoria da qualidade dos programas já em funcionamento, em detrimento da abertura de novos cursos;
- Limitar a criação de novos cursos para áreas do conhecimento ainda não atendidas pelos programas já existentes na UFMT, sempre prezando a excelência do projeto e a qualificação do corpo docente que o sustenta;
- Desenvolver políticas para apoio aos programas com conceito CAPES inferior a 4 e com potencial de crescimento, conforme parâmetros de qualidade da área;
- Estimular a cooperação e o desenvolvimento de atividades conjuntas, o compartilhamento de infraestrutura física e de pessoal e, quando possível, a fusão deverão ser metas relevantes a serem atingidas;

- Reforçar o papel da pesquisa como essencial à formação e à qualificação dos estudantes de graduação, de pós-graduação e dos participantes em atividades de pesquisa;
- Capacitar docentes, técnicos administrativos e estudantes da graduação e pós-graduação em idiomas estrangeiros e ofertar cursos de português para estrangeiros;
- Integrar dimensões e desenvolvimento de competências formativas internacionais e interculturais nos currículos e atividades dos cursos de graduação e pós-graduação;
- Incentivo ao desenvolvimento de competências profissionais e melhoria da qualidade de vida no trabalho;
- Formar e incentivar discentes de graduação para a participação em projetos de iniciação científica;
- Promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes da UFMT, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino, lançando mão de ações afirmativas e de ampla concorrência, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida dos estudantes;
- Ampliação das políticas de ações afirmativas voltadas à pesquisa;
- Ampliar a participação de discentes e pesquisadores no Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica.

VI. Parcerias e Convênios – Compreende-se pesquisa como instrumento de mudança social. Nesse sentido, a UFMT tem como premissa a interação com diferentes setores da sociedade, incluindo as agências de fomento, as autarquias públicas, outras instituições de ensino e pesquisa públicas e privadas, bem como o setor produtivo, atuando ativamente na busca de soluções aos mais variados problemas enfrentados pela sociedade, projetando a UFMT no cenário nacional e internacional em Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento e Inovação.

Atividades:

- Fomentar a comunicação e a cooperação entre pesquisadores, grupos de pesquisa e núcleos de atividades acadêmicas de maneira interna em escala regional, nacional e internacional;
- Consolidar parcerias internacionais visando à expansão das atividades de cooperação e a maior inserção no cenário científico e tecnológico mundial;
- Consolidar parcerias entre os setores públicos, universidades e empresas com vistas ao fortalecimento da indústria, comércio e desenvolvimento sustentável da região;

- Consolidar e ampliar acordos de cooperação internacional;
- Ampliar a pesquisa acadêmico-científica em colaboração internacional e a produção científica internacional de excelência;
- Promover e acompanhar o relacionamento da UFMT com empresas, visando o co-desenvolvimento de projetos com o setor empresarial.

VII. Ferramentas facilitadoras – As ferramentas de apoio à pesquisa compreendem um arcabouço de ações voltadas a contribuir com o pesquisador ao longo da condução de suas ações de pesquisa, excedendo ações de infraestrutura, apoio e fomento, formação e capacitação, bem como divulgação dos resultados obtidos.

Atividades:

- Estimular a autoavaliação dos programas de pós-graduação para identificação de indicadores, parâmetros e políticas que contribuam para a sua melhoria, com métricas adequadas a cada área do conhecimento, incluindo a participação de egressos na autoavaliação, deverá ser uma atividade regular;
- Consolidar a cultura da pesquisa na instituição por meio do incentivo e apoio à criação e ao fortalecimento de grupos de pesquisa, núcleos de atividade acadêmica e estruturas multiusuárias de pesquisa;
- Fortalecer a pesquisa como uma atividade coletiva e interdisciplinar;
- Implantar e desenvolver metodologia para a realização contínua de estudos de prospecção tecnológica e de inteligência competitiva no campo da propriedade intelectual, de forma a orientar as ações de inovação na UFMT;
- Desenvolver metodologia de precificação dos serviços técnicos especializados de PD&I com a devida apropriação dos custos diretos e indiretos envolvidos e a previsão de eventual retribuição variável a servidor.

VIII. Visibilidade e Divulgação – Tem como objetivo dar visibilidade ao conhecimento gerado pelas ações de pesquisa no âmbito dos projetos, laboratórios, grupos de pesquisa e núcleos de atividades acadêmicas, por meio de interfaces que aproximem o conhecimento científico da sociedade em geral.

Atividades:

- Valorizar e qualificar a produção técnica, científica, tecnológica, artística e cultural da UFMT, oriundas de pesquisas básicas e

aplicadas nas mais variadas áreas do saber, incorporando critérios de qualidade e relevância científica e social;

- Divulgar internacionalmente a UFMT, visando atrair pesquisadores, estudantes e parcerias internacionais;
- Divulgar as ações institucionais, em âmbito externo, em relação à produção intelectual, cultural e artística, o que estabelece um fluxo dialógico com os cidadãos;
- Certificar a Incubadora Priante no modelo de gestão Cerne.

IX. Integração Institucional – Contempla a ação integrada entre as unidades administrativas para que os objetivos da PIPE/UFMT sejam alcançados.

Atividades:

- Fomentar a comunicação e a cooperação entre pesquisadores, grupos de pesquisa e núcleos de atividades acadêmicas de maneira interna (intra e intercampi), em escala regional, nacional e internacional;
- Intensificar a comunicação entre o público interno.

7.4 Políticas de Governança e Gestão

O Estado Brasileiro se baseia em um contrato social firmado com os cidadãos, visando, a partir de perda de renda considerável destes, a prestação de serviços necessários para o pleno desenvolvimento da sociedade. Neste sentido, existem duas perspectivas no desenvolvimento de políticas públicas: a do agente desenvolvedor/executor da política pública (Governo) e a do principal financiador/receptor (cidadãos) desses serviços. Considerando esse contexto e que possa haver conflito de interesses entre o agente e o principal, criam-se mecanismos para garantir que as entregas do agente (governo) sejam capazes de satisfazer as demandas do principal (cidadão) com eficiência e efetividade.

Nesse sentido, dois instrumentos são necessários para que se garanta a boa versação dos recursos públicos de forma institucional, que são as ações de Governança e de Gestão. De acordo com o Tribunal de Contas União, os conceitos se relacionam no setor público, sendo que a governança tem função de direcionar, enquanto a gestão tem função de realizar.

Ao conjunto de ações e de mecanismos criados para garantir o atingimento de objetivos institucionais chama-se de Governança. No Brasil, a Governança vem à tona com a chamada Nova Administração Pública, que carrega conceitos como efetividade, eficiência, transparência e *accountability* das políticas públicas. Por seu turno, a Gestão Pública tem as funções de planejar, executar e controlar as ações para que se alcance aquilo que foi direcionado, a partir de estratégias, de processos e procedimentos.

A Governança Pública, nos termos do Decreto 9.203/2017, é definida como “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”. Além do Decreto 9.203/07, pode-se citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) e a Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013).

Importante frisar que na perspectiva de Gestão Pública, nessa esteira da Nova Administração Pública, os normativos que dispõe sobre os serviços educacionais também passam por revisão e adequação, a exemplo do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) que tem em seu bojo metas e estratégias claras para a educação brasileira. Portanto, observa-se um alinhamento gerencialista, em termos de legislações que regulam a Governança e a Educação Superior, no âmbito das IFES. Para além de normativos, é preciso destacar a criação de estruturas administrativas responsáveis pela coordenação, execução e avaliação de ações de Governança no âmbito Federal, a exemplo da Controladoria Geral da União e das Auditorias Internas.

Assim, uma governança efetiva contribui para uma gestão eficiente e eficaz dos recursos públicos, enquanto uma gestão efetiva é fundamental para que metas e objetivos estabelecidos pela governança sejam alcançados.

A UFMT, sendo uma administração indireta do Executivo Federal, tem a obrigação de direcionar os esforços necessários para a efetivação de suas políticas públicas e prestações de serviços adequados aos cidadãos através de uma gestão competente. No entanto, para definir a Política de Governança e de Gestão da UFMT não basta só entender e aplicar as normas e regras de observância geral e obrigatória para a Administração

Pública Federal, é preciso contextualizá-la para a realidade de uma Universidade Federal no Estado de Mato Grosso, que inclui definir o seu negócio e o que o cidadão espera da instituição.

Dada a complexidade do tema e os recursos públicos envolvidos, torna-se premente o controle da atuação dos gestores universitários, o monitoramento e a avaliação contínua do desempenho dessas políticas com vistas a garantir sua coerência, eficiência, eficácia, efetividade, economicidade e sustentabilidade. Em função disso, a UFMT define como essencial estruturar um Política de Governança para orientar as ações de forma a não ter fragmentações, duplicidade ou sobreposições, garantindo resultados que intervenham positivamente na gestão da UFMT e garantam a boa execução do ensino, da pesquisa e da extensão.

Para estabelecer este item a ser contemplado para o PDI 2024-2028, a metodologia adotada foi fazer o levantamento histórico, o diagnóstico atual, o desenho para formulação de proposituras de ações e a definição da avaliação das ações a serem propostas.

A Universidade Federal de Mato Grosso foi criada em 1970 com o objetivo de expandir a ocupação do Estado Brasileiro e qualificar a população local. Mesmo que o termo governança não tenha sido utilizado na Lei de criação da UFMT, a previsão de Conselhos e Estatutos já trazia elementos dessa prática. Com mais de 50 anos de existência, é natural que as práticas de administração pública pelos gestores da UFMT tenham evoluído paulatinamente, de acordo com o contexto jurídico-legal vigente.

Atualmente, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) tem implementado diversas ações visando a plena efetivação da Política de Governança e de Gestão, que tem como objetivo de promover a efetividade, transparência e eficiência na gestão pública. Entre as iniciativas destacam-se:

1. Órgãos colegiados (CONSEPE, CONSUNI, CD) que normatizam e deliberam sobre as matérias finalísticas e administrativas da instituição;
2. Definição de competências em Regimentos Internos e Portarias de Delegação;
3. Supervisão ministerial do Ministério da Educação, nos termos da lei;

4. Acompanhamento e Controle de outros órgãos públicos, a exemplo CGU, TCU e MPF;
5. Existência de estruturas administrativas, devidamente institucionalizadas e regulamentadas, de fiscalização, controle e correição, a exemplo de Corregedoria, Auditoria Interna, Ouvidoria, Comissão de Ética, assim como Comissões e Comitês, a exemplo da Comissão Própria de Avaliação (CPA), do Comitê Gestor de Governança, Riscos e Controles (CGGRC), do Comitê de Governança Digital (CGD) e do Subcomitê de Gestão de Riscos (SGR);
6. Auditoria Interna vinculada diretamente ao Conselho Diretor e com Regimento Interno próprio;
7. Orçamentos Anuais aprovados nos três Conselhos da instituição;
8. Divisão de orçamento entre os *campi* e faculdades com métricas objetivas;
9. Publicidade ativa de indicadores, relatórios, contratos, orçamentos e execução das despesas;
10. Planejamento Estratégico consolidado no Plano de Desenvolvimento Institucional, aprovado em Conselho, monitorado e revisado pela Pró-reitoria de Planejamento;
11. Fortalecimento do planejamento estratégico da instituição, de acordo com a Instrução Normativa ME nº 24/2020, com a criação do Comitê Gestor de Projetos Estratégicos (CGPE) e a implantação da gestão de portfólio, contando com sistema próprio;
12. Revisão recente da Metodologia de Gestão de Riscos da UFMT;
13. Segregação de Funções nas licitações, aquisições e pagamentos;
14. Política de comunicação que estabelece diretrizes para a divulgação de informações de interesse público, com o objetivo de promover a transparência e a *accountability*;
15. Utilização de sistemas gerenciais informatizados, produzidos internamente e pelo Governo Federal;
16. Utilização de Tecnologias Informacionais para aprimorar a qualidade da educação e melhorar a experiência do aluno;
17. Existência de Política de Tecnologia da Informação no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC) e Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) alinhados com as boas práticas de Governança Digital e de Proteção de Dados;
18. Relatório Anual de Contas (prestação de contas/accountability) submetido ao crivo da Auditoria Interna, do Conselho Diretor e do Tribunal de Contas da União;

No entanto, alguns desafios persistem e é necessário aperfeiçoar ações já iniciadas, bem como institucionalizar e regulamentar as formas de interação com a sociedade, para que a missão da UFMT seja alcançada, sem perder de vista os seus princípios e valores. Para avançar na Política de Governança e Gestão, é necessário formular ações que abordem os problemas identificados e acompanhem os resultados no período de 2024 a 2028.

Inicialmente, em termos de Política de Gestão e Governança, vislumbra-se oportunidades para desenvolver ações que visam a integração regional e a efetividade da instituição para o crescimento do Estado de Mato Grosso. Trata-se de entender e concretizar o papel da UFMT como protagonista dos serviços de ensino, pesquisa e extensão no Estado, alcançando os anseios da esfera pública e da privada.

Partindo do pressuposto de que o Estatuto da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) é o instrumento fundamental de governança e gestão na instituição, uma vez que estabelece a estrutura administrativa, define a participação da sociedade mato-grossense e possibilita o alinhamento das ações institucionais com os planos nacionais, regionais, locais e próprios, compreende-se que uma revisão desse documento traria benefícios se houvesse um consenso sobre a necessidade de reexaminar o papel da universidade e como isso seria feito.

Outro documento de extrema importância para a instituição é o Regimento Geral, que, embora previsto, não existe. De acordo com o Estatuto Universitário vigente, o Regimento Geral poderia regular institucionalmente: as atribuições e vinculações dos órgãos suplementares (art. 6º, §1º); a forma de criação e extinção de Institutos e Faculdades (art. 10); organização interna básica/padrão dos Institutos e Faculdades (art. 7º, I); forma de designação dos representantes dos Órgãos Suplementares no CONSUNI (Art. 19, VI); definir órgãos auxiliares à Reitoria (art. 23); fixar as atribuições do Vice-Reitor (art. 25); estabelecer os procedimentos devidos para a apuração de responsabilidade do Reitor, Vice-Reitor e Pró-Reitor (art. 27); os colegiados departamentais (art. 35); os colegiados de curso de graduação (art. 37, 38, 40); a eleição dos Coordenadores de Curso de Graduação (art. 39); as Coordenações de Programas de Pós-Graduação (art. 41); nomeação, posse, regime de trabalho, mecanismos de ingresso e dispensa, promoção e acesso dos servidores (art. 54 e 58); regras de

diplomação dos alunos regulares de cursos de graduação e pós-graduação (art. 59). Assim, atualmente, esses temas ou não são tratados, gerando ruídos de ordem prática, ou são tratados conforme o entendimento advindo da realidade de cada unidade e/ou gestão. Essa regulação geral traria segurança jurídica, impessoalidade, uniformização, efetividade e eficiência para a gestão universitária.

Os servidores da UFMT, que compreendem os técnicos administrativos e docentes, são o principal ativo da instituição. Sendo assim, a Universidade deve desenvolver ações contínuas para o aperfeiçoamento do quadro de pessoal, a melhoria nas condições de trabalho e o aumento na qualidade de vida, contemplando-se o atendimento das normas vigentes e o tratamento humanizado. O atual desafio é o tratamento do assédio, em suas várias formas, e respectivo atendimento psicopedagógico no ambiente do trabalho, para que se garanta a segurança à saúde mental dos servidores e evite repetição de intercorrências desse tipo na UFMT.

Em termos de estrutura física, que inclui os bens móveis e imóveis, a segurança patrimonial tem sido foco de investimento, seja por contratos de terceirização planejados, seja por aquisição de material permanente para monitoramento das instalações. No entanto, existem outros pontos focais, advindos da infraestrutura antiga, combinados com a deterioração do orçamento para as IFES, que são as manutenções prediais e as obras inacabadas. Sobre obras em andamento, nesse quadriênio, será preciso debruçar sobre as ações necessárias para a concretização do *campus* de Várzea Grande e preparar a mudança do Novo Hospital Universitário e do bloco de Faculdades Médicas para "*Campus II - Cuiabá*", da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que está sendo chamado de "Taquari", com previsão de entrega em julho de 2024.

De todo exposto, observa-se que, para otimizar o uso dos recursos públicos, se faz necessário ter acesso a informações para tomadas de decisão embasadas em dados. Portanto, é preciso estar atento para identificar as vulnerabilidades em informações, indicadores, sistemas, procedimentos, regulação, dentre outros. Por exemplo, é necessário estabelecer uma Política de Governança e Gestão da Infraestrutura e criar mecanismos para o compartilhamento direto e contínuo de bancos de

dados, em ambiente seguro, entre as unidades acadêmicas e administrativas.

Por fim, é importante ressaltar a responsabilidade dos gestores em observar as leis e as normas, que frequentemente trazem inovações jurídicas com impacto administrativo. Isso é especialmente relevante quando essas normativas exaradas pela União estabelecem ações e prazos para seu cumprimento, como é o caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Geral de Proteção de Dados, Política de Transparência e Acesso à Informação do Governo Federal, Nova Lei de Aquisições e Contratos, Governo Digital e Política de Governança da Administração Pública. Diante disso, a gestão universitária precisa realizar uma análise crítica e identificar o grau de conformidade com essas leis, a fim de estabelecer metas para seu cumprimento caso não tenha sido atingido.

7.5 Política de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Mato Grosso está aprovada pela Resolução CONSUNI N° 74 de 29 de junho de 2022, e é formulada, implementada, gerida e acompanhada pela Pró-reitoria de Assistência Estudantil da UFMT.

A Assistência Estudantil é definida como direito de todo estudante de ter condições de permanecer na Universidade, ser tratado com igualdade, respeitando-se as diferenças, visando ampliar as condições de permanência dos/as estudantes na universidade, assegurar a inclusão social, promover a qualidade de vida e a democratização do ensino superior.

A Política de Assistência Estudantil da UFMT corresponde a um modelo político-organizacional, contendo um conjunto de princípios e objetivos que dão o direcionamento para as formulações e implementação dos serviços e ações de apoio ao acesso e à permanência estudantil, visando formação qualificada e exitosa.

A Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Mato Grosso obedece aos princípios da: afirmação da educação superior como uma política de Estado; gratuidade do ensino; igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão de curso; formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes; garantia da

democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; orientação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania; defesa em favor da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceitos; pluralismo de ideias e reconhecimento da liberdade como valor ético central; valorização dos saberes tradicionais das comunidades indígenas e quilombolas do Estado de Mato Grosso; reconhecimento da diversidade sexual e de gênero da comunidade discente; zelo na utilização dos recursos e transparência nos critérios de acesso do estudante às ações desenvolvidas com fomento da assistência estudantil da UFMT.

Em consonância com os princípios anteriormente estabelecidos, a Política de Assistência Estudantil da UFMT, tem por objetivos: promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso das/dos estudantes da UFMT, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino; assegurar às/aos estudantes, sejam indígenas, quilombolas, de outras ações afirmativas e de ampla concorrência, equidade de condições para o exercício das atividades acadêmicas; contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes, no que diz respeito às condições econômicas, sociais, políticas, culturais, físicas e psicológicas; contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, buscando reduzir a reprovação e a evasão escolar, por meio da diminuição dos efeitos das desigualdades socioeconômicas, culturais e educacionais; promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico; preservar e difundir os valores éticos de liberdade, igualdade e democracia.

A concretização dos objetivos será obtida por meio da adoção de estratégias e modalidades de programas, serviços e ações que se comprometam com: o desenvolvimento de mecanismos que garantam a equidade no acesso, na permanência e na conclusão de curso na UFMT; a criação e a manutenção de programas e projetos referentes à segurança alimentar, moradia, saúde física e mental, cultura, esporte e lazer, apoio pedagógico, orientação psicológica, social e acolhimento, entre outros; a constituição e consolidação de programas de auxílios e bolsas voltados às ações básicas e à extensão, iniciação científica, desenvolvimento de projetos, estágios, entre outros.

A Política de Assistência Estudantil da UFMT está organizada em quatro eixos sob os quais se estruturam programas, projetos e serviços, sendo eles: **assistência estudantil básica**, que visa contribuir com a permanência e a conclusão do curso pelo estudante, por meio de políticas voltadas à alimentação e moradia; **promoção e prevenção**, que reúne ações e serviços para promoção da saúde, saúde mental, qualidade de vida, esporte, cultura e lazer, valorizando a vivência universitária, a integração estudantil e as diversas formas de manifestações culturais; **apoio e acompanhamento**, que reúne ações e serviços que procuram a integração do estudante ao contexto universitário, levando em consideração os aspectos pedagógicos, acadêmicos, psicossociais e culturais e as contribuições para a permanência e conclusão do curso; e **inclusão e cidadania**, que se refere ao conjunto de ações e serviços que visam a promoção da igualdade dos povos tradicionais do Estado e demais etnias e raças, da diversidade sexual e de gênero, das ações afirmativas e da formação de cidadania.

As ações de assistência estudantil deverão considerar a necessidade de viabilizar a equidade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

7.6 Política de Internacionalização

A política de internacionalização da Universidade Federal de Mato Grosso foi instituída por meio da Resolução CONSEPE nº 195, de 29 de novembro de 2021, que aprovou o Plano Institucional de Internacionalização da UFMT (PII-UFMT) 2022-2026. O plano integra ações segmentadas nas temáticas de idiomas, regulamentação e processos, cooperação, ensino, pesquisa, extensão e projeção internacional, sob coordenação da Secretaria de Relações Internacionais (SECRI) da UFMT.

A Resolução CONSEPE nº 195/2021 foi fundamentada na Resolução CONSEPE nº 16, de 26 de março de 2018, que aprovou as diretrizes de internacionalização para a comunidade acadêmica da UFMT, definiu os seis eixos para a internacionalização da UFMT (mobilidade, pesquisa, ensino, acordos de cooperação, publicação e divulgação), delegou à SECRI a coordenação da elaboração, a cada quinquênio, do Plano Institucional de Internacionalização e definiu o objetivo geral da política de

internacionalização da universidade: “Promover uma cultura de internacionalização entre toda a comunidade acadêmica com vistas ao fortalecimento da imagem e da inserção institucional no cenário mundial, considerando-se valores e preceitos institucionais”. Dele, três elementos podem ser destacados: (i) a promoção da cultura de internacionalização; (ii) o fortalecimento da imagem e inserção internacional da UFMT; e (iii) a harmonia com valores e preceitos institucionais.

Primeiramente, a promoção de uma cultura de internacionalização em uma universidade coloca os servidores da instituição como prioridade no processo. Isso se deve ao fato de a consolidação de uma cultura institucional se dar, principalmente, a partir dos agentes mais permanentes da instituição, que no caso de uma universidade são seus servidores. Docentes e técnicos administrativos da UFMT que sejam beneficiários de ações de internacionalização poderão, de maneira contínua, disseminar e reforçar elementos da internacionalização entre outros servidores e, principalmente, para os estudantes da UFMT. Com isso, tais servidores passam a desempenhar o papel de agentes multiplicadores permanentes de internacionalização, essenciais para o efetivo estabelecimento de uma cultura de internacionalização na UFMT.

Por sua vez, o fortalecimento da imagem e da inserção institucional no cenário mundial aponta para a pesquisa como outra prioridade no processo de internacionalização. A razão para isto reside no fato de que o fortalecimento da imagem de uma universidade para além de suas fronteiras resulta, sobretudo, da excelência de sua pesquisa científica. Pesquisas que envolvam parcerias com instituições de relevância mundial, relacionadas a problemas de interesse global, que entreguem soluções e cujos resultados sejam publicados não somente em língua portuguesa em periódicos internacionais de elevado fator de impacto.

Em relação a considerar os valores e preceitos institucionais, isso significa que as estratégias e ações de internacionalização devem estar em harmonia com a missão, a visão e os valores da UFMT, definidos periodicamente no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Além das resoluções citadas anteriormente, a Resolução CONSUNI nº 08, de 18 de abril de 2018, que instituiu a Política Linguística da UFMT, também integra o arcabouço institucional da política de internacionalização da universidade. Essa política, cujo objetivo primeiro “é contribuir para a

promoção da internacionalização da Educação Superior”, foi definida como um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam ações e programas que expressam o exercício do multilinguismo, seja em língua materna ou não, na perspectiva da diversidade, das identidades, das diferenças e saberes acadêmicos, populares e tradicionais, considerando o idioma um elemento de cultura e, por essa razão, ensinado em um espaço de articulação, transversalidade e internacionalização da educação superior.

Um dos reflexos da importância da internacionalização nas instituições de educação superior, no Brasil e no mundo, é o elevado número de iniciativas, grupos, associações e redes interinstitucionais com foco na promoção da internacionalização entre seus membros. Atualmente a UFMT é associada a dez dessas redes – Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB), Organização Universitária Interamericana (OUI), Associação de Universidades da Língua Portuguesa (AULP), União de Universidades da América Latina e Caribe (UDUAL), Rede Acadêmica de Universidades do Brasil, Portugal e Espanha (Grupo Tordesilhas), Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI), o Núcleo de Relações Internacionais do Estado de Mato Grosso (NURIMAT), Rede ANDIFES Nacional de Especialistas em Língua Estrangeira – Idiomas sem Fronteiras (Rede ANDIFES-IsF), Rede de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação das Regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil e América Latina (RECONAL-Edu) e *Equality In Leadership For Latin American STEM* (Rede ELLAS). As duas últimas são redes criadas sob coordenação da UFMT, por meio da Assessoria de Parcerias Internacionais da SECRI.

Dentre os benefícios que um processo de internacionalização pode trazer para a universidade, têm-se os seguintes: (i) qualificação e capacitação de docentes, técnicos administrativos e discentes em idiomas estrangeiros; (ii) desenvolvimento institucional, a partir do intercâmbio de experiências e da identificação e análise de práticas de excelência em ensino, pesquisa, extensão e na gestão universitária desenvolvidas por universidades, centros de pesquisa e redes internacionais; (iii) estabelecimento de parcerias com instituições internacionais para o desenvolvimento conjunto de ações de ensino, pesquisa ou extensão, que promovam a excelência acadêmica, a solução de problemas e o desenvolvimento socioeconômico e cultural em diferentes contextos da sociedade; (iv) criação de condições para a melhora da classificação de programas de pós-graduação da instituição; (v) aprimoramento das

competências da comunidade acadêmica para comunicação e relacionamento interculturais; (vi) novas fontes de receitas financeiras, especialmente para realização de pesquisas de interesse global, como é o caso da temática do desenvolvimento sustentável nos biomas mato-grossenses da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal; (vii) preparo para a competição global na produção de conhecimento, inovação e desenvolvimento de talentos; e (viii) fortalecimento e promoção da imagem institucional.

A atenção institucional com a internacionalização da UFMT remonta à década de 1980, quando foi criada a Assessoria de Relações Internacionais (ARI). Ao longo dos anos, a internacionalização avançou na universidade, tanto em nível de formalização de parcerias internacionais como também em ações de mobilidade internacional acadêmica, de professores e técnicos, mas, sobretudo, de estudantes da UFMT para universidades estrangeiras e de estudantes estrangeiros para a UFMT. Ainda assim, a internacionalização da UFMT precisa lidar com desafios para sua ampla implementação. Dentre os desafios estão: (i) elevar o número de docentes, técnicos administrativos e estudantes com proficiência avançada em idiomas estrangeiros; (ii) ofertar disciplinas em idioma estrangeiro na graduação e pós-graduação, abertas para público estrangeiro, inclusive como cursos livres com possibilidade de aproveitamento para alunos da UFMT; (iii) aderir e desenvolver programas de internacionalização em casa; (iv) expandir ações de mobilidade para países falantes de outros idiomas, além do espanhol e português; (v) viabilizar de maneira continuada a recepção de pesquisadores e professores internacionais visitantes; (vi) ampliar o número de publicações em periódicos internacionais de elevado fator de impacto; e (vii) ampliar a visibilidade internacional da UFMT.

Este contexto ressalta a relevância da política de internacionalização vigente, por meio da Resolução CONSEPE nº 195/2021, que instituiu o Plano Institucional de Internacionalização (PII) da UFMT, no sentido de definir as prioridades e as estratégias a serem seguidas pela instituição na área de internacionalização a cada quinquênio. Para o primeiro quinquênio, o objetivo geral do PII-UFMT é “constituir as bases para o estabelecimento de uma cultura de internacionalização na UFMT, por meio de ações nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, que promovam a capacitação internacional e intercultural de docentes, técnicos administrativos e estudantes, e que projetem a UFMT no exterior como marco de referência para o

desenvolvimento sustentável da região central da América do Sul, na confluência da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal”.

Com este propósito, o PII-UFMT apresenta sete objetivos específicos, cada um associado a um tema – idiomas, regulamentação e processos, cooperação, ensino, pesquisa, extensão e projeção, que foram divididos em três áreas – basilar, estrutural e topo.

Na área basilar estão os temas de idiomas, regulamentação e processos e parcerias. O objetivo do tema de idiomas é capacitar docentes, técnicos administrativos e estudantes da graduação e pós-graduação em idiomas estrangeiros e ofertar cursos de português para estrangeiros. Para o tema de regulamentação e processos, o objetivo é aprimorar processos e aprovar atualizações e novas resoluções relacionadas à internacionalização da UFMT. E para o tema de parcerias, o objetivo é consolidar e ampliar acordos de cooperação internacional.

Na área estrutural estão os temas de ensino, pesquisa e extensão. O objetivo do tema de ensino é integrar dimensões e desenvolvimento de competências formativas internacionais e interculturais nos currículos e atividades dos cursos de graduação e pós-graduação. Para o tema de pesquisa, o objetivo é ampliar a pesquisa acadêmico-científica em colaboração internacional e a produção científica internacional de excelência. E para o tema de extensão, o objetivo é consolidar e ampliar ações de extensão para públicos estrangeiros.

Na área topo está o tema de projeção, cujo objetivo específico é divulgar internacionalmente a UFMT, visando atrair pesquisadores, estudantes e parcerias internacionais.

Cada tema é desdobrado em ações, de curto, médio e longo prazos. Para cada ação são atribuídas unidades gestoras responsáveis. Vale ressaltar que, independentemente das unidades responsáveis pelas ações do Plano, estas se aplicam a todos os *campi* universitários da UFMT – Cuiabá (CUC), Várzea Grande (CUVG), Sinop (CUS) e Araguaia (CUA). Além disso, as ações são norteadas para o desenvolvimento coletivo e participativo de projetos junto à comunidade acadêmica da UFMT.

Ao término do quinquênio previsto na Resolução CONSEPE nº 195/2021, um novo Plano Institucional de Internacionalização será

coordenado pela SECRI, dando continuidade à política de internacionalização universitária, de forma intencional, planejada, colaborativa, estratégica e duradoura, em benefício da comunidade acadêmica da UFMT, da sociedade mato-grossense e da comunidade internacional.

7.7 Política de Comunicação

A comunicação pública é responsabilidade de todos os servidores e gestores públicos. Deve ser estratégica, dinâmica, efetiva e assertiva. A gestão da comunicação é um processo permanente e sistemático de tomada de decisões, organicamente associado ao planejamento estratégico, que abrange todas as atividades voltadas para o relacionamento entre os públicos da universidade e entre a universidade e a sociedade.

Aprovada pelo Conselho Universitário (CONSUNI) em agosto de 2022, a Política de Comunicação Institucional é um importante instrumento de gestão; faz parte do Planejamento Estratégico da Universidade, e normatiza o planejamento, a execução e a avaliação de estratégias, de ações, produtos e de serviços de comunicação, por meio de um conjunto articulado de princípios e objetivos com seus públicos de interesse e a sociedade em geral.

A Política de Comunicação Institucional fundamenta os planos, projetos e ações de comunicação, favorecendo a comunicação organizacional, orientando os agentes envolvidos na comunicação nas diversas instâncias administrativas e acadêmicas, e buscando garantir condutas pautadas nos valores e conceitos compartilhados por toda a instituição.

As ações de comunicação objetivam difundir a produção de ciência, culturas e saberes nos *campi* da universidade; prestar esclarecimentos e noticiar sobre suas atividades no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação; promover o acesso ao conhecimento de suas ações administrativas; e construir, a partir desta comunicação, a imagem de uma instituição de ensino sólida e socialmente referenciada, baseada e norteadas pelo ordenamento jurídico vigente e no respeito à singularidade humana.

Para execução de ações, produtos e serviços de comunicação, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) considera o perfil multicampus da instituição e as peculiaridades dos públicos, classificados como internos, externos e mistos.

A Política de Comunicação Institucional envolve:

Comunicação com a sociedade: público externo é composto por aqueles que não possuem relação de vínculo corporativo com a instituição, mas interagem, direta ou indiretamente, com a Universidade, incluindo membros da sociedade, imprensa externa, comunidade acadêmica e científica de outras instituições, entidades de classe, potenciais estudantes e familiares, instituições de ensino básico, familiares de estudantes e de servidores, instituições parceiras, empresas e setores produtivos, terceiro setor, movimentos sociais, agências de fomento, poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público, órgãos de controle e fiscalização, fornecedores, sociedade em geral.

Consiste na divulgação das ações institucionais em âmbito externo, em relação à produção intelectual, cultural e artística, o que estabelece um fluxo dialógico com os cidadãos. A conexão entre a ciência e o cotidiano das pessoas estimula a curiosidade pelo conhecimento científico e suas implicações. Desta forma, a comunicação científica tem como objetivo facilitar o acesso à produção científica e promover o debate público.

Comunicação interna: público interno abrange aqueles que possuem relação direta com a Universidade, interagindo de forma permanente com suas estruturas organizacionais, incluindo discentes, servidores docentes, pesquisadores, técnico-administrativos, terceirizados e estagiários. Tem como fundamento a integração desses agentes em prol da concretização dos objetivos institucionais.

O público misto reúne características comuns de ambos os segmentos (interno e externo), como entidades estudantis e de servidores da UFMT, fundações, aposentados, egressos, voluntários, comunidade atendida por serviços, prestadores de serviços, bem como empresas incubadas.

Organização e Divulgação das Informações

A estrutura de comunicação da UFMT atua de maneira integrada com as demais unidades administrativas institucionais, incluindo gestão e tecnologia da informação, memória e acervo, produção gráfica e audiovisual, objetivando total aderência aos princípios, metas e indicadores do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Alicerçada nos princípios e objetivos da Política de Comunicação da UFMT, a Secretaria de Comunicação e Multimeios (Secomm) atua no sentido de garantir o acesso da sociedade às ações promovidas pela Universidade; promoção da UFMT como protagonista de ações transformadoras; promove a articulação dos processos de comunicação com as demandas das atividades administrativas e acadêmicas relativas ao ensino, pesquisa, extensão, empreendedorismo, inovação, acessibilidade e sustentabilidade; divulga, de maneira prioritária, as ações dos diversos atores da UFMT.

Por meio de sua estrutura (portal, sites, redes sociais, TV Universidade), de convênios e parcerias internas e externas, a Secomm desenvolve ações de comunicação que se articulam com as demais políticas institucionais da Universidade; estimula os regionalismos culturais, na formação de diversidade peculiar à universidade pública; promove a troca de informações, de experiências e de conhecimento entre a comunidade acadêmica e o público externo, o trabalho integrado, a interlocução entre as ações e os setores de comunicação da Universidade, visando explicitar a importância e o protagonismo da Universidade para o desenvolvimento da sociedade; fortalece os laços sociais dos *campi* da UFMT com a sociedade e aproximação com os diversos públicos; e zela pela imagem da UFMT como um todo.

7.8 Política de Sustentabilidade

O meio ambiente constitui um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo e sua importância para sociedade atual e para as gerações futuras. Neste

contexto, a UFMT deseja ser reconhecida como uma universidade que prioriza a sustentabilidade ambiental. Desta forma, se compromete a agir em prol da preservação e melhoria da qualidade ambiental, visando transformar-se em um modelo de práticas adequadas, construídas, aprendidas, desenvolvidas e disseminadas dentro de seus próprios espaços e para comunidade em geral.

Estudos, pesquisas, projetos e práticas sustentáveis serão apoiados pela instituição com objetivo de disseminar a sustentabilidade ambiental e possibilitar a mudança da cultura de consumo e desperdício, estimulando a responsabilidade ambiental na comunidade interna e externa. Considerando que, no âmbito das Organizações, o Desenvolvimento Sustentável (DS) se torna Sustentabilidade Corporativa (SC), tratando-se de ações internas que transformam profundamente todos os processos, estratégia e cultura das organizações através de um termo conhecido como *Triple Bottom Line* - o tripé da sustentabilidade, demonstrando que assim como os valores econômicos, os valores ambientais e sociais também agregam, ou destroem valor às organizações (John Elkington, 1994).

De forma geral, pretende-se institucionalizar a questão ambiental, elegendo um setor para unificar, monitorar e disseminar as ações de sustentabilidade dentro da universidade, fornecendo diretrizes, informações, padrões e indicadores para comunidade acadêmica. Disponibilizando também apoio administrativo para atender projetos e demandas ambientais da instituição.

Como instrumentos para conduzir as ações para um caminho mais sustentável, pretende-se maior alinhamento à Agenda 2030 da ONU e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, assim como à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e o Plano de Logística Sustentável (PLS), atualmente, elaborado e acompanhado pela Comissão Permanente do Plano de Logística Sustentável (Portaria Reitoria-UFMT Nº 203, DE 28 DE ABRIL DE 2022).

Os objetivos, metas e ações do PLS 2024-2028 serão construídos dentro dos preceitos da legislação, dos valores éticos e das premissas em favor da manutenção do equilíbrio ecológico, da conservação dos recursos naturais, da redução de impactos negativos e da melhoria da qualidade de vida. Desta forma, pretende-se orientar a gestão da UFMT, assim como suas

ações de ensino, pesquisa e extensão levando em consideração os eixos estratégicos:

Educação Ambiental

Considerando a Lei nº 6.938/1981, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, assim como a Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, a Lei nº 14.393/2022, que institui a Campanha Junho Verde, e Resolução CNE nº 02/2012, que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Ambiental, as instituições de Educação Superior devem promover sua gestão e suas ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas pelos 2 princípios e objetivos da Educação Ambiental, incentivando a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.

Logística Sustentável (Obras Sustentáveis, Compras Sustentáveis, Eficiência Energética, Eficiência no consumo)

Logística sustentável constitui o processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado. Considerando a Lei nº 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, o Decreto nº 7.746/2012 sobre a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações e a Instrução Normativa nº 10/2012, que estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável, a UFMT pretende consolidar e institucionalizar as ações da Comissão Permanente do Plano de Logística Sustentável.

Resíduos, Saneamento básico e Recursos Hídricos

Considerando a Lei nº 12.305/2010, sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto nº 10.936/2022, que trata das responsabilidades dos geradores de resíduos sólidos e do poder público, da coleta seletiva, da logística reversa, entre outros. A Lei nº 14.026/2020 que atualiza o marco legal do saneamento básico e para a

política federal de saneamento básico, o Decreto nº 7.217/2010, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Assim como a Lei nº 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. A UFMT pretende estimular estudos e projetos para observância da utilização dos recursos naturais, assim como do gerenciamento adequado e logística reversa de resíduos.

Qualidade de Vida, Bem-estar, Segurança e Inclusão

Considerando a Instrução Normativa nº 10/2012, pretende-se consolidar as iniciativas de sensibilização, capacitação e treinamento com a temática da sustentabilidade na organização, buscando contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais e técnicas, de modo a oportunizar aos servidores, gestores e sucessores o desenvolvimento de atitudes que contribuam para um bom desempenho de suas atividades, no cumprimento desta política de sustentabilidade. Pretende-se também buscar a promoção da qualidade de vida e segurança da comunidade acadêmica, por meio de projetos e atividades de integração e inclusão, estimulando práticas saudáveis e sustentáveis.

Urbanismo, Biodiversidade, Mobilidade e Acessibilidade

Conforme Lei nº 10.257/2001, que estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental, assim como a Lei nº 10.098/2000, sobre acessibilidade e as normativas do plano diretor, as instituições públicas devem estimular o planejamento integrador do meio natural, visando quantidade, qualidade e representatividade da vegetação para conservação ambiental, biodiversidade, educação, estética, conforto e lazer, além de garantir a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos.

Pesquisa, tecnologia, transferência e parcerias

Conforme Lei nº 9.795/1999, Lei nº 12.305/2010, decreto nº 7.746/2012 e Resolução CNE nº 02/2012, os sistemas de ensino e as instituições de pesquisa, em regime de colaboração, devem fomentar e divulgar estudos e experiências realizados na área da Educação Ambiental,

visando ao desenvolvimento de práticas e tecnologias mitigadoras de impactos negativos ao meio ambiente e à saúde. Ademais, a UFMT pretende impulsionar parcerias com os setores públicos e privados, considerando os princípios do desenvolvimento sustentável.

Quadro 6 . Relação dos temas e eixos dos Instrumentos de Sustentabilidade

Política de Sustentabilidade UFMT	Legislação e Normativas	Plano de Logística Sustentável da UFMT	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
Educação Ambiental	<p>Lei nº 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente;</p> <p>Lei nº 9.795/1999 - Política Nacional de Educação Ambiental;</p> <p>Lei nº 14.393/2022 - Campanha Junho Verde;</p> <p>Resolução nº CNE 02/2012 - estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Ambiental;</p> <p>Lei nº 13.123/2015 relacionada à Convenção sobre Diversidade Biológica.</p>	<p>I -Educação Ambiental</p> <p>- Ensino, Pesquisa e Extensão</p> <p>- Comunicação e Sensibilização</p>	
Logística Sustentável (Obras Sustentáveis, Compras Sustentáveis, Eficiência Energética, Eficiência no consumo)	<p>Lei nº 14.133/2021- Lei de Licitações e Contratos Administrativos;</p> <p>Lei nº 8.666/1993 - normas para licitações e contratos da Administração Pública, alterada pela Lei nº 12.349/2010;</p> <p>Decreto nº 7.746/2012 - promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações;</p> <p>Instrução Normativa nº 10/2012 - estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável.</p>	<p>II - Material de consumo</p> <p>III- Compras e contratações sustentáveis</p> <p>IV - Energia Elétrica e Telefonia</p>	
Resíduos, Saneamento básico e Recursos Hídricos	<p>Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto n. 10.936/2022;</p> <p>Lei nº 14.026/2020 - atualiza o marco legal do saneamento básico e o Decreto nº 7.217/2010;</p> <p>Lei nº 9.433/1997 - Política Nacional de Recursos Hídricos.</p>	<p>V - Água, Esgoto e Drenagem;</p> <p>VI – Gerenciamento de Resíduos;</p> <p>- Resíduos Sólidos</p> <p>- Resíduos Perigosos e de saúde</p>	
Qualidade de Vida, Bem-estar, Segurança e Inclusão	<p>Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;</p> <p>Instrução Normativa nº 10/2012 - estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável.</p>	<p>VII – Qualidade de Vida e Capacitação</p>	
Urbanismo, Biodiversidade, Mobilidade e Acessibilidade	<p>Lei nº 10.257/2001 - regula o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental;</p> <p>Lei nº 10.098/2000 - sobre acessibilidade e as normativas do plano diretor.</p>	<p>VIII – Mobilidade e Segurança</p>	

<p>Pesquisa, tecnologia, transferência e Parcerias</p>	<p>Lei nº 9.795/1999, Lei nº 12.305/2010, decreto nº 7.746/2012 e Resolução nº CNE 02/2012.</p>	<p>IX - Gestão</p>	
--	---	--------------------	---

Fonte: Comissão do Plano de Gestão de Logística Sustentável/UFMT.

8 Política de oferta de educação a distância na UFMT

8.1 Contextualização histórica e abrangência geográfica

Desde a década de 1990, mais especificamente no ano de 1995, a UFMT demonstra seu pioneirismo na oferta de cursos na modalidade Educação a Distância (EaD). Sendo o primeiro curso ofertado em âmbito de Licenciatura em Pedagogia, sediado no Instituto de Educação (IE). Contudo, o ato de credenciamento para a oferta desta modalidade na UFMT data de 2001, via Portaria nº 372, de 05 de março. Sendo o último reconhecimento conferido por meio da Portaria nº 904 de 17 de agosto de 2016, com validade pelo prazo máximo de oito anos.

A EaD tem se tornado estratégica no sentido da democratização da formação na educação superior de qualidade (tanto na graduação quanto na pós-graduação), própria da Universidade Federal de Mato Grosso, cujo pioneirismo é historicamente demarcado na modalidade. Tal democratização se dá à medida em que os cursos da UFMT chegam aos rincões do estado com 22 microrregiões e 5 mesorregiões, divididas nos 141 municípios que o compõem, em 29 polos que ocupam a abrangência geográfica das regiões Centro-Sul Mato-Grossense; Nordeste Mato-Grossense; Norte Mato-Grossense; Sudeste Mato-Grossense e o Sudoeste Mato-Grossense, possibilitando que os estudantes não careçam de deslocar-se até a capital, Cuiabá ou percorrer grandes distâncias para galgar a formação na Educação Superior.

Dentro da UFMT, a modalidade EaD conta com uma estrutura administrativa, representada pela Secretaria de Tecnologia Educacional (SETEC), criada por meio da Resolução CD nº 14, de 12 de agosto de 2016. Tal secretaria está voltada para o desenvolvimento de ações na área de educação em três dimensões, a saber: Educação a Distância; Inovação em Tecnologia Educacional para diferentes modalidades educacionais (presencial, aberta e a distância) e o desenvolvimento de programas e projetos interdisciplinares em parceria com a rede pública por meio do uso das Tecnologias Digitais (TD).

Assim, a política da educação superior a distância tem como objetivo a expansão e a manutenção da oferta da educação superior a distância, que

acontece com a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem, utilização de meios e Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC), pessoal qualificado, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis, em parceria com os institutos e faculdades da UFMT e sociedade organizada.

No âmbito da política de educação superior a distância, as ofertas de cursos devem apoiar as demandas de formação de professores, prevista no plano nacional de educação e as ações de desenvolvimento social e econômico, impulsionando o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso e região.

Neste sentido, a EaD na UFMT se organiza a partir de programas e projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, por meio da parceria com institutos, faculdades e instâncias competentes no âmbito da administração superior da UFMT. Há cursos institucionais e autofinanciados, realizados pelas unidades acadêmicas em parceria com a SETEC e Fundação Uniselva, além do financiamento do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado em 2006, que visa ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da EaD. E a adesão da UFMT ao Sistema UAB ocorre justamente no primeiro edital que foi publicado em 2006.

Assim, a SETEC busca implementar ações que possibilitam a concretização da política de EaD na UFMT, alinhadas com as bases do PDI em vigência. Para tanto, foram estabelecidas diretrizes estratégicas para viabilização de propositura da democratização propalada em três eixos, quais sejam: inclusão (acessibilidade); expansão da educação de qualidade (cuja garantia está prevista na LDB, art. 3º, IX); e, inovação. As ações vinculadas a esses eixos são:

1. Proposta de institucionalização da EaD por meio de uma política institucional de EaD que se articule com os Institutos, Faculdades e conselhos superiores da UFMT, contribuindo para elaboração, atualização e execução de uma política de educação superior a distância socialmente referenciada que considere aspectos específicos da modalidade, tais como: regulamentação interna, supervisão, avaliação, inclusão e democratização do acesso à educação superior a distância.
2. Projetos de promoção e acompanhamento da qualidade na Educação a Distância.

3. Incentivo à inovação em EaD a partir do desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão que considerem diretrizes estabelecidas no âmbito da política de inovação da UFMT.
4. Capacitação de profissionais que atuam no campo da Educação a Distância.

A partir da criação da SETEC, tem-se empreendido esforços contínuos para o fortalecimento institucional da EaD na UFMT, no sentido de responder às transformações observadas no campo sócio-político-econômico, o que requer que a universidade esteja consoante com os desafios do tempo presente e visando cumprir com o seu papel na sociedade devir, de maneira que participe significativamente na sua construção.

É importante frisar que o estado de Mato Grosso, por localizar-se no centro do continente e na fronteira oeste brasileira, ocupa estratégica posição geopolítica em relação à América do Sul. Sua importância é, também, ressaltada por constituir-se em uma das principais vias de acesso aos estados da Amazônia brasileira. Com uma população de aproximadamente 3 milhões e 500 mil habitantes e 141 municípios (IBGE, 2022), Mato Grosso é o terceiro estado brasileiro em dimensão territorial, com área de 903,3 mil km², representando 10,68% do território nacional, encerrando em seus limites expressiva diversidade física e sociocultural.

Desse modo, a UFMT está situada em contexto geográfico que envolve três distintos domínios biogeográficos: Pantanal, Cerrado e Amazônia, e as mais importantes bacias hidrográficas do país: a do Paraguai, a do Amazonas e a do Araguaia-Tocantins. Destaca-se, também, a diversidade étnica cultural, marcada pela presença de diversas populações. Nesse sentido, nota-se a importância dos cursos de EaD da UFMT, que a cada ano tem possibilitado abarcar toda a diversidade que constitui o Estado.

8.2 Relação de polos de educação a distância previstos para a vigência do PDI

Na perspectiva do sistema UAB, as ofertas acontecem por meio de editais de fomento. Os cursos ofertados pelo sistema UAB atendem a chamamento público/edital cujo regramento e planejamento de oferta é realizado a partir de diretrizes oferecidas pela Diretoria de Educação a

Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em consonância com o disposto na Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. De forma autônoma, podem concorrer a esses editais unidades acadêmicas no âmbito de cada instituição de ensino superior, seguindo os ritos institucionais e a aprovação em seus conselhos superiores.

A implantação de polos de Educação a distância segue processo de consulta aos municípios conforme diretrizes e avaliação de infraestrutura de polos realizada pela DED/CAPES em parceria com mantenedores da rede pública de ensino (Prefeituras e governos de Estado) e fóruns estaduais e municipais de educação.

Atualmente Mato Grosso dispõe de 29 Polos de Educação a Distância e a UFMT oferta diversos cursos na modalidade a distância em 03 polos com financiamento do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) mantidos pelo estado, por meio da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), e 26 polos mantidos pelas prefeituras, sendo eles descritos nos quadros 7 e 8 abaixo:

Quadro 7 . Oferta de cursos de graduação e pós-graduação a distância - UAB

	Polos	Cursos Ofertados - Graduação	Cursos Ofertados - Pós-Graduação
1	Água Boa	Tecnologia Educacional.	Informática na Educação.
2	Alto Araguaia	Ciências Naturais e Matemática.	Informática na Educação.
3	Arenápolis	Ciências Naturais e Matemática; Geografia; Pedagogia; Química.	-
4	Aripuanã	Tecnologia Educacional.	Mídias Digitais para a Educação.
5	Barra do Bugres	Geografia; Química; Tecnologia Educacional.	Bioenergia; Gestão Pública; Educação no/do Campo: Oralidade, Leitura, Escrita e Literatura na Infância.
6	Campo Verde	Administração Pública; Pedagogia.	Educação no/do Campo: Oralidade, Leitura, escrita e Literatura na Infância; Gestão Pública; Mídias Digitais para a Educação.
7	Canarana	Ciências Naturais e Matemática; Matemática; Tecnologia Educacional.	Mídias Digitais para a Educação.
8	Colíder	Ciências Naturais e Matemática.	Educação no/do Campo: Oralidade, Leitura, Escrita e Literatura na Infância; Gestão Pública; Informática na Educação.
9	Comodoro	-	Mídias Digitais para a Educação.
10	Cuiabá	Administração Pública; Ciências Naturais e Matemática; Matemática; Pedagogia; Química; Tecnologia Educacional.	Bioenergia; Engenharia Ferroviária; Mídias Digitais para a Educação.
11	Diamantino	Administração Pública; Tecnologia Educacional.	Engenharia Ferroviária.
12	Guarantã do Norte	Geografia; Química.	-
13	Jauru	Tecnologia Educacional.	-
14	Juara	Tecnologia Educacional.	Informática na Educação.
15	Juína	Geografia; Matemática; Química; Tecnologia Educacional.	-
16	Lucas do Rio Verde	Administração Pública; Geografia; Matemática; Pedagogia; Química; Tecnologia Educacional.	Bioenergia; Educação no/do Campo: Oralidade, Leitura, Escrita e Literatura na Infância; Engenharia Ferroviária; Mídias Digitais para a Educação.
17	Nova Xavantina	Geografia; Tecnologia Educacional.	-
18	Paranatinga	Ciências Naturais e Matemática; Geografia; Matemática; Pedagogia.	Educação no/do Campo: Oralidade, Leitura, Escrita e Literatura na Infância; Gestão Pública.
19	Pedra Preta	Química; Tecnologia Educacional.	Bioenergia; Engenharia Ferroviária.
20	Pontes e Lacerda	Química; Tecnologia Educacional.	-
21	Porto Esperidião	-	Mídias Digitais para a Educação.
22	Ribeirão Cascalheira	-	Mídias Digitais para a Educação.
23	São Félix do Araguaia	Ciências Naturais e Matemática; Pedagogia; Tecnologia Educacional.	-
24	Sapezal	Tecnologia Educacional.	Gestão Pública.
25	Sorriso	Ciências Naturais e Matemática; Geografia; Química.	Bioenergia; Engenharia Ferroviária; Informática na Educação.
26	Vila Rica	Administração Pública; Ciências Naturais e Matemática; Química.	Mídias Digitais para a Educação.

Quadro 8 . Oferta do curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BCT) - UFMT

	Polos	Cursos Ofertados - Graduação	Polo UAB
1	Água Boa	Bacharelado em Ciência e Tecnologia	Sim
2	Cuiabá	Bacharelado em Ciência e Tecnologia	Sim
3	Guarantã do Norte	Bacharelado em Ciência e Tecnologia	Sim
4	Lucas do Rio Verde	Bacharelado em Ciência e Tecnologia	Sim
5	Pontal do Araguaia	Bacharelado em Ciência e Tecnologia	Não
6	Pontes e Lacerda	Bacharelado em Ciência e Tecnologia	Sim
7	Primavera do Leste	Bacharelado em Ciência e Tecnologia	Sim
8	Rondonópolis	Bacharelado em Ciência e Tecnologia	Não
9	Sorriso	Bacharelado em Ciência e Tecnologia	Sim
10	Tangará da Serra	Bacharelado em Ciência e Tecnologia	Não
11	Vila Rica	Bacharelado em Ciência e Tecnologia	Sim

8.3 Infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de educação a distância, em consonância com os cursos a serem ofertados

No tocante à infraestrutura física e tecnológica para o atendimento aos cursos EaD, a SETEC (sede) dispõe dos seguintes espaços e recursos:

- Laboratório multiuso para capacitação de turmas de EaD – capacidade aproximada de 70 computadores;
- Espaço para equipes multidisciplinares atuarem em projetos de educação mediada por TICs;
- Espaço para atendimento das equipes de educação a distância, e em especial da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- Estúdio para gravação de vídeo aulas;
- Laboratório para produção de tecnologias educacionais – capacidade aproximada de 15 computadores;
- Laboratório de produção multimídia;
- Auditório moderno (ambiente multiuso) para a realização de eventos e aulas de encontros presenciais.

Cabe dizer que para cada curso EaD, é destinado um técnico especializado em modelagem e administração de Ambientes Virtuais, sendo esse técnico responsável por planejar e estruturar os cursos nas plataformas virtuais, como ainda prover suporte tecnológico aos usuários do sistema/curso.

Ademais, os cursos EaD contam com o apoio de profissionais multidisciplinares, das áreas de comunicação e multimídia, que atuam na diagramação dos materiais didáticos, produção de conteúdos multimídia, gravação e edição de videoaulas.

Para prover a hospedagem dos Ambientes Virtuais que atendem aos cursos EaD, a SETEC (sede) possui infraestrutura própria de data center, equipamentos de servidores e gerador de energia, que visa garantir autonomia e disponibilidade dos serviços ofertados para os cursos a distância, nesse sentido, conta ainda com uma equipe de profissionais habilitados em tecnologias de rede e conectividade.

A infraestrutura dos polos presenciais, tanto nos aspectos físicos, tecnológicos como de pessoal, ficam sob a responsabilidade de mantenedores estaduais ou municipais, por intermédio de parcerias

estabelecidas via sistema Universidade Aberta do Brasil. Desse modo, o polo deve dispor da seguinte infraestrutura necessária:

- a) Espaços gerais do Polo UAB
 - Sala para coordenação do Polo UAB (obrigatório);
 - Sala para secretaria do Polo UAB (obrigatório);
 - Sala de reunião (opcional);
 - Banheiros (ao menos um feminino e outro masculino) com acessibilidade, conforme o que demanda as Leis 10 908, de 19 de dezembro de 2000 e 11 982, de 2009.
- b) Espaços de apoio do Polo UAB (obrigatório)
 - Laboratório de informática com instalações elétricas adequadas (rede estabilizada);
 - Biblioteca física, com espaço para estudos.
- c) Espaços acadêmicos
 - Sala multiuso - para realização de aula(s), tutoria, prova(s), vídeo/webconferência(s) etc.;
 - Laboratório pedagógico (quando couber).

Cabe destacar que, para além da infraestrutura padrão de polo UAB, a depender de especificidades pedagógicas de determinados cursos EaD, o polo precisa disponibilizar espaços diferenciados no intento de atender necessidades acadêmicas dos cursos, a exemplo, brinquedoteca, laboratório de ciências, ateliê de artes, entre outros.

A equipe de pessoal que atua cotidianamente nos polos é de responsabilidade dos mantenedores associados ao sistema UAB, composto pelos seguintes profissionais:

1. Coordenador de Polo (indicação do mantenedor do polo);
2. Assistente à Docência (de acordo com a quantidade de alunos no polo) (indicação das IES ofertantes de curso no polo);
3. Secretária (o) ou Apoio Administrativo;
4. Técnico (s) de informática;
5. Bibliotecário ou auxiliar de biblioteca;
6. Técnico (s) para laboratórios pedagógicos, desde que exista laboratório de biologia (biologia), química (química), física (física), ateliê de artes (artes), ou quadra poliesportiva (educação física);

7. Pessoal de segurança, opcional no caso de existirem equipamentos e segurança;
8. Pessoal de manutenção e limpeza.

Cabe destacar o campo de atuação da equipe pedagógica nos polos, dentre elas, destacamos:

1. Professores (autores, formadores) ou professores ministrantes: responsáveis pela “formatação” do curso e/ou de determinada área de conhecimento e à disposição dos estudantes e tutores;
2. Tutores, orientadores acadêmicos ou professores co-ministrantes: profissionais formados em uma das áreas do curso ofertado, com a função de acompanhar, mediar aprendizagem e de apoiar os estudantes em sua caminhada acadêmica;
3. Coordenador de Polo: Funcionário público do estado ou município, responsável por gestar o planejamento pedagógico e administrativo dos cursos ofertados pelas diferentes Instituições de Ensino Superior. Ao coordenador cabe também articular na região do polo as atividades de formação ao encontro das necessidades locais;
4. Coordenação de Tutoria: Profissional da educação responsável pela organização do sistema de EaD na SETEC. Atua em conjunto com o coordenador de curso. Possibilita o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica da SETEC e a unidade acadêmica (coordenador de Curso);
5. Coordenador de Curso: Profissional da área de formação do curso ofertado, responsável pela organização do sistema de EaD. O Coordenador é eleito na unidade acadêmica pelos membros do núcleo docente estruturante;
6. Coordenador da UAB: profissional responsável por gerir administrativamente e pedagogicamente os recursos para oferta de cursos na parceria interinstitucional estabelecida entre o Ministério da Educação (MEC) e CAPES com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT);
7. Coordenador Adjunto da UAB: Auxiliar o coordenador UAB;
8. Modeladores: profissional responsável pela preparação de ambiente virtual de aprendizagem com a utilização da plataforma Moodle em parceria com o *instrucional designer* e *web designer*.

8.4 Descrição das metodologias e das tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos

No final do ano de 2016, foi criada a Secretaria de Tecnologia Educacional (SETEC), unidade voltada para o desenvolvimento de ações na área de educação em três dimensões, a saber: Educação a Distância; Inovação em Tecnologia Educacional para diferentes modalidades educacionais (presencial, aberta e a distância) e o desenvolvimento de programas e projetos interdisciplinares em parceria com a rede pública por meio do uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação.

A metodologia alia a valorização de momentos de educação presencial em convergência com o processo metodológico apoiado em novas tecnologias da comunicação e da informação, intensamente utilizadas na modalidade de educação a distância. Nos últimos anos, esse fenômeno ficou conhecido como *Blended Learning*, educação híbrida ou misturada que considera a possibilidade de utilização de estruturas educacionais de um modelo de educação presencial, com as possibilidades ou alternativas presentes em contextos de educação a distância (MATTAR, 2012).

Embora os cursos sejam ofertados por meio da modalidade EaD, a convergência poderá ser realizada por meio da hibridação de processos de ensino e de aprendizagem que serão realizados em diferentes modalidades, combinando a necessidade de aulas presenciais, tutorias, práticas e outros, com a potencialidade das tecnologias da informação e da comunicação. Os momentos presenciais serão intensificados na medida em que se observar a necessidade de acompanhamento dos alunos *"in loco"*, seja nos laboratórios, nas aulas de campo e nas orientações acadêmicas.

O estudante irá aprender "a distância", também com apoio do material didático elaborado para atender a demanda formativa. Desta maneira o material é o elo de diálogo do estudante com o autor, com o professor formador, com o tutor e suas experiências de mediar o processo de aprendizagem. Os materiais didáticos básicos do curso são: Textos Escritos (Fascículos, Livros, Artigos de revistas e jornais), Hipertextos, Textos Audiovisuais e Textos Oraís.

A produção do material didático na EaD trata-se de uma ação mais complexa e coletiva em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos, direta ou indiretamente: de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem irá cuidar para que este chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso ao tutor, do autor ao tecnólogo educacional (*instrucional designer*), do editor ao artista gráfico (*web designer*).

A SETEC ainda dispõe de **repositórios institucionais**, que possibilitam dar visibilidade aos artefatos produzidos para os cursos a distância, como também compartilhar sua produção com a comunidade acadêmica em geral, como o Repositório Institucional de Recursos Educacionais (<https://setec.ufmt.br/ri/>); o Portal de Revistas Científicas (<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/>) e o Portal de cursos online abertos e massivos (ufmtonline.ufmt.br). Há a intenção de fortalecer bibliotecas por meio de acervo eletrônico: e-books e periódicos.

É importante destacarmos que toda metodologia em EaD possui elementos indispensáveis ao sistema de gestão da EaD, tais como:

- implementação de rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- processos de acompanhamento e de avaliação próprios;
- criação de ambientes reais e/ou virtuais que favoreçam o processo de estudo dos acadêmicos;
- processo de tutoria.

Todo esse conjunto de ações aliado aos atores da EaD potencializam a metodologia do trabalho a distância.

No ano de 2019, a SETEC implementou também um estúdio de produção de material audiovisual. Esse estúdio tem possibilitado a produção de materiais audiovisuais com acessibilidade, o que é possível por meio da inserção de Libras, bem como outros recursos de acessibilidade implementados nos AVAs institucionais.

Em parceria com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da UFMT, a SETEC instituiu uma política de acolhimento aos estudantes com

necessidades especiais. Esse acolhimento inicia a partir da data de ingresso dos estudantes EaD, momento em que as equipes do NAI, SETEC e Coordenações de Cursos se articulam para realizar um processo de diagnóstico e acompanhamento, seguido por outras etapas que são: acolhimento, adaptação, capacitação dos tutores, professores coordenadores.

8.5 Previsão da capacidade de atendimento do público-alvo

Com o histórico de oferta de cursos em EaD, a UFMT atendeu, aproximadamente, 2.945 pessoas em cursos de graduação e pós-graduação na modalidade a distância. Em 2024 pretende promover a expansão do número de vagas, em consonância com os resultados do edital CAPES N.05/2018 DED/CAPES e edital CAPES n. 09/2022 em fase de implantação.

Há também previsão de ampliação de ofertas de cursos por meio de Programas de Pós-graduação profissionalizante, a exemplo do Mestrado Profissional em Rede (ProfTec), visando a oferta de formação no campo das Tecnologias Educacionais por meio de parcerias interinstitucionais.

A capacidade de atendimento ao público é ampliada quando as Instituições Públicas de Ensino Superior de MT, como a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), juntamente com Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), e a União Nacional dos Dirigentes Municipais (UNDIME), se unem e firmam um Grupo de Trabalho Interinstitucional de Pesquisa (GTIP), com objetivo de desenvolver estudos de viabilidade das demandas formativas, ao encontro da necessidade de cada região do estado de Mato Grosso no contexto das mudanças políticas, sociais e econômicas.

A UFMT apoia programas de intercâmbio virtual a serem operacionalizados por professores, técnicos e estudantes. Destaca-se também no apoio da mobilidade acadêmica de estudantes e servidores ao encontro da internacionalização da educação superior, com objetivo de promover atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvimento científico e tecnológico.

8.6 Política de capacitação e formação continuada do corpo de profissionais que atuam na EaD

Na perspectiva da formação de tutores, por meio da Secretaria de Tecnologia Educacional (SETEC), há previsão de oferta do programa de formação continuada para preparação de tutores presenciais e a distância. O objetivo do programa é formar tutores para atuarem na formação de professores e bacharéis de cursos ofertados na modalidade a distância, a partir de estudos teóricos e práticos e que promovam a realização de atividades de pesquisa intervencionista e avaliação, considerando a função dos diferentes atores que atuam na formação EaD.

No que tange ao corpo efetivo de servidores da UFMT, a política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância pode ser também garantida a partir da participação em editais de eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais publicizados por agências de fomento.

A UFMT também é membro da Associação Universidade em Rede (UniRede), que oportuniza a participação de sua comunidade universitária em seminários regionais, nacionais, Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESUD) e Congresso Internacional de Educação Superior a Distância (CIESUD), seja em formato presencial ou virtual.

Em processo de tramitação, a UFMT está consolidando afiliação institucional no Conselho Internacional de Educação Aberta e a Distância (ICDE). A parceria possibilitará acesso ilimitado de servidores e professores em publicações e mídias sociais do ICDE; oportunidade de publicar artigos acadêmicos no *Open Praxis Journal* do ICDE; divulgação das principais iniciativas e oportunidades em redes sociais e boletins informativos do ICDE e, ainda, a participação em eventos e grupos de discussão orientados para o campo da governança e política, entre os quais, destaca-se o papel no cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) 4.

Visando oportunizar conhecimentos a docentes no campo das Tecnologias Educacionais, especialmente aquelas aplicadas em contextos híbridos de ensino (*Blended Learning*), por meio da SETEC, a UFMT implementou o projeto UFMT Popular. O projeto tem possibilitado a criação de cursos massivos online (MOOCs) com a finalidade de formação de

professores e estudantes, visando a sua preparação para a utilização das TICs em contextos de mediação tecnológica e educacional.

Especialmente no ano de 2020, em contextos de Pandemia, por meio da plataforma customizada pela SETEC, a UFMT ofertou aproximadamente 1400 vagas para docentes e 2.000 vagas para estudantes, com impacto significativo para a formação de professores e sua comunidade universitária no campo de uso intenso das TICs.

A SETEC tem envidado esforços no sentido de elaboração de novos cursos, visando a formação continuada de sua equipe de professores e técnicos no campo da educação aberta e/ou a distância.

Para garantir uma política de formação de profissionais da EaD, a SETEC, em parceria com as coordenações de cursos de EaD, tem o compromisso de realizar anualmente, em forma de programas e projetos, os seguintes eventos formativos:

1. Programa "Pesquisa e formação de professores para educação básica na modalidade Educação a Distância (EaD)".
2. Projeto "Curso de Aperfeiçoamento para Tutores em Educação a Distância (CAT)".
3. Projeto "Planejamento docente em EaD e princípios de Design Educacional".
4. Projeto de Capacitação "Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) no contexto da EaD".
5. Curso de capacitação em Acessibilidade e Inclusão na EaD da UFMT.
6. Participação em eventos – UniRede, Fórum de coordenação UAB, seminário nacional de EaD e congressos internacionais no campo da EaD.

Além disso, as coordenações de cursos (graduação e pós-graduação) se organizam com as equipes de professores e tutores que atuam no âmbito das disciplinas dos cursos EaD para realizar processos formativos a partir das especificidades de cada curso.

9 Políticas de atendimento aos discentes

9.1 Assistência Estudantil

A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), por meio de políticas voltadas ao atendimento dos estudantes, busca cumprir sua função essencial de formação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão. As ações objetivam favorecer o acesso e a permanência dos estudantes, de modo a contribuir com o desempenho acadêmico, prevenir a retenção e evasão e atingir a diplomação como fator de êxito na formação universitária.

As concessões financeiras estabelecidas pela UFMT e implementadas pela Assistência Estudantil (por meio da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e pelas Supervisões de Assistência Estudantil nos *campi* da UFMT) comprometem-se com a finalidade de minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de acordo com o disposto no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que define como público prioritário, no âmbito do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pela instituição.

Os programas de apoio financeiro e de estímulo à permanência estão orientados por modalidades de atendimento traduzidas em serviços, benefícios e auxílios, tendo como eixos de atendimento as ações de assistência prioritária nas áreas de alimentação e moradia, as ações voltadas à promoção e prevenção com ações e serviços para propiciar cultura, esporte, lazer, saúde, valorizando a integração estudantil e a vivência universitária.

Ainda, compõem a assistência estudantil da UFMT os programas, projetos e ações voltados ao apoio e acompanhamento para favorecer a integração discente ao contexto universitário, levando em consideração os aspectos pedagógicos, acadêmicos e psicossociais, que serão apresentados na sequência.

a) Programas de apoio financeiro em pecúnia com vistas à permanência dos estudantes

O Programa de Alimentação encontra nos Restaurantes Universitários (RU), existentes nos *campi* Araguaia, Cuiabá e Sinop, um dos principais equipamentos que expressa e materializa o compromisso da universidade, por meio da assistência estudantil, com a garantia de alimentação para o corpo discente, com fornecimento de alimentação quantitativa e qualitativamente balanceada, que atenda às necessidades nutricionais, respeitando os padrões de qualidade, higiene, segurança nutricional e alimentar. A manutenção dos restaurantes e de uma política de alimentação sustenta-se no princípio do compromisso da Universidade com a garantia da permanência, bem como, a redução das desigualdades sociais e educacionais, tendo por finalidade o êxito na formação discente.

O Programa de Alimentação está estruturado em duas modalidades: a) na forma de isenção aos estudantes que comprovam vulnerabilidade socioeconômica, conforme definido pelo Decreto nº 7.234/2010, sendo o PNAES a principal fonte orçamentária; b) alimentação subsidiada, com valor único para estudantes de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* regularmente matriculados na UFMT, tendo com fonte os recursos de custeio/manutenção da UFMT (Resolução CONSUNI nº 23, de 12 de dezembro de 2018).

O Programa Moradia Estudantil atende estudantes com vulnerabilidade socioeconômica comprovada pela PRAE/SAE e que não possuem grupo familiar com domicílio e nem parentes de primeiro grau, por consanguinidade, em Cuiabá ou Várzea Grande para estudantes dos *campi* Cuiabá e Várzea Grande, em Sinop para estudantes do *campus* Sinop, em Barra do Garças, Aragarças (GO) e Pontal do Araguaia (MT) para estudantes do *campus* Araguaia. O Programa Moradia Estudantil contempla a disponibilização de vagas nas moradias estudantis na Casa do Estudante Universitário (CEU) – unidades localizadas no bairro Jardim Itália e no *campus* Cuiabá (Resolução CONSUNI nº 10, de 11 de novembro de 2015); e Auxílio Moradia, apoio financeiro em pecúnia (Portaria Reitoria-UFMT nº 8-N, de 04 de agosto de 2021).

Outros Auxílios, que transferem apoio financeiro, regulamentados por normativas internas que estruturam a política de assistência estudantil são:

- Auxílio Permanência: Concedido para a manutenção dos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica comprovada pela PRAE/SAE (Resolução CD nº 25, de 27 de setembro de 2013; e Resolução CONSUNI nº 25 de 23 de outubro de 2013);
- Auxílio Evento: Concedido para apresentação de trabalhos em eventos científicos/artísticos nacionais e regionais, para a participação em eventos políticos estudantis e esportivos aos discentes dos cursos de graduação (Resolução CONSEPE/UFMT nº 131, de 31 de março de 2021 e Instrução Normativa PRAE - Pró-Reitor(a)-UFMT nº 01, de 08 de setembro de 2021);
- Auxílio Emergencial: Destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação da UFMT, em dificuldades socioeconômicas emergenciais, inesperadas e momentâneas, que colocam em risco a sua permanência na Universidade (Resolução CD nº 04, de 09 de março de 2018; Portaria nº 4/PRAE, de 29 de maio de 2018);
- Auxílio Material Pedagógico: Tem por finalidade apoiar estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação da UFMT, para aquisição de materiais indispensáveis às atividades programadas, visando o alcance do desempenho acadêmico e a permanência durante o tempo regular do curso (Resolução CD nº 05, de 09 de março de 2018 e Portaria nº 2, de 28 de fevereiro de 2020);
- Programa de Acolhimento Imediato (PAI): Tem por finalidade atender estudantes regularmente matriculados e ingressantes nos cursos de graduação presencial da UFMT que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica e sejam provenientes de outros municípios e/ou outros estados da Federação (Resolução CONSUNI nº 03, de 28 de fevereiro de 2018);
- Monitoria Inclusiva: Destina-se ao desenvolvimento de ações do estudante de graduação presencial com a finalidade de apoiar, desenvolver e acompanhar atividades junto a outros estudantes de graduação presencial com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, superdotação/altas habilidades, indígenas, quilombolas ou outros discentes de programas de ação afirmativa, de maneira a contribuir com a inclusão, minimizando barreiras e colaborando com a permanência e êxito na formação (Resolução CONSEPE nº 130, de 31 de maio de 2021).

Embora não seja executado com recurso proveniente do PNAES, é importante ressaltar o Programa de Bolsa Permanência (PBP-MEC), que é uma ação do Governo Federal/Ministério da Educação (MEC) para concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados nas IFES em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente pelo MEC/FNDE ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício. A Bolsa PBP-MEC pode ser acumulável com outras modalidades de bolsas acadêmicas, a exemplo da bolsa do Programa de Educação Tutorial e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. Cabe à UFMT acompanhar o cadastro no Sistema do PBP, em acordo com o calendário do MEC, homologar mensalmente e acompanhar os estudantes no que tange ao rendimento acadêmico, conforme as normativas estabelecidas pelo Ministério.

Ainda na esteira de “apoio financeiro”, destaca-se o acesso a cursos de Língua Estrangeira, que se efetiva por meio da disponibilização de vagas, em edital específico publicado pela PRAE, aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essa ação também se caracteriza como apoio financeiro e pedagógico ao estudante na medida em que são concedidas vagas, com isenção dos custos com taxa de matrícula, nos cursos de extensão desenvolvidos pelo Instituto de Linguagem (IL) da UFMT, Língua Portuguesa (Gramática normativa; Produção de texto), Inglês, Espanhol, Francês, Alemão, Libras.

b) Programas voltados ao estímulo à permanência dos estudantes com vistas à conclusão da graduação

Compete à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da UFMT a implementação e acompanhamento de Programas de Ações Afirmativas que sejam oriundos de processos seletivos específicos para ingresso de estudantes, além das vagas estabelecidas pela Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012).

Destaca-se o Programa de Inclusão Quilombola (PROINQ), aprovado pelas Resoluções CONSEPE nº 101, de 26 de setembro de 2016, nº 32, de 06 março de 2017, nº 208, de 28 de março de 2022, nº 209, de 28 de março de 2022, que trata de ação afirmativa fundamental à reparação histórica de

desigualdades étnico raciais, socioeconômicas e educacionais vividas pelas comunidades quilombolas, tendo realizado o primeiro processo seletivo específico em 2017, com ingresso de estudantes nos cursos de graduação dos *campi* de Cuiabá, Araguaia e Várzea Grande.

Como objetivo para este PDI, será fundamental a retomada do Programa de Inclusão Indígena (PROIND), visto que o estado de Mato Grosso apresenta uma das maiores populações indígenas do Brasil. Nesse sentido, é fundamental que a universidade reforce a interlocução com os diferentes grupos de povos originários que habitam o estado, além de interlocução com entidades e instituições que reflitam sobre o tema, para a construção de parcerias que visem a proteção do meio ambiente, desenvolvimento de tecnologias sustentáveis, troca de saberes e respeito e promoção das diferentes manifestações culturais e artísticas dos diferentes povos indígenas do estado de Mato Grosso. Uma etapa fundamental neste processo é o ingresso de indígenas nos cursos de graduação e pós-graduação da UFMT, com vistas à redução de desigualdades étnico raciais, socioeconômicas e educacionais para a garantia da inclusão.

Um passo fundamental para o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) é contemplar ações voltadas para a permanência de estudantes integrantes de grupos historicamente marginalizados e vulneráveis. Entre estes grupos, a população LGBTQIAP+ merece especial atenção. A população LGBTQIAP+ é composta por indivíduos cujas orientações sexuais e identidades de gênero divergem das normas tradicionais estabelecidas pela sociedade. Infelizmente, essas pessoas frequentemente sofrem discriminação, exclusão e violência em diversos âmbitos, incluindo o educacional. Entre a população LGBTQIAP+, a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) identificou que a população Trans é a mais vulnerável à violência. Segundo dados do Grupo Gay da Bahia, que monitora a violência contra pessoas LGBTQIAP+ no Brasil, o país registrou 329 homicídios de pessoas Trans em 2020, um aumento de 4% em relação ao ano anterior. O estado de Mato Grosso também apresenta números preocupantes: entre 2008 e 2020, foram registrados 24 homicídios de pessoas Trans no estado. Além disso, as pessoas LGBTQIAP+ muitas vezes enfrentam obstáculos no acesso e permanência na educação, incluindo a LGBTfobia, constantemente presente na comunidade acadêmica e na sociedade. Tudo

isso pode ocasionar altos índices de adoecimento relacionados à saúde mental, o que pode causar um número elevado de evasão.

Diante deste cenário, a UFMT objetiva implementar projetos e ações de inclusão e permanência, por meio da assistência estudantil, que considerem as necessidades específicas da população LGBTQIAP+. Entre as possíveis iniciativas, destacam-se a possibilidade de criação de programas de apoio para estudantes LGBTQIAP+ em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a promoção de campanhas educativas sobre diversidade sexual e de gênero, a garantia de espaços seguros e acolhedores para esses estudantes dentro da universidade. Investir em ações que promovam a inclusão e assistência estudantil para a população LGBTQIAP+ não só é uma questão de justiça social, mas também representa uma oportunidade para a UFMT fortalecer sua missão como uma instituição comprometida com a diversidade, a igualdade e a transformação social.

A partir do exposto e com vistas ao estímulo à permanência, destacam-se as ações que se seguem:

- Programa de Acompanhamento Acadêmico: com o propósito de favorecer a permanência dos estudantes na UFMT, o programa de Acompanhamento Acadêmico tem como objetivos: ampliar as condições de permanência e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico; implementar o acompanhamento acadêmico processual, visando o desenvolvimento psicossocial e acadêmico do estudante nos espaços acadêmicos e vivenciais; utilizar o processo de acompanhamento acadêmico como dispositivo para triagem interventiva, visando a identificação dos problemas e das dificuldades, de modo a possibilitar as orientações e intervenções individuais ou coletivas; intervir nas situações que produzam dificuldades no desempenho acadêmico, oferecendo condições para a transposição de barreiras que ocasionam os índices de evasão e retenção universitária; consolidar e analisar dados e informações obtidos durante o processo do acompanhamento acadêmico, utilizando como parâmetro os indicadores de rendimento, reprovação e as considerações dos atores sociais envolvidos, formulando avaliações quanti-qualitativas; colaborar no aperfeiçoamento e formação profissional de estagiários, buscando a execução das atividades no âmbito multiprofissional e no campo da Assistência Estudantil. No escopo do Programa de Acompanhamento Acadêmico, ressalta-se a implementação de um acompanhamento durante o processo de

aprendizagem das/os estudantes que se inicia com um levantamento das necessidades de cada auxiliada/o, organizadas em quatro grandes áreas de atendimento da PRAE/SAE, conforme a demanda estudantil, sendo elas: relacionada à organização acadêmica (aulas, estágio, TCC etc.); relacionada à saúde física e mental; relacionada a aspectos sociais e econômicos; relacionada a relacionamentos interpessoais e familiares. A partir das demandas dos discentes, são feitos os encaminhamentos conforme cada caso requer, podendo ser Orientação acadêmica com Pedagoga, Orientação da Psicologia, Orientação do Serviço Social, participação em Oficina específica (como por exemplo “Oficina de Promoção das Competências Acadêmicas”; Oficinas de “Leitura e escrita acadêmica para estudantes quilombolas e indígenas” e de “Informática para quilombolas e indígenas”), além de realização de encontros de saúde e de orientações do serviço social.

- Programa de Acolhimento e Orientação Psicológica: com o objetivo de acolher e orientar os discentes frente aos fatores psicoemocionais que influenciam o desenvolvimento universitário, caracteriza-se como a disponibilização de espaços virtuais e presenciais para facilitar as escutas qualificadas e a proposição do apoio psicológico, a organização psíquica e orientações precisas que colaborem com os estudantes em sua permanência e desenvolvimento da vida acadêmica, sem se configurar como serviço de psicoterapia.
- Programa do Serviço Social: desenvolvido pela Unidade de Assistentes Sociais da PRAE, o programa contempla o “Projeto Aconchega”, o “Projeto Acolhida” e o “Projeto de Acompanhamento das Casas de Estudantes Universitários”. O “Projeto Aconchega” tem como objetivo a promoção da saúde e prevenção de adoecimento como prática de saúde em grupo, construindo redes sociais solidárias, por meio da Terapia Comunitária que tem como finalidade partilhar experiências de vida e sabedorias de forma horizontal e circular. Caracteriza-se como um espaço em que cada participante se torna terapeuta de si mesmo, a partir da escuta das histórias de vida relatadas no grupo, assumindo corresponsabilidade na busca de soluções e superação dos desafios do cotidiano, desfrutando de um ambiente acolhedor e caloroso, transformando o sofrimento em crescimento, a carência em competência. O “Projeto Acolhida” tem como propósito orientar os estudantes acerca do acesso à política de Assistência Estudantil na UFMT, buscando auxiliar o discente na abertura do processo via SEI para solicitação de auxílios concedidos por meio do edital de cadastramento em fluxo contínuo da Assistência Estudantil. Já o “Projeto de Acompanhamento das Casas de Estudantes

Universitários” objetiva identificar as demandas estudantis dos/as moradores/as das Casas de Estudantes – CEU´s (*campus* Cuiabá), visando contribuir com a permanência dos estudantes com vistas à conclusão do curso. O projeto se desenvolve por meio de ações como: mapeamento de demandas dos moradores das CEU´s; reflexão acerca dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais que perpassam a moradia estudantil; atividades que vão ao encontro das necessidades dos discentes moradores das CEU´s, respeitando-se o âmbito de atuação da PRAE.

- Projeto Transforma e Projeto Ampare: trata-se de uma iniciativa da PRAE com ações voltadas à prevenção e ao enfrentamento, respectivamente, de discriminação e violência contra gênero e sexualidade na UFMT, especialmente em relação à comunidade LGBTQIAPN+; de assédio moral, sexual, importunação sexual, discriminação, racismo e violências na UFMT.

9.2 Programas de apoio pedagógico e financeiro (bolsas)

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), por meio da Coordenação de Formação Docente (CFD), dispõe da Gerência de Apoio Pedagógico e da Gerência de Programas Especiais, que organizam, supervisionam e avaliam os Programas descritos abaixo, que visam ao desenvolvimento do ensino e à formação qualificada de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento:

a) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é uma ação da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) que visa proporcionar aos discentes na primeira metade do curso de licenciatura uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas.

O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por instituições de educação superior (IES) em parceria com as redes públicas de ensino. Os projetos devem promover a iniciação do licenciando no ambiente escolar, visando estimular, desde o início de sua formação, a observação e a reflexão sobre a prática profissional no cotidiano das escolas públicas de educação básica. Os discentes são acompanhados por um professor da escola e por um

docente de uma das instituições de educação superior participantes do programa.

Para o PIBID, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) concede quatro modalidades de bolsas aos participantes do projeto institucional:

- I. **Iniciação à docência** – para os discentes de licenciatura dos cursos, participantes dos subprojetos.
- II. **Professor supervisor** – para os professores de escolas públicas de educação básica que acompanham e supervisionam as atividades dos bolsistas e dos voluntários de iniciação à docência.
- III. **Coordenador de área** – para os docentes das licenciaturas da IES que coordenam os subprojetos.
- IV. **Coordenador Institucional** – para o docente da licenciatura da IES que coordena o projeto institucional de iniciação à docência na IES. É permitida a concessão de uma bolsa por projeto institucional.

b) Programa de Residência Pedagógica

O Programa de Residência Pedagógica (PRP) é uma atividade de formação realizada pelo discente regularmente matriculado em curso de licenciatura e desenvolvida em uma escola pública de Educação Básica, denominada escola-campo. O programa tem por finalidade aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e que conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, e, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar.

O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de Residência Pedagógica desenvolvidos por instituições de educação superior (IES) em parceria com as redes públicas de ensino. Os projetos devem promover o fortalecimento e o aprofundamento da formação teórico-prática de estudantes que estejam cursando a segunda metade dos cursos de licenciatura, contribuindo, assim, com a construção da identidade docente e formação profissional dos licenciandos.

Para a Residência Pedagógica, a CAPES concede quatro modalidades de bolsas aos participantes do projeto institucional:

- I. **Residente** – para os discentes de licenciatura dos cursos, participantes dos subprojetos.
- II. **Preceptor** – para os professores de escolas públicas de educação básica que acompanham e orientam os residentes nas escolas-campo.
- III. **Docente Orientador** – para os docentes das licenciaturas da IES que coordenam os subprojetos de Residência Pedagógica.
- IV. **Coordenador Institucional** – para o docente da licenciatura que coordena o projeto institucional de residência pedagógica na IES. É permitida a concessão de uma bolsa por projeto institucional.

A UFMT aderiu ao Programa de Residência Pedagógica em 2018, a partir da publicação do Edital CAPES nº 06/2018, com vistas à melhoria da qualidade da Educação Básica nas escolas públicas e ampliação da presença da UFMT nos municípios do Estado.

c) Programa de Monitoria

O Programa de Monitoria é uma atividade acadêmica desenvolvida por estudantes de graduação, selecionados e orientados por um professor, capaz de reforçar conhecimentos teóricos e práticos de um componente curricular. O Programa de Monitoria visa o fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem, como também o compromisso do curso de graduação da Universidade com o educando. O professor orientador, juntamente com o aluno monitor, constrói uma ligação maior com os alunos da disciplina, resultando em uma aprendizagem mais significativa.

Podem participar do Programa de Monitoria como monitor remunerado ou voluntário, alunos da graduação, regularmente matriculados na UFMT, e que já tenham cursado a disciplina pretendida, com bom aproveitamento. A carga horária dedicada à Monitoria é de 20 horas semanais.

O fluxo de atividades do Programa de Monitoria se dá durante todo o ano letivo. A PROEG é responsável por lançar editais de seleção anualmente, baseados na Resolução CONSEPE nº 60/2016, que normatiza o Programa de Monitoria; receber, avaliar e homologar as propostas de trabalho dos cursos interessados no Programa de Monitoria; mensalmente, elaborar a folha de pagamento dos alunos bolsistas; acompanhar as

atividades do Comitê de Monitoria; ao final de cada semestre letivo, receber, analisar e homologar os relatórios finais e emitir os certificados aos alunos monitores e aos professores orientadores.

d) Programa de Tutoria

O Programa de Tutoria, regulamentado pela Resolução CONSEPE nº 36, de 24 de maio de 2010, foi implantado como uma política de intervenção pedagógica visando a superação e equiparação de estudos referentes ao conteúdo da educação básica, fundamentais ao desenvolvimento da formação acadêmica inicial e ao futuro exercício profissional. Caracteriza-se, portanto, como um programa institucional de nivelamento, pois seu público-alvo são alunos ingressantes na UFMT. Adicionalmente, os Colegiados de Curso são incentivados a realizar, por iniciativa própria, projetos de nivelamento para os alunos ingressantes no curso.

Podem participar do Programa de Tutoria como tutor remunerado ou voluntário, alunos da graduação, regularmente matriculados na UFMT, que atendam aos requisitos constantes dos editais de seleção publicados anualmente. A carga horária dedicada à Tutoria é de 20 horas semanais.

O fluxo de atividades do Programa de Tutoria se dá durante todo o ano letivo, a PROEG é responsável por lançar os editais anualmente, receber, avaliar e aprovar as propostas de trabalho dos cursos interessados no Programa de Tutoria, mensalmente elaborar a folha de pagamentos dos alunos bolsistas, acompanhar as atividades do Comitê de Tutoria, ao final de cada semestre letivo receber e analisar os relatórios finais e emitir os certificados a todos os envolvidos diretamente no processo.

e) Programa de Educação Tutorial

O Programa de Educação Tutorial (PET) foi oficialmente instituído pela Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005. O PET é orientado pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, visando o desenvolvimento das atividades acadêmicas para os padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar, estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação

superior e contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação. Existem dois tipos de Grupos PET's: as conexões, que possibilitam a concessão de bolsas para um conjunto de cursos de graduação, previamente definidos pela UFMT. E os grupos de cursos específicos, onde somente alunos e professores de um determinado curso de graduação podem receber bolsas.

O fluxo de atividades do PET se dá durante todo o ano civil. A PROEG é responsável por lançar editais de seleção de professores tutores e alunos tutores (remunerados e voluntários), homologar, mensalmente, as bolsas dos professores e alunos, acompanhar as atividades do Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação (CLAA), que é presidido pelo Interlocutor do PET/PROEG/UFMT, analisar e homologar as prestações de contas dos grupos PET, acompanhar e cumprir o cronograma anual das atividades do PET, disponibilizado pelo MEC/SESU, e emitir os certificados a todos os envolvidos diretamente no processo.

9.3 Cultura, Extensão e Vivência

Na área da Cultura e Vivência, a PROCEV, por meio da Coordenação de Cultura, é responsável pelo Edital de Auxílio Vivência/Cultura, uma ação de fomento cultural, cujo objetivo é apoiar ações propostas pelos estudantes. As ações do Auxílio Vivência/Cultura devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras dos/as estudantes. Além disso, devem estimular o desenvolvimento cultural, social e a coletividade, bem como a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior, bem como contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira por meio do contato direto dos estudantes em ações que promovam a Cultura em realidades concretas.

No âmbito da Extensão, definida como uma atividade cujas ações se baseiam em um processo interdisciplinar, educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico, articulado ao ensino e à pesquisa de forma indissociável e que viabiliza a relação transformadora entre a instituição e a sociedade, são concedidas bolsas aos estudantes contemplados pelos Editais de Extensão, que são ofertados anualmente, sendo: Programa de

Bolsa Extensão Ações, Programa de Bolsa Extensão Ações Afirmativas e Programa de Bolsas de Extensão Tecnológica.

Em relação ao Esporte e Lazer, a Gerência de Projetos Esportivos e Lazer vem executando alguns projetos¹ para participação e convivência estudantil, tais como:

- Projeto Esporte acadêmico: apoia estudantes-atletas, representantes da UFMT nos eventos esportivos oficiais e os estudantes organizados na Liga das Atléticas da UFMT (LAUFMT). Pode contemplar estudantes de ações afirmativas;
- Projeto Futebol de mulheres: tem como objetivo fomentar a modalidade do futsal para as mulheres; proporcionar às mulheres o empoderamento por meio do esporte; apoiar as ações independentes também realizadas por acadêmicas e servidoras da UFMT; conta com a atuação de 03 alunas bolsistas de ações afirmativas;
- Programa Segundo Tempo promovido pelo Ministério do Esporte: as atividades são prioritariamente para estudantes da UFMT. Pode contemplar estudantes de ações afirmativas e a comunidade.

9.4 Iniciação Científica

O Programa Institucional de Iniciação Científica está alinhado à diretriz V – Formação e Capacitação, da Política Institucional de Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso (PIPe/UFMT), instituída pela Resolução CONSEPE-UFMT nº 338, de 24 de abril de 2023.

O Programa é voltado para o desenvolvimento do pensamento científico-criativo e para a iniciação científica de estudantes de graduação do ensino superior, contribuindo para a formação qualificada de recursos humanos, para integração à cultura acadêmica e para a redução do tempo médio de permanência na pós-graduação.

São ofertadas as seguintes modalidades de bolsas:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e Programa Institucional de Voluntariado de Iniciação Científica (VIC) – destinam-se a estudantes matriculados em cursos de graduação da UFMT, proporcionando aos estudantes bolsistas, sob a orientação

¹ Ressalta-se que os projetos não possuem caráter permanente, portanto, podem ser alterados a qualquer momento.

de pesquisadores qualificados, a aprendizagem de métodos e técnicas de pesquisa, o desenvolvimento do pensamento científico e da criatividade, por meio de atividades e vivências associadas ao planejamento, execução e divulgação de resultados gerados pela pesquisa;

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica em Ações Afirmativas (PIBIC-AF) – tem como público-alvo estudantes indígenas ou quilombolas, ingressantes pelo PROIND ou pelo PROINQ, matriculados em curso de graduação da UFMT;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para Ensino Médio (PIBIC-EM) – voltado a estudantes matriculados no Ensino Médio de escolas públicas estaduais do Estado de Mato Grosso, visando despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) – destinado a estudantes matriculados em cursos de graduação da UFMT, visando contribuir para a formação tecnológica de recursos humanos para a pesquisa tecnológica, através do apoio à elaboração e execução de projetos, com foco em tecnologia, inovação, empreendedorismo, produtividade e gestão.

9.5 Organizações Estudantis

O Diretório Central dos Estudantes é entidade máxima de representação discente de uma Universidade e representa o conjunto dos universitários. Toda instituição de ensino que tenha mais de quatro cursos superiores deve ter um DCE, o que se verifica nos quatro *campi* da UFMT, Cuiabá, Araguaia, Sinop e Várzea Grande.

Cada DCE tem seu próprio Estatuto e forma de organização, sendo o espaço que possibilita aos estudantes debates e mobilizações relacionadas à instituição, suas necessidades, desafios gerais ou específicos. Promove também atividades culturais, recepção e acolhimento de calouros e representa o conjunto dos estudantes na União Nacional dos Estudantes (UNE), que é a entidade que reúne o movimento estudantil de todo o país, para debater e atualizar a pauta de luta, discutir e aprovar resoluções e ações em âmbito nacional, regional e local.

Na UFMT, os DCEs realizam eleições anuais, além de assembleias, conselhos de base, entre outras formas de organização para poder representar o conjunto dos estudantes, por isso, têm competência para

organização, promoção de atividades, prestação de contas, convocação de assembleia, implementação de políticas e resoluções de Congresso, assembleias e conselhos de base.

Compõem a base dos DCEs os Centros Acadêmicos dos *campi*, formando o Conselho de Entidades de Base, instância que discute e delibera ações e políticas a serem implementadas pela gestão eleita.

O DCE também tem representação nas instâncias colegiadas superiores da UFMT, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). Além disso, participa de grupos de trabalho, comissões, coletivos, que tenham a finalidade de debater e propor políticas e ações no âmbito da Universidade.

Portanto, entre as tarefas e compromissos dos DCEs está a defesa da Universidade pública, gratuita e democrática, dos interesses dos estudantes, promovendo e incentivando todas as formas de organização, além de se articular e cooperar com outros movimentos sociais e populares, respeitando a autonomia de cada instância e entidade.

Ainda em relação à organização estudantil, a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil promove Fóruns de Assistência Estudantil voltados ao corpo discente e, especialmente durante esses espaços de discussão, o apoio à criação de Coletivos de estudantes são potencialmente presentes. A formação do “Coletivo de Estudantes Quilombolas” e “Coletivo de Estudantes LGBTQIAP+” está em discussão pelos estudantes que integram essas comunidades. Ressalta-se que o Coletivo Negro já existe com expressividade bastante relevante entre os estudantes da UFMT.

9.6 Acompanhamento de Egressos

A Universidade Federal de Mato Grosso, através do ensino, da pesquisa e da extensão, tem como um de seus objetivos essenciais preparar profissionais com competência científica, social, política e técnica, habilitados ao eficiente desempenho de suas funções. Para tanto, torna-se essencial a utilização e implantação de estratégias que possibilitem o acompanhamento e a avaliação continuada da formação, do perfil profissional do egresso, de sua inserção no mundo do trabalho e possibilidades de atualização. Por meio do acompanhamento de egressos, a Universidade poderá propor novas políticas internas que aprimorem a

relação entre o Perfil de egresso desejado (Objetivo da formação) e o perfil de egresso realizado/observado (função desempenhada na vida egressa). É fundamental para uma boa gestão de egressos em Instituições de Ensino Superior uma Política Institucional consolidada e um Sistema de Gerenciamento de Informações pautado em diretrizes de gestão do conhecimento (MICHELAN et al. 2009). Ainda assim, se faz necessário considerar os níveis de intensidade de interação da IES com o egresso, sendo que quanto maior o nível de interação maior será o benefício para ambas as partes e conseqüentemente para a sociedade.

No âmbito educacional, podemos considerar egresso o indivíduo que cumpriu a grade curricular de um curso de graduação ou pós-graduação e concluiu o curso em determinada área do conhecimento. Exclui-se desse grupo os alunos transferidos, evadidos e jubilados. A contribuição do egresso à qualidade dos cursos das IES, conforme as orientações do Sistema Nacional de Avaliação da educação Superior (SINAES), pode ser realizada em 3 eixos: a) Inserção Profissional do Egresso; b) Participação dos Egressos na vida da IES; C) Avaliação do Egresso e da Sociedade sobre o Curso realizado.

O Programa Institucional de Acompanhamento do Egresso (PIACE) segue a Instrução Normativa Conjunta PROEG/PROPG nº 002, de 23 de dezembro de 2020. Por meio do acompanhamento de egressos, a Universidade propõe novas políticas internas que aprimorem a descrição do perfil de egresso. A UFMT conta com o Portal do Egresso, com o objetivo de divulgar as informações sobre os egressos e de integrá-los. Além disso, via portal, é disponibilizada, como teste, a Pesquisa sobre o Perfil do Egresso.

Também já está disponível no Portal de Sistemas Integrados, ferramenta informatizada para gestão de pesquisa com egressos. O programa está em fase de readequação estatística, testes do sistema PIACE e ajustes do instrumento de pesquisa, com vistas à integração institucional e oferta contínua de pesquisa sobre o perfil do egresso.

10 Objetivos, Metas e Estratégias

O estabelecimento de objetivos e metas de forma estratégica fornece à instituição um roteiro claro e estruturado para o crescimento e aprimoramento contínuo das suas atividades. A definição de metas tangíveis, quantificáveis, específicas e temporais permite que a organização concentre seus recursos e esforços nas áreas mais cruciais, evitando dispersão e garantindo um foco consistente em direção aos seus objetivos. O plano de estratégias, além de listar as ações concretas e essenciais para o alcance de cada uma das metas, traz transparência e prestação de contas das ações realizadas pelas unidades.

O quadro de objetivos e metas e o plano de estratégias foram elaborados pelo Grupo Técnico e pela Comissão Conjunta CONSEPE/CONSUNI com informações da consulta pública inicial sobre os macrotemas que devem nortear o PDI. Posteriormente, os documentos foram submetidos a nova consulta pública e revisão do Grupo Técnico e da Comissão

10.1 Objetivos, Indicadores e Metas

Quadro 9 . Objetivos, indicadores e metas do Eixo Ensino

EIXO ENSINO																								
Objetivo	Indicador	Método de Cálculo	Situação Atual	Meta																				Responsável Principal
				2024				2025				2026				2027				2028				
				1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	
Melhorar a qualidade do ensino da Graduação e da Pós-Graduação	Índice Geral de Cursos (IGC)	CONSIDERA: 1) Notas contínuas de Conceitos Preliminares de Curso referentes aos cursos de graduação avaliados no triênio; 2) Conceitos dos cursos de Mestrado e Doutorado atribuídos pela CAPES; 3) Número de matrículas nos cursos de graduação; 4) Número de matrículas nos cursos de pós-graduação.	3,328 (IGC 2021)	-	-	-	3,40	-	-	-	3,45	-	-	-	3,47	-	-	-	3,49	-	-	-	3,50	PROEG
Elevar a oferta de egressos no mundo do trabalho	Número de egressos da graduação presencial dentro do período de integralização	(Σ Número de concluintes no ano / Σ Número total de ingressantes com base na integralização de cada curso) x 100	39,04% (ano acadêmico de 2021)	-	-	-	41%	-	-	-	43%	-	-	-	45%	-	-	-	47%	-	-	-	49%	PROEG
	Número de egressos da graduação a distância dentro do período de integralização	(Σ Número de estudantes diplomados ao final de cada turma dos cursos no ano/Σ Número total de ingressantes de cada turma dos cursos no ano) x 100	34%	-	-	-	-	-	-	-	40%	-	-	-	-	-	-	-	42%	-	-	-	-	SETEC
	Novas vagas EaD ofertadas por ano por meio de parcerias/editais	Σ Número de vagas novas EaD ofertadas por ano por meio de parcerias/editais	1.156	576	-	1.152	-	576	-	1.152	-	576	-	1.152	-	576	-	1.152	-	576	-	1.152	-	SETEC
	Taxa de ocupação das vagas ofertadas da pós-graduação	(Σ Número de vagas ocupadas/ Σ número de vagas ofertadas) x 100	65%	67%	67%	67%	67%	69%	69%	69%	69%	71%	71%	71%	71%	73%	73%	73%	73%	75%	75%	75%	75%	PROPG
	Tempo médio de titulação dos cursos de mestrado acadêmicos (em meses)	Σ Tempo total de conclusão (em meses)/ Σ total de mestres	32	31	31	31	31	30	30	30	30	29	29	29	29	28	28	28	28	27	27	27	27	PROPG
	Tempo médio de titulação dos cursos de mestrado profissional (em meses)	Σ Tempo total de conclusão (em meses)/ Σ total de mestres	35	35	35	35	35	34	34	34	34	34	34	34	34	33	33	33	33	33	33	33	33	PROPG
	Tempo médio de titulação dos cursos de doutorado (em meses)	Σ Tempo total de conclusão (em meses)/ Σ total de doutores	56	56	56	56	56	55	55	55	55	54	54	54	54	53	53	53	53	52	52	52	52	PROPG

Propiciar a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na UFMT	Cobertura de estudantes demandantes elegíveis na Assistência Estudantil	(Número de estudantes assistidos ¹ com auxílios/ Total de estudantes demandantes elegíveis) x 100	100%	-	-	-	100%	-	-	-	100%	-	-	-	100%	-	-	-	100%	-	-	-	100%	PRAE
	Proporção de Estudantes vulneráveis socioeconomicamente beneficiados pela PRAE	(Número de Estudantes beneficiados ² pela PRAE/Total de estudantes ingressantes por cota com recorte de renda) x 100	30%	-	-	-	34%	-	-	-	38%	-	-	-	42%	-	-	-	46%	-	-	-	50%	PRAE
	Taxa de evasão de estudantes auxiliados pela PRAE	(Número de eventos ³ ocorridos com estudantes beneficiados no semestre/ Total de eventos ocorridos no semestre) x 100	-	-	-	-	0%	-	-	-	0%	-	-	-	0%	-	-	-	0%	-	-	-	0%	PRAE
	Taxa de evasão de estudantes ingressantes por programas de ações afirmativas específicos auxiliados pela PRAE	(Número de eventos ocorridos com estudantes de programas de ações afirmativas específicos beneficiados no semestre/ Total de estudantes ingressantes por programas de ações afirmativas no semestre) x 100	-	-	-	-	0%	-	-	-	0%	-	-	-	0%	-	-	-	0%	-	-	-	0%	PRAE
Aprimorar o desenvolvimento profissional docente	Número de professores atendidos por meio das ações de Formação Continuada ofertadas no período	Número de professores atendidos por meio das ações de Formação Continuada ofertadas no período	682 (período letivo 2022)	-	-	-	716	-	-	-	750	-	-	-	784	-	-	-	818	-	-	-	853	PROEG
	Percentual de professores recém-ingressantes atendidos por meio do Curso de Docência no Ensino Superior dentro do período de estágio probatório	(Número de professores recém-ingressantes atendidos por meio do Curso de Docência no Ensino Superior/Número de professores recém-ingressantes que necessitam realizar o curso) x 100	-	-	-	-	20%	-	-	-	25%	-	-	-	30%	-	-	-	35%	-	-	-	40%	PROEG
Ampliar a inclusão dos povos tradicionais na UFMT	Percentual de sobrevagas ocupadas do Programa de Inclusão Quilombola	(Σ de sobrevagas ocupadas/ Σ de sobrevagas ofertadas em Processo Seletivo Específico para quilombolas) x 100	41%	-	-	-	55%	-	-	-	65%	-	-	-	75%	-	-	-	80%	-	-	-	85%	PROEG
	Percentual de sobrevagas ocupadas do Programa de Inclusão de estudantes indígenas	(Σ de sobrevagas ocupadas/ Σ de sobrevagas ofertadas em Processo Seletivo Específico para Povos indígenas) x 100	-	-	-	-	50%	-	-	-	60%	-	-	-	70%	-	-	-	75%	-	-	-	80%	PROEG

¹ Estudantes que receberam quaisquer auxílios em pecúnia concedidos pela PRAE durante o semestre (Auxílio Permanência, Auxílio Moradia, Programa Alimentação, Auxílio Emergencial, Auxílio Evento, Bolsa Monitoria Inclusiva, Programa de Acolhimento Imediato, Apoio financeiro a projetos estudantis, Auxílio material pedagógico, Auxílio creche).

² Estudantes que foram beneficiados, em qualquer momento do semestre (auxílios, bolsas, isenção RU, isenção curso idiomas, vaga CEU).

³ Eventos = trancamentos, desistências, desligamentos (de acordo com o art. 7º da Res. CONSEPE nº 251/22).

Quadro 10 . Objetivos, indicadores e metas do Eixo Pesquisa e Inovação

EIXO PESQUISA E INOVAÇÃO																									
Objetivo	Indicador	Método de Cálculo	Situação Atual	Meta																				Responsável Principal	
				2024				2025				2026				2027				2028					
				1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.		
Gerar conhecimento	Taxa de projetos com captação de recursos	(Número de projetos financiados no período/ Número total de projetos vigentes no período) x 100	20,0%	-	-	-	20,3%	-	-	-	20,5%	-	-	-	20,8%	-	-	-	21,0%	-	-	-	21,3%	PROPeq	
	Número de produção e divulgação técnico-científica em livros, periódicos e eventos qualificados por coordenadores e membros de projetos registrados	Número de produção e divulgação técnico-científica em livros, periódicos e eventos qualificados por ano / coordenadores e membros de projetos registrados	2,80	-	-	-	2,90	-	-	-	3,00	-	-	-	3,05	-	-	-	3,10	-	-	-	3,15	PROPeq	
Desenvolver produtos e processos para resolver problemas da sociedade	Número de projetos de desenvolvimento de tecnologia com empresas	Número de Acordos de PD&I vigentes no período	10	10	10	10	12	12	12	12	15	15	15	15	15	15	15	15	17	17	17	17	20	EIT	
	Número de tecnologias transferidas	Total de Contratos de Transferência de Tecnologia firmados	1	1	1	1	3	3	3	3	5	5	5	5	5	7	7	7	7	9	11	11	11	13	EIT
	Número de Propriedades Intelectuais geradas	Total de Propriedades Intelectuais (softwares e patentes) criadas	65	65	65	65	71	71	71	71	77	77	77	77	77	83	83	83	83	89	89	89	89	95	EIT
Promover o empreendedorismo acadêmico	Número de negócios apoiados	Total de <i>spin-offs</i> criadas	0	1	2	2	3	3	4	4	5	5	6	6	7	7	8	8	9	9	10	10	10	11	EIT
Fortalecer a internacionalização da pesquisa	Pesquisas realizadas em colaboração internacional	(Número de parcerias internacionais em projetos de pesquisa/ número total parcerias em projetos) x 100	9,3%	9,3%	9,4%	9,5%	9,7%	9,8%	9,9%	10,0%	10,1%	10,3%	10,4%	10,5%	10,7%	10,8%	10,9%	11,1%	11,2%	11,3%	11,5%	11,6%	11,8%	SECRI	

Quadro 11 . Objetivos, indicadores e metas do Eixo Extensão

EIXO EXTENSÃO																								
Objetivo	Indicador	Método de Cálculo	Situação Atual	Meta																				Responsável Principal
				2024				2025				2026				2027				2028				
				1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	
Fortalecer a extensão universitária como processo acadêmico, cultural e científico articulado com a sociedade	Nível de participação de estudantes em ações de extensão	(Nº de alunos de graduação envolvidos em ações de extensão / Total de alunos de graduação com matrícula ativa) x 100	16,0%	18,0%	20,0%	24,2%	28,4%	33,4%	38,8%	44,4%	49,6%	53,8%	58,0%	62,2%	66,4%	70,6%	74,8%	79,0%	83,2%	87,4%	91,6%	95,8%	100,0%	PROCEV
	Alcance dos programas e projetos de extensão junto à comunidade externa	Nº de pessoas atendidas por programas e projetos de extensão no ano / Nº de programas e projetos concluídos no ano	867	-	-	-	988	-	-	-	1.127	-	-	-	1.257	-	-	-	1.387	-	-	-	1.517	PROCEV
Fortalecer a cultura universitária como processo complementar de formação e permanência acadêmica	Alcance das ações culturais junto à comunidade externa	Nº total de público participante das ações culturais	43.584	-	-	-	50.122	-	-	-	56.659	-	-	-	63.197	-	-	-	69.734	-	-	-	76.272	PROCEV
	Oferta de ações culturais	Somatório do nº de ações culturais realizadas por ano	321	-	-	-	369	-	-	-	417	-	-	-	465	-	-	-	513	-	-	-	561	PROCEV
Fortalecer o esporte universitário como processo complementar de formação e permanência acadêmica	Oferta de práticas esportivas sistemáticas	Somatório do nº de ações esportivas realizadas por ano	11	-	-	-	12	-	-	-	14	-	-	-	16	-	-	-	18	-	-	-	20	PROCEV

Quadro 12 . Objetivos, indicadores e metas do Eixo Gestão

EIXO GESTÃO																								
Objetivo	Indicador	Método de Cálculo	Situação Atual	Meta																				Responsável Principal
				2024				2025				2026				2027				2028				
				1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	
Melhorar a governança e a gestão administrativa	Percentual de itens atendidos do iGG ²	Σ Número de itens atendidos do iGG/Σ Total de itens presentes no iGG	57,6%	-	60%	-	63%	-	65%	-	68%	-	70%	-	73%	-	75%	-	78%	-	80%	-	82%	PROPLAN
	Índice de Satisfação dos Serviços de TI	% de avaliações com notas entre 8 e 10 em pesquisa de satisfação realizada no 3º Quadrimestre	66%	-	-	-	70%	-	-	-	72%	-	-	-	74%	-	-	-	76%	-	-	-	80%	STI
Promover a Gestão por Competências	Quantidade de ações realizadas ao ano visando ao desenvolvimento de competências validadas pelos servidores no Censo de Desenvolvimento de Servidores	Total de ações realizadas por ano	-	2	6	11	15	2	6	11	15	2	6	11	15	2	6	11	15	2	6	11	15	PROGEP
	Quantidade de unidades dimensionadas no Sistema de Dimensionamento de Pessoas (SISDIP)	Total de Unidades dimensionadas com cálculo realizado pelo SISDIP por ano	6	3	6	9	12	3	6	9	12	3	6	9	12	2	5	8	11	3	6	9	12	PROGEP
	Percentual de gestores das unidades administrativas avaliados por meio de competências	(Número de gestores avaliados / Número total de gestores) x 100 por ano	35%	10%	40%	100%	-	10%	40%	100%	-	10%	40%	100%	-	10%	40%	100%	-	10%	40%	100%	-	PROGEP
	Quantidade de servidores capacitados em cursos de curta, média e longa duração	Total de servidores que realizaram cursos de capacitação por ano	783	50	200	400	500	50	200	400	500	50	200	400	500	50	200	400	500	50	200	400	500	PROGEP
	Quantidade de gestores e sucessores capacitados	Total de gestores capacitados por ano	70	-	80	150	200	-	80	150	200	-	80	150	200	-	100	170	220	-	80	150	200	PROGEP
	Número de servidores qualificados no ano	Σ do número de servidores que tiveram sua primeira graduação ou especialização ou mestrado ou doutorado no último ano	120	-	65	-	135	-	70	-	150	-	80	-	170	-	90	-	190	-	95	-	210	PROGEP
Promover a saúde e a segurança no trabalho dos servidores	Quantidade de ações realizadas visando a promoção da saúde e a segurança no trabalho dos servidores	Total de ações realizadas por ano	-	4	8	13	18	4	8	13	18	4	8	13	18	4	8	13	18	4	8	13	18	PROGEP

² Posterior a definição desse indicador no PDI, o TCU aprovou, por meio do Acórdão 1.205/2023-Plenário, a proposta de atualização de Índice de Governança e Gestão (iGG), visando incorporar ao indicador princípios de responsabilidade social e sustentabilidade ambiental. Entretanto, essa atualização está prevista para ser finalizada em 2024 e o iGG, no formato atual, pode ser calculado por planilha eletrônica disponibilizada pelo TCU.

Ampliar a interação da UFMT com a sociedade	Número de Contratos, Convênios e Congêneres	Total de contratos, convênios e congêneres firmados ao ano	167	-	-	-	176	-	-	-	185	-	-	-	194	-	-	-	203	-	-	-	215	PROPLAN
Implementar uma efetiva política de inclusão e autonomia universal às pessoas com deficiência (PcD)	Formação em inclusão e acessibilidade	Σ das ações de formação/capacitação, por semestre, para servidores, terceirizados e estudantes	2	2	-	2	-	2	-	2	-	2	-	2	-	2	-	2	-	2	-	2	-	NAI
	Curricularização da Acessibilidade e Inclusão	Percentual de PPCs com componentes curriculares que abordam acessibilidade e inclusão	-	5%	10%	15%	20%	25%	30%	35%	40%	45%	50%	55%	60%	65%	70%	75%	80%	85%	90%	95%	100%	NAI
	Projetos de pesquisa e extensão na área de acessibilidade e inclusão	Número de projetos de pesquisa e extensão, por ano, na área de acessibilidade e inclusão vinculados aos editais do NAI	2	-	-	-	5	-	-	-	5	-	-	-	5	-	-	-	5	-	-	-	5	NAI
Promover a acessibilidade da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a atividades acadêmicas e de vivências	Acessibilidade espacial	Percentual de setores visitados e com relatórios de adequação necessários produzidos	-	5%	10%	15%	20%	25%	30%	35%	40%	45%	50%	55%	60%	65%	70%	75%	80%	85%	90%	95%	100%	NAI
	Tecnologias assistivas inclusivas	Percentual de pessoas com deficiência com apoio de tecnologias assistivas	-	-	100%	-	100%	-	100%	-	100%	-	100%	-	100%	-	100%	-	100%	-	100%	-	100%	NAI

10.2 Plano de Estratégias

Eixo Ensino

OBJETIVO 1: Melhorar a qualidade do ensino da Graduação e da Pós-Graduação

Indicador 1.1: Índice Geral de Cursos (IGC)

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
-	-	-	3,40	-	-	-	3,45	-	-	-	3,47	-	-	-	3,49	-	-	-	3,50

Estratégias:

- Reestruturar os PPCs dos cursos;
- Apoiar as políticas de inclusão, permanência e êxito estudantil;
- Elevar o número de estudantes atendidos/acompanhados pelos programas de apoio pedagógico;
- Elevar o número de docentes capacitados por meio das ações de Formação Continuada;
- Acompanhar as ações de extensão curricular e vivência estudantil promovidas pela PROCEV;
- Contribuir para o desenvolvimento da Política de Internacionalização dos cursos de Graduação;
- Apoiar as ações de assistência estudantil desenvolvidas pela PRAE;
- Acompanhar as ações de melhoria de infraestrutura dos cursos de graduação desenvolvidas pela SIC;
- Elevar a gestão administrativa institucional em relação à infraestrutura dos *campi*;
- Elevar a manutenção periódica dos equipamentos de refrigeração e locomoção vertical (elevadores);
- Criação e implementação de políticas de sustentabilidade;
- Melhorar as adaptações para pessoas com dificuldade de locomoção;

- Garantir a manutenção/reforma de sanitários acessíveis às pessoas com deficiência;
- Garantir a infraestrutura necessária para locomoção de pessoas com deficiências visuais pelas edificações dos *campi*.

OBJETIVO 2: Elevar a oferta de egressos no mundo do trabalho

Indicador 2.1: Número de egressos da graduação presencial dentro do período de integralização

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
-	-	-	41%	-	-	-	43%	-	-	-	45%	-	-	-	47%	-	-	-	49%

Estratégias:

- Promover ações formativas para gestores dos cursos de graduação;
- Apoiar as políticas de inclusão, permanência;
- Elevar o número de estudantes atendidos/acompanhados pelos programas de apoio pedagógico;
- Aumentar a divulgação dos processos seletivos para ingresso nos cursos de graduação presencial e a distância (SISU, PSE, Transferência, Mobilidade, PROINQ, PROIND e Programas Especiais da CAPES);
- Incentivar as unidades acadêmicas na proposição de Acordos de Cooperação Técnica entre as instituições/empresas para realização de Estágios não-obrigatórios para os estudantes da graduação;
- Aumentar a divulgação das ações desenvolvidas pela PROEG que visam o apoio pedagógico à comunidade acadêmica.

Indicador 2.2: Número de egressos da graduação a distância dentro do período de integralização

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
-	-	-	-	-	-	-	40%	-	-	-	-	-	-	-	42%	-	-	-	-

Estratégias:

- Desenvolver estratégias de intervenção pedagógicas a partir de processos de avaliação e diagnóstico realizados pela SETEC e pelos cursos EaD;
- Fomentar cursos de formação para professores, gestores e tutores de cursos EaD, visando melhorar os processos de mediação pedagógica e tecnológica;
- Em parceria com as coordenações de curso, ofertar nivelamento para estudantes com dificuldades, especialmente em disciplinas básicas como matemática, linguagem e princípios de tecnologia educacional;
- Em parceria com profissionais de assistência a docência e tutores dos cursos EaD, ampliar as ações pedagógicas visando o reengajamento de estudantes com baixa participação em cursos EaD;
- Promover a oferta de editais de gestão de vínculo, visando otimizar a ocupação de vagas nos cursos EaD;
- Promover a inclusão e acessibilidade por meio de estratégias de acolhimento em parceria com o NAI.

Indicador 2.3: Novas vagas EaD ofertadas por ano por meio de parcerias/editais

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
576	-	1.152	-	576	-	1.152	-	576	-	1.152	-	576	-	1.152	-	576	-	1.152	-

Estratégias:

- Promover processos de articulação com potenciais agências de fomento e parceiros, visando a elaboração e submissão de projetos de novos cursos EaD, no campo da formação de professores e desenvolvimento social e econômico em Mato Grosso;
- Em parceria com o fórum de gestores das IPES em MT, realizar pesquisas diagnósticas sobre demandas formativas por meio da EaD no estado;
- Realizar projetos de natureza formativa para a comunidade acadêmica, visando ampliar a divulgação da potencialidade da EaD

enquanto ação estratégica para expansão e democratização do acesso ao ensino superior em MT.

Indicador 2.4: Taxa de ocupação das vagas ofertadas da pós-graduação

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
67%	67%	67%	67%	69%	69%	69%	69%	71%	71%	71%	71%	73%	73%	73%	73%	75%	75%	75%	75%

Estratégias:

- Ampliar o uso de mídias para divulgação das ações dos PPGs;
- Aumentar as ações de divulgação dos processos seletivos;
- Realizar o redimensionamento dos Programas de Pós-Graduação.

Indicador 2.5: Tempo médio de titulação dos cursos de mestrado acadêmicos (em meses)

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
31	31	31	31	30	30	30	30	29	29	29	29	28	28	28	28	27	27	27	27

Estratégias:

- Incrementar as ações de acompanhamento dos discentes;
- Promover a manutenção de editais de fomento aos projetos/produção.

Indicador 2.6: Tempo médio de titulação dos cursos de mestrado profissional (em meses)

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
35	35	35	35	34	34	34	34	34	34	34	34	33	33	33	33	33	33	33	33

Estratégias:

- Incrementar as ações de acompanhamento dos discentes;
- Promover a manutenção de editais de fomento aos projetos/produção.

Indicador 2.7: Tempo médio de titulação dos cursos de doutorado (em meses)

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
56	56	56	56	55	55	55	55	54	54	54	54	53	53	53	53	52	52	52	52

Estratégias:

- Incrementar as ações de acompanhamento dos discentes;
- Promover a manutenção de editais de fomento aos projetos/produção.

OBJETIVO 3: Propiciar a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na UFMT

Indicador 3.1: Cobertura de estudantes demandantes elegíveis na Assistência Estudantil

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
			100%				100%				100%				100%				100%

Estratégias:

- Publicar editais de cadastramento para acesso, pelos estudantes, do Programa de Alimentação, Programa Moradia, Auxílio Permanência;
- Publicar editais para concessão de auxílio creche;
- Realizar ações junto aos estudantes matriculados no âmbito do Projeto "Acolhida", que visa orientar os estudantes quanto ao acesso à Assistência Estudantil.

Indicador 3.2: Proporção de Estudantes vulneráveis socioeconomicamente beneficiados pela PRAE

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
			34%				38%				42%				46%				50%

Estratégias:

- Publicar e divulgar junto aos cursos (PRAE Itinerante) editais de cadastramento para acesso, pelos estudantes, ao Programa Alimentação, Programa Moradia, Auxílio Permanência;
- Publicar editais específicos para o Programa Alimentação para estudantes ingressantes por ações afirmativas com recorte de renda;
- Publicar editais específicos para o Auxílio Permanência para estudantes ingressantes por ações afirmativas com recorte de renda;
- Publicar editais específicos para o cadastramento de estudantes ingressantes por processo seletivo específico para quilombolas;
- Publicar editais voltados a apoio financeiro para elaboração e execução de projetos estudantis desenvolvidos por (e para) estudantes em vulnerabilidade socioeconômica;
- Realizar ações junto aos estudantes matriculados no âmbito do Projeto "Acolhida" que visa orientar os estudantes quanto ao acesso à Assistência Estudantil;
- Publicar edital, em parceria com o Instituto de Linguagens, para Isenção de inscrição em cursos de extensão em Línguas estrangeiras (Idiomas) para estudantes ingressantes por ações afirmativas com recorte de renda;
- Priorizar atendimento a estudantes cadastrados e ingressantes por ações afirmativas com recorte de renda na concessão de auxílio emergencial e auxílio evento;
- Publicar edital específico para auxílio creche.

Indicador 3.3: Taxa de evasão de estudantes auxiliados pela PRAE

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
			0%				0%				0%				0%				0%

Estratégias:

- Estabelecer parcerias com Núcleo de Acessibilidade e Inclusão para identificação de demandas específicas de estudantes beneficiados com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, superdotação/altas habilidades;
- Articular com o NAI para aumento de monitores não bolsistas no Programa de Monitoria Inclusiva;
- Realizar atendimentos periódicos com os estudantes beneficiados, de acordo com o Programa de Acompanhamento Acadêmico;
- Realizar atendimentos aos estudantes beneficiados que visem orientação psicológica e/ou social, a partir da demanda dos discentes, junto a profissionais da PRAE (Psicólogos e Assistentes sociais);
- Promover ações no âmbito do Projeto "Transforma" voltadas à prevenção e enfrentamento à discriminação e à violência contra gênero e sexualidade na UFMT, especialmente em relação à comunidade LGBTQIAPN+;
- Promover oficinas que possam atender às demandas dos estudantes, como oficinas de Leitura e escrita acadêmica, a partir da demanda dos estudantes;
- Promover ações no âmbito do Projeto "Ampare" voltadas à prevenção e enfrentamento ao assédio moral, sexual, importunação sexual, discriminação, racismo e violência na UFMT.

Indicador 3.4: Taxa de evasão de estudantes ingressantes por programas de ações afirmativas específicos auxiliados pela PRAE

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
			0%				0%				0%				0%				0%

Estratégias:

- Realizar atendimentos periódicos com os estudantes beneficiados, de acordo com o Programa de Acompanhamento Acadêmico;
- Realizar atendimentos aos estudantes beneficiados que visem orientação psicológica e/ou social, a partir da demanda dos discentes, junto a profissionais da PRAE (Psicólogos e Assistentes sociais);
- Promover, em parceria com o curso de Psicologia, "Grupos de apoio" aos estudantes quilombolas, no âmbito do projeto "Entre aldeias e quilombos";
- Promover oficinas voltadas aos estudantes quilombolas, no âmbito do projeto "Entre aldeias e quilombos", como oficinas de Linguagem, de Leitura e escrita acadêmicas, de Informática para fins acadêmicos;
- Promover ações no âmbito do Projeto "Ampare" voltadas à prevenção e enfrentamento ao assédio moral, sexual, importunação sexual, discriminação, racismo e violência na UFMT;
- Promover ações no âmbito do Projeto "Transforma" voltadas à prevenção e enfrentamento à discriminação e à violência contra gênero e sexualidade na UFMT, especialmente em relação à comunidade LGBTQIAPN+.

OBJETIVO 4: Aprimorar o desenvolvimento profissional docente**Indicador 4.1: Número de professores atendidos por meio das ações de Formação Continuada ofertadas no período**

2024				2025				2026				2027				2028			
1° Trim.	2° Trim.	3° Trim.	4° Trim.	1° Trim.	2° Trim.	3° Trim.	4° Trim.	1° Trim.	2° Trim.	3° Trim.	4° Trim.	1° Trim.	2° Trim.	3° Trim.	4° Trim.	1° Trim.	2° Trim.	3° Trim.	4° Trim.
-	-	-	716	-	-	-	750	-	-	-	784	-	-	-	818	-	-	-	853

Estratégias:

- Oferecer formações contínuas aos docentes de acordo com a demanda;
- Divulgar as formações em todos os meios de comunicação oficial.

Indicador 4.2: Percentual de professores recém-ingressantes atendidos por meio do Curso de Docência no Ensino Superior dentro do período de estágio probatório

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
-	-	-	20%	-	-	-	25%	-	-	-	30%	-	-	-	35%	-	-	-	40%

Estratégias:

- Ofertar o curso de docência no ensino superior para os recém-ingressantes;
- Divulgar o curso de docência no ensino superior;
- Envolver outras unidades na elaboração e execução do curso.

OBJETIVO 5: Ampliar a inclusão dos povos tradicionais na UFMT

Indicador 5.1: Percentual de sobrevagas ocupadas do Programa de Inclusão Quilombola

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
-	-	-	55%	-	-	-	65%	-	-	-	75%	-	-	-	80%	-	-	-	85%

Estratégias:

- Apoiar as políticas de inclusão, permanência e êxito estudantil;
- Apoiar as ações de assistência estudantil desenvolvidas pela PRAE, principalmente com o aumento na oferta de bolsas;
- Elevar o número de estudantes atendidos/acompanhados pelos programas de apoio pedagógico;
- Elevar o número de docentes capacitados por meio das ações de Formação Continuada;
- Aumentar a divulgação dos processos seletivos para ingresso de Quilombolas nos cursos de graduação;

- Aumentar a divulgação das ações desenvolvidas pela PROEG que visam o apoio pedagógico à comunidade acadêmica.

Indicador 5.2: Percentual de sobrevagas ocupadas do Programa de Inclusão de Estudantes Indígenas

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
-	-	-	50%	-	-	-	60%	-	-	-	70%	-	-	-	75%	-	-	-	80%

Estratégias:

- Apoiar as políticas de inclusão, permanência e êxito estudantil;
- Apoiar as ações de assistência estudantil desenvolvidas pela PRAE, principalmente com o aumento na oferta de bolsas;
- Elevar o número de estudantes atendidos/acompanhados pelos programas de apoio pedagógico;
- Elevar o número de docentes capacitados por meio das ações de Formação Continuada;
- Aumentar a divulgação dos processos seletivos para ingresso de indígenas nos cursos de graduação;
- Aumentar a divulgação das ações desenvolvidas pela PROEG que visam o apoio pedagógico à comunidade acadêmica.

Eixo Pesquisa e Inovação

OBJETIVO 1: Gerar conhecimento

Indicador 1.1: Taxa de projetos com captação de recursos

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
-	-	-	20,3%	-	-	-	20,5%	-	-	-	20,8%	-	-	-	21,0%	-	-	-	21,3%

Estratégias:

- Manter e ampliar a divulgação institucional de editais publicados pelas agências de fomento e outras fontes de financiamento de pesquisa, desenvolvimento e inovação nacionais ou internacionais;
- Ampliar o acesso às ferramentas facilitadoras de acesso a editais;
- Estimular a participação de pesquisadores em propostas institucionais de editais de infraestrutura de pesquisa;
- Ampliar a divulgação de resultados de pesquisas, como forma de divulgação das expertises e áreas de atuação da UFMT;
- Revisar as normativas internas da UFMT em relação às atividades de pesquisa, almejando a clareza e objetividade nas instruções.

Indicador 1.2: Número de produção e divulgação técnico-científica em livros, periódicos e eventos qualificados por coordenadores e membros de projetos registrados

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
-	-	-	2,90	-	-	-	3,00	-	-	-	3,05	-	-	-	3,10	-	-	-	3,15

Estratégias:

- Estimular a divulgação científica dos resultados obtidos por pesquisas em livros, periódicos e eventos qualificados, como forma de atingir os diferentes grupos da sociedade;

- Acompanhar a evolução dos números e a qualificação de produção técnico-científica da UFMT;
- Buscar formas de captação de recurso com vistas a apoiar a publicação de resultados das pesquisas;
- Ampliar os canais de comunicação entre a universidade e a sociedade, com vistas a ampliar a divulgação dos resultados obtidos pelas pesquisas na UFMT;
- Manter e ampliar a divulgação institucional de editais publicados pelas agências de fomento e outras fontes de financiamento de pesquisa, desenvolvimento e inovação nacionais ou internacionais, que permitam a destinação de recursos às publicações científicas;
- Estimular a publicação conjunta entre estudantes de graduação/pós-graduação e pesquisadores, almejando a melhoria dos indicadores institucionais e da pós-graduação *stricto sensu*.

OBJETIVO 2: Desenvolver produtos e processos para resolver problemas da sociedade

Indicador 2.1: Número de projetos de desenvolvimento de tecnologia com empresas

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
10	10	10	12	12	12	12	15	15	15	15	15	15	15	15	17	17	17	17	20

Estratégias:

- Prospectar ativamente empresas e levantar demandas para desenvolvimento de projetos em parceria;
- Realizar agendamento com empresas e instituições setoriais para divulgação de expertises, laboratórios e serviços da Universidade.

Indicador 2.2: Número de tecnologias transferidas

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
1	1	1	3	3	3	3	5	5	5	5	7	7	7	7	9	11	11	11	13

Estratégias:

- Prospectar ativamente empresas para licenciamento e/ou cessão, com identificação de empresas usando ferramentas de análise de mercado;
- Prospecção passiva utilizando portfólio virtual e divulgação em eventos;
- Realizar eventos (maratonas e treinamentos) para fomentar o empreendedorismo e a criação de *spin-off* acadêmicas baseadas em tecnologias da UFMT.

Indicador 2.3: Número de Propriedades Intelectuais geradas

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
65	65	65	71	71	71	71	77	77	77	77	83	83	83	83	89	89	89	89	95

Estratégias:

- Contratar ferramenta de busca e análise de patentes;
- Visitar grupos de pesquisa e programas de pós-graduação para sensibilização e capacitação em propriedade intelectual.

OBJETIVO 3: Promover o empreendedorismo acadêmico**Indicador 3.1: Número de negócios apoiados**

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
1	2	2	3	3	4	4	5	5	6	6	7	7	8	8	9	9	10	10	11

Estratégias:

- Certificar a Incubadora no modelo de gestão CERNE;
- Interiorizar a Incubadora;
- Regulamentar as *spin-offs* na política de inovação;
- Criar um programa institucional de apoio ao desenvolvimento de tecnologias e criação de *spin-offs*.

OBJETIVO 4: Fortalecer a internacionalização da pesquisa

Indicador 4.1: Pesquisas realizadas em colaboração internacional

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
9,3%	9,4%	9,5%	9,7%	9,8%	9,9%	10,0%	10,1%	10,3%	10,4%	10,5%	10,7%	10,8%	10,9%	11,1%	11,2%	11,3%	11,5%	11,6%	11,8%

Estratégias:

- Reforçar a comunicação institucional da SECRI com os(as) pesquisadores(as) da UFMT, em relação às parcerias internacionais vigentes e ao processo de estabelecimento de novas parcerias;
- Inserir mecanismos de estímulo à formalização de projetos de pesquisa com colaboração internacional nos editais para fomento à internacionalização da pesquisa;
- Ampliar a divulgação de oportunidades de editais externos internacionais visando promover maior adesão de pesquisadores(as) da UFMT.

Eixo Extensão

OBJETIVO 1: Fortalecer a extensão universitária como processo acadêmico, cultural e científico articulado com a sociedade.

Indicador 1.1: Nível de participação de estudantes em ações de extensão

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
18,0%	20,0%	24,2%	28,4%	33,4%	38,8%	44,4%	49,6%	53,8%	58,0%	62,2%	66,4%	70,6%	74,8%	79,0%	83,2%	87,4%	91,6%	95,8%	100,0%

Estratégias:

- Acompanhar a atualização dos PPC's quanto à inclusão da curricularização da extensão;
- Fortalecer a política institucional de extensão;
- Ampliar a disseminação de projetos extensionistas e seus resultados;
- Elevar o número de estudantes atendidos nos programas de bolsas de extensão.

Indicador 1.2: Alcance dos programas e projetos de extensão junto à comunidade externa

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
			988,38				1127,10				1257,15				1387,20				1517,25

Estratégias:

- Acompanhar a atualização dos PPC's quanto à inclusão da curricularização da extensão;
- Fortalecer a política institucional de extensão;
- Ampliar a disseminação de projetos extensionistas e seus resultados;

- Elevar o número de estudantes atendidos nos programas de bolsas de extensão.

OBJETIVO 2: Fortalecer a cultura universitária como processo complementar de formação e permanência acadêmica.

Indicador 2.1: Alcance das ações culturais junto à comunidade externa

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
			50.122				56.659				63.197				69.734				76.272

Estratégias:

- Ampliar a oferta de ações culturais;
- Fomentar a realização de ações em espaços abertos (estacionamento do RU, praças e parques da cidade);
- Fomentar ações voltadas à inclusão e diversidade.

Indicador 2.2: Oferta de ações culturais

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
			369				417				465				513				561

Estratégias:

- Elaboração da Política Cultural da UFMT;
- Ampliação de parcerias institucionais para captação de recursos visando execução e fomento de ações;
- Fomentar e ampliar ações nos *campi* do interior.

OBJETIVO 3: Fortalecer o esporte universitário como processo complementar de formação e permanência acadêmica

Indicador 3.1: Oferta de práticas esportivas sistemáticas

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
			12				14				16				18				20

Estratégias

- Fomentar a política institucional de esporte universitário;
- Ampliar as parcerias institucionais tanto para captação de recursos quanto para manutenção de participação dos estudantes;
- Captar recursos via editais públicos (Programa Segundo Tempo, Pelc, entre outros).

Eixo Gestão

OBJETIVO 1: Melhorar a governança e gestão administrativa

Indicador 1.1: Percentual de itens atendidos do iGG

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
	60%		63%		65%		68%		70%		73%		75%		78%		80%		82%

Estratégias:

- Aprimorar o processo de prestação de contas à sociedade;
- Atualizar e divulgar a Carta de Serviços ao Usuário;
- Identificar os riscos dos processos críticos da instituição;
- Expandir a gestão de riscos na universidade;
- Acompanhar individualmente os subindicadores do iGG;
- Melhorar a transparência do Orçamento da Instituição;
- Aprimorar o alinhamento entre o orçamento e PDI;
- Trabalhar a melhoria da distribuição orçamentária por meio de indicadores;
- Realizar a gestão orçamentária considerando a evolução da relação entre a LOA aprovada e os limites de empenho e de pagamento;
- Criar o banco de talentos institucional, por meio do Censo de Desenvolvimento dos servidores da UFMT;
- Divulgar para as lideranças os relatórios de medição de desempenho da gestão de pessoas;
- Elaborar e implementar a pesquisa de satisfação dos usuários;
- Elaborar o plano de ação da PROGEP, alinhado ao Plano estratégico da instituição, com acompanhamento do Comitê Gestor;
- Elaborar, implementar e divulgar o resultado de pesquisa de satisfação dos usuários;
- Fazer relatórios com divulgação dos dados das avaliações;
- Fomentar o uso do aplicativo SouGov.br, bem como sua versão WEB;
- Incluir, no Programa de Desenvolvimento de Pessoas, temáticas relacionadas à proteção de dados, ética e integridade na organização para ofertar capacitação aos gestores, membros da alta administração e servidores em geral;

- Instituir a Gestão por Competências, aplicando o Censo de Desenvolvimento dos Servidores da UFMT a cada dois anos;
- Realizar o Dimensionamento dos servidores técnicos em todas as unidades;
- Ofertar ações de desenvolvimento relacionadas à gestão de risco;
- Ofertar formação continuada aos gestores da alta gestão com base em competências;
- Realizar, elaborar e implementar a pesquisa sobre Clima Organizacional, Satisfação com o trabalho e Qualidade de Vida da UFMT, visando tomada de decisões;
- Realizar semestralmente a avaliação dos gestores da alta gestão da instituição;
- Alinhar com a unidade responsável pelo planejamento e com a gestão superior os mecanismos para viabilizar a análise do processo ao PDI e ao caderno orçamentário;
- Avaliar a oportunidade de realizar força tarefa para publicação de mapas de gestão de contratos que são prorrogados e não serão licitados no curto prazo;
- Buscar a interlocução junto à unidade responsável pela gestão de pessoas para a implementação de declarações específicas para servidores que não ocupam cargos;
- Buscar a revisão da normativa que dispõe sobre a governança de contratações, alinhada a nova lei nº 14.133/21 e decreto nº 11.246/22;
- Buscar mecanismos para a disponibilização da íntegra dos processos de aquisição e pagamento;
- Desenvolver mecanismo para mapeamento e capacitação de potenciais servidores de equipes de planejamento;
- Implementar o uso do sistema de gestão de riscos (SIASG) em todas as fases do processo de compras, promovendo gradualmente a transição destas informações deixando de forma pública;
- Integrar o Catálogo de Serviços de TI à Carta de Serviços ao Usuário;
- Aperfeiçoar a gestão de riscos de Tecnologia e Segurança da Informação;
- Implantar os processos de Governança de Tecnologia da Informação, atendendo às diretrizes do Tribunal de Contas da União e melhores práticas internacionais;
- Elaborar e conduzir o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC) alinhado com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMT, bem como as Estratégia de Governo Digital (EGD) e Planos de Transformação Digital (PTD) propostos pelo Governo Federal;

- Instituir processos de Gestão da Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais, atendendo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Indicador 1.2: Índice de Satisfação dos Serviços de TI

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
-	-	-	70%	-	-	-	72%	-	-	-	74%	-	-	-	76%	-	-	-	80%

Estratégias:

- Modernizar e padronizar o parque tecnológico da UFMT;
- Aumentar a disponibilidade, segurança e capacidade dos sistemas e serviços de tecnologia da informação;
- Ampliar a cobertura, disponibilidade e velocidade do acesso à Internet e sistemas de informação;
- Otimizar o atendimento aos usuários e resposta a incidentes;
- Desenvolver novos aplicativos integrados, utilizando tecnologias móveis, painéis de gestão (*business intelligence*) e inteligência artificial, de modo a melhorar a experiência dos usuários, automatizar tarefas, aumentar a produtividade e disponibilizar informações relevantes para a gestão;
- Implementar processos e tecnologias para a identificação e tratamento de vulnerabilidades e riscos à Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais.

OBJETIVO 2: Promover a Gestão por Competências

Indicador 2.1: Quantidade de ações realizadas visando ao desenvolvimento de competências validadas pelos servidores no Censo de Desenvolvimento de Servidores

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
2	6	11	15	2	6	11	15	2	6	11	15	2	6	11	15	2	6	11	15

Estratégias:

- Elaborar e aplicar o Censo de Desenvolvimento de Servidores;
- Realizar cursos voltados para formação por competências;
- Implementar o Banco de Talentos na UFMT.

Indicador 2.2: Quantidade de unidades administrativas dimensionadas ao ano no Sistema de Dimensionamento de Pessoas (SISDIP)

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
3	6	9	12	3	6	9	12	3	6	9	12	2	5	8	11	3	6	9	12

Estratégias:

- Realizar o Dimensionamento dos servidores técnicos em todas as unidades.

Indicador 2.3: Percentual de gestores das unidades administrativas avaliados por meio de competências

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
10%	40%	100%		10%	40%	100%		10%	40%	100%		10%	40%	100%		10%	40%	100%	

Estratégias:

- Realizar a avaliação dos gestores da instituição;
- Consolidar o relatório da avaliação de gestores.

Indicador 2.4: Quantidade de servidores capacitados ao ano em cursos de curta, média e longa duração

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
50	200	400	500	50	200	400	500	50	200	400	500	50	200	400	500	50	200	400	500

Estratégias:

- Ampliar a oferta de cursos de capacitação para servidores;
- Ampliar o acesso dos servidores a cursos de formação continuada;
- Aprimorar as formas de identificação das necessidades de capacitação dos servidores;
- Executar as ações de desenvolvimento previstas no Programa de Desenvolvimento de Pessoas;
- Ampliar acesso de servidores à participação em eventos por meio de Edital de Apoio para participação em eventos.

Indicador 2.5: Quantidade de gestores e sucessores capacitados ao ano

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
-	80	150	200	-	80	150	200	-	80	150	200	-	100	170	220	-	80	150	200

Estratégias:

- Ofertar a Formação Continuada e permanente dos gestores;
- Fomentar a divulgação de boas práticas administrativas e de liderança.

Indicador 2.6: Número de servidores qualificados no ano

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
-	65	-	135	-	70	-	150	-	80	-	170	-	90	-	190	-	95	-	210

Estratégias:

- Divulgar os cursos de especialização ofertados na instituição com vagas para servidores técnicos;
- Preparar servidores efetivos da UFMT para processos seletivos de cursos de pós-graduação;
- Ofertar cursos de capacitação que possibilitem o desenvolvimento de competências e habilidades em pesquisas científicas;
- Buscar parcerias para oferta de mestrado profissional a servidores;

- Divulgar os cursos de pós-graduação *stricto sensu* da instituição que destinam vagas para servidores (PQSTAE).

OBJETIVO 3: Promover a saúde e a segurança no trabalho dos servidores

Indicador 3.1: Quantidade de ações realizadas ao ano visando a promoção da saúde e a segurança no trabalho dos servidores

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
4	8	13	18	4	8	13	18	4	8	13	18	4	8	13	18	4	8	13	18

Estratégias:

- Realizar campanhas de promoção e prevenção à saúde do servidor;
- Construir parcerias com institutos e núcleos da UFMT;
- Difundir o Plano Integrado de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho;
- Produzir a Jornada de Saúde Mental;
- Consolidar o Projeto de Saúde Mental;
- Consolidar institucionalmente o projeto Re laborar;
- Ampliar os atendimentos em microfisioterapia e os atendimentos do Projeto Cardio;
- Realizar palestras setoriais sobre violência e assédio;
- Instituir o Programa Esperança Viva da UFMT (cuidados aos diabéticos);
- Construir e aplicar o Plano de Gerenciamento de Riscos – PGR;
- Elaborar e realizar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;
- Ampliar e entregar Equipamentos de Proteção Individual – EPIs;
- Contribuir na aquisição e entrega de Equipamentos de Proteção Coletiva – EPCs;
- Oferecer treinamento continuado em primeiros socorros e combate a incêndios;
- Realizar compra e manutenção de extintores de incêndio;
- Desenvolver e distribuir cartilha sobre acidentes de trabalho e a necessidade dos registros dos acidentes de trabalho e sua prevenção;

- Implantar a Comissão Interna de Saúde do Servidor Público - CISSP nos *campi* da UFMT.

OBJETIVO 4: Ampliar a interação da UFMT com a sociedade

Indicador 4.1: Número de Contratos, Convênios e Congêneres

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
-	-	-	176	-	-	-	185	-	-	-	194	-	-	-	203	-	-	-	215

Estratégias:

- Atualizar as normativas que regulam a relação entre a UFMT e fundações de apoio;
- Realizar oficina para fiscais de contratos, convênios e congêneres;
- Realizar visitas aos institutos e faculdades para orientações quanto à instrução processual para contratos, convênios e congêneres;
- Alimentar e atualizar a página da GCC no site da UFMT, com informações atualizadas e pertinentes a contratos, convênios e congêneres.

OBJETIVO 5: Implementar uma efetiva política de inclusão e autonomia universal às pessoas com deficiência (PcD)

Indicador 5.1: Formação em inclusão e acessibilidade

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
2	-	2	-	2	-	2	-	2	-	2	-	2	-	2	-	2	-	2	-

Estratégias:

- Dar suporte à realização de ações de capacitação de servidores, terceirizados e estudantes, com o fim de garantir atendimento adequado às pessoas com deficiência;

- Prestar apoio à realização de eventos no que tange à implementação de uma Política de Acessibilidade na UFMT.

Indicador 5.2: Curricularização da Acessibilidade e Inclusão

2024				2025				2026				2027				2028			
1° Trim.	2° Trim.	3° Trim.	4° Trim.	1° Trim.	2° Trim.	3° Trim.	4° Trim.	1° Trim.	2° Trim.	3° Trim.	4° Trim.	1° Trim.	2° Trim.	3° Trim.	4° Trim.	1° Trim.	2° Trim.	3° Trim.	4° Trim.
5%	10%	15%	20%	25%	30%	35%	40%	45%	50%	55%	60%	65%	70%	75%	80%	85%	90%	95%	100%

Estratégias:

- Incluir a Acessibilidade e Inclusão nos currículos dos cursos de graduação presencial e à distância.

Indicador 5.3: Projetos de pesquisa e extensão na área de acessibilidade e inclusão

2024				2025				2026				2027				2028			
1° Trim.	2° Trim.	3° Trim.	4° Trim.	1° Trim.	2° Trim.	3° Trim.	4° Trim.	1° Trim.	2° Trim.	3° Trim.	4° Trim.	1° Trim.	2° Trim.	3° Trim.	4° Trim.	1° Trim.	2° Trim.	3° Trim.	4° Trim.
-	-	-	5	-	-	-	5	-	-	-	5	-	-	-	5	-	-	-	5

Estratégias:

- Promover a acessibilidade e inclusão em editais de pesquisa, de extensão e de internacionalização.

OBJETIVO 6: Promover a acessibilidade da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a atividades acadêmicas e de vivências

Indicador 6.1: Acessibilidade espacial

2024				2025				2026				2027				2028			
1° Trim.	2° Trim.	3° Trim.	4° Trim.	1° Trim.	2° Trim.	3° Trim.	4° Trim.	1° Trim.	2° Trim.	3° Trim.	4° Trim.	1° Trim.	2° Trim.	3° Trim.	4° Trim.	1° Trim.	2° Trim.	3° Trim.	4° Trim.
5%	10%	15%	20%	25%	30%	35%	40%	45%	50%	55%	60%	65%	70%	75%	80%	85%	90%	95%	100%

Estratégias:

- Identificar necessidades de elaboração de projetos de acessibilidade em todos os edifícios da UFMT;
- Acompanhar obras de edificações para garantia de acessibilidade às pessoas com deficiência.

Indicador 6.2: Tecnologias assistivas inclusivas

2024				2025				2026				2027				2028			
1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
-	100%	-	100%	-	100%	-	100%	-	100%	-	100%	-	100%	-	100%	-	100%	-	100%

Estratégias:

- Atualizar e estruturar o banco de dados sobre as pessoas com deficiência na UFMT;
- Buscar parcerias interinstitucionais para financiamento de iniciativas de promoção da acessibilidade e inclusão.

11 Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e dos cursos

11.1 Cursos que Poderão ser Abertos no Futuro

Para elaboração dos quadros de cursos que poderão ser abertos no futuro, foi realizada uma consulta às unidades acadêmicas e à SETEC sobre a proposição de cursos de graduação presencial e a distância, bem como pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, com possibilidade de abertura para os próximos cinco anos. Cabe ressaltar que a proposição desses novos cursos não vincula, necessariamente, a criação dos mesmos, mas expressa uma possibilidade a ser avaliada, pelo conjunto da comunidade acadêmica, conforme demanda social e atendimento à normatização interna e externa. Considerando que a definição para proposição de novos cursos pela unidade deve ocorrer de forma coletiva, foi solicitada, dentre outras informações, a ata da reunião da Congregação na qual foi aprovada a proposição dos novos cursos.

Quadro 13 . Cursos de graduação presencial que poderão ser abertos no futuro

<i>Campus</i>	Unidade Acadêmica	Nome do curso	Habilitação	Turno(s) Funcionamento	Nº de vagas por turma a solicitar	Ano previsto para solicitação
Araguaia	ICET	Química Agroambiental	Bacharelado	Integral	40	2024
		Zootecnia	Bacharelado	Integral	45	2024
		Engenharia de Agronegócios	Bacharelado	Integral	-	-
	ICBS	Análises Clínicas	Superior Tecnológico	Matutino	30	2026
		Odontologia	Bacharelado	Integral	30	2028
		Psicologia	Bacharelado	Integral	30	2025
		Educação Física	Bacharelado	Matutino/Vespertino	50	2024
		Ciências Biológicas	Bacharelado	Matutino/Vespertino	-	2025
ICHS	Letras – Inglês	Licenciatura	Noturno	49	2025	
Cuiabá	ICHS	Antropologia e Arqueologia	Bacharelado	Integral	60	2028
	FAET	Engenharia Hídrica	Bacharelado	Integral	40	2025
	IE	Psicologia (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA/INCRA)	Bacharelado	Integral	60	2024
		Pedagogia em Educação Infantil	Licenciatura	Noturno ou vespertino	60	2024-2025
	IL	Letras-Libras	Bacharelado	Vespertino	25	2024
	IGHD	Relações Internacionais	Bacharelado	Noturno	40	2025
		Arqueologia	Bacharelado	Vespertino	35	2025
	FCA	Música - Habilitação Piano	Bacharelado	Vespertino	2	2024
Sinop	ICS	Nutrição	Bacharelado	Noturno	30	2026
		Psicologia	Bacharelado	Integral	30	2024-2028

Fonte: Unidades Acadêmicas/UFMT.

Quadro 14 . Cursos de graduação a distância que poderão ser abertos no futuro

<i>Campus</i>	Unidade Acadêmica	Nome do curso	Habilitação	Nº de vagas por turma a solicitar	Ano previsto para solicitação
Cuiabá	FACC	Ciências Contábeis	Bacharelado	40	2026
		Administração Pública	Bacharelado	Depende de edital	2024-2028
	FCA	Música	Licenciatura	20	2024
	ICET	Ciências Naturais e Matemática	Licenciatura	Depende de edital	2024-2028
	IE	Pedagogia	Licenciatura	Depende de edital	2024-2028
		Tecnologia Educacional	Licenciatura	Depende de edital	2024-2028
	ICHS	Filosofia	Licenciatura	Depende de edital	2024-2028
IGDH	História	Licenciatura	Depende de edital	2024-2028	
Cuiabá/Araguaia	ICET	Matemática	Licenciatura	Depende de edital	2024-2028
	FEF ICBS	Educação Física	Licenciatura	Depende de edital	2024-2028
	IB ICBS	Ciências Biológicas	Licenciatura	Depende de edital	2024-2028
	IL ICHS	Letras	Licenciatura	Depende de edital	2024-2028
	IGDH ICHS	Geografia	Licenciatura	Depende de edital	2024-2028
	ICET	Química	Licenciatura	Depende de edital	2024-2028
	IF ICET	Física	Licenciatura	Depende de edital	2024-2028
Várzea Grande	FAENG	Engenharia de Software	Bacharelado	60	2025

Fonte: Unidades Acadêmicas/UFMT; SETEC/UFMT

Obs.: Polos a serem selecionados após edital de fomento e/ou outras fontes de financiamento, com estudo de demanda em parceria com as IPES/MT.

Quadro 15 . Cursos de pós-graduação *stricto sensu* que poderão ser abertos no futuro

<i>Campus</i>	Unidade Acadêmica	Nome do Programa	Área de Avaliação	Nível	Modalidade	Ano previsto para solicitação
Araguaia	ICET	Engenharia e Ciência de Alimentos	Ciência e Tecnologia de Alimentos	Mestrado	Acadêmico	2025/2026
	ICBS	Imunologia e Parasitologia	Ciências Biológicas III	Doutorado	Acadêmico	2024
		Doutorado Profissional em Saúde da Família - PROFSAÚDE	Saúde Coletiva	Doutorado	Profissional	2025
	ICHS	Mestrado Interdisciplinar em Estudos Interculturais	Sociais e Humanidades	Mestrado	Acadêmico	2024
Direitos Fundamentais		Direito	Mestrado	Acadêmico	2024-2025	
Cuiabá	ICET	Matemática Pura e Aplicada	Ciências Exatas e da Terra	Mestrado	Acadêmico	2026
		Estatística e modelagem de dados	Interdisciplinar	Mestrado	Acadêmico	2028
	ICHS	Antropologia Social	Antropologia	Doutorado	Acadêmico	2026
		Filosofia	Filosofia	Doutorado	Acadêmico	2024
	FACC	Gestão	Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo	Mestrado	Acadêmico	2024
		Administração	Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo	Mestrado	Acadêmico	2024
	FAET	Engenharia Ambiental	Engenharias I	Mestrado	Acadêmico	2025
		Engenharia Elétrica	Engenharias IV	Mestrado	Acadêmico	2024-2028
		Tecnologia do Ambiente Construído	Arquitetura, Urbanismo e Design	Mestrado	Acadêmico	2024
	IE	Psicologia	Ciência Humanas - Psicologia	Doutorado	Acadêmico	2026-2027
	IGHD	Geografia	Geografia	Doutorado	Acadêmico	2024
	FD	Direito e Gestão Pública	Sociais e Humanidades	Mestrado	Profissional	2024
		Direito	Direito	Doutorado	Acadêmico	2024
FANUT	Nutrição, Alimentos e Metabolismo	Nutrição	Doutorado	Acadêmico	2024	
FENF	Ciências Florestais e Ambientais	Ciências Agrárias I	Doutorado	Acadêmico	2024	
Sinop	ICAA	Zootecnia	Zootecnia e Recursos Pesqueiros	Doutorado	Acadêmico	2024
	ICNHS	Ciências Ambientais	Ciências Ambientais	Doutorado	Acadêmico	2028
		Ensino de Ciências da Natureza e Matemática	Ensino	Doutorado	Profissional	2028
		Biotecnologia e Biodiversidade – Rede Pró-Centro-Oeste	Biotecnologia e Biodiversidade	Mestrado	Acadêmico	2028
Várzea Grande	FAENG	Engenharia	Interdisciplinar	Mestrado	Acadêmico	2028

Fonte: Unidades Acadêmicas/UFMT.

Quadro 16 . Cursos de pós-graduação *lato sensu* que poderão ser abertos no futuro

<i>Campus</i>	Unidade Acadêmica	Nome do curso	Modalidade	Área	Nº de vagas por turma a solicitar	Ano previsto para solicitação
Araguaia	ICET	Tecnologia e Assuntos Regulatórios para a Indústria de Alimentos	A distância	Engenharia, Produção e Construção	60	2024
		Engenharia de Segurança do Trabalho	A distância	Engenharia, Produção e Construção	120	2024
	ICBS	Farmácia Clínica	Presencial	Saúde e bem-estar social	20	2024
		Residência Interprofissional em Saúde da Família	Presencial	Saúde e bem-estar social	10	2026
	ICHS	Ciência da Linguagem: Tópicos de Linguística, Literatura e Educação	Presencial/ Híbrido	Educação	60	2024
Metodologias Inovadoras no ensino de Geografia da Educação Básica		A distância	Educação	60	2024	
Cuiabá	FE	Economia do Agronegócio	A distância	Ciências Sociais, Negócios e Direito	40	2024
		Economia da Energia	A distância	Engenharia, Produção e Construção	40	2024
		ESG e Sustentabilidade Corporativa	A distância	Ciências Sociais, Negócios e Direito	100	2024-2026
		Mercado de Capitais	A distância	Ciências Sociais, Negócios e Direito	100	2024-2026
	FACC	Auditoria e Controladoria no Setor Público	Presencial	Ciências Sociais, Negócios e Direito	60	2024
		Contabilidade e Auditoria Contábil	Presencial	Ciências Sociais, Negócios e Direito	60	2024
		Gestão de Finanças Públicas	Presencial	Ciências Sociais, Negócios e Direito	60	2024
		Gestão Fiscal e Tributária	Presencial	Ciências Sociais, Negócios e Direito	60	2024
	FAET	Auditoria e Controladoria Empresarial	Presencial	Ciências Sociais, Negócios e Direito	60	2024
		Microbiologia Aplicada a Ciências Ambientais	A distância	Ciências, Matemática e Computação	60	2024
	IE	Engenharia Hidráulica e Saneamento	A distância	Engenharia, Produção e Construção	30	2024
		Psicanálise Argumentativa & Teorias da Psicologia aplicadas à Ciência do Direito	Presencial A distância	Ciências Sociais, Negócios e Direito	30	2024-2028
		Design Educacional	A distância	Educação	150	2024
		Programa Escola da Terra: Prática Pedagógica de Professores que Atuam no Campo de Mato Grosso	Presencial	Educação	60	2024-2025
		Educação no/do Campo: Oralidade, Leitura, Escrita e Literatura na Infância	A distância	Educação	30	2024
		A Prática Profissional Docente: Formação, Avaliação e Gestão	A distância	Educação	50	2025
		Educação Matemática para Anos Iniciais	Presencial	Educação	60	2024
		Literatura para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental	Presencial	Educação	35	2024-2026
		Alfabetização Inicial e Cultura do Escrito	Presencial	Educação	35	2024-2026
		Psicologia do Trabalho e das Organizações	A distância	Ciências Sociais, Negócios e Direito	50	2026
	IL	Psicologia Clínica: Abordagem Centrada na Pessoa	Presencial	Saúde e bem-estar social	10	2024
		Escrita de Língua de Sinais e em Linguística da Libras	Presencial	Educação	25	2025
		Linguística Aplicada: Português Como Segunda Língua e Ênfase na BNCC	A distância	Educação	Depende de edital	2024-2028
ICET	Estatística Aplicada	Presencial A distância	Ciências, Matemática e Computação	60	2028	

Campus	Unidade Acadêmica	Nome do curso	Modalidade	Área	Nº de vagas por turma a solicitar	Ano previsto para solicitação
	FAEN	Saúde Mental na perspectiva da atenção Psicossocial: abordagens Interprofissionais	Presencial	Saúde e bem-estar social	25	2024
		Enfermagem obstétrica	Presencial	Saúde e bem-estar social	40	2025
		Enfermagem Pediátrica e Neonatal	Presencial	Saúde e bem-estar social	40	2024
	FD	Direito digital e proteção de dados	A distância	Ciências Sociais, Negócios e Direito	80	2024
		Direito Penal e Processual Penal	A distância	Ciências Sociais, Negócios e Direito	60	2024
		Direito Ambiental	A distância	Ciências Sociais, Negócios e Direito	60	2024
		Direito do Trabalho e Processo do Trabalho e Previdenciário	A distância	Ciências Sociais, Negócios e Direito	60	2024
	FCA	Mídias Digitais na Educação	A distância	Ciências, Matemática e Computação	Dependendo de edital	2024-2028
FAAZ	Economia Aplicada ao Agronegócio	A distância	Ciências Sociais, Negócio e Direito	Dependendo de edital	2024-2028	
	Administração Estratégica no Agronegócio	A distância	Ciências Sociais, Negócio e Direito	Dependendo de edital	2024-2028	
Sinop	ICS	Hematologia e Hemoterapia	Presencial A distância	Saúde e bem-estar social	20	2024-2025
		Micologia e Bacteriologia Clínica	Presencial A distância	Saúde e bem-estar social	20	2024-2025
		Saúde Mental	Presencial	Saúde e bem-estar social	20	2025-2028
		Programa de Residência Médica em Urgência e Emergência	Presencial	Serviços	10	2028
Várzea Grande	FAENG	Geoprocessamento	Presencial	Ciências, Matemática e Computação	50	2024-2027
		Engenharia Geotécnica e Infraestrutura	Presencial	Engenharia, Produção e Construção	50	2024-2027
		Engenharia Ferroviária	Presencial	Engenharia, Produção e Construção	60	2024
		Engenharia Ferroviária	A distância	Engenharia, Produção e Construção	150	2024
		Bioenergia	A distância	Engenharia, Produção e Construção	30	2025-2026
		Sistemas Embarcados – Projeto, Tecnologias e Aplicações conectadas em IoT	Presencial	Ciências, Matemática e Computação	30	2024-2025
		Gestão de Negócios Digitais	A distância	Ciências, Matemática e Computação	30	2024
Cuiabá Araguaia Várzea Grande	Aprovadas em edital de fomento e/ou parcerias.	Ciências é 10	A distância	Ciências, Matemática e Computação	Depende de edital	2024-2028
	Aprovadas em edital de fomento e/ou parcerias.	Ciências da Natureza para Séries Finais do Ensino Fundamental	A distância	Ciências, Matemática e Computação	Depende de edital	2024-2028
	Aprovadas em edital de fomento e/ou parcerias.	Diversidade e Educação Inclusiva	A distância	Educação	Depende de edital	2024-2028
	Aprovadas em edital de fomento e/ou parcerias.	Ensino de Geografia	A distância	Humanidade e Artes	Dependendo de edital	2024-2028
	Aprovadas em edital de fomento e/ou parcerias.	A Prática Profissional Docente: Formação, Didática, Avaliação e Gestão	A distância	Educação	Depende de edital	2024-2028
	Aprovadas em edital de fomento e/ou parcerias.	Gestão Escolar	A distância	Ciências Sociais, Negócio e Direito	Depende de edital	2024-2028
	Aprovadas em edital de fomento e/ou parcerias.	Informática na Educação	A distância	Ciências, Matemática e Computação	Depende de edital	2024-2028

<i>Campus</i>	Unidade Acadêmica	Nome do curso	Modalidade	Área	Nº de vagas por turma a solicitar	Ano previsto para solicitação
	Aprovadas em edital de fomento e/ou parcerias.	Gestão Pública	A distância	Educação	Depende de edital	2024-2028
	Aprovadas em edital de fomento e/ou parcerias.	Estatística	A distância	Ciências, Matemática e Computação	Depende de edital	2024-2028
	Aprovadas em edital de fomento e/ou parcerias.	Gestão em Saúde	A distância	Saúde e bem-estar social	Depende de edital	2024-2028
	Aprovadas em edital de fomento e/ou parcerias.	Tecnologias Digitais da Comunicação e da Informação (TDICS) Aplicadas em Ciências Naturais	A distância	Ciências, Matemática e Computação	Depende de edital	2024-2028

Fonte: Unidades Acadêmicas/UFMT; SETEC/UFMT.

11.2 Proposição de criação de novos institutos e faculdades

A criação de novos institutos e faculdades é compreendida como uma política decorrente do crescimento institucional e do fortalecimento de áreas específicas em termos de sucesso na graduação, consolidação dos programas de pós-graduação e excelente desempenho na pesquisa, na publicação e nas interações com a sociedade por intermédio de atividades de extensão.

A aprovação e efetiva implementação de novos Institutos e Faculdades estará sujeita aos requisitos normativos e à disponibilidade de cargos de direção.

11.3 Previsão de abertura de *campi* fora de sede e polos de educação a distância

A UFMT é composta pelos *campi* de Cuiabá, Araguaia, Sinop e Várzea Grande. No que diz respeito ao planejamento de expansão e criação de *campi* fora de sede para os próximos anos, se faz necessária a realização de estudos de demanda e viabilidade, além de previsão orçamentária.

Com relação à educação a distância, os cursos são desenvolvidos por meio do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), mediante a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal). Atualmente, a UFMT oferta cursos em 29 Polos de Educação a Distância presentes no estado de Mato Grosso. A abertura de novos polos está relacionada às demandas locais e regionais.

11.4 Previsão para criação de novos cursos

Para se criar curso de graduação na universidade é necessário que este esteja previsto no PDI, e que seja apresentado, pela unidade acadêmica, estudo de viabilidade, conforme Acórdão nº 1415/2016 TCU – Plenário. Além de projeto pedagógico, no qual deverá constar o aspecto pedagógico segundo as normas internas e do MEC, bem como a garantia de recursos humanos (técnicos e docentes), de infraestrutura física e equipamentos.

12 Perfil do corpo docente

12.1 Composição

Para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, a Universidade Federal de Mato Grosso conta com um quadro docente constituído de 1.542 professores efetivos, dos quais 186 são do *campus* Araguaia; 1.060, de Cuiabá; 239, de Sinop e 56 de Várzea Grande, todos com grande qualificação acadêmica.

No quadro 17, constata-se a evolução da titulação do corpo docente desde 2020.

Quadro 17 . Evolução do quadro permanente de docentes por titulação (2020 a 2022)

Ano	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
2020	15	89	255	1.198	1.557
2021	17	89	251	1.205	1.562
2022	10	72	193	1.267	1.542

Fonte: extrator siape 2020/2021/2022 - upapgs: 1947 e 2412.

No que se refere ao regime de trabalho, em 2022, a UFMT contou com 1384 docentes em dedicação exclusiva, 116 com 40 horas e 42 com 20 horas, conforme apresentado no quadro 18:

Quadro 18 . Evolução do quadro permanente de docentes por regime de trabalho (2020 a 2022)

Ano	Dedicação exclusiva	40h	20h	Total
2020	1.377	131	49	1.557
2021	1.380	133	49	1.562
2022	1.384	116	42	1.542

Fonte: extrator siape 2020/2021/2022 - upapgs: 1947 e 2412.

O quadro 19 apresenta a variação no quantitativo de docentes por classe, entre os anos de 2020 e 2022:

Quadro 19 . Evolução do quadro permanente de docentes por classe (2020 a 2022)

Ano	Auxiliar	Assistente	Adjunto	Associado	Titular	Total
2020	249	125	627	488	68	1.557
2021	248	125	629	490	70	1.562
2022	185	99	608	555	95	1.542

Fonte: extrator siape: 2020/2021/2022 - upapgs: 1947 e 2412.

Nos últimos três anos, a UFMT, apesar dos provimentos, não registrou considerável evolução nos quantitativos do corpo docente, conforme apresentado. Isso se deve às adversidades ocasionadas durante os dois anos de surto pandêmico, aliada às restrições e vedações de cunho político que atingiram as IFES. No entanto, estão previstas mais de 40 vagas para as carreiras do magistério superior, a serem distribuídas conforme Edital nº 02/SGP/UFMT/2022.

12.2 Plano de carreira

O Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal é estruturado pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012 e vinculado ao Regime Jurídico Único instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, sendo que o ingresso dos docentes, ocorre mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.

No que diz respeito às políticas de capacitação e qualificação de docentes, a Universidade Federal de Mato Grosso desenvolve o projeto “Desenvolver-Docentes”, que tem como escopo a concepção de uma política de formação continuada em docência, representando um movimento de valorização da docência universitária e de reconhecimento da necessidade de formação específica para exercê-la.

Trata-se de uma ação estratégica da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), resultante de um conjunto de ações que são realizadas mediante o princípio de colaboração entre a Coordenação de Desenvolvimento Humano (CDH)/PROGEP e a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), por meio da Coordenação de Formação Docente (CFD)/PROEG.

No desenvolvimento das ações formativas, que se constituem em cursos de atualização, com carga-horária igual ou superior a 20 horas, e eventos de curta duração, como oficinas, palestras, seminários, encontros, fóruns, mesas-redondas, entre outras, são consideradas, de forma relacionada, tanto as especificidades do processo de ensino-aprendizagem, como as questões mais gerais que perpassam esse processo, no âmbito do ensino superior. As abordagens são trabalhadas de forma articulada em eixos temáticos extraídos do Levantamento de Necessidades de Desenvolvimento (LND – PDP) da instituição.

Cabe destacar que a qualificação do corpo docente é feita de maneira sistemática pelos Departamentos em que o docente está lotado, buscando um aperfeiçoamento nos níveis de Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado.

12.3 Critérios de seleção e contratação

Os critérios de seleção de professores definidos pela universidade Federal de Mato Grosso valorizam não só a experiência e a formação profissional, como também a atuação docente em outras áreas que possam trazer contribuições ao seu trabalho na área dos componentes curriculares pelos quais responde, sendo que o ingresso ocorre mediante aprovação em concurso público de provas e títulos. Como requisito de ingresso, o título de doutor na área geralmente é exigido nos concursos. O certame é organizado em etapas, via edital, que estabelece as características de cada etapa e os critérios eliminatórios e classificatórios.

Tais critérios de provimento estão pautados na Lei nº 12.772, de 28/12/2012, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira de cargos do Magistério Superior Federal, a qual conta com as disposições mais recentes do Decreto nº 9.739, de 28/03/2019, que institui medidas de eficiência organizacional para aprimoramento da administração pública federal e estabelece normas sobre concursos públicos.

12.4 Incorporação de professores com experiência em áreas estratégicas

O processo de incorporação da docência ao quadro de pessoal da UFMT para desenvolver áreas estratégicas de uma instituição inserida em região singular, que conecta diferentes ecossistemas, como a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal, recai sobre uma dinâmica de ações capazes de corroborar numa angulação entre o desenvolvimento socioeconômico sustentável, político e cultura local, sem perder de vista o envolvimento dessas questões com o regional, o nacional e o internacional.

Portanto, as estratégias de ação institucionais para consolidação do quadro docente institucional têm tido a orientação para além da articulação na formação dos profissionais aptos à atuarem nos nichos dos mercados de trabalho, derivados da amplitude e da complexidade dos recursos naturais regionais, mas, sobretudo, das demandas sociais, étnico-culturais, raciais locais necessárias às intervenções sociais no intuito de promover

processos de inserção social, representatividade e participação social do coletivo populacional.

Atenta a essas demandas, a UFMT empenha-se em manter seu quadro humano qualificado, de forma a possibilitar a preparação de egressos dotados de perfis profissionais condizentes com as demandas da sociedade, além de potencializar o aprimoramento e a qualificação que congregue saberes e conhecimentos produzidos no interior da UFMT, com vistas ao enfrentamento de questões técnicas, científicas, culturais e sociais.

12.5 Procedimentos para substituição (definitiva e eventual) dos professores do quadro

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, por meio da Coordenação de Desenvolvimento Humano (CDH)/Supervisão de Planejamento e Provimento (SPP), atua na gestão das vagas a serem reposicionadas ou realinhadas ao atendimento das demandas das unidades acadêmicas e administrativas, controlando as articulações de vagas em movimento de pessoal interno e externo, e nas destinadas à realização do Concurso Público de Provas e de Provas e Títulos.

No processo de fluxo dinâmico da gestão das vagas, as deliberações sobre o Banco de Professor Equivalente (BEq) e do Quadro de Referência de Servidores Técnicos Administrativos (QRSTA) são submetidas à Instância superior: a PROEG, para a área acadêmica; e a PROGEP, para a área administrativa.

As manutenções ou não de vagas às unidades que tenham sofrido vacância de servidores por aposentadoria, exoneração, demissão, falecimento e por posse em outro cargo inacumulável são condicionadas a análises de comissões vinculadas a essas duas Unidades.

A distribuição de encargos, a produtividade individual e coletiva, a média da relação entre docentes e alunado constituem elementos determinantes para avaliação da manutenção e/ou retorno da vaga ao BEq, no caso de reposição Docente.

Deliberada a manutenção ou a destinação das vagas a serem levadas a concurso público, o fluxo processual percorre as unidades acadêmicas e

administrativas para definição dos perfis de formação profissional dos Docentes e TAEs.

12.6 Cronograma e plano de expansão do corpo docente

O plano de expansão do corpo docente da Universidade Federal de Mato Grosso, assim como das demais IES, está atrelado à política de recursos humanos do governo federal no que diz respeito à autorização para a realização de novos concursos e, conseqüentemente, novas contratações. Nesse contexto, o quadro de pessoal da UFMT, contou com 1.542 docentes em 2022, valor inferior ao apresentado no ano anterior, que foi de 1.562, conforme previamente demonstrado no quadro 17.

O quadro 20 evidencia o quantitativo da ampliação docente para 2023 e 2024, equivalente a 161 vagas disponíveis no Banco de Equivalência da Universidade. Tal banco permite que a instituição contrate docentes efetivos em concurso ou docente substituto, desde que haja vaga no banco e código de vagas. Nesse sentido, a UFMT não dispõe de margem para provimento além das vagas disponíveis distribuídas para provimento entre os anos de 2023 e 2024.

Quadro 20 . A ampliação do Corpo Docente

Ano	2023			2024			Total
	20	40	D.E	20	40	D.E	
Reune digital			20				20
Medicina Port. 1553 de 18.12.17	1			3		3	7
Titular livre Port. 490 de 04/06/2017 D.O.U de 05/06/2017						3	3
Vagas de equivalência		2	37	4	21	64	128
Recomposição do BPEq Port. 213 de 14.04.21			2		1		3
Total Geral							161

Fonte: PROGEP/UFMT.

Cabe destacar que a universidade possui 25 vagas pactuadas desde 2015, mas até a conclusão dos trabalhos de elaboração deste PDI, não houve liberação, tampouco aumento do limite existente no Banco de equivalência. Eventual liberação entre 2023 e 2025 possibilitará projeção de ampliação de 25 vagas para o ano de 2025.

13 Perfil do corpo técnico administrativo

13.1 Composição

O corpo de servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Mato Grosso é responsável pela realização de atividades de Gestão Administrativa da Educação Superior. A instituição conta, hoje, com 1.382 servidores técnico-administrativos, conforme quadro 21, distribuídos por classe:

Quadro 21 . Evolução do quadro de servidores técnico-administrativos por classe (2020 a 2022)

Ano	A	B	C	D	E	Total
2020	32	35	176	651	431	1.325
2021	32	33	180	662	446	1.353
2022	28	27	158	719	450	1.382

Fonte: extrator siape 2020/2021/2022 - upapgs: 1947 e 2412.

Como se observa no quadro 22, os servidores técnico-administrativos predominantemente possuem a jornada de trabalho de 40h.

Quadro 22 . Evolução do quadro de servidores técnico-administrativos por regime de trabalho (2020 a 2022)

Ano	20h	30h	40h	24 hs	25 hs	Total
2020	31	31	1234	7	22	1.325
2021	33	31	1259	7	23	1.353
2022	32	30	1287	7	26	1.382

Fonte: extrator siape 2020/2021/2022 - upapgs: 1947 e 2412.

13.2 Plano de carreira

A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, instituiu o Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos das Instituições de Ensino Superior. O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á exclusivamente pela mudança de Nível de Capacitação e de Padrão de Vencimento mediante progressão por capacitação profissional, obtida pelo servidor por meio da certificação em programas de capacitação e progressão por mérito profissional, adquirida pela avaliação de desempenho. O desenvolvimento do servidor prevê ainda um incentivo à sua qualificação quando este possuir educação formal superior à exigida como requisito para o cargo ocupado.

Visando uma política de capacitação dos servidores técnicos, a UFMT desenvolve o Projeto Desenvolver-TAE, que expressa, por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP, instituído na Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, uma série de ações de desenvolvimento pautadas na coerência com os objetivos institucionais, bem como no respeito e valorização do servidor.

O projeto visa contribuir para o desenvolvimento integral do servidor técnico-administrativo, por meio de ações formativas, proporcionando o seu crescimento profissional e desenvolvimento das competências individuais e das equipes de trabalho, ao alcance dos objetivos institucionais da UFMT, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI e as legislações sobre o desenvolvimento de pessoal na Administração Pública Federal.

Compreendendo a Gestão de pessoas na perspectiva da Gestão por Competências, o Projeto se alinha também à Avaliação de Desempenho dos Servidores da UFMT, em que são consideradas as seguintes competências, conforme Resolução CONSUNI nº 18/2018: comunicação, relacionamento interpessoal, assiduidade, atendimento ao público, responsabilidade, foco em resultados e visão sistêmica.

13.3 Critérios de seleção e contratação

O ingresso na carreira dos servidores técnico-administrativos da instituição se dá por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos e ocorre sempre no nível I de cada classe, nos termos do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, que estabelece normas sobre concursos públicos, observadas a escolaridade e a experiência estabelecidas no Anexo II da Lei nº 11.091/05.

Os servidores técnico-administrativos são lotados em Setores e Unidades da instituição, conforme quadro de pessoal definido pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, o qual será condicionado ao Dimensionamento da Força de Trabalho TAE que está sendo implementado na instituição.

Vale destacar que o regime jurídico dos cargos do Plano de Carreira é o instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observadas as disposições da Lei nº 11.091/2005.

13.4 Cronograma e plano de expansão do corpo técnico-administrativo

O quantitativo de servidores técnico-administrativo da UFMT é definido pelo Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos (QRSTA), instituído pelo Decreto nº 7.232/2010, que delimita o quantitativo de vagas autorizadas para cada IFES, concedendo certa autonomia às instituições para, dentro dos limites estabelecidos pelo Decreto, gerenciarem as suas vagas. Ademais, a Portaria nº 1469/2019 – Ministério da Educação, vincula o Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos e o Banco de professor Equivalente aos limites físicos e financeiros estabelecidos na Lei Orçamentária Anual (LOA), considerando nulas as despesas de pessoal e encargos sociais praticados acima do limite da LOA.

Dentro desse contexto, no quadro 23 é apresentada a expectativa para a expansão no quantitativo desses servidores para o período de vigência do PDI, num total de 242.

Quadro 23 . Regime de trabalho

Ano	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Nível médio	31	29	37	40	42	179
Nível Superior	22	7	9	12	13	63
Total Anual	53	36	46	52	55	
Total Geral						242

Fonte: PROGEP/UFMT.

14 Perfil do corpo docente e de tutores de educação a distância

14.1 Composição

Os quadros 24 e 25 apresentam a composição do corpo de docentes e tutores que atuaram na Educação a Distância (EaD), entre os anos de 2020 e 2022, no que se refere à titulação:

Quadro 24 . Evolução do quadro de docentes que atuaram em cada ano, nos cursos de graduação EaD, considerando a última titulação

Ano	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
2020	0	0	5	48	53
2021	0	0	3	39	42
2022	0	0	4	40	44

Fonte: Sistema de Gestão de Educação a Distância (SIGED) – SETEC.

Quadro 25 . Evolução do quadro de docentes que atuaram em cada ano, nos cursos de pós-graduação - EaD - *lato sensu* financiados pelo sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a última titulação

Ano	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
2020	0	0	8	28	36
2021	0	0	3	12	15
2022	0	0	5	19	24

Fonte: Sistema de Gestão de Educação a Distância (SIGED) – SETEC.

Observação: Os cursos EaD de pós-graduação ofertados via projetos autofinanciados estão em processo de atualização do Sistema de Pós-graduação *Lato Sensu* (SGPL).

Os bolsistas que atuam na EaD são profissionais vinculados a carreira do magistério, selecionados conforme critérios definidos na portaria nº 183/2016 da CAPES, atendendo aos seguintes critérios para concessão de bolsas:

- Professor Formador I: bolsa concedida para atuação em atividades típicas de ensino, participantes de projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias de ensino na área de formação inicial e continuada de professores de educação básica no âmbito do Sistema UAB, sendo exigida experiência de 03 (três) anos no magistério superior.
- Professor Formador II: bolsa concedida para atuação atividades típicas de ensino, de desenvolvimento de projetos e de pesquisa,

relacionadas aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema UAB, exigida formação mínima em nível superior e experiência de 1 (um) ano no magistério superior;

- Tutor: bolsa para atuação em atividades típicas de tutoria desenvolvidas no âmbito do Sistema UAB, sendo exigida formação de nível superior e experiência mínima de 1 (um) ano no magistério do ensino básico ou superior;
- Professor Conteudista I: bolsa concedida para atuação em atividades de elaboração de material didático, de desenvolvimento de projetos e de pesquisa, relacionadas aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema UAB, sendo exigida experiência de 3 (três) anos no magistério superior;
- Professor Conteudista II: bolsa concedida para atuação em atividades de elaboração de material didático, de desenvolvimento de projetos e de pesquisa, relacionadas aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema UAB, exigida formação mínima em nível superior e experiência de 1 (um) ano no magistério.

O quadro 26 demonstra o quantitativo de bolsistas que atuaram na EaD no período de 2020 a 2022, de acordo com a função exercida:

Quadro 26 . Quantidade de bolsistas que atuaram como professor formador, conteudista e tutor em cursos de graduação e pós-graduação 2020-2022

Ano	Professor formador I	Professor formador II	Professor conteudista I	Professor conteudista II	Tutor	Total
2020	78	4	22	1	45	150
2021	72	4	17	2	57	152
2022	100	3	12	0	84	199

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Bolsas (SGB) – CAPES.

14.2 Regime de trabalho

O regime de trabalho dos docentes da UFMT é realizado conforme tipo de vínculo estabelecido em contrato de trabalho/plano de carreira. O registro das atividades é realizado em conformidade com a Resolução CONSEPE nº 158, de 29 de novembro de 2010, bem como no Plano Individual de Atividades (PIA).

Exceto para o curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia, os tutores vinculados aos cursos são caracterizados como bolsistas com uma dedicação estimada de 20 horas semanais.

O curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia constitui-se enquanto proposta institucional, cuja tutoria é realizada a partir de professores efetivos do magistério superior que atuam como co-ministrantes de disciplina, em turmas compostas por um número de 50 a 70 estudantes.

Os demais bolsistas, tais como formadores e conteudistas, atuam nos cursos a partir de regime de trabalho e critérios definidos previamente, sendo que a carreira desses profissionais é definida por cada instituição de origem em que se encontram vinculados, seja ela municipal, estadual ou federal.

14.3 Plano de carreira

As políticas de capacitação e qualificação dos docentes efetivos que atuam na educação a distância na UFMT estão assentadas nos documentos legais de âmbito federal para o magistério superior e com base nas normas internas da UFMT.

Não obstante a SETEC tenha programa próprio de capacitação, as ações de natureza formativa têm sido realizadas em parceria com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e a Coordenação de Formação Docente (CFD) da Pró-reitoria de Graduação da UFMT.

Os tutores são selecionados via edital, tendo como pré-requisito a atuação na rede pública federal, estadual ou municipal, em que segue regime estatutário dos seus respectivos órgãos. A atuação como tutor na UFMT é apenas de bolsista CAPES, sem vínculo empregatício, desse modo não conta com plano de carreira.

Quanto às políticas de capacitação de tutores e professores, existe um Programa de formação a distância, realizado por meio da Secretaria de Tecnologia Educacional (SETEC), cujo objetivo é capacitar tutores para atuarem na formação de professores, a partir de estudos teóricos e práticos que promovam atividades de pesquisa intervencionista e avaliação, considerando a função dos diferentes atores que atuam na formação EaD.

Dentro das políticas direcionadas à qualificação, tanto de docentes quanto de tutores, que atuam na EaD da UFMT há o incentivo para participação em eventos científicos, seminários, fóruns, congressos, bem

como a participação em espaços de debates. Uma das instituições da qual a UFMT é membro é a Associação Universidade em Rede (UniRede), que oportuniza a participação de sua comunidade universitária em eventos dessa natureza.

14.4 Critérios de seleção e contratação de docentes e tutores

A seleção de tutores via edital tem como pré-requisito a atuação na rede pública federal, estadual ou municipal, em que segue regime estatutário dos seus respectivos órgãos. No caso dos professores que atuam com bolsa, os critérios são estabelecidos por meio do edital. As diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes dos editais no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) são regulamentadas pela Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, sua alteração na Portaria nº 15, de 23 de janeiro de 2017 e a Portaria nº 33, de 16 de fevereiro de 2023.

Quadro 27 . Requisitos de titulação e experiência do corpo docente da EaD

Função	Titulação mínima	Exercício mínimo no magistério básico	Exercício mínimo no magistério superior
Professor formador I	-	-	03 anos
Professor formador II	Mestrado	-	01 ano
Professor conteudista I	-	-	03 anos
Professor conteudista II	Mestrado	-	01 ano

Fonte: Portaria DED/CAPES 183 21/10/2016.

Quadro 28 . Requisitos de titulação e experiência dos tutores da EaD

Função	Titulação mínima	Exercício mínimo no magistério básico	Exercício mínimo no magistério superior
Tutor	Graduação	01 ano	-

Fonte: Portaria DED/CAPES 183 21/10/2016.

14.5 Procedimentos para substituição (definitiva e eventual) dos professores e tutores de educação a distância

O processo de substituição de profissionais efetivos que atuam no contexto de EaD na UFMT deve ser observado a partir de regramento que é instituído conforme plano de carreira dos servidores efetivos, e, no caso de bolsistas, as portarias que regulamentam a concessão de bolsas no âmbito de cada agência de fomento.

O processo de substituição de bolsistas ocorre em duas situações: a pedido do profissional (professor ou tutor) e por meio de ofício da coordenação de curso. Sendo convocado o próximo candidato classificado em edital, se houver. Caso não haja classificado, deverá ser elaborado novo edital.

Além disso, os processos seletivos destacam condições de desligamentos a partir da coordenação de programas e projetos EaD, que incluem incipiência orçamentária, competência para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão e/ou outros fatores que são apreciados pelas instâncias cabíveis no âmbito da UFMT.

14.6 Cronograma e plano de expansão do corpo docente e de tutores de educação a distância

Atualmente, a UFMT conseguiu promover a expansão do corpo docente de EaD por meio da autorização de concurso para 25 professores efetivos, que atuarão no âmbito do curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia, o que possibilitará a expansão de oferta de forma efetiva, com um quantitativo de 1.000 vagas/ano.

Considerando que grande parte dos programas e projetos de EaD acontecem a partir de editais de fomento, atualmente, no âmbito de programas temporários, como o sistema UAB, não há previsão para expansão do corpo docente no âmbito da UFMT.

No entanto, faz-se necessário destacar que a ampliação das ofertas do sistema UAB é condicionada à ampliação de equipes de bolsistas que possibilitam apoiar as equipes de profissionais efetivos da UFMT, no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

14.7 Incorporação de professores com experiência em áreas estratégicas

A Secretaria de Tecnologia Educacional possui parceria com vários núcleos e entidades que colaboram para os processos de desenvolvimento nacional, à inovação e à competitividade.

Por meio da Associação Universidade em Rede (UniRede), tem realizado Acordo de Cooperação Técnica, visando o incentivo às ações de mobilidade virtual acadêmica em rede, envolvendo tanto experiências com

estudantes de outras instituições brasileiras, como também de outros países.

Além disso, conta com a colaboração de Núcleos de estudos tais como o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Inovação em Tecnologia Educacional (NUTEC), Núcleo de Educação a Distância da UFMT e as coordenações de cursos que apoiam o desenvolvimento de ensino, pesquisa, extensão e inovação no âmbito dos Institutos e Faculdades da UFMT.

É possível também destacar parcerias institucionais, tais como a Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, que prevê a realização de projetos de vivência, estágio, extensão, inovação e pesquisa nos diversos municípios de Mato Grosso e no âmbito das instâncias de gestão internas de órgãos de controle.

Além disso, é possível destacar parcerias internacionais, como o acordo de cooperação técnica com a Universidade de Tokai – Japão, Universidade Aberta do Japão (UAJ), que tem possibilitado a oferta de cursos para pessoas que residem fora do Brasil.

Os estágios possibilitam aos estudantes a vivência no âmbito de todo o Estado de Mato Grosso, capilarizando-se no mercado de trabalho consoante ao desenvolvimento tecnológico que é constatado em cada município/região.

Os professores da UFMT possuem grande experiência com EaD e estão vinculados em áreas estratégicas de desenvolvimento, tais como o Bacharelado em Ciência e Tecnologia, construído a partir de um estudo das demandas locais e regionais e da expertise de docentes do *Campus* de Várzea Grande nas áreas de minas e energia, transporte, sistemas de informação, gestão e engenharias.

Nota-se também que os professores do Instituto de Educação da UFMT constituem-se enquanto pesquisadores de redes nacionais e internacionais, com impacto direto na qualidade da educação, bem como na oferta de licenciaturas, com uma comunidade docente com experiência no campo das ciências da natureza, matemática e química. A UFMT destaca-se também com uma proposta inovadora na oferta da primeira graduação no Brasil no campo da Tecnologia Educacional.

Na área de gestão pública, destaca-se também a experiência dos professores da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFMT e ciências da computação, que possuem longa experiência com a oferta dos cursos, com ênfase no ensino, na pesquisa e extensão e na inovação a partir da expertise das pesquisas realizadas no âmbito do PROFNIT, que trata-se de um Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação.

15 Perfil do corpo discente

O corpo discente da UFMT é formado por estudantes da graduação e da pós-graduação. A graduação presencial possui cerca de 14 mil estudantes distribuídos em 87 cursos, sendo que todos os anos ingressam mais de 4 mil estudantes nesses cursos. Esses ingressantes, no ato da matrícula, fornecem dados socioeconômicos por meio de um questionário com autodeclarações dos estudantes. Com base nesses dados, a Pró-Reitoria de Planejamento elabora, desde 2020, um painel de gráficos denominado “Perfil dos ingressantes”, esse painel reúne informações de mais de 11.000 estudantes ingressantes da graduação presencial, algumas dessas informações estão elencadas no quadro 29.

Quadro 29 . Atributos dos estudantes ingressantes da graduação presencial (2020 -2022)

Idade	16 a 20 anos	55%
	21 a 30 anos	31%
	31 a 40 anos	8%
	Mais de 40 anos	5%
Estado Civil	Solteiro	98%
	Casado	2%
Raça/cor	Parda	42%
	Branca	40%
	Preta	12%
	Amarela	2%
Naturalidade UF	MT	69%
	Outros Estados	31%
Renda per capita mensal	Até 1,5 salário mínimo	60%
	Mais de 1,5 até 3 salários mínimos	21%
	Mais de 3 salários mínimos	19%
Tipo de escola no ensino médio	Estadual	50%
	Privada	32%
	Federal	17%
	Municipal	1%
Assistência Estudantil	Não necessita de assistência	59%
	Necessita de assistência	41%
Estudante trabalhador	Não	67%
	Sim	33%
Motivo de escolha da UFMT	Universidade Gratuita	40%
	Prestígio Institucional	33%

	Recomendação de familiares	13%
	Proximidade com o domicílio	12%
	Outros	2%
Motivo de escolha do curso	Identificação com o curso	37%
	Afinidade com as disciplinas	21%
	Curso para o mercado de trabalho	15%
	Vocação	12%
	Outros	15%

Fonte: Gerência de Planejamento/CPO/PROPLAN/UFMT.

Seguindo a determinação da Lei nº 12.711/2012, metade dos estudantes ingressaram com pelo menos um tipo das seguintes reservas de vagas: estudante preto, pardo ou indígena; estudante de escola pública; estudante com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo ou estudante com deficiência.

De acordo com o Painel, os estudantes ingressantes da UFMT são, em sua maioria, jovens solteiros com até 20 anos de idade, naturais do estado de Mato Grosso, oriundos de escolas estaduais, pardos e com renda *per capita* mensal de até 1,5 salário mínimo, com mães que completaram o ensino superior e pais que completaram o ensino médio. A maioria dos estudantes não trabalha (66%), dentre os que trabalham, a maior parte, tem carteira assinada, jornada de trabalho entre 40 e 44 horas semanais, renda de até 1,5 salário mínimo nesse trabalho e pretendem continuar trabalhando durante o percurso acadêmico.

Em relação às informações acadêmicas, 77% dos estudantes estão matriculados em cursos de bacharelado e 23% em cursos de licenciatura. A maioria desses estudantes escolheram a UFMT por ser uma universidade gratuita, pelo prestígio da instituição e por recomendação dos familiares. O curso foi escolhido, principalmente, pela identificação pessoal do estudante com o curso, pela afinidade com as disciplinas e pelo curso ser voltado ao mercado de trabalho. Em geral, o turno do curso atende as necessidades do estudante, entretanto, 52% dos ingressantes de cursos ofertados em período integral mudariam de turno, se assim pudessem.

Quanto à assistência estudantil, 41% relatam a necessidade de apoio, dentre as necessidades mais citadas estão alimentação e transporte, seguidos por material pedagógico, moradia e apoio psicopedagógico. Os estudantes ingressantes por recorte de renda, cor/raça, deficiência ou

provenientes de escola pública são, proporcionalmente, os que mais relatam a necessidade de alguma forma de assistência estudantil.

Por outro lado, na graduação a distância, de acordo com o “Painel de indicadores UFMT”, os 888 estudantes matriculados estão distribuídos em 5 cursos EaD. Comparativamente com a graduação presencial, os estudantes do EaD possuem idade mais avançada, uma vez que 78% possuem mais de 30 anos de idade. Quanto ao gênero, existe uma predominância do sexo feminino (76%), diferentemente da graduação presencial que tem uma equivalência quantitativa entre os gêneros. Além disso, os estudantes do EaD são predominantemente pardos (54%) e provenientes de escolas públicas (90%).

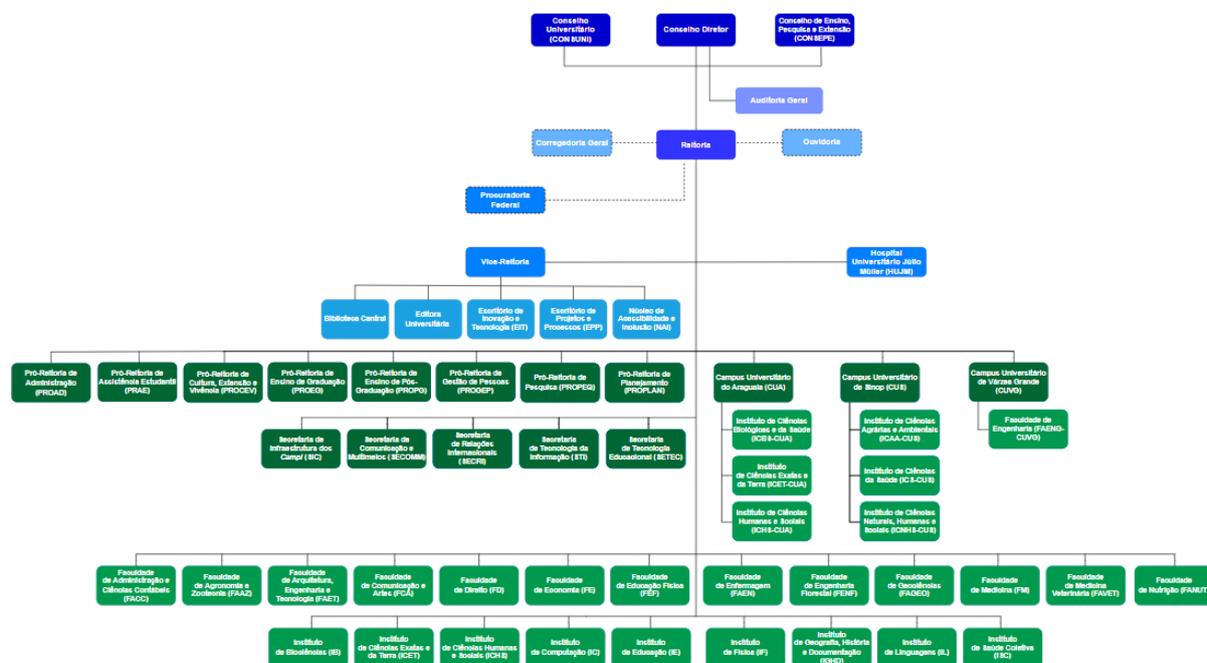
No ensino de pós-graduação *stricto sensu*, estão matriculados cerca de 2.000 estudantes em 63 cursos de mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado, com mais de 90% com mais de 30 anos, cerca de metade declaram-se brancos, do sexo feminino (60%), com 60% desses estudantes sendo naturais de Mato Grosso e mais de 70% cursaram o ensino superior em instituição pública.

16 Organização administrativa da IES

16.1 Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (FUFMT) tem na sua estrutura organizacional os Conselhos Superiores, a Reitoria, a Vice-Reitoria, as Pró-Reitorias, as Secretarias, os Institutos e Faculdades, assim como instâncias internas de apoio à governança, como a Auditoria, a Ouvidoria e a Corregedoria, conforme apresentado no organograma abaixo:

Figura 12 . Organograma Sintético – Resolução CD-FUFMT nº 58, de 10 de Outubro de 2023



Fonte: Gerência de Planejamento/CPO/PROPLAN/UFMT.

16.2 Órgãos Colegiados

16.2.1 Conselhos Superiores

Conselho Diretor

A Lei nº 5.647, de 10 de dezembro de 1970, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, determina, em seu art. 6º, que a instituição será administrada pelo Conselho Diretor, presidido pelo Reitor e constituído por mais seis

membros e seus respectivos Suplentes, escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação e notória competência, assim especificados: três membros de livre escolha do Presidente da República; um membro indicado pelo Ministro da Educação; um membro indicado pelo Governo do Estado de Mato Grosso; e um membro indicado pelas classes empresariais do Estado, devendo todos serem nomeados pelo Presidente da República.

O Conselho Diretor é responsável pela administração da Fundação e a supervisão da Universidade. Tem a função precípua de gerir o patrimônio da Fundação, de modo a assegurar à Universidade, seu pleno desenvolvimento em consonância com os objetivos previstos na legislação de ensino. O órgão executivo do Conselho Diretor é o Presidente da Fundação, que também exerce a função de Reitor da Universidade.

Conselho Universitário – CONSUNI

De acordo com o Estatuto da Universidade Federal de Mato Grosso, a Gestão Universitária terá em nível superior, como órgãos deliberativos, normativos e consultivos, o Conselho Universitário e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e como órgão executivo, a Reitoria.

O Conselho Universitário é o órgão, que delibera sobre matéria administrativa, econômica, financeira e de desenvolvimento de pessoal, nos termos da legislação vigente. É também um dos órgãos normativos, deliberativos e consultivos da Gestão Universitária, sendo sua composição, conforme Estatuto, formada pelos seguintes membros:

- I. O Reitor, que o preside e mantém o direito de voto, exclusivamente em caso de empate;
- II. O Vice-Reitor;
- III. Os Pró-Reitores;
- IV. Os Diretores de Institutos e Faculdades;
- V. Representação docente, discente e técnico-administrativa eleita por seus pares;
- VI. Um representante dos Órgãos Suplementares, conforme o que estabelecer o Regimento Geral e ou Resoluções dos Conselhos Superiores;
- VII. Representação eleita entre os Coordenadores de Curso de Graduação;

VIII. Representação eleita entre os Coordenadores de Programas de Pós-Graduação.

O Conselho Universitário pode criar câmaras e comissões especiais, não deliberativas, para estudos, assessoramento ou coordenação de assuntos específicos.

Reúne-se durante o ano acadêmico, ordinariamente, pelo menos uma vez ao mês, sempre que for convocado pelo Reitor e, extraordinariamente, quando convocado pela mesma autoridade ou pela maioria de seus membros.

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é órgão normativo, deliberativo, consultivo e última instância para recursos nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, nos termos da legislação vigente. A ele compete exercer a gestão da Universidade, em matéria relacionada ao ensino, à pesquisa e à extensão, supervisionando e fiscalizando as atividades didático-científicas realizadas pela Universidade Federal de Mato Grosso, funcionando na forma colegiada, nos termos da legislação federal, disposições estatutárias e por seu regimento.

Também são da responsabilidade do CONSEPE estabelecer normas sobre o acesso ao ensino superior, currículos e programas, matrículas e transferências de alunos, avaliação de desempenho do corpo docente e discente, aproveitamento de estudos, contratação e dispensa de docentes e a política de pesquisa e extensão; aprovar projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação e de pós-graduação e atividades de extensão, assim como o número de vagas que serão oferecidas por estes; aprovar o calendário acadêmico da UFMT, a criação, denominação e extinção de disciplinas; propor planos de expansão da Universidade em matéria de Ensino, Pesquisa e Extensão; além de outras atribuições de segunda instância. Integram o CONSEPE, segundo o Estatuto da UFMT:

- I. O Reitor, que o preside e mantém o direito de voto, exclusivamente, em caso de empate;
- II. O Vice-Reitor;

- III. Os Pró-Reitores de Ensino de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa, de Vivência Acadêmica e Social e de Planejamento;
- IV. Representantes dos Institutos e Faculdades, eleitos entre seus membros;
- V. Representantes de cada classe da carreira do Magistério Superior;
- VI. Representação discente, eleita por seus pares, com mandato de 01 ano;
- VII. Representação eleita entre os Coordenadores de Cursos de Graduação;
- VIII. Representação eleita entre os Coordenadores de Programas de Pós-Graduação;
- IX. Representação dos Técnicos Administrativos eleita por seus pares.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão pode criar Câmaras Especializadas, por Resolução, em número ilimitado, com regulamento, competência e atribuições específicas, aprovadas em plenário, que estabelecerá o seu tempo de duração. As Câmaras devem ser constituídas por membros do Conselho de acordo com a natureza da matéria a ser apreciada em número mínimo de 11 componentes.

16.2.2 Gestão Acadêmica de Nível Intermediário

Em conformidade com o Estatuto da UFMT, os Institutos e Faculdades são geridos por uma congregação, constituída pelo Diretor, que a presidirá; pelos Chefes dos seus Departamentos; pelos Coordenadores de Cursos de Graduação e de Programas de Pós-Graduação; pelos seus representantes no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; pelos Chefes de Núcleo e pelos representantes docentes, discentes e técnico-administrativos, eleitos por seus pares, permitida a reeleição.

A Congregação de Instituto e Faculdade é a instância consultiva, deliberativa e de recursos acadêmicos e administrativos dos Departamentos, dos Cursos de Graduação, de Programas e Cursos de Pós-Graduação que os integram.

16.2.3 Gestão Acadêmica de Nível Básico

O Departamento será gerido pelo seu Colegiado, que congregará os professores do Departamento, coordenando as suas funções, e será a instância deliberativa e consultiva sobre políticas, estratégias e rotinas

administrativas ligadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito de sua competência.

O Colegiado de Departamento, sob a presidência do Chefe do Departamento, será composto pela totalidade dos professores lotados e em exercício no Departamento e por representações discente e técnico-administrativa.

O Curso de Graduação será gerido pelo Colegiado de Curso de Graduação, que planejará e executará as tarefas que lhe são peculiares, sendo a instância deliberativa e consultiva sobre políticas, estratégias e rotinas acadêmicas, para os fins de Ensino, Pesquisa e Extensão, no âmbito do curso.

O Colegiado de Curso de Graduação será composto pelo Coordenador do Curso, que o presidirá, e por representações docente e discente.

Compete ao Colegiado de Curso de Graduação:

- I. Coordenação e supervisão didático-pedagógica do curso com vistas ao seu constante aprimoramento e atualização;
- II. Avaliação do curso, em articulação com os objetivos e critérios de avaliação institucional da Universidade;
- III. Desenvolvimento de ações integradoras entre os Departamentos responsáveis pelo curso, de forma a garantir os princípios e finalidade da Universidade, estabelecidos neste Estatuto.

16.3 Estrutura Administrativa

- Reitoria – É um conjunto de processos gerenciais e de pessoas responsáveis pela gestão da UFMT. A função de Reitor, bem como a de Vice-Reitor, é nomeada, conforme prevê o Estatuto da Universidade, pelo Presidente da República a partir de nomes designados em lista tríplice, organizada pelo Colégio Eleitoral Especial, que representa a comunidade acadêmica a partir dos Conselhos Superiores – Conselhos Diretor (CD); Universitário (CONSUNI); e de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).
- Vice-Reitoria – O papel do designado a Vice-Reitor é o de substituir o Reitor em caso de impedimento e faltas, assumindo e concluindo o mandato em caso de vacância.

- Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) – Unidade responsável pela gestão acadêmica dos cursos de graduação e políticas do ensino de graduação, desde o acesso até a diplomação do aluno.
- Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PROPG) – Instância responsável pelo planejamento e gerenciamento das atividades relativas aos cursos de pós-graduação na UFMT.
- Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPEq) – Responsável por fomentar a produção do conhecimento em todas as áreas do saber, através da articulação interna, com os Grupos de Pesquisa, e externa, com as Agências de Fomento.
- Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência (PROCEV) – Compreende as ações destinadas aos estudantes e comunidade externa, congregando extensão universitária, vivência acadêmica e projetos nas áreas de arte, cultura, esporte e lazer.
- Pró-Reitoria de Administração (PROAD) – Tem como objetivo assessorar a Reitoria em assuntos referentes à área técnica, para garantir o melhor desempenho da gestão administrativa da UFMT.
- Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) – Planeja, executa e avalia ações do orçamento, distribui os recursos orçamentários às unidades, elabora estudos e indicadores institucionais e acompanha os contratos e congêneres.
- Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE) – É responsável pela formulação, implementação, gestão e acompanhamento de políticas institucionais no âmbito da assistência estudantil, e de ações afirmativas que objetivam favorecer o acesso e a permanência dos estudantes, de modo a contribuir com o desempenho acadêmico e o alcance de diplomação, como fator de êxito na formação universitária.
- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) – Tem como objetivo planejar, executar e avaliar as ações de Política de Gestão de Pessoas, que visem o desenvolvimento do ser humano.
- Pró-Reitoria do *Campus* Universitário do Araguaia (PROCUA) – Representa a Reitoria no *campus* fora de sede.
- Pró-Reitoria do *Campus* Universitário de Sinop (PROCUS) – Representa a Reitoria no *campus* fora de sede.
- Pró-Reitoria do *Campus* Universitário de Várzea Grande (PROCUVG) – Representa a Reitoria no *campus* fora de sede.
- Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) – Responsável por prover soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para a comunidade universitária, em consonância com os objetivos

estratégicos da UFMT, melhorando as capacidades dos processos de negócio, com inovação, eficiência, eficácia e segurança.

- Secretaria de Tecnologia Educacional (SETEC) – Tem por finalidade formar e qualificar profissionais nas diferentes áreas, produzir conhecimentos e inovação em tecnologia educacional, que contribuam significativamente para o desenvolvimento regional e nacional, por meio das modalidades da educação aberta à distância e híbrida.
- Secretaria de Comunicação e Mídias (SECOMM) – É responsável pela comunicação institucional da UFMT com a comunidade acadêmica e sociedade em geral, a partir de seus canais próprios e da mediação com a toda a imprensa.
- Secretaria de Relações Internacionais (SECRI) – Desenvolve e implementa políticas e projetos para a internacionalização da UFMT. No processo de mobilidade internacional, a SECRI atua como ponte entre as instituições de ensino estrangeiras, as agências de mobilidade estudantil e os estudantes, docentes e técnicos administrativos da UFMT.
- Secretaria de Infraestrutura dos *Campi* (SIC) – Responsável pela coordenação das áreas de segurança, transporte, manutenção, engenharia e arquitetura da UFMT.
- Escritório de Inovação Tecnológica (EIT) – Tem como missão gerir a política de inovação da UFMT, desenvolvendo atividades relacionadas aos seus três eixos principais, sendo eles: o fomento à cultura e educação empreendedora; estímulo à inovação; e ações de alianças estratégicas.
- Escritório de Projetos e Processos (EPP) – Tem como objetivo auxiliar na gestão de processos e maximizar os resultados positivos nos projetos da Universidade Federal de Mato Grosso.

A estrutura da UFMT contempla ainda:

- Auditoria Interna (AUDIN) – Exerce uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações da UFMT. Busca auxiliar a Universidade a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada, para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.
- Ouvidoria Geral – Instância permanente de controle e participação social, com a finalidade de aprimoramento da Gestão Universitária.

- Corregedoria Geral – Órgão central do Sistema de Correição da UFMT, com a finalidade de assistir os órgãos de administração da Universidade, nos assuntos e providências relativas à funcionalidade administrativa, defesa do patrimônio público e administração dos servidores.

16.4 Estrutura Acadêmica

- Institutos - com atribuições de planejar, executar e avaliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, dando ênfase ao campo das ciências básicas;
- Faculdades - com atribuições de planejar, executar e avaliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, dando ênfase ao campo das ciências aplicadas;
- Departamentos - unidades células da estrutura acadêmica, dotadas de autonomia administrativa e organizadas por área de conhecimento, constituindo as unidades exclusivas de lotação de professores, tendo como objetivos principais, coordenar, planejar e executar, em seu âmbito, as atividades administrativas ligadas ao ensino, pesquisa e extensão.

16.5 Identificação das formas de participação dos professores, técnicos administrativos e estudantes, nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos

As deliberações da Universidade Federal de Mato Grosso ocorrem, predominantemente, através de seus órgãos colegiados deliberativos. Uma vez que o Estatuto da UFMT define como princípio a gestão democrática, tanto na representação do CONSUNI quanto na do CONSEPE, existe a previsão da participação de docentes, técnicos administrativos e discentes.

Dentre os órgãos colegiados deliberativos, o CONSEPE é o órgão de maior expressividade na condução de assuntos acadêmicos. Isso porque, ao mesmo, é atribuída a competência para exercer a gestão da Universidade em matéria relacionada ao ensino, à pesquisa e à extensão, supervisionando e fiscalizando as atividades didático-científicas, realizadas pela Universidade Federal de Mato Grosso, funcionando na forma colegiada, nos termos da legislação federal, disposições estatutárias e por seu regimento. Visando à gestão democrática, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão conta com representantes docentes, técnicos e discentes, eleitos por seus pares.

Ademais, cada unidade acadêmica possui organização, estrutura e meios necessários para desempenhar todas as atividades e exercer as funções essenciais ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, é estabelecida a gestão intermediária e básica, através das congregações e dos colegiados de departamento e de curso dentro dessas unidades, que também preveem a participação de docentes, técnicos administrativos e discentes na condução da vida acadêmica.

Compete à Congregação estabelecer as diretrizes acadêmicas e administrativas do Instituto ou Faculdade, e supervisionar a sua execução em consonância com o disposto no Estatuto. Aprecia os projetos dos cursos de pós-graduação, de pesquisa e de atividades de extensão a serem desenvolvidas, e também examina e decide, no âmbito de sua competência, sobre os recursos interpostos contra decisões tomadas pelos demais órgãos que integram a estrutura organizacional do Instituto ou Faculdade.

O Colegiado de Departamento é a instância responsável pelas políticas, estratégias e rotinas administrativas ligadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão, dentro do seu âmbito de atuação.

Por seu turno, cabe ao Colegiado de Curso de Graduação avaliar e atualizar o projeto político-pedagógico do curso, sempre que houver necessidade. Também elabora o calendário acadêmico anual do curso, encaminhando para o CONSEPE. É de responsabilidade do colegiado de curso decidir em primeira instância, sempre que houver necessidade, questões apresentadas por docentes e discentes, analisar casos de infração disciplinar e, quando necessário, encaminhar ao órgão competente.

Na perspectiva de organização dos alunos, existem o Diretório Central dos Estudantes e os Centros Acadêmicos, ambos com a função de representar os discentes e reivindicar às entidades competentes, melhores condições de permanência na universidade. Por fim, não se pode deixar de citar a participação de toda a comunidade acadêmica, através do controle social em canais próprios, tal qual a Ouvidoria.

16.6 Das ações de transparência e divulgação de informações da instituição e das eventuais parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições

A instituição baseia suas ações no diálogo com a comunidade interna e externa, a fim de promover uma gestão universitária participativa e transparente, tendo como fundamentos seus princípios, missão, visão e valores. Nesse sentido, a comunicação desenvolve um papel primordial para a eficiência, eficácia e efetividade de suas ações, ultrapassando o simples papel de divulgação, e se tornando um instrumento para impulsionar as políticas institucionais. A política institucional de comunicação envolve:

- Comunicação pública: Presume o compromisso com a democracia, ética, responsabilidade social, construção da cidadania, respeito aos direitos humanos, pluralidade de ideias e pensamentos, bem como à diversidade cultural, devendo constituir-se em prática pautada pelo diálogo, transparência pública, interesses públicos e coletivos, liberdade, autonomia e, ainda, pela abertura de canais de participação efetiva da sociedade.
- Comunicação institucional: Implica em uma atuação voltada ao compartilhamento de objetivos da instituição com seus públicos, internos e externos, bem como a missão, visão e valores, de forma a contemplar a construção de uma identidade coerente com o seu papel social.
- Comunicação interna: Remete a um conjunto de práticas permanentes de diálogo, o que implica ouvir e informar, além de mobilizar, educar e manter a coesão interna, de forma a reconhecer e compartilhar diretrizes e princípios, a fim de contribuir para a construção de uma imagem institucional multicampi marcada pela credibilidade e responsabilidade social.

A divulgação interna das decisões nos âmbitos da administração superior e das unidades de ensino, pesquisa e assistência é realizada por meio da publicação dos atos oficiais da administração superior: Reitoria, Vice-Reitoria, Pró-Reitorias, Secretarias, Diretorias e Conselhos da UFMT, em boletim online e no Diário Oficial da União, bem como em jornais de grande circulação, quando previsto em normas legais.

A instituição conta ainda com a ouvidoria, que constitui-se em órgão permanente de assessoria da administração superior, com a finalidade de

contribuir para o desenvolvimento institucional, oferecendo à comunidade universitária e à sociedade em geral, um canal de comunicação nas diferentes instâncias administrativas e acadêmicas, visando à promoção e defesa dos direitos, assim como a prestação de serviços, recomendando e intermediando ações corretivas ou de aproveitamento de sugestões viáveis e pertinentes.

Todas as informações relevantes da instituição constam em seu Portal na Internet, principalmente no que se refere aos elementos que interessam à sociedade, dentre os quais podemos citar:

- [Página da Universidade Federal de Mato Grosso;](#)
- [Página de Acesso à Informação;](#)
- [Página de Transparência e Prestação de Contas;](#)
- [Estatuto da UFMT;](#)
- [Relatório de Autoavaliação Institucional;](#)
- [Anuário Estatístico;](#)
- [Caderno Orçamentário;](#)
- [Plano de Desenvolvimento Institucional;](#)
- [Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação;](#)
- [Plano de Logística Sustentável;](#)
- [Prestações de Contas Anuais;](#)
- [Relatórios de Auditoria Interna;](#)
- [Sistema de Consulta de Resoluções \(Conselho Diretor, Consepe e Consuni\);](#)
- [Painel de Indicadores;](#)
- [Atos Oficiais;](#)
- [Processos Mapeados;](#)
- [Sistema de Gestão de Contratos e Convênios;](#)
- [Ouvidoria;](#)
- [Estudos Estratégicos;](#)
- [Serviço de Informação ao Cidadão;](#)
- [Central de Ingresso da Graduação.](#)

Quanto ao compartilhamento de espaços físicos, a universidade pode ceder seu espaço, conforme regulamentado pelas resoluções CD nº 103 de 29 de agosto de 2006, Resolução CD nº 08 de 27 de agosto de 2010 e pela Resolução CD nº 14 de 06 de junho de 2013.

O consentimento administrativo para a utilização de espaços físicos internos dos *campi* da universidade por particulares, no interesse público e, em especial, da comunidade universitária, procederá através dos seguintes instrumentos:

- Autorização de Uso – ato administrativo unilateral, discricionário e precário, pelo qual a FUFMT consente que o particular utilize de bem de seu domínio, a título gratuito ou oneroso, para uso individual;
- Permissão de Uso Simples – ato administrativo unilateral, discricionário, negocial sem natureza contratual, portanto precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a FUFMT faculta a utilização privativa de bem de seu domínio, por particular sob condições postas pela administração;
- Permissão de Uso Qualificada ou Condicionada – ato administrativo unilateral, discricionário, negocial sem natureza contratual, gratuito ou oneroso, pelo qual a FUFMT faculta a utilização privativa de bem de seu domínio, por particular sob condições postas pela administração, com prazo determinado.
- Concessão de Uso – contrato administrativo pelo qual a FUFMT faculta ao particular a utilização privativa de bem público, gratuita ou onerosa, por prazo determinado e com previsão de direitos e obrigações recíprocas entre a FUFMT e o particular-permissionário, para que a exerça conforme a sua destinação, no interesse público;
- Cessão de Uso – transferência gratuita de utilização de um bem público da FUFMT a uma entidade pública ou privada sem fins lucrativos, e que desenvolvem atividades, que visem a beneficiar a coletividade, disciplinada por lei federal e mediante termo autorizativo do Conselho Diretor, por tempo certo ou indeterminado.

Ainda em relação ao compartilhamento de estruturas, é importante mencionar a criação da Rede Multiusuária de Pesquisa na Universidade Federal de Mato Grosso, aprovada pela Resolução CONSUNI-UFMT nº 57, de 30 de março de 2022. A Rede é composta de Espaços Multiusuários de Pesquisa no âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso, com localização única ou distribuída, podendo integrar uma rede regional, nacional ou internacional de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Espaços Multiusuários de Pesquisa são compreendidos como infraestruturas de pesquisa (físicas ou virtuais) que propiciam à comunidade acadêmica, científica e tecnológica, do setor público e privado,

insumos, equipamentos e serviços para realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento experimental (P&D), credenciadas junto à Rede Multiusuária de Pesquisa da UFMT e à Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa (PNIPE) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

17 Catálogo de serviços de tecnologia da informação

O Catálogo de Serviços da Secretaria de Tecnologia da Informação tem como objetivo apresentar os recursos tecnológicos oferecidos à comunidade da UFMT, de forma a agilizar as demandas dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e, conseqüentemente, melhorar o atendimento aos usuários.

Os objetivos principais deste catálogo são:

- a) dar suporte às áreas de ensino, pesquisa, extensão e administrativa;
- b) aprimorar o relacionamento dos usuários de serviços de TIC com a área de TI;
- c) divulgar os serviços ofertados pela TIC;
- d) manter um documento estruturado com informações sobre os serviços oferecidos pela área de TIC na página da STI e na wiki da UFMT;
- e) padronizar as solicitações de serviços por parte das áreas de negócio;
- f) aprimorar o atendimento dos serviços;

Os recursos tecnológicos oferecidos como serviços consideram a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço (SLA's), a segurança da informação e o plano de contingência, com condições de funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Além disso, ressalta-se que há viabilidade para executar o plano de expansão e atualização de equipamentos previsto pelo PDI, o qual segue alinhado com o indicador do Instrumento de Avaliação Institucional Externo, PDTIC e também com Estratégias do Governo Digital - EGD, efetuando o necessário acompanhamento às respectivas atividades, tendo em vista os objetivos previstos no próprio Plano de Expansão e Atualização Tecnológica de Equipamentos de TIC 2022-2026 da STI, que preconiza ações no escopo da UFMT, como a atualização do parque tecnológico, infraestrutura tecnológica, laboratórios de informática, realização prática de manutenção preventiva e corretiva, bem como melhoramento de demais áreas pertencentes ao aparato de tecnologia da informação.

Tais evoluções são possíveis de acontecer, tendo em vista o trabalho realizado em conjunto entre a Secretaria de Tecnologia da Informação e a Coordenação de Gestão de Contratações/Gerência de Aquisições (CGC/GAQ-PROADI), que anualmente realizam encaminhamentos de processos licitatórios para atender a demanda institucional, mantendo a consonância com o PDTIC, PETI e Plano Anual de Contratações (PAC).

No PDTIC é estabelecido um norte para a execução das ações e projetos de TIC da organização, apresentando estratégias e traçando planos de ação, o que possibilita o direcionamento de esforços e recursos para a consecução de metas. De modo complementar, anualmente é realizado o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETI), um instrumento de planejamento que propõe as iniciativas a serem desenvolvidas a fim de cumprir as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMT, do PDTIC e da Estratégia de Governo Digital (EGD) instituída por meio do Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020.

Por fim, evidencia-se ainda que os recursos de tecnologias da informação e comunicação asseguram a execução do PDI, viabilizam as ações acadêmico-administrativas, garantem a acessibilidade comunicacional, permitem a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica e apresentam soluções tecnológicas necessárias à comunidade universitária.

Catálogo de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

- **Acesso a Bases de Dados Científicas**

1. Rede Acadêmica Federada – CAFé.

- **Apoio de TIC em Atividades Acadêmicas e Administrativas**

Apoio em Eventos

1. Instalação temporária de rede sem fio (WIFI).

Apoio no Uso da Sala de Reuniões

1. Gestão da Sala de reuniões da STI.

- **Atendimento ao Usuário**

1. Abertura de chamados para manutenção de equipamentos de TIC, softwares e redes de comunicação;
2. Suporte ao contrato de *outsourcing* de impressão;
3. Instalação de *softwares* diversos;
4. Suporte aos sistemas e aplicativos desenvolvidos ou mantidos pela STI;
5. Suporte a Conferência Web;
6. Emissão de laudos técnicos para fins de desfazimento de bens de TIC;
7. Cadastro de Cartão MTU (Estudantes);
8. Impressão e Digitalização.

- **Conferência Web**

1. Conferência Web RNP;
2. Big Blue Button (BBB), integrado ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
3. Microsoft Teams;
4. Webex – 1 licença por campus para fins de videoconferência, prioritariamente;
5. Google Meet.

- **Desenvolvimento de Sistemas**

1. Manutenção Adaptativa de Sistemas;
2. Serviço de Desenvolvimento de Sistemas.

- **Manutenção**

Serviço de Manutenção de Equipamentos

1. Equipamentos laboratoriais;
2. Equipamentos de informática *hardware*;
3. Equipamentos de informática *software*;
4. Equipamentos de rede e internet;
5. Equipamentos de telefonia;
6. Nobreaks e Estabilizadores;
7. Recursos Audiovisuais (Projetores, Caixas de Som, entre outros).

- **Planejamento de Aquisições de Soluções de TIC**

Gestão do Plano Anual de Contratações (PAC) de TIC

1. Cadastro e acompanhamento das demandas de TIC em atendimento ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e às necessidades globais da Instituição;
2. Registro de demandas específicas mediante anuência e aprovação do gestor de TIC;
3. Cadastro das demandas de TIC no Programa de Gerenciamento de Compras (PGC) de acordo com o cronograma do PAC estabelecido pelo Ministério da Economia;
4. Consultoria em Aquisições de TIC;
5. Apoio técnico nos projetos de aquisições de soluções de TIC, tais como equipamentos, softwares, soluções de segurança da informação etc.

- **Segurança da Informação**

Configuração, manutenção e controle de tráfego de informação

1. Aplicação, manutenção e controle de regras de *firewall* em redes e aplicações de internet (Liberação de Sistemas para Acesso fora do Brasil, Liberação de Acesso Remoto);
2. Disponibilização de IP público para equipamentos ou *softwares* específicos para acesso à rede de internet;
3. Serviço de emissão de certificado digital SSL do ICPEdu/RNP;
4. Conexão remota.

- **Serviços de Data Center**

1. Gestão de cópias de segurança das informações institucionais digitais;
2. Gestão, operação e manutenção de infraestrutura de Centro de Dados;
3. Monitoramento de sites, sistemas e serviços de TIC;
4. Gestão de endereços eletrônicos (URLs) de sites, sistemas e serviços de TIC.

Hospedagem de Sistemas

1. Serviços de hospedagem de sistemas de informação institucionais;
2. Serviços de hospedagem de sites institucionais desenvolvidos pelas unidades.

- **Compartilhamento de Arquivos**

1. Filesender@RNP – compartilhamento de informações;
2. Vídeo@RNP – repositório de áudio e vídeo.

- **Serviço de Redes de Comunicação**

1. Conectividade à Internet;
2. Configuração de Rede em Computador;
3. Infraestrutura de Redes por Projeto;
4. Infraestrutura de Ponto de Rede;
5. Rede Sem Fio Eduroam;
6. Serviço de VPN (Virtual Private Network);
7. Endereço IP Público Externo;
8. Infraestrutura do Serviço de Impressão;
9. Infraestrutura do Serviço de Vídeo monitoramento;
10. Nome de Domínio Autoritativo (DNS);
11. Rede Cabeada.

- **Serviço de E-mail**

1. O e-mail institucional pode ser solicitado por estudantes, docentes, técnicos administrativos e terceirizados por meio do Portal de Sistemas Integrados, o acesso ao serviço de webmail é feito de acordo com o perfil, por meio do domínio @ufmt.br ou @estudante.ufmt.br.

- **Sistemas de Informação**

1. Conferência Web RNP;
2. Google Workspace for Education;
3. ICPEdu Pessoal RNP;
4. Microsoft Office 365;
5. Periódicos CAPES RNP;
6. Sistemas Acadêmicos;
7. Sistemas Administrativos;
8. Sistemas de Comunicação;
9. Sistemas de Gestão de Pessoas;
10. Consulte o catálogo de softwares, acessando a página [sistemas](#).

- **Telefonia Institucional**

Manutenção e Gestão do Contrato de Telefonia Institucional.

Telefonia Móvel

1. Disponibilização de Telefone Móvel Institucional;
2. Disponibilização de Internet Móvel (Modem 3G).

Telefonia Fixa

1. Instalação e cancelamento de Linha Telefônica;
2. Configuração de permissões para Ligações Longa Distância Fixo e Móvel;
3. Serviços do Fone@RNP;
4. Gestão, operação e manutenção do sistema telefônico institucional.

18 Projeto de acervo acadêmico em meio digital

18.1 Apresentação

O presente capítulo apresenta um planejamento para a Gestão Documental da Universidade Federal de Mato Grosso, a partir dos parâmetros estabelecidos pela legislação vigente e pela Resolução CONSUNI nº 15/2017, de 09 de agosto de 2017, que estabelece os princípios norteadores para o tratamento dos fundos arquivísticos da UFMT.

O objetivo é dotar a administração superior de instrumentos para a implantação efetiva de uma política de gestão documental da UFMT, permitindo assim:

- o atendimento do disposto na legislação vigente;
- normatizar o fluxo documental na instituição;
- ganho de eficiência nos procedimentos administrativos;
- melhoria no acesso de informações;
- maior transparência de dados;
- aprimoramento da logística arquivística;
- racionalização da utilização dos espaços utilizados para guarda de documentos;
- diminuição dos custos relativos à manutenção dos fundos arquivísticos da UFMT;
- preservação da memória da universidade;
- ampliação das possibilidades acadêmicas de pesquisas.

18.2 Histórico

A Comissão de elaboração da Proposta de Estrutura Organizacional e de Planejamento Estratégico para a Gestão Documental da Universidade Federal de Mato Grosso foi criada pela Portaria do GR nº 069, de 07 de fevereiro de 2017, com prazo de 180 dias para elaborar uma proposta de política de gestão do documental para a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), bem como uma delinear uma propositura de planejamento para a implantação dessa política a ser encaminhada e discutidas nas instâncias administrativas competentes da universidade.

A constituição da Comissão de Gestão Documental, tendo como escopo de trabalho tanto a construção de uma política de gestão documental, bem como o estabelecimento de um planejamento estratégico e a delimitação de um conjunto de ações visando a sua efetiva implementação, demonstra a preocupação da administração superior da UFMT com a grave questão referente ao gerenciamento e logística da massa documental existente na instituição. Este problema exige a atenção e a responsabilidade dos gestores públicos, na medida em que existe toda uma legislação que regulamenta e define atribuições e obrigações a serem cumpridas pelos órgãos públicos.

A legislação no que concerne a gestão documental no país é composta de leis e decretos, dentre os quais os fundamentais são os seguintes:

- Lei nº 5.433, de 08 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências;
- Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências;
- Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências;
- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;
- Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012, que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos;
- Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996, que regulamenta a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências;
- Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002, que Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados;
- Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), da administração pública federal, e dá outras providências.

Todo este corpus legal balizou e fundamentou os trabalhos da Comissão de Gestão Documental com especial atenção para o Decreto nº

4.915, de 12 de dezembro de 2003, pois este determina em seu artigo primeiro a organização do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos (SIGA):

Art. 1º Ficam organizadas sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, as atividades de gestão de documentos no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal.

Note-se que o citado artigo do decreto nº 4.915/2003, define claramente que os órgãos da administração pública federal devem organizar as atividades de gestão de documentos na forma de um sistema e que este articula toda a gestão documental das instâncias do governo federal.

A Universidade Federal de Mato Grosso, em seus quase 50 anos de existência, produziu e produz uma massa documental vultosa. O cenário que se apresenta é que esses documentos, com raras exceções, não recebem o tratamento adequado, sendo guardados de forma imprópria e em locais indevidos, tal situação coloca em risco a preservação dessa documentação. Isso significa também que parte desse acervo que poderia ser descartada segundo as normas arquivísticas vigentes ainda ocupam um precioso espaço físico nas unidades acadêmicas e administrativas da instituição. Finalmente, é preciso frisar a necessidade de preservação da memória da UFMT.

É no sentido de contribuir para reverter essa situação que a Comissão de Gestão Documental realizou seus trabalhos. Os membros da comissão reuniram-se para discutir, planejar e executar as ações entendidas como necessárias para que as metas e objetivos propostos fossem atingidos.

A primeira tarefa da comissão após o planejamento de suas atividades foi a elaboração de uma proposta de minuta de resolução acerca da política de gestão documental da UFMT. Os conselheiros do CONSUNI apreciaram, discutiram e aprovaram a minuta, que se transformou na Resolução CONSUNI nº 15/2017, de 09 de agosto de 2017.

A comissão também elaborou um instrumento diagnóstico para o levantamento do quadro dos arquivos e da gestão documental na UFMT. O

instrumento foi aplicado nas unidades acadêmicas (Institutos e Faculdades) e administrativas (Pró-reitorias e Secretarias) do *campus* de Cuiabá.

A pesquisa realizada, ainda que com certos limites, apresentou um quadro quanto à gestão documental por parte das unidades acadêmicas e administrativas da UFMT. A partir dos dados levantados pelo instrumento diagnóstico, é possível depreender alguns pontos para reflexão:

1. o armazenamento dos documentos é feito em caixa box;
2. os documentos, em sua maioria, ainda estão em bom estado de conservação;
3. os documentos são guardados em diferentes espaços físicos;
4. não há um critério uniforme para o arquivamento dos documentos;
5. a maioria das unidades acadêmicas e administrativas não realiza o descarte de documentos e, quando o fazem, não seguem os procedimentos devidos;
6. a principal tipologia documental são os processos administrativos.

18.3 Estimativa de documentação passiva

A partir dos dados obtidos pelo instrumento diagnóstico, a Comissão de gestão Documental estima que os arquivos do *campus* de Cuiabá tenham a dimensão de cerca de 6.000 metros lineares.

18.4 Política Proposta

A política de gestão documental para os arquivos da UFMT que está definida na Resolução CONSUNI nº 15/2017, de 09 de agosto de 2017, está alicerçada nos princípios de transparência, acessibilidade, publicidade, disponibilidade, autenticidade, integridade, primariedade.

Seus objetivos são:

- I. padronizar as rotinas e procedimentos de gestão documental;
- II. racionalizar a produção dos documentos arquivísticos;
- III. racionalizar e reduzir os custos operacionais e de armazenagem da documentação arquivística;
- IV. garantir o acesso aos documentos de arquivo da UFMT e as informações neles contidas, resguardados os aspectos de sigilo e as restrições administrativas ou legais;

- V. assegurar condições de preservação e proteção ao acervo arquivísticos da UFMT, tendo em vista seus valores administrativos e históricos, os interesses da comunidade e seu valor como fonte para a pesquisa e a produção de conhecimentos.

18.6 Resultados Esperados

Como resultado, podemos relacionar, no mínimo, os seguintes:

- a) Preservação da documentação histórica e administrativa da Instituição;
- b) Gerenciar o conteúdo da informação corporativa;
- c) Prevenir catástrofes como incêndios, inundações, roubos, vandalismo etc;
- d) Melhoria no atendimento da comunidade interna e externa;
- e) Suporte a tomada de decisão;
- f) Controle do crescimento do uso do espaço físico ocupado por documentos;
- g) Remanejamento da capacidade produtiva dos servidores envolvidos na gestão documental reduzida com implantação do projeto em outras atividades necessárias e deficitárias de profissionais;
- h) Democratização do conhecimento;
- i) Obedecer às conformidades da legislação;
- j) Preservar o meio ambiente;
- k) Valorização dos servidores da Instituição.

19 Infraestrutura

19.1 Infraestrutura física

A UFMT possui mais de 200.000 metros quadrados de área construída. O quadro 30 demonstra a infraestrutura dedicada ao funcionamento da universidade.

Quadro 30 . Infraestrutura física da UFMT

Descrição do ambiente	Área Total		Campus Cuiabá		Campus Araguaia Barra do Garças		Campus Araguaia Pontal do Araguaia		Campus Sinop	
	Quant	Área	Quant	Área	Quant	Área	Quant	Área	Quant	Área
Salas de Aula	412	24.068,50	262	15.959,74	62	3.702,12	20	995,84	68	3.410,80
Auditórios	40	4.826,54	38	4.491,46	1	178,00	1	157,08	0	-
Salas de Professores	469	7.331,47	354	5.817,73	6	70,20	21	279,30	88	1.164,24
Laboratórios	432	29.929,48	273	18.014,93	56	4.668,85	48	1836,93	55	5.408,77
Banheiros	756	8.926,29	642	7.587,92	46	634,72	19	183,89	49	519,76
Áreas de Convivência e de Alimentação	88	12.219,60	76	7.513,64	6	3.412,42	2	281,00	4	1.012,54
Instalações Administrativas - Acadêmicas	542	10.502,11	471	9.294,83	29	598,76	14	220,44	28	388,08
Instalações Administrativas Puras	564	16.265,22	530	15.555,88	17	354,67	0	0,00	17	354,67
Quantificação	3303	114.069,21	2646	84.236,13	223	13.619,74	125	3.954,48	309	12.258,86
	100,00%	100,00%	80,11%	73,85%	6,75%	11,94%	3,78%	3,47%	9,36%	10,75%

Fonte: Coordenação de Gestão de Infraestrutura/PROADI/UFMT, 2022.

19.2 Laboratórios

O quadro 31 apresenta a relação de laboratórios da instituição, por campus, com a respectiva área física e equipamentos:

Quadro 31 . Laboratórios da UFMT

<i>Campus</i>	Laboratório	Área (m ²)	Número de Equipamentos
Araguaia	Laboratório de Informática Rogério Matias de Souza	72	48
	Laboratório de Informática multiusuário	51	24
	Centro de Acesso à Tecnologia para Inclusão Social - CATIS	46,76	27
	Laboratório de Informática da Biblioteca	46,2	20
	Laboratório Emerson Ramos	60,48	24
	Centro de Acesso à Tecnologia para Inclusão Social - CATIS	24	14
	Laboratório de Informática da Biblioteca	42,6	18
	Inclusão digital	68,31	35
	Bioquímica Médica II	93,5	13
	Química Farmacêutica	93,5	11
	Tecnologia Farmacêutica	93,5	2
	Fisiologia	93,5	4
	Laboratório de Ensino de Análises Bromatológicas	93,5	10
	Farmacotécnica	93,5	11
	Laboratório de Microscopia	93,5	22
	Laboratório de Controle de Qualidade	93,5	27
	Laboratório de Imunologia Materno-Infantil	108	48
	Laboratório de Imunomodulação e Bioensaios	98	26
	Histofisiologia e Reprodução Animal (LaHRA)	93,5	16
	Microscopia	93,5	27
	Análises cromossômicas e moleculares (LACROM)	93,5	63
	Ecologia de Ecossistemas aquáticos (LECEA)	93,5	27
	Anatomia humana e comparada (LAHC)	93,5	73
	Biologia geral	93,5	23
	Ecologia vegetal	93,5	11
	Herbário	93,5	15
	Litoteca	93,5	2
	Casa de vegetação	93,5	4
	Zoologia	93,5	-
	Ensino de biologia	93,3	2
	Museu de História Natural do Araguaia	202,5	51
	Laboratório de Informática	93,5	10
	Laboratório de Adaptações Metabólicas Decorrentes da Nutrição e do Exercício Físico	93,5	16
	Laboratório de Estudos de Enfermagem em Saúde Coletiva	93,5	2
	Laboratório de Práticas e Técnicas de Enfermagem	93,5	2
	Laboratório de Habilidades Clínicas Simuladas	86,49	17
	Laboratório de Fisiologia de Sistemas e Toxicologia Reprodutiva (FisioTox)	120,8	37
	Laboratório de Biofísica e Fisiologia	82,5	3
	Laboratório de Biologia Vascular e histopatologia	93,5	48
	Laboratório didático de práticas de Ensino de Química (graduação)	97,35	-
	LaPEQuiA - Laboratório de Pesquisa em Ensino de Química do Araguaia (pesquisa)	93,5	-
	Laboratório de Química do Estado Sólido	93,5	-
Laboratório de Práticas de Química Orgânica	93,5	-	
LaQBIN - Laboratório de Pesquisa em Química Bioinorgânica	72,8	-	
LaQMAMP- Química da Madeira e Materiais Poliméricos	46,11	-	
Laboratório didático de Química Analítica	93,5	-	
Laboratório de Estudo de Materiais	57	-	
LAPQUÍM - Laboratório de Pesquisa em Química de Produtos Naturais	72,8	-	
Laboratório didático de Química Geral 1	93,5	-	
Laboratório didático de Química Geral 2	93,5	-	
Estruturas	46,75	-	
Hidráulica	93,5	-	
Mecânica dos Solos	93,5	-	
Materiais de Construção	93,5	-	
Laboratório Produção Vegetal do Cerrado	70	17	
Viveiro de Mudanças	60	2	
Apicultura	-	-	
Casa de Vegetação	-	-	

	Laboratório de Fitopatologia	90	27
	Laboratório de Fertilidade do Solo	-	-
	Laboratório de Agrotóxicos	-	8
	Laboratório Didático de Mecânica, Oscilações, Ondas, Termodinâmica	93,5	-
	Laboratório Didático de Eletricidade e Magnetismo, Óptica e Física Moderna	93,5	-
	Laboratório de Instrumentação para o Ensino de Física	93,5	-
	Laboratório de Pesquisa: Grupo de Compósitos e Nanoestruturas GCoN	57	-
	Laboratório de Pesquisa: Grupo de Materiais Nanoestruturados - GMN	-	-
	Laboratório de Ensino A	95,92	43
	Laboratório de Ensino B	95,92	33
	Laboratório de Ensino de Eletrônica	95,92	85
	Laboratório de Microbiologia de Alimentos	-	-
	Laboratório de Análise de Alimentos	-	-
	Laboratório de Análise Sensorial	-	-
	Mini Usina de Frutas e Hortaliças	-	-
	Laboratório de Tecnologia de Alimentos	-	-
	Laboratório de Química de Alimentos	-	-
	Laboratório de Panificação	-	-
	Laboratório de Processos Bioquímicos Industriais e Termodinâmica Aplicada	-	-
	Mini Usina de Leites e Derivados	-	-
	Laboratório de Operações unitárias e Fenômenos de Transporte	-	-
	Laboratório de Educação Matemática - Adarcy Siqueira Paiva Miguez	-	-
	Laboratório de Sementes	93,5	-
	Laboratório Viveiro de Mudas II	89,4	-
	Laboratório de Fertilidade do Solo	250	3
	Estufa Agrícola (Casa de Vegetação)	300	2
	Climatologia	93,5	39
	Pesquisa e Ensino de Geografia	93,5	8
	Geografia Física	93,5	24
	Rádio	68,87	111
	TV	93,5	16
	Núcleo de Práticas Jurídicas	444	52
	Laboratório de Linguagens	93,5	62
Cuiabá	STILAB	88	40
	Informática	-	68
	Multimídia	-	17
	Laboratório de Forragicultura	40	19
	Laboratório de Física do Solo	200	20
	Recursos Genéticos	50	17
	Laboratório de Nutrição Mineral de Plantas	-	20
	Laboratório de Fitopatologia	288	21
	Reprodução e Fisiologia de Peixes	200	23
	Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal	-	7
	Tecnologia de armazenagem de grãos	92,4	45
	Informática para o Curso de Ciências Contábeis	40	46
	Laboratório de Informática Prof. José Carlos Marques	95	66
	Laboratório de Informática da FAET	86,49	25
	Eletrotécnica e Eficiência Energética	113,1	29
	Máquinas Elétricas	102,49	30
	Instalações Elétricas Industriais e Automação Industrial	102,46	19
	Eletricidade, Magnetismo e Conversão Eletromecânica de Energia	38,52	77
	Medidas Elétricas	38,52	51
	Eletrônica 1 e Eletrônica de Potência	40,23	35
	Técnicas Digitais e Microprocessadores	40,57	37
	Eletrônica 2 e Telecomunicações A/B	82,61	79
	Circuitos Elétricos	41,47	74
	Pesquisa em Qualidade de Energia Elétrica	40,71	14
	Pesquisa em Sistema de Energia	19,72	5
	Pesquisa em Sistemas de Energia	14,81	-
	Pesquisa em Artefatos Magnéticos para Aquecimento	14,81	7
Laboratório de Hidráulica - LABHID	315	53	

Laboratório de Hidrossedimentologia - LABHIDROS	27,3	1
Microbiologia Sanitária e Ambiental - LAMSA	140	92
Hidrobiologia	30	20
Laboratório de Análises Físico-Química de Águas e Resíduos - LAFQAR	226	80
Laboratório de Hidrologia	30	71
Escritório Modelo	56	10
LATECA	56	10
LAB.AU	56	3
Arquitetura Indígena e Culturas Vernaculares	45	1
Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo	56	15
Informática Aplicada ao Urbanismo e ao Planejamento Urbano e Regional	-	15
Técnicas Retrospectivas	-	1
Canteiro Experimental	-	1
Plástica e Desenho Livre	75	-
Projeto de Arquitetura	-	-
Projeto de Urbanismo e Planejamento Urbano e Regional	-	-
Desenho de Arquitetura	56	-
Laboratório de Estruturas	149,75	45
Laboratório de Dinâmica das Estruturas	24,79	5
Laboratório de Materiais de Construção Civil (LMCC)	186,94	165
Laboratório de Mecânica dos Solos	126,26	38
Laboratório de Asfalto	77,41	4
Laboratório de Preparação	15,57	5
Laboratório de Separação Mineral	24,44	6
Laboratório de Sedimentologia	58,79	10
Laminação	41,94	11
Litoteca	33,37	2
Lamuta	12,54	12
Lamuta 2	15	7
Sala de Pesquisa	34,08	8
Microscopia de Minérios	32,66	9
Microscopia	68,71	20
Sala de Lupas	66,7	12
Paleontologia	55,02	9
Sensoriamento Remoto	48,84	29
Geofísica	44,99	31
Labtraços	18,86	5
Laboratório de Avaliação Biológica de Alimentos1	90,85	60
Laboratório de Avaliação Biológica de Alimentos2	117,51	52
Laboratório de Técnica Dietética 1	49	-
Laboratório de Técnica Dietética 2	97,32	4
Laboratório de Análises Sensoriais 1	13,5	1
Laboratório de Análises Sensoriais 2	81,7	4
Laboratório de Microbiologia de Alimentos	49	9
Laboratório de Bromatologia	53,7	15
Laboratório de Análises Físico-Química de Alimentos I	53,7	34
Laboratório de Análises Físico-Química de Alimentos II	110,8	-
Laboratório de Avaliação e Nutrição Educacional	49	-
Laboratório de Bioquímica e Biotecnologia	98,8	10
Laboratório de Compostos Bioativos	49	9
Laboratório de Tecnologia de Cana de Açúcar / Óleos	94,8	14
Laboratório de Análises Microscópica de Alimentos	56	-
Laboratório de Microcervejaria	56	-
Laboratório de Óleos e Gorduras	56	10
Laboratório de Microbiologia Molecular de Alimentos	111,4	8
Laboratório de Tecnologia Pós-Colheita de Frutas e Hortaliças	111,1	13
Laboratório de Tecnologia de Leites e Derivados	84,46	10
Laboratório de Tecnologia de Carnes/Pescados e derivados	70,8	22
Laboratório de Estudos Sonoros	38,5	12
Laboratório de Pianos Elétricos	37,27	17
Laboratório de Teclados	24,32	10

Laboratório de Percussão	18,2	33
Laboratório de Violões	49	17
Estúdio de Áudio A	13	18
Estúdio de Áudio B	12,75	16
Laboratório A	23,6	9
Laboratório B	23,95	8
Laboratório C	49,98	15
Planejamento Gráfico	59,59	17
Switch	24,5	1
Ilha de edição A	24,5	1
Ilha de edição B	37	8
Pós-produção	37	16
Estúdio de TV	108,73	250
Fotografia Analógica	16,75	4
Tratamento de Imagem Digital	16,75	1
Laboratório de informática da FE	127,18	43
Preservação e Energia da Madeira	127,96	6
Usinagem e Processamento da Madeira	127,96	9
Manejo Florestal	24,67	28
Sensoriamento Remoto e Geotecnologias	44,5	18
Proteção Florestal	55,78	62
Conservação da Natureza	26,12	19
Biotecnologia Florestal	142,68	140
Mensuração, Crescimento e Produção Florestal	48,72	44
Entomologia Florestal e Manejo de Fauna Silvestre	56,29	50
Máquinas, Colheita, Exploração, Estradas, Transporte e Logística Florestal	14,17	15
Tecnologia Química de Produtos Florestais	73,86	42
Tecnologia da Madeira	148,42	59
Patologia Florestal	115,14	35
Dendrologia, Anatomia da Madeira e Fitossociologia Florestal	65,3	65
Viveiro Florestal	578,6	3
Microscopia	50,57	37
Papel e Celulose e Biorrefinarias	61,69	25
Geoprocessamento e Sistemas de Informações Geográficas	44,02	25
Processamento de Madeira e derivados	53,11	13
Laboratório de Virologia	63,33	39
Laboratório de Parasitologia Humana	47,77	24
Microbiologia	106,56	28
Laboratório Multiusuário	65,26	47
Laboratório de Investigação	338	-
Laboratório de Imunologia	22,87	10
Laboratório de Citogenética clínica	55,46	15
Laboratório de Histologia	145,17	64
Laboratório de Fisiologia	130,66	101
Toxicologia Experimental	-	146
Laboratório de Histologia e Genética	26,38	32
Laboratório de Habilidades e Simulação	83,31	44
Experimentação Animal - Biotério Setorial	-	-
Armazenamento de Drogas e Preparo de Soluções	-	-
Farmacologia Celular e Molecular	-	-
Preparo de Extratos Vegetais	50	-
Farmacologia Antimicrobiana II	18	-
Farmacologia Antimicrobiana I	26,7	-
Sala de Radiofarmacoensaio	-	-
Laboratório de Anatomia	148,98	38
Laboratório Morfofuncional	105,5	36
Laboratório de Informática	48,18	211
LAB-01 / AT-ALAN TURING	104	35
LAB-02 / VN-VON NEUMANN	104	35
LAB-03 / SJ-STEVE JOBS	104	35
LAB-04 / JB-JONH BACKUS	104	35

	LAB-05 / DK-DONALD KNUTH	104	35
	LABORATÓRIO HARDWARE	170	17
	Laboratório de Informática – DMAT	-	-
	Laboratório de Ensino de Matemática – DMAT	-	-
	Laboratório de Análise de Resíduos de Biocidas - LARB	120	44
	Laboratório de ensino em Físico-Química e Analítica	84	37
	Laboratório de ensino em Físico-Química e Analítica	84	-
	Laboratório de Bioquímica Pesquisa	166	63
	Laboratório de Ensino em Bioquímica	100	27
	LCM - Laboratório Computacional de Materiais	15	13
	Laboratório de Química Inorgânica e Orgânica	84	54
	Laboratório de Química Inorgânica e Orgânica	84	-
	Laboratório de Química Inorgânica	160	29
	Laboratório de Pesquisas em Química de Produtos Naturais	154	32
	Central Analítica do Laboratório de Pesquisas em Química de Produtos Naturais e Nova Metodologias Sintéticas - CALPQPN	-	30
	LACANM-Laboratório de caracterização de novos materiais	78,19	20
	GENMAT-Grupo de Eletroquímica e Novos Materiais	167	84
	AQUÁRIO	-	38
	Estatística-Ensino	-	50
	Estatística-Extensão	-	6
	Instrumentação Micrometeorológica e Sensoriamento Remoto	32	
	Laboratório de Geoprocessamento	42	-
	Laboratório de Cartografia	50	42
	Laboratório de Geografia Física	36	7
	Laboratório de Ensino de Geografia	42	7
	Laboratório de Informática IL	58,78	-
	Laboratório de Informática IL	99,24	-
Sinop	Laboratório "A"	70,7	4
	Laboratório "B"	85,1	4
	CATIS	85,05	36
	L. Ictiologia Tropical (LIT)	194	14
	Laboratório de Biologia Vegetal	115,2	80
	Laboratório de Anatomia da Madeira e Dendrologia	180	51
	LAR	64	25
	Laboratório de Pesquisa em Pecuária de Leite	65	22
	Centro de Experimentação em Nutrição de Ruminantes	360	30
	Laboratório de Estudos em Pecuária de Corte	45	1
	Viveiro e Casa de Vegetação	242,59	5
	Laboratório de Manejo Florestal	80	6
	Laboratório de Análise de Sementes	183,9	92
	Laboratório de Análise de Solos	300	9
	Laboratório de Tecnologia de Alimentos	230	48
	Laboratório de Tecnologia da Madeira	150	19
	Laboratório de Forragicultura - GEPI	28	31
	Laboratório de Biologia Animal	140	75
	Laboratório de Tecnologia Química de Produtos Florestais	100	39
	Nutrição Animal e Forragicultura	150	36
	Laboratório de Hidráulica e Recursos Hídricos	250	52
	Laboratório Interações Ambiente Planta	25	39
	Laboratório Pós-Colheita de Grãos e Perecíveis	70	44
	Fitopatologia e Microbiologia	90	62
	Laboratório de Agricultura de Precisão e Mecanização Agrícola	200	26
	Laboratório de biotecnologia agrícola	-	15
	Laboratório de Topografia e Geodésia	15	84
	Laboratório de Geoprocessamento	50	28
	AgriSciences	-	-
	Laboratório de Microbiologia do solo e Biotecnologia Agrícola	-	-
	Desenho Técnico	130	12
	Laboratório de Construções Rurais e Ambiência	-	7
	Centro de Experimentação em Nutrição de Monogástricos	168	319

	Laboratório de Nutrição de Monogástricos	45	6
	Laboratório de Física	150	-
	Oficina de Física	45	1
	Laboratórios de Ensino de Química Analítica e Orgânica	240	91
	Laboratórios Integrados de Pesquisas Químicas	380	61
	Acervo Biológico da Amazônia Meridional	500	-
	Microscopia Geral	25	25
	Oficina de Matemática	48	6
	Laboratório de Microscopia	-	19
	Laboratório de Parasitologia	-	9
	Laboratório de Análises Clínicas	56	56
	LACQ-CAIC - Laboratório de Controle de Qualidade de Medicamentos	40	53
	LACQ-Xingu - Laboratório de Controle de Qualidade de Medicamentos	40	16
	Laboratório de Patologia Animal	196,47	25
	Habilidades médicas e simulação	32,97	6
	Habilidades médicas e simulação	16,48	6
	Habilidades médicas e simulação	16,48	4
	Habilidades médicas e simulação	16,48	1
	Habilidades médicas e simulação	16,48	3
	Habilidades médicas e simulação	32,97	-
	Habilidades médicas e simulação	16,48	3
	Habilidades médicas e simulação	16,48	1
	Laboratório de Farmacognosia	25	40
	Microlab	45	22
	Laboratório de Patologia Clínica	54	30
	Laboratório de Imunologia e Biologia Molecular	-	25
	Laboratório de Imunologia e Biologia Molecular	35,76	-
	Laboratório de Imunologia e Biologia Molecular	19,26	15
	Laboratório de Anatomia Animal	96	9
	Laboratório Morfofuncional	-	-
	Microscopia	50	55
Várzea Grande	Laboratório de Computação	78,26	33

Os laboratórios são destinados ao ensino e à pesquisa, atendendo aos cursos de graduação e de pós-graduação. Neles, são desenvolvidas práticas relativas aos temas ligados aos cursos, sendo possível realizar experiências de alto caráter investigativo. Os laboratórios são equipados de acordo com a disponibilidade orçamentária da instituição e o planejamento interno dos cursos, que estabelecem a priorização do que deve ser adquirido para o atendimento das demandas.

19.3 Bibliotecas

19.3.1 Acervos bibliográficos

A Universidade Federal de Mato Grosso possui uma Biblioteca Central e quatro Bibliotecas Regionais:

- Biblioteca Central – *Campus* Cuiabá;
- Biblioteca Regional de Sinop;
- Biblioteca Regional de Várzea Grande;
- Biblioteca Regional Prof^a Maria Celeste Saad Guirra em Barra do Garças;
- Biblioteca Regional Prof^a Braulina Silva Morbeck em Pontal do Araguaia.

O objetivo das bibliotecas é servir como suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal de Mato Grosso, mantendo serviços de consulta e empréstimo de materiais bibliográficos.

As Bibliotecas contam com os seguintes acervos: artigos, CD-ROM, dissertações, DVDs, folhetos, livros, mapas, normas técnicas, periódicos, teses, trabalhos de conclusão de curso de graduação e especialização e outros.

No quadro 32, estão apresentadas as estatísticas das bibliotecas da Universidade Federal de Mato Grosso considerando o ano de 2022:

Quadro 32 . Estatísticas gerais das bibliotecas da UFMT – 2022

Unidade	Empréstimo Domiciliar	Usuários treinados em programas de capacitação	Nº de Títulos do acervo de periódicos impressos	Nº de Títulos do acervo de livros impressos	Nº de Títulos de Outros Materiais
Cuiabá	16.271	101	1.636	88.706	26.100
Várzea Grande*	375	-	05	627	-
Pontal do Araguaia	499	44	86	9.829**	556
Barra do Garças	2.532	153	108	12.735	2.406
Sinop	8.100	60	2.612	7.078	3.006
Total	27.777	358	4.447	118.975	32.068

Fonte: Biblioteca Central/UFMT.

*A Biblioteca de Várzea Grande está localizada temporariamente dentro da Biblioteca Central, utilizando seu espaço físico.

** Houve transferência do acervo de letras que estava na unidade I (Pontal do Araguaia) para a unidade II (Barra do Garças).

19.3.2 Acervos Digitais

A Universidade Federal de Mato Grosso possui os acervos digitais: Normas Técnicas Brasileiras (NBR) e Normas Mercosul (AMN), Minha Biblioteca, Biblioteca Virtual Universitária da Pearson, Repositório Institucional (RI) e Biblioteca Digital de Trabalhos de Curso e Monografias de Especialização (BDM). A seguir, serão descritos cada um desses acervos digitais.

19.3.2.1 Normas Técnicas Brasileiras (NBR) e das Normas Mercosul (AMN)

A comunidade acadêmica da UFMT possui acesso irrestrito e atualizado a todo o conjunto de Normas Técnicas Brasileiras (NBR) e Normas Mercosul (AMN), por meio da base de dados ABNT Coleção. O acesso ocorre através do Sistema Pergamum, com o qual a base de dados se encontra integrada, sendo, portanto, necessário que o usuário esteja cadastrado em qualquer uma das bibliotecas, e com seu cadastro ativo.

Além disso, também é possível acessar as normas técnicas por meio do serviço CadBiblio, disponível no Portal de Sistemas Integrados.

19.3.2.2 Bibliotecas Digitais

A UFMT disponibiliza à comunidade acadêmica acesso à Minha Biblioteca e à Biblioteca Virtual Universitária da Pearson.

O acesso está disponível para a comunidade universitária, de todos os *campi* da UFMT, sendo necessário que o usuário possua cadastro ativo na biblioteca de seu *campus*, dentro do prazo de validade e sem suspensão ou afastamento, e, inclusive, com seu e-mail atualizado. O acesso ocorre através do sistema Pergamum, realizando o login por meio do Portal de Sistemas Integrados.

Quadro 33 . Acervo das bases de dados de acesso restrito – 2022

Base de Dados	Tipos de Materiais	Quantidade de Itens
Biblioteca Virtual da Pearson	E-books	15.412
Minha Biblioteca	E-books	12.604
ABNT Coleção	Normas técnicas	18.078
Total		46.094

Fonte: Biblioteca Central/UFMT.

19.3.2.2.1 Biblioteca Virtual Universitária da Pearson

A Biblioteca Virtual Universitária da Pearson é um amplo sistema que agrega milhares de títulos em diversas áreas do conhecimento (administração, marketing, engenharias, direito, letras, economia, computação, educação, medicina, enfermagem, psiquiatria, filosofia e psicologia, entre outras), de mais de 25 editoras parceiras.

Está disponível para desktop, tablets e smartphones. Sua plataforma possui diversas funcionalidades que permitem navegação ágil e intuitiva, além de oferecer aos leitores diversos recursos de controle e customização de sua leitura, incluindo acessibilidade, busca avançada, cartões de estudo e downloads de obras para estudo off-line.

Na UFMT, a comunidade acadêmica pode acessar seus e-books a partir da página de busca do [Sistema Pergamum](#). Também é possível acessá-los por meio do serviço CadBiblio, disponível no Portal de Sistemas Integrados.

19.3.2.2.2 Minha Biblioteca

A Minha Biblioteca é uma base de dados de livros digitais que conta com um amplo acervo multidisciplinar. A base de dados oferece às Instituições de Ensino Superior uma plataforma digital prática e inovadora para acesso a um conteúdo completo técnico e científico de qualidade pela internet. A Minha Biblioteca reúne um vasto acervo de e-books dividido em 7 catálogos: Medicina, Saúde, Exatas, Jurídica, Sociais Aplicadas, Pedagógica e Artes & Letras. Abrange 12 das principais editoras de livros acadêmicos do Brasil e 15 selos editoriais.

Pode ser acessada por meio de desktop, tablets e smartphones e sua plataforma contempla diversas funcionalidades, tais como, busca dinâmica, realces e anotações que podem ser compartilhados com outros usuários, marcações de páginas, acessibilidade (narração sonora do conteúdo das obras). Além disso, os usuários também podem fazer cópia de partes dos conteúdos das obras, de forma controlada.

Na UFMT, a comunidade acadêmica pode acessar seus e-books a partir da página de busca do [Sistema Pergamum](#). Também é possível acessá-los por meio do serviço CadBiblio, disponível no Portal de Sistemas Integrados.

19.3.2.3 Repositórios Digitais

A Universidade Federal de Mato Grosso é referência em ensino, pesquisa, extensão e inovação no estado de Mato Grosso. Com uma grande força na oferta de cursos de graduação e pós-graduação, forma profissionais habilitados em diversas áreas do conhecimento humano, produzindo conhecimento e mão-de-obra qualificada para o desenvolvimento da região mato-grossense. As pesquisas discentes contribuem para que os alunos multipliquem seus conhecimentos, organizem, sistematizem e apresentem suas pesquisas na forma de um trabalho científico.

Os trabalhos acadêmicos são disponibilizados para consulta no Repositório Institucional (RI) e na Biblioteca Digital de Trabalhos de Curso e Monografias de Especialização (BDM).

19.3.2.3.1 Repositório Institucional (RI)

O Repositório Institucional (RI) apresenta as produções acadêmicas dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal de Mato Grosso. A consulta das produções acadêmicas pode ser realizada no site: <https://ri.ufmt.br/>. Em março de 2023, estão disponíveis para consulta 3559 trabalhos, sendo 2986 dissertações e 573 teses.

O Repositório Institucional (RI) contribui para dar maior visibilidade aos trabalhos acadêmicos (dissertação e teses) dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal de Mato Grosso, utilizando as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para ampliar o acesso destes documentos às redes eletrônicas de informação.

19.3.2.3.2 Biblioteca Digital de Trabalhos de Curso e Monografias de Especialização (BDM)

A Biblioteca Digital de Trabalhos de Curso e Monografias de Especialização (BDM) tem por objetivo servir como repositório do conteúdo digital integral dos trabalhos de conclusão dos Cursos de Graduação e Especialização no âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso. Em março de 2023, estão disponíveis 2763 trabalhos, sendo 2706 trabalhos de conclusão de curso e 57 artigos. A consulta pode ser realizada pelo link <https://bdm.ufmt.br/>.

A Biblioteca Digital de Trabalhos de Curso e Monografias de Especialização (BDM) contribui para dar maior visibilidade aos Trabalhos de Conclusão de Curso dos discentes de graduação e especialização da UFMT, utilizando as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para ampliar o acesso destes documentos às redes eletrônicas de informação.

19.3.3 Expansão e Atualização do Acervo

No que se refere ao planejamento, formação, atualização e expansão dos acervos físicos e digitais, a Biblioteca Central segue como elemento norteador o “Plano de expansão e atualização do acervo das Bibliotecas da Universidade Federal de Mato Grosso”.

O Plano de Expansão e Atualização do Acervo busca promover o alinhamento das ações da Biblioteca Central, Bibliotecas Regionais, Coordenações de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação, Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) e seus respectivos docentes, a fim de atender as demandas envolvendo os acervos bibliográficos das bibliotecas da UFMT.

O documento é uma estrutura de referência que guia toda a atividade de expansão dos acervos, comunicando-se com os planejamentos e demais diretrizes das unidades de informação (inclusive com a Política de Desenvolvimento de Coleções), e está em consonância com os planos e políticas institucionais. Aborda desde a caracterização das unidades de informação até os próprios objetivos do plano, meios e formas de colocá-lo em prática, incluindo, portanto, questões relacionadas à alocação de recursos, prioridades e procedimentos de aquisição, disponibilização de tecnologias e dispositivos inovadores aos usuários das bibliotecas, bem como o acompanhamento e avaliação do acervo pela comunidade acadêmica e ações corretivas relacionadas. Nesse sentido, abaixo estão destacadas as formas mais comuns de expansão e de atualização do acervo, quais sejam, a aquisição de recursos de informação por compra e por recebimento de doações, sendo que as outras questões relacionadas podem ser consultadas no próprio planejamento.

19.3.3.1 Aquisição por Compra

A aquisição de acervo bibliográfico por compra é realizada de maneira contínua, mediante disponibilização de recurso. Os títulos são indicados pelos departamentos, sendo as listas enviadas para a biblioteca via processo. A biblioteca então gerencia as listas com os títulos e exemplares, e as envia aos fornecedores para cotação. Após a cotação, a biblioteca confere as conformidades para enviá-las para aquisição. Os livros ao serem entregues são conferidos, e caso estejam dentro da regularidade, as notas fiscais são encaminhadas para pagamento. Existe uma equipe de servidores responsáveis pelos planejamentos e aquisições deste setor.

Com relação às aquisições de livros e demais recursos informacionais, as bibliotecas viabilizam os procedimentos relacionados, elaborando e fornecendo aos docentes relatórios de levantamentos bibliográficos, prestando orientações diversas aos professores, bem como coletando e

gerenciando as demandas de materiais de informação. Além disso, a Biblioteca Central desenvolve o processo de aquisição junto à Coordenação de Aquisições e Contratos de Serviços – CACS (normalmente via licitação), conduzindo as etapas de compras (cotação junto a fornecedores, conferências, instrução de processos de pagamento, fiscalizações etc.), bem como o recebimento dos itens. Convém destacar que a Biblioteca Central exerce um papel estratégico neste amplo processo, gerenciando tais aquisições (respeitadas as atribuições da CACS), enquanto a fase de execução das compras (pós-licitação) ocorre de forma descentralizada, com as bibliotecas regionais realizando suas cotações, pedidos de fornecimento e recebimento de materiais, modelo este que confere flexibilidade e agilidade ao processo.

Em um momento posterior à aquisição e recebimento dos materiais, as bibliotecas realizam também o processamento técnico (catalogação, classificação e indexação) e preparo final (carimbagem, etiquetagem etc.), até a efetiva disponibilização das obras nas estantes.

Por outro lado, os Núcleos Docentes Estruturantes atuam no processo de concepção, consolidação, avaliação e contínua atualização do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação (PPC), presenciais e a distância, sendo regidos, na UFMT, pela Resolução CONSEPE nº 156/2021. Estes Núcleos, de caráter consultivo e propositivo em matéria acadêmica, submetem suas proposições para apreciação e deliberação dos respectivos Colegiados de Curso, sendo homologadas pela Congregação da unidade acadêmica.

Assim, cada NDE possui um importante papel na atualização contínua dos PPCs, o que inclui a atualização periódica do rol de bibliografias básicas e complementares que devem atender às diversas disciplinas integrantes da estrutura curricular dos cursos de graduação. As necessidades de aquisição/atualização das bibliografias a serem disponibilizadas pelas bibliotecas, são, portanto, apresentadas às Congregações de Cursos e, posteriormente, direcionadas às unidades de informação de cada *campus* universitário, para as providências pertinentes em termos de aquisição.

No que se refere às bibliografias para atender aos cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* ofertados pela UFMT, estas são demandadas às bibliotecas pelas Coordenações de seus respectivos cursos, com a chancela dos Institutos ou Faculdades a que estejam vinculados, e

tendo como base as listagens bibliográficas constantes nos planos de ensino das disciplinas que integram cada programa. Assim, as bibliotecas gerenciam as demandas de materiais bibliográficos dos cursos de graduação e de pós-graduação, e adotam os procedimentos básicos de aquisição levando em conta diversos fatores, por exemplo, a disponibilidade orçamentária da Instituição, o atendimento preferencial às demandas que se enquadrem nos requisitos de “prioridade”, e as diretrizes constantes na Política de Desenvolvimento de Coleções, dentre outros, tendo a Biblioteca Central o duplo papel de coordenar o processo, e também de operacionalizá-lo, neste segundo momento em conjunto com as bibliotecas regionais.

19.3.3.1.1 Procedimentos de Aquisição de Materiais de Informação

O planejamento e gerenciamento da aquisição de materiais bibliográficos é providenciado pela Biblioteca Central, havendo uma equipe específica para a realização das atividades relacionadas a esta função. Porém, visando a celeridade, a execução das aquisições (contatos com fornecedores, pedidos de cotação, pedidos de fornecimento, encaminhamento de processos de pagamento etc.), ocorre de maneira descentralizada, sendo realizada pela biblioteca de cada *campus*, com o apoio e orientação da Biblioteca Central.

De modo geral, o processo de aquisição de materiais bibliográficos por compra (ou contratação de acesso, no caso dos recursos digitais) é realizado anualmente, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros na Instituição, devendo-se observar os seguintes passos/ações:

1. ao final de cada ano, até a primeira quinzena de dezembro, cada biblioteca deve elaborar um levantamento de todos os itens adquiridos no exercício, bem como um levantamento dos itens demandados e não adquiridos. Esta relação servirá como prestação de contas para a administração, auxiliará na elaboração de estatísticas, e também apoiará as decisões de aquisição do ano seguinte;
2. no início do exercício seguinte, entre janeiro e fevereiro, a Coordenação da Biblioteca Central deve consultar a Administração Superior, por meio da Vice-Reitoria, sobre a previsão de recursos financeiros para aquisição de materiais bibliográficos (livros), e outros recursos informacionais. Tal procedimento é necessário, uma vez que ao coletar a relação de demanda junto aos cursos da

Instituição, cria-se uma expectativa de atendimento da compra de livros, além do que, é necessário planejar o atendimento de eventuais demandas não atendidas de exercícios anteriores, bem como os atendimentos prioritários para o exercício vigente, por exemplo, no caso dos cursos em processo de avaliação;

3. assim, ao se confirmar a possibilidade de liberação de recursos financeiros que venham a suprir as demandas de materiais bibliográficos (demandas residuais e novos pedidos), entre os meses de fevereiro e abril, a biblioteca deve coletar junto aos cursos de seu *campus* a listagem completa das necessidades de bibliografias básicas e complementares. Caso não haja previsão de liberação de recursos financeiros (por exemplo, em casos de contingenciamento de verbas), ou mesmo havendo excessiva demanda residual, não atendida no ano anterior, a biblioteca poderá solicitar a demanda apenas a determinados cursos, ou mesmo não solicitar a relação de itens, conforme entendimentos estabelecidos com a Administração Superior;
4. todas as listagens recolhidas e organizadas pelas bibliotecas regionais devem ser encaminhadas à Biblioteca Central, conforme prazo definido por esta, para análise e demais encaminhamentos quanto aos procedimentos de aquisição que serão adotados;
5. após a equipe de aquisição da Biblioteca Central reunir e analisar toda a demanda, a Coordenação procederá da seguinte forma:
 - Caso os materiais demandados constem no acervo de bibliotecas digitais e outras bases de dados com contrato vigente com a UFMT, ou mesmo, caso sejam de acesso livre: os itens não serão adquiridos, sendo informado ao(s) demandante(s) o motivo e tendo preferência, portanto, os materiais totalmente indisponíveis (ou em quantidade insuficiente) nos acervos das bibliotecas;
 - Caso não haja Ata de Registro de Preços (ARP) vigente na UFMT: abertura de processo junto à Coordenação de Aquisições e Contratos de Serviços (CACS) para nova licitação, ou mesmo, adesão à ARP de outras instituições. Em casos pontuais devidamente justificados, poderá envolver também a dispensa de licitação, observando-se as normas legais específicas;
 - Caso haja ARP vigente na UFMT e com saldo de itens suficientes: a equipe de aquisição da Biblioteca Central encaminhará às bibliotecas regionais as informações necessárias para que cada Unidade entre em contato com os fornecedores de materiais e realize as cotações e pedidos de fornecimento de materiais de suas respectivas bibliotecas, respeitando estritamente os limites de itens definidos na ARP e de recursos financeiros disponibilizados pela Instituição. Também compete às bibliotecas regionais controlar os

prazos, limites de itens e saldos disponíveis para suas Unidades, realizar as devidas conferências e instruir/encaminhar os processos de pagamento ao setor competente;

- Caso haja ARP vigente na UFMT, mas, com saldo de itens insuficientes, o trabalho de aquisição ocorrerá em duas frentes simultâneas:
 - a equipe da Biblioteca Central organizará o atendimento à demanda de materiais bibliográficos utilizando o saldo de itens das ARP vigentes (modo de aquisição mais célere) a partir do rol de “prioridades de aquisição”, sendo que a execução dos procedimentos de compras ocorre de forma descentralizada, com a colaboração das bibliotecas regionais envolvidas;
 - os demais pedidos que eventualmente não puderem ser adquiridos com base no requisito mencionado anteriormente, serão direcionados para atendimento por meio de nova licitação, ou mesmo por meio de adesão à ARP de outras instituições, seguindo os procedimentos estabelecidos pela CACS/PROADI;
- 6. a fiscalização dos procedimentos de aquisição deverá ser realizada conjuntamente por membros de cada biblioteca envolvida nos procedimentos de aquisição. Também é importante se atentar aos prazos e recursos disponíveis, considerar o tempo necessário para que os fornecedores realizem as cotações, vigência de empenhos, saldos remanescentes, término do período de exercício financeiro da Instituição etc;
- 7. ao fim deste período, entre os meses de novembro e dezembro, as bibliotecas de cada *campus* universitário devem comunicar os requisitantes (Coordenações de Cursos, NDE etc.) sobre a situação das aquisições de materiais bibliográficos, informando o atendimento ou não dos pedidos, eventuais adiamentos, bem como os motivos, conforme cada situação em particular.

O quadro 34 resume estas ações, apresentando o processo de aquisição de materiais bibliográficos como um todo, de forma contínua e cíclica:

Quadro 34 . Processo de aquisição de materiais bibliográficos

Ação	Quando	Órgão Responsável	Finalidade
1) elaboração de levantamento dos itens adquiridos no exercício e levantamento dos itens demandados e não adquiridos	Até a primeira quinzena de dezembro.	Biblioteca Central e Bibliotecas Regionais.	Prestação de contas para a administração, apoiar a elaboração de estatísticas, e decisões de aquisição do ano seguinte.
2) consulta à Administração Superior sobre previsão de disponibilidade orçamentária para aquisição de materiais bibliográficos (livros), e outros recursos informacionais.	Entre janeiro e fevereiro.	Biblioteca Central.	Apoiar a solicitação de demandas de materiais bibliográficos e planejar os procedimentos de aquisição.
3) coletar junto aos cursos de cada <i>campus</i> a listagem das necessidades de bibliografias básicas e complementares (depende da disponibilidade orçamentária).	Entre fevereiro e abril.	Biblioteca Central e Bibliotecas Regionais.	Dar andamento aos procedimentos de aquisição de materiais bibliográficos.
4) recolhimento das listas de pedidos de livros junto às bibliotecas e organização da demanda total.	Prazo a ser definido pela Biblioteca Central.	Biblioteca Central.	Análise e planejamento dos procedimentos de aquisição.
5) conforme a situação, iniciar processo para aquisição, e/ou execução dos procedimentos de aquisição, caso haja ARP com saldo de itens disponíveis.	Indefinido.	Biblioteca Central (planejamento e execução de compras) e Bibliotecas Regionais (execução de compras).	Proceder à aquisição imediata dos itens junto aos fornecedores, se possível, ou, iniciar junto à CACS os procedimentos necessários para aquisição dos materiais, total ou parcialmente.
6) conforme a situação, execução da aquisição (contatos com fornecedores, cotações, instrução de processos etc.) recebimento dos itens e fiscalização.	Indefinido.	Biblioteca Central e Bibliotecas Regionais.	Aquisição efetiva dos materiais bibliográficos solicitados e ainda pendentes.
7) comunicar os solicitantes sobre a situação de todas as demandas de aquisição.	Entre novembro e dezembro.	Biblioteca Central e Bibliotecas Regionais.	Dar retorno às demandas, informando o atendimento ou não dos materiais aos solicitantes e os motivos.

Fonte: Biblioteca Central/UFMT.

Os procedimentos de aquisição de materiais bibliográficos são desenvolvidos de maneira contínua, com as ações/etapas 1 e 7 ocorrendo

praticamente no mesmo período, colaborando para a renovação do acervo das bibliotecas da Universidade, conforme haja liberação de recursos para esta finalidade.

Além disso, consta no planejamento um rol ordenado de "prioridades de aquisição", cuja observância é fundamental para guiar racionalmente os procedimentos de expansão do acervo, colaborando para a alocação eficiente de recursos institucionais, e contribuindo para o atendimento das necessidades bibliográficas dos cursos. Sua observância é estratégica para a obtenção de melhores resultados nas avaliações de cursos, no atendimento da comunidade acadêmica, bem como nos serviços prestados pelas bibliotecas.

19.3.3.1.2 Prioridades de Aquisição

Considerando as demandas volumosas de materiais bibliográficos e por vezes simultâneas, as restrições orçamentárias, e, também, a grande quantidade de documentos produzidos nas diversas áreas do conhecimento, torna-se impossível para qualquer biblioteca adquirir todo o material de informação disponível no mercado editorial e demandado pelos cursos.

Independente do item destacado em cada posição, é importante dar preferência à aquisição ou contratação de acesso a recursos digitais de informação (bases de dados, bibliotecas digitais, coleções de e-books etc.) que atendam diversos cursos (materiais interdisciplinares), ou cursos individuais da Universidade. Isso se deve ao fato de que, embora este tipo de material possua um custo maior, em contrapartida, compreende recursos de alto valor agregado, com maior potencial de atualização das edições, além de proporcionar acesso mais amplo e dinâmico à comunidade acadêmica, ao passo em que um mesmo material pode ser utilizado por diversos usuários, simultaneamente e de forma online. Assim, ficam estabelecidas as seguintes prioridades de aquisição de materiais informacionais para as bibliotecas da UFMT, nesta ordem:

1. obras que façam parte das listas de bibliografias básicas das disciplinas dos cursos de graduação e de pós-graduação, em fase de implantação, credenciamento, reconhecimento, ou renovação do reconhecimento;

2. obras solicitadas pelos cursos e não atendidas nos exercícios anteriores, por conta de restrição orçamentária, problemas operacionais ou similar;
3. obras que façam parte das listas de bibliografias básicas de novas disciplinas e/ou de alterações de currículos dos cursos;
4. demais obras que façam parte das bibliografias complementares dos cursos de graduação e de pós-graduação;
5. demais solicitações dos colegiados dos cursos e/ou departamentos;
6. periódicos nacionais e estrangeiros, cujos títulos já fazem parte da lista básica, conforme indicação dos docentes;
7. obras indicadas pelos colegiados dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*;
8. material destinado a atender as linhas de pesquisa e de extensão;
9. material de natureza técnica (acervos técnicos) para auxiliar no trabalho de servidores da UFMT, conforme demandas específicas dos setores;
10. reposição de obras desaparecidas e/ou danificadas (indicadas pelas bibliotecas após levantamentos e relatórios);
11. atualização de obras do acervo, conforme identificado pelas bibliotecas e/ou por sugestões de seus usuários.

19.3.3.2 Aquisição por Doação

Os acervos físicos das bibliotecas da Universidade Federal de Mato Grosso são compostos por obras adquiridas por meio de compra ou pelo recebimento de doações.

No caso das doações, estas são encaminhadas por outras instituições (editoras, institutos, associações, órgãos governamentais, empresas, outras bibliotecas etc.), que mantém cadastro da Biblioteca para compartilhar suas publicações (geralmente novas obras), havendo um recebimento regular destes materiais. Porém, também é comum que doadores eventuais procurem a biblioteca para realizar doações de obras para compor seu acervo.

A aquisição de acervo bibliográfico por doação é feita mediante análise do material, aplicando-se critérios objetivos tais como pertinência aos cursos, autoridade do autor, qualidade gráfica e de acabamento, quantidade de exemplares existentes, demanda de uso, relevância histórica, condições físicas do material e material com conteúdo regional. O

doador transfere todos os seus direitos sobre as obras à Biblioteca Central, que poderá incorporar a obra ao acervo, doar o material, permutá-lo com outras instituições, ou descartá-lo.

19.3.3.2.1 Critérios de Seleção

Para que o material recebido por doação (livros, revistas, folhetos etc.) seja catalogado e de fato incorporado ao acervo, a Biblioteca necessita realizar previamente um procedimento de seleção, filtrando apenas aquelas obras relevantes às necessidades de estudo e de pesquisa da comunidade acadêmica universitária.

Este processo de seleção se baseia em critérios técnicos, que devem ser seguidos pela equipe da biblioteca: critérios relativos ao idioma, critérios de autoridade, critérios de assunto, critérios relativos aos usuários, critérios relativos à precisão, critérios relativos à atualidade, e critérios específicos relativos aos tipos de materiais, dentre outros parâmetros de seleção.

Estado de conservação: as obras doadas devem estar em bom estado de conservação, ou seja, sem páginas faltando, sem rasgos, sem capas soltas, sem anotações a lápis ou caneta, sem manchas, mofo ou fungos, sem buracos de cupim ou traças, ou qualquer outro tipo de dano.

Materiais não aceitos: livros didáticos da educação básica, apostilas de concursos e similares, livros com encadernação espiral, fotocópias e todo material que desrespeite os direitos autorais, conforme a Lei nº 9.610 de 19/02/1998.

Material bibliográfico em mídias obsoletas ou inadequadas ao acervo também não serão aceitos (Fitas VHS, disquetes, microfilmes etc.).

Durante o processo de avaliação, a equipe da Biblioteca seleciona materiais de interesse, se pautando nos critérios acima mencionados. No caso de doações eventuais, a seleção das obras de interesse é realizada antes de aceitar a doação.

19.3.4 Biblioteca Central – *Campus* Cuiabá

Espaço Físico

A Biblioteca Central do *Campus* Cuiabá possui espaços amplos para estudo, laboratório de informática, cabines de estudo individual e 02 salas para estudo em grupo.

A Sala de Acervo e Leitura possui mais de 3.922,66 m². Todo o sistema de iluminação foi recentemente substituído por lâmpadas de LED, que iluminam mais e gastam menos energia. Os aparelhos de ar-condicionado, embora funcionando, estão em processo de retrofit, para troca por outros mais eficientes.

Horário de Atendimento

Segunda a sexta-feira: 07h30 às 20h00.

Pessoal Técnico-Administrativo

A Biblioteca Central conta com 29 técnicos administrativos, sendo 12 bibliotecários-documentalistas, 8 auxiliares em administração, 8 assistentes em administração e 1 pedagoga.

Serviços Oferecidos

A Biblioteca Central oferece os seguintes serviços aos seus usuários:

- Consulta local ao acervo;
- Catálogo online de consulta ao acervo (www.biblioteca.ufmt.br);
- Circulação de materiais (empréstimos, devoluções e renovações de materiais emprestados);
- Reservas e renovações de livros;
- Visitas orientadas (mediante agendamento);
- Treinamentos de uso do Portal da CAPES (mediante agendamento);
- Treinamentos de uso de bases de dados (mediante agendamento);
- Emissão de Nada Consta – via Sistema SEI;
- Levantamentos bibliográficos e estatísticos (presencial e remotamente);
- Comutação bibliográfica, como biblioteca solicitante;
- Geração de ficha catalográfica online – Sistema SFC (<https://academico-siga.ufmt.br/ufmt.sfc/Home>);
- Atendimento aos usuários (presencial e remotamente);

- Bases de dados de acesso restrito à comunidade acadêmica (Biblioteca Virtual Pearson, Minha Biblioteca e ABNT Coleção);

Acesso integral a coleções digitais de acesso livre (Repositórios, Portais de Periódicos etc.).

Com relação ao Portal de Periódicos da UFMT, a Biblioteca Central participa dos serviços administrativos para a edição dos trabalhos científicos a serem publicados.

Outros recursos disponíveis aos usuários:

- Rede de Internet Wifi;
- Armários guarda-volumes;
- Gabinetes para estudo individual;
- Cabines para estudo em grupo;
- Computadores de pesquisa e de consulta ao acervo;
- Scanner planetário para cópia de trechos de obras, respeitando a Lei dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998);
- Sala de Internet, contendo 30 computadores, para capacitações e pesquisas da comunidade acadêmica.

19.3.5 Biblioteca Regional de Várzea Grande

Espaço Físico

A Biblioteca do *Campus* de Várzea Grande está localizada provisoriamente dentro da Biblioteca Central de Cuiabá, até o *Campus* de Várzea Grande ser concluído.

Horário de Atendimento

Segunda a Sexta-feira: 07h30 às 19h30.

Pessoal Técnico-Administrativo

A Biblioteca Regional de Várzea Grande conta com 3 técnicos administrativos, sendo 1 assistente em administração e 2 bibliotecários-documentalistas.

Serviços Oferecidos

A Biblioteca Regional de Várzea Grande oferece os seguintes serviços:

- Consulta ao catálogo de materiais bibliográficos do acervo;
- Empréstimo domiciliar;
- Empréstimo especial;
- Renovações;
- Reservas;
- Repositórios Institucionais da UFMT;
- Geração automática de fichas catalográficas;
- Levantamentos bibliográficos.

19.3.6 Biblioteca Regional de Araguaia

Espaço Físico

O *Campus* Universitário do Araguaia (CUA) é composto em sua estrutura física de duas Bibliotecas: Biblioteca Regional Prof^a Maria Celeste Saad Guirra na cidade de Barra do Garças e Biblioteca Regional Prof^a Braulina Silva Morbeck em Pontal do Araguaia.

O prédio da biblioteca da unidade I (Pontal do Araguaia) possui 7 mesas de estudo coletivos, 26 assentos para estudo, 12 baias de estudos individuais, 15 computadores e 26 armários para guarda-volume. Há ainda 2 estações de atendimento ao usuário para empréstimo e devolução de materiais bibliográficos e chaves de armários.

O prédio da biblioteca da unidade II (Barra do Garças) possui 28 mesas de estudo coletivos, 141 assentos para estudo, 9 baias de estudos individuais, 1 laboratório de acesso digital (também utilizado para treinamentos de usuários) com 24 computadores, incluindo 3 (três) reservados para pessoas com deficiência. Conta ainda com 3 (três) terminais para consulta ao catálogo da biblioteca; 3 estações de atendimento ao usuário para empréstimo e devolução de materiais bibliográficos e chaves de armários.

O acervo ainda pode ser consultado on-line pelos usuários no site. A renovação do empréstimo também pode ser feita pelo site. Além disso, os usuários, em ambas as unidades, têm à disposição rede de internet sem fio (Wi-Fi) em todo o espaço da Biblioteca.

Horário de Atendimento

Pontal do Araguaia – 9h00 às 21h00;
Barra do Garças – 7h30 às 22h00.

Pessoal Técnico-Administrativo

A biblioteca regional da unidade I (Pontal do Araguaia) conta com 2 técnicos administrativos e 1 bibliotecária-documentalista.

Já a biblioteca regional da unidade II (Barra do Garças) conta com 6 técnicos administrativos e 1 bibliotecário-documentalista.

Serviços Oferecidos

Aos alunos (graduação e pós-graduação), docentes, servidores técnicos administrativos estão disponíveis os seguintes serviços:

- Consulta ao acervo e empréstimo, devolução, renovação e reserva de materiais;
- Orientação sobre a elaboração da ficha catalográfica para trabalho de conclusão de curso e dissertações;
- Laboratório de acesso digital;
- Visitas guiadas;
- Treinamento para o uso do catálogo e acesso às bibliotecas digitais;
- Levantamento bibliográfico;
- Acesso ao Portal de Periódicos da Capes;
- Acervo digital da Minha Biblioteca e Biblioteca Virtual da Pearson;
- Acesso aos repositórios digitais;
- Acesso às normas ABNT.

19.3.7 Biblioteca Regional de Sinop**Espaço Físico**

A Biblioteca Regional de Sinop possui 1 sala de estudo em grupo.

Horário de Atendimento

Segunda a sexta-feira: 07h30 às 22h00.

Pessoal Técnico-Administrativo

A Biblioteca Regional de Sinop conta com 8 técnicos administrativos, sendo 1 Bibliotecário, 1 Técnico em Assuntos Educacionais, 5 Assistentes em Administração e 1 Auxiliar de Operações.

Serviços Oferecidos

A Biblioteca Regional de Sinop oferece os seguintes serviços:

- Armários guarda-volume;
- Acervo aberto;
- Consulta ao catálogo online;
- Empréstimo domiciliar;
- Espaço para estudo em grupo;
- Laboratório de informática;
- Levantamentos bibliográficos;
- Visitas orientadas;
- Comutação Bibliográfica;
- Repositórios Institucionais da UFMT;
- Geração de ficha catalográfica online;
- Acesso às Bibliotecas Virtuais Pearson e Minha Biblioteca.

19.4 Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a pessoas com deficiência

A Universidade Federal de Mato Grosso está comprometida no desenvolvimento de uma Política Institucional, alinhada a desenvolver uma cultura inclusiva, que se compromete em dialogar a respeito de mudanças em suas concepções administrativas e pedagógicas e repensar as práticas de ensino, pesquisa e extensão, visando entender as idiossincrasias de sua comunidade acadêmica.

A acessibilidade tem sua aplicação associada à necessidade de eliminação de obstáculos/barreiras que impeçam o acesso, em suas diferentes dimensões, de pessoas a todos os espaços. Nesta esteira, a inclusão implica em oferecer a todas as pessoas (com ou sem deficiência) oportunidades e condições dignas para o exercício da cidadania.

Em 2021, por meio da Resolução CONSUNI-UFMT N° 35, foi criado o Núcleo de acessibilidade e Inclusão – NAI, que é instância vinculada à Vice-

Reitoria da Universidade Federal de Mato Grosso, que tem em seu escopo levantar, planejar, executar, acompanhar e avaliar ações, visando à promoção da inclusão e acessibilidade de estudantes e servidores com deficiência, Transtorno do Espectro Autista, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação nas unidades acadêmicas e administrativas em seus aspectos pedagógicos e laborais em conformidade com a legislação vigente.

O NAI tem desenvolvido ações em diversos eixos, com vistas a promover a cultura da inclusão e acessibilidade na universidade. O núcleo tem sido uma estrutura importante para o acolhimento e orientação de estudantes e servidores, embora ainda esteja em processo de consolidação.

A atuação do NAI ocorre aliada a outras iniciativas de inclusão sob condução de outras unidades. No que diz respeito a graduação, a Resolução Consepe n.º 131, de 30 de outubro de 2017, que trata da adequação do Programa de Ação Afirmativa na UFMT à Lei nº 13.409/2016, sendo o dispositivo institucional que acompanha o movimento nacional, para tornar a Universidade mais democrática, prevendo a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.

Além deste escopo, as Políticas de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Mato Grosso trazem o Programa de Inclusão Indígena (PROIND) e o Programa de Inclusão Quilombola (PROINQ), respectivamente normatizados pela Resolução Consepe nº 82, de 12/09/2007 e Resolução Consepe nº 101 de 26/09/2016. Estes programas são acompanhados pela Pró-reitoria de Ensino de Graduação e Pró-reitoria de Assistência Estudantil, com o apoio do NAI, para ações de promoção da acessibilidade e da inclusão.

Já na pós-graduação, a Resolução Consepe n.º 197, de 13/12/2021, dispõe sobre a política de ações afirmativas para negros/as autodeclarados/as (pretos/as e pardos/as), quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas trans (transexuais, transgêneros e travestis). Visando acesso e permanência deste público na pós-graduação *stricto sensu* da instituição.

Além disso, por meio da Resolução Consuni nº 08, de 18/04/2018, foi instituída a Política Linguística da UFMT, entendida como um conjunto de

princípios e diretrizes que norteiam ações e programas que expressam o exercício do multilinguismo, visando o respeito à variação linguística e à diversidade cultural.

Diante deste contexto, além do suporte às ações das demais unidades administrativas e acadêmicas, o NAI tem a responsabilidade de promoção da inclusão e da acessibilidade, por meio de diversas ações no âmbito administrativo e acadêmico, voltados à comunidade acadêmica de PCD. Está sob a tutela do NAI, a proposição e a implementação de uma efetiva política de inclusão e autonomia universal às pessoas com deficiência (PCDs) e, ainda, o suporte para a adequação da infraestrutura da Universidade à recepção e acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, às atividades acadêmicas e de vivências.

O NAI é o setor responsável por promover o diálogo entre os diversos setores e unidades da UFMT, em prol do desenvolvimento de ações que visem a inclusão e a acessibilidade, para isso, conta com duas sessões: 1) Sessão da Equipe Multiprofissional – SEM e 2) Sessão dos Tradutores Intérpretes de Libras – TIL.

A equipe de tradutores intérpretes atende atualmente todas as demandas de interpretação da instituição, aulas, palestras, eventos, atividades de campo, reuniões, assembleias, cerimônias de colação de grau, ou seja, toda atividade que envolva alunos ou servidores surdos. Além da tradução de materiais audiovisuais, de editais e de documentos institucionais no par linguístico Libras/Língua Portuguesa.

Já a equipe Multiprofissional é composta por profissionais de variados campos que atuam na recepção, acolhida, atendimento, orientação e acompanhamento dos acadêmicos e servidores com deficiência, da mesma forma que tem a atribuição de realizar, em colaboração com as Pró-reitorias de Assistência Estudantil, Pró-reitoria de Ensino de Graduação, Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, a formação, orientação e suporte aos estudantes e servidores, de cursos de graduação e pós-graduação que necessitam de algum tipo de adequação/ajuste didático, pedagógico, espacial, dentre outros.

Estão vinculados também à SEM os monitores inclusivos, que são acadêmicos que atuam nas ações com a finalidade de apoiar, desenvolver e acompanhar atividades junto a outros(as) estudantes de graduação

presencial com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, superdotação/altas habilidades, e outros discentes de programas de ações afirmativas. Este acompanhamento tem o objetivo de contribuir com a inclusão, minimizando barreiras e colaborando com a permanência e êxito na formação, além de adaptação de material didático.

Nesta esteira, está sendo elaborado o projeto de construção do Laboratório de Acessibilidade Informacional – LAI, que tem como objetivos: (a) promover equidade no acesso à informação dos usuários, por meio da produção de acervo digital acessível; (b) orientação quanto ao uso de tecnologias assistivas disponibilizadas para empréstimo; e (c) desenvolvimento de projetos e assessoramento no âmbito da acessibilidade informacional para a comunidade acadêmica.

As ações de Acessibilidade e Inclusão voltadas para a comunidade acadêmica de PCDs da UFMT estão sendo estruturadas num Plano de Ação de Acessibilidade, de curto, médio e longo prazos, com ações concluídas e outras em andamento. O Plano inclui ações para acessibilidade linguística, arquitetônica, instrumental, atitudinal, metodológica, programática, informacional, nos transportes, na comunicação e digital, que são constantemente monitoradas quanto ao cumprimento pelas unidades responsáveis e que serão revisadas após o Fórum de Acessibilidade, ainda no ano de 2023.

Nessa perspectiva, para os próximos anos, é primordial garantir o acolhimento, a permanência e a acessibilidade de todos no ambiente universitário e investir em metodologias pedagógicas inovadoras e inclusivas. Por esse ângulo, os valores expressos neste PDI destacam a consolidação da Instituição como universidade acessível e inclusiva.

Para a promoção da cultura de inclusão e acessibilidade na UFMT, propõe-se dois objetivos essenciais:

1. Implementar uma efetiva política de inclusão e autonomia universal às pessoas com deficiência (PcD); e
2. Promover a acessibilidade da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a atividades acadêmicas e de vivências.

Para o alcance destes objetivos, propõe-se quatro projetos de ações coordenadas: (i) qualificar o corpo de docentes e técnicos para a atenção aos estudantes ou servidores com deficiência. (ii) qualificar o corpo

docentes para estratégias didático-pedagógicas para o ensino junto a pessoas com transtorno do espectro autista, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; (iii) promover a curricularização da inclusão e acessibilidade na formação profissional. (iv) colaborar com os planos de adequação de acessibilidade espacial.

20 Avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional

20.1 Autoavaliação institucional

O processo de autoavaliação Institucional está previsto no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o SINAES propõe a realização de avaliações externas e avaliação interna e é coordenado e supervisionado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). As avaliações externas, operacionalizadas e de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), concentram-se na análise das instituições, dos cursos de graduação e no desempenho dos estudantes (ENADE). As avaliações internas, de responsabilidade das próprias Instituições, são conduzidas pelas Comissões Próprias de Avaliação (CPA), que obedecem normativa nacional sobre a organização do processo e obrigatoriedade de envio de Relatório anual de Autoavaliação Institucional ao Ministério da Educação. O INEP também propõe as Dimensões Institucionais que deverão ser abordadas na avaliação interna para aferição da sua qualidade, apresentadas em cinco eixos: Infraestrutura, Políticas de Gestão, Políticas Acadêmicas, Desenvolvimento Institucional e Planejamento e Avaliação Institucional. O objetivo último da avaliação interna é a melhoria da qualidade da oferta e do desenvolvimento das atividades-fim da Instituição, no cumprimento da sua missão. Assim, o processo de autoavaliação institucional visa compreender o significado do conjunto de suas atividades e a percepção da comunidade acadêmica e comunidade externa quanto ao seu desenvolvimento e o papel social da universidade.

Histórico

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) foi instituída pela Portaria GR n.º 262, de 13 de julho de 2004, e pela Resolução CONSUNI nº 11 de 14 de setembro de 2004 e constitui-se em órgão colegiado permanente, de natureza deliberativa e normativa, no âmbito dos aspectos avaliativos acadêmicos e administrativos e tem por finalidade a implementação do processo interno

de avaliação da Universidade, a sistematização e a prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Nomeada por ato da Reitoria, a CPA é constituída por representantes de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, sendo vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos da Instituição. A comissão se reúne ordinariamente a cada 2 (dois) meses, ou, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do Presidente ou por 1/3 (um terço) de seus membros, conforme disposto no Regimento da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Mato Grosso, aprovado pela Resolução CONSUNI nº 06, de 30 de março de 2016.

Desde o ano de 2004, a CPA já elaborou 14 Relatórios de Autoavaliação Institucional. Durante os seus 18 anos de existência, os relatórios de autoavaliação, elaborados pela CPA, têm contribuído para a consolidação da avaliação interna e buscam fomentar a cultura de avaliação na Instituição.

Na pesquisa de 2018 foram disponibilizados questionários de pesquisa on-line, por 60 dias, no sítio da UFMT e através de totem itinerante, para coleta de dados sobre a percepção dos respondentes sobre a execução de ações e condições de oferta relativas à Infraestrutura, Políticas de Gestão, Políticas Acadêmicas, Desenvolvimento Institucional e Planejamento e Avaliação Institucional. Anterior e simultaneamente ao período da pesquisa, também se realiza a sensibilização da comunidade acadêmica através dos canais de comunicação da UFMT, material gráfico (banner, cartazes, faixas e réguas) e visitas para a divulgação nos vários setores institucionais.

No relatório de 2019 foram trabalhados os dados da pesquisa realizada em 2018, apresentados e analisados por *campus* da UFMT (Araguaia, Cuiabá, Rondonópolis, Sinop e Várzea Grande), sendo os dados apresentados conforme as respostas da comunidade local. A organização dos dados por *campus*, coletados na pesquisa de 2018, visa auxiliar os gestores a dimensionarem as especificidades locais e subsidiar o planejamento de iniciativas de enfrentamento de possíveis deficiências. Os dados apresentados referiam-se às respostas dos docentes, técnicos

administrativos e discentes de graduação. Em relação à elaboração deste Relatório de Autoavaliação Institucional de 2020, decidiu-se avaliar a percepção dos gestores da Instituição, sobre os diversos aspectos contemplados nos Eixos avaliativos do relatório. Em relação à proposta de elaboração dos Relatórios de Autoavaliação Institucional, seguindo o ciclo avaliativo do SINAES, criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, optou-se por organizar o ciclo 2018, 2019 e 2020, visando uma unicidade quando considerados os três Relatórios em conjunto, cada qual evidenciando uma perspectiva avaliativa, porém guardando clara relação entre si. Pautando-se pela pesquisa realizada em 2018, com índice significativo de participação da comunidade acadêmica, além da comunidade externa, o Relatório de 2018 foi integral, considerando prioritariamente a fala dos segmentos da comunidade participante, independentemente de sua unidade ou *campus*. Para o ano de 2019, priorizou-se analisar os mesmos dados considerando as especificidades locais, apresentando os resultados e análises por *campus*.

Em 2019, na data de 24 de junho, foi homologada a Resolução CONSEPE nº 67, que dispõe sobre aprovação das diretrizes institucionais que regulamentam a autoavaliação dos cursos de graduação presencial e a distância da UFMT. A CPA, com o intuito de colaborar no processo de autoavaliação dos cursos, elaborou um banco de questões como uma sugestão aos cursos, os quais decidirão sobre a sua utilização, seja de forma parcial, total ou o seu não aproveitamento. A Resolução nº 67 dispôs a organização das avaliações de curso da UFMT, tomando como referência as 3 (três) dimensões do Instrumento de Avaliação de cursos de Graduação do INEP. Considerando essas dimensões, o grupo de trabalho instituído pela CPA para formulação do instrumento, realizou levantamento de formulários de avaliação de cursos de graduação, presencial e a distância, utilizados em outras universidades federais e considerou o questionário do estudante do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), dentre outros. As questões foram elaboradas e assim distribuídas nas dimensões: 37 na Organização Didático-Pedagógica; 35 no Corpo Docente (e tutorial para cursos à distância) e 36 na Infraestrutura. Caberá aos cursos, quando as utilizar, adaptá-las de acordo com cada segmento: estudantes, egressos, docentes, coordenador (a), diretor (a), técnico(a)-administrativo(a)s.

No ano de 2020, a autoavaliação ocorreu com a distribuição de um questionário eletrônico online para os membros da gestão acadêmica e administrativa da instituição, sendo representados por seus Diretores de Instituto/Faculdades, Pró-reitores, Secretarias e a Reitoria.

Diante do contexto da Pandemia de Coronavírus, todas as fases que antecedem a elaboração de Relatório de Autoavaliação foram conduzidas de forma virtual, desde as reuniões de preparação até a realização da pesquisa de campo, bem como toda a sensibilização e orientações aos participantes.

No ano de 2021, a pesquisa foi aplicada de forma parcial, tendo como recorte o cenário da pandemia e seus impactos na adoção do regime de aulas remotas para uma comunidade de 12.976 estudantes de graduação e 2.066 estudantes de pós-graduação *stricto sensu*. Avaliou-se as condições do ensino e trabalho remoto da comunidade acadêmica – com exceção dos estudantes da educação a distância – principalmente em referência a ampliação do uso de tecnologias da informação e da comunicação (TIC) no ambiente de ensino, e a incorporação de plataformas virtuais no contexto administrativo.

No ano de 2022, a pesquisa foi aplicada de forma remota (formulário google), em que os participantes foram convidados a preencher o formulário através de e-mail institucional (dos estudantes, técnicos e docentes). Com relação a comunidade externa, os formulários foram disponibilizados em matérias jornalísticas, além dos perfis de mídias sociais oficiais da UFMT e da Comissão Própria de Avaliação UFMT. Anterior e simultaneamente ao período da pesquisa, também se realizou a sensibilização da comunidade acadêmica através dos canais de comunicação da UFMT e da CPA (site, redes sociais). Os formulários ficaram disponíveis durante os meses de outubro a novembro de 2022.

Entre os anos de 2021 e 2022, observou-se um aumento expressivo no índice de participação: 7,1% entre os docentes, entre os técnicos administrativos a elevação foi de 7,83%. E embora entre os discentes de graduação presencial houve um decréscimo de 2,67%, os discentes de pós-graduação apresentaram crescimento na adesão à pesquisa de 18,7%. No ano de 2022, houve pesquisa personalizada para os discentes de educação a distância e comunidade externa, com o objetivo de sensibilizar e acompanhar este público de forma contínua.

Quadro 35 . Total de respondentes ao questionário de autoavaliação institucional

Ano	Total na UFMT		Total de Respondentes		Porcentagem de Respondentes	
	2020 (Ano base 2019)	2021 (Ano base 2020)	2021	2022	2021	2022
Docentes	1.862	1.557	430	470	23,09%	30,19%
Técnicos	1.467	1.325	225	307	15,34%	23,17%
Discentes de graduação presencial	19.829	14.153	1.708	841	8,61%	5,94%
Discentes de graduação a distância	1.030	924	-	104	-	11,26%
Discentes de pós-graduação	1.586	1.970	81	469	5,11%	23,81%
Comunidade externa	-	-	-	40	-	-

Fonte: Comissão Própria de Avaliação, 2023.

Metodologia

O processo de autoavaliação da UFMT concebe a avaliação como educativa, na intenção de formar uma cultura de avaliação na Instituição. Dessa forma entende que a comunidade universitária como um todo, bem como a comunidade externa, deve avaliar o desenvolvimento da UFMT e a efetivação dos resultados das suas ações, programas, projetos e práticas administrativas e acadêmicas, vinculadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional. A compreensão da avaliação participativa conduz a metodologia adotada no processo de autoavaliação. Dessa forma, tanto a CPA como o público participante da avaliação têm representatividade de todos os segmentos da comunidade universitária e externa: docentes, discentes, técnicos administrativos, egressos e sociedade civil. Na realização da pesquisa, a CPA faz opção por uma amostra voluntária, por considerar que é uma forma mais democrática de diálogo e que qualifica os respondentes.

Para operacionalizar a autoavaliação institucional é realizado um trabalho conjunto ente CPA, Secretaria de Tecnologia da Informação e Secretaria de Comunicação e Multimeios da UFMT. São disponibilizados questionários de pesquisa on-line, por 60 dias, no sítio da UFMT e, sobre a percepção dos respondentes sobre a execução de ações e condições de oferta relativas à Infraestrutura, Políticas de Gestão, Políticas Acadêmicas, Desenvolvimento Institucional e Planejamento e Avaliação Institucional.

Anteriormente e simultaneamente ao período da pesquisa, realiza-se a sensibilização da comunidade acadêmica através dos canais de comunicação da UFMT, material gráfico (banner, cartazes, faixas e réguas) e visitas para a divulgação nos vários setores institucionais. O relatório é organizado dispondo os dados coletados e as informações, conforme os cinco eixos apresentados na Nota Técnica nº 014 da CGACGIES/DAES/INEP/MEC de 09 de outubro de 2014, que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei nº 10.861, que institui o SINAES. Para a análise dos resultados da pesquisa, são utilizados diversos documentos Institucionais, como o Relatório de Gestão, Anuário Estatístico, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Relatório de Acompanhamento das Metas do Plano de Desenvolvimento Institucional.

O Relatório de autoavaliação aponta as fragilidades e potencialidades da Instituição, em relação ao seu desenvolvimento Institucional e, também, recomenda ações que deverão ser previstas a partir da análise dos dados e das informações, visando à melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da instituição. Considerando que a autoavaliação visa subsidiar a formulação e implementação de ações, no planejamento institucional, a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral, a divulgação e publicização dos relatórios são essenciais. Assim, todos os relatórios elaborados até o presente pela CPA da UFMT, estão disponíveis no [Portal da Universidade](#).

21 Aspectos financeiros e orçamentários

21.1 Demonstração da sustentabilidade financeira, incluindo os programas de expansão previstos no PDI

O ensino, uma das expressões da função alocativa do Estado, está regulado entre os arts. 205 a 214 da CF/88. Atualmente, a educação superior é regulada por Leis Federais, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), e portarias ministeriais, que servem para normatizar os pontos omissos e de competência própria.

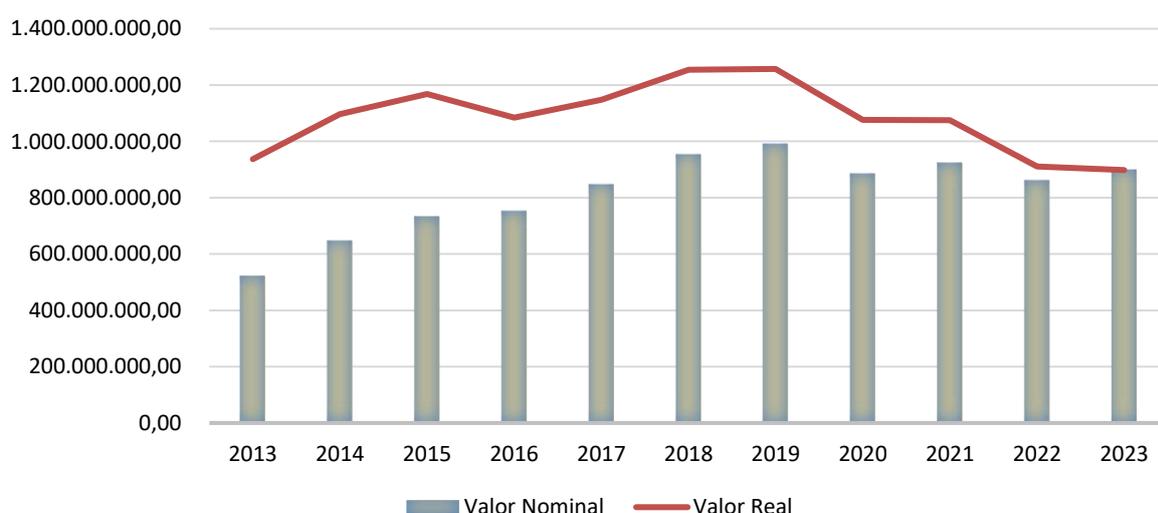
O Estado Brasileiro tem a obrigação constitucional com o fornecimento e gratuidade da educação (art. 205 c/c art. 206, IV, CF/88), com a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico (art. 218, CF/88), além de garantir o desenvolvimento sustentável nacional. A Constituição Federal garante às universidades públicas federais a autonomia universitária, que abrange a direção própria de questões didático-científicas, administrativas e gestão financeira e patrimonial. A outorga constitucional da autonomia universitária gera o compromisso com o Estado e com a sociedade de utilização criteriosa e eficiente dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais, de forma a garantir o alcance da finalidade própria da instituição. Sob o aspecto orçamentário e financeiro, existem o Decreto Federal nº 7.233/2010 e a Portaria MEC nº 651/2013, bem como a Portaria MEC nº 748/2021.

De acordo com tais instrumentos, para definir o valor alocado para custeio a cada uma das 69 universidades federais, é feito um levantamento chamado de Matriz de Orçamento de Outros Custeios e Capital (Matriz OCC), a qual é composta por indicadores quantitativos e qualitativos, sendo que para compor os indicadores quantitativos são utilizados dados de alunos das IFES. Já os indicadores qualitativos trabalham com as informações referentes à qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação. A divisão de recurso de tal forma mensura o montante final repassado do MEC para as universidades na ação de manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior (20RK), cabendo a cada instituição de ensino definir as suas prioridades internas.

Na Universidade Federal de Mato Grosso, o planejamento orçamentário é realizado por meio de uma comissão que possui representantes do Conselho de Ensino de Graduação (CONSEPE) e Conselho Universitário (CONSUNI), com o intuito de que a distribuição orçamentária reflita as necessidades institucionais. Para se fazer o alinhamento entre o orçamento e os documentos estruturantes da instituição, há, inicialmente, a preocupação de que o PDI seja dialogado na comissão, tendo em vista que o orçamento é um meio para o alcance do planejamento da IES. Além desses documentos, outros planos também são utilizados pela comissão, sendo eles PLS, PDTIC, entre outros.

Destacamos que a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério da Educação, com o objetivo primordial de promover o ensino superior, tanto em nível de graduação quando em nível de pós-graduação *stricto sensu*, pesquisa e extensão. Assim, somando-se ao princípio administrativo da continuidade dos serviços públicos, a sustentabilidade orçamentária e financeira da UFMT é obrigação do Governo Federal e, a priori, encontra-se resguardada. No entanto, em que pese a sua potencialidade de existência nos próximos cinco anos, há que se fazer uma análise crítica sobre as dificuldades orçamentárias do ensino superior pelo governo federal em suas políticas públicas. Isso pode ser observado ao se analisar a Lei Orçamentária Anual (LOA) dos últimos anos.

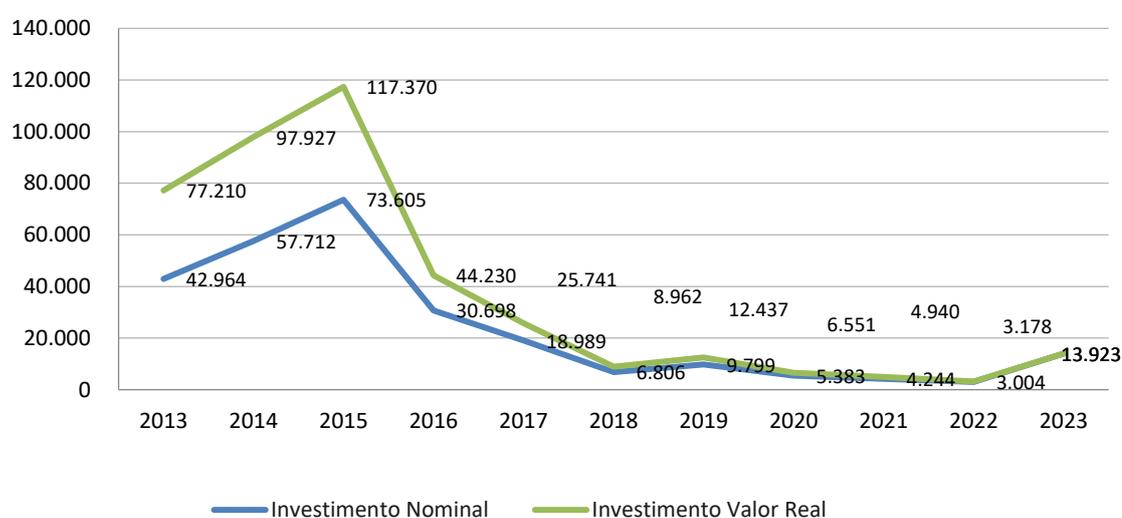
Gráfico 3 . Evolução do Orçamento da UFMT – 2013 a 2023



Fonte: Coordenação de Planejamento e Orçamento/PROPLAN/UFMT.

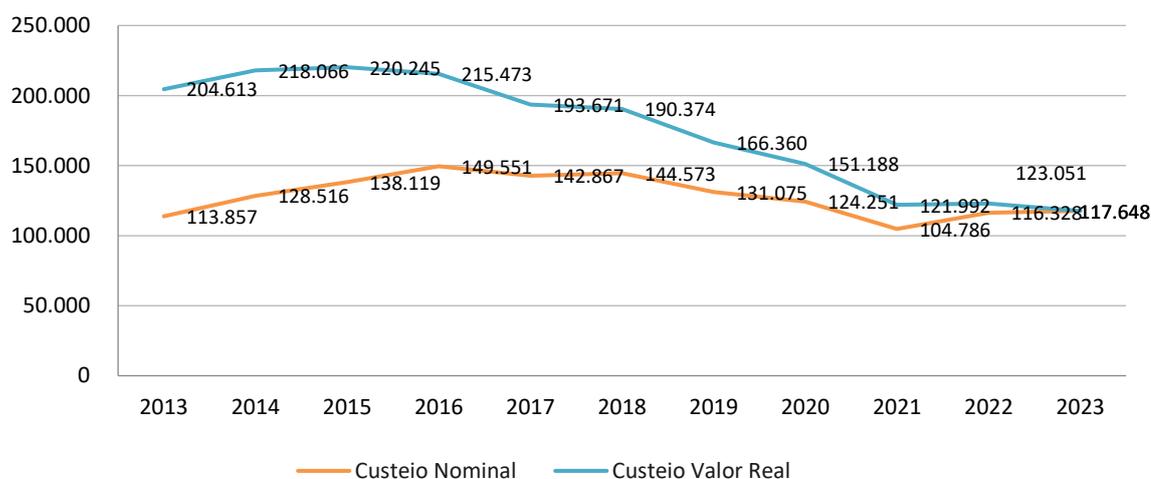
Em resumo, a Universidade Federal de Mato Grosso, mesmo enfrentando desafios significativos em relação ao seu orçamento, conforme destacado no Gráfico 3, conseguiu enfrentar os desafios que ocorreram nos últimos anos, a exemplo a pandemia do COVID – 19, com intuito de manter a sua missão institucional, sempre se respaldando na colaboração entre todos os membros que fazem parte da IES. A seguir, detalhamos o orçamento da universidade por grupo de despesa:

Gráfico 4 . Evolução do Orçamento de Investimento (Em Mil Reais) – 2013-2023



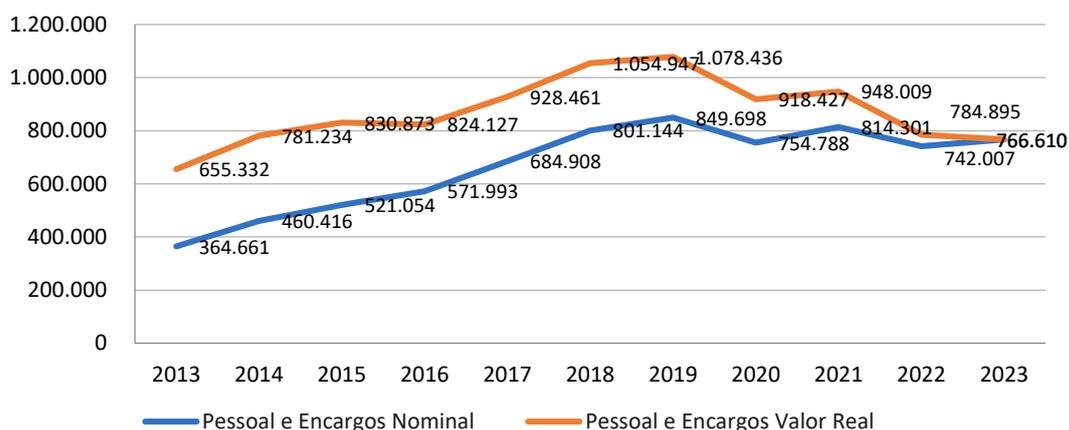
Fonte: Coordenação de Planejamento e Orçamento/PROPLAN/UFMT.

Gráfico 5 . Evolução do Orçamento de Custeio (Em Mil Reais) – 2013-2023



Fonte: Coordenação de Planejamento e Orçamento/PROPLAN/UFMT.

Gráfico 6 . Evolução do Orçamento de Pessoal e Encargos (Em Mil Reais) – 2013-2023



Fonte: Coordenação de Planejamento e Orçamento/PROPLAN/UFMT.

Por meio da análise das Leis Orçamentárias Anuais apresentadas, é possível concluir que houve diminuição real das verbas da universidade. Cabe ressaltar que o desmembramento do *campus* de Rondonópolis, transformado na Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) pela Lei nº 13.637/2018, influenciou esta diminuição do orçamento. Porém, para além dessa divisão dos recursos entre as IES, houve uma redução dos valores para despesas discricionárias, uma vez que a instituição conta atualmente com um orçamento inferior ao orçamento real de 2013. Para esta análise, foram utilizados os orçamentos aprovados da universidade, trazidos para valores de 2022, utilizando o IPCA.

Além da restrição orçamentária posta em LOA, há que se lembrar de outros mecanismos utilizados pelo Executivo Federal, como o contingenciamento de verbas no início do ano e a liberação de recursos na data limite do encerramento do exercício financeiro. Essas ações ocorrem todos os anos e impactam diretamente na possibilidade de o gestor público realizar as despesas necessárias e conseguir seguir com os planejamentos feitos.

A importância da análise crítica dessas práticas é o seu potencial efeito negativo, sendo um dos fatores que pode vir a afetar o desempenho das ações propostas no presente PDI. Lembramos que o novo plano da

UFMT está alinhado com as definições contidas na IN nº 24/2020, que define o planejamento estratégico como “processo sistêmico de estabelecimento da estratégia para, a partir de uma condição presente e do entendimento do que é a organização e qual o seu papel, e considerando a análise do contexto, alcançar uma situação futura desejada, buscando sempre maior efetividade dos resultados e eficiência da gestão dos recursos”.

Os recursos orçamentários e financeiros da UFMT podem ser resumidos como sustentáveis, considerando-se o dever constitucional e legal da manutenção do ensino superior prestado pelas Instituições Federais de Ensino Superior. No entanto, as dificuldades da UFMT em atingir suas metas ocorrem paulatinamente devido à redução de verbas discricionárias para que o gestor consiga atender às demandas básicas e as regionais.

22 Processo de monitoramento, controle e revisão do PDI

O monitoramento do PDI consiste na observação contínua e sistemática dos objetivos e metas propostos para o período de vigência do plano, no intuito de obter informações fidedignas e tempestivas, apontando a evolução da sua implementação e subsidiando os diversos setores na atuação preventiva em aspectos críticos à consecução do planejamento.

O processo de monitoramento do PDI atua, assim, no controle e verificação do cumprimento do que foi planejado, para dar sustentação a possíveis redimensionamentos e revisões do plano. A UFMT concebe seu Planejamento Institucional como algo dinâmico, aberto a reestruturações quando necessárias em virtude de mudanças de cenário político, social e econômico ou para otimizar a consistência, pertinência e suficiência programática, dando apoio à construção de governança.

Por determinação da Instrução Normativa ME nº 24/2020, o monitoramento do PDI 2024-2028 será realizado com periodicidade trimestral. Este processo será conduzido pela Pró-Reitoria de Planejamento, que submeterá o monitoramento à avaliação do Comitê de Governança, Riscos e Controles da UFMT. Além disso, conforme estabelecido pela referida norma, o PDI será revisado anualmente e, se necessário, atualizado.

23 Conclusão

O Plano de Desenvolvimento Institucional é o documento que irá nortear as ações e prioridades da instituição para os próximos cinco anos, com o intuito que a UFMT desempenhe sua missão de “Formar cidadãos, qualificar profissionais, produzir conhecimentos e inovações conectados com a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social”.

Além de possuir um conjunto de objetivos, metas e ações, possui também um arcabouço para a materialização de uma visão compartilhada. Cada objetivo traçado reflete não somente a ambição acadêmica e administrativa, mas também o compromisso de construir uma universidade que seja um farol de democracia, diversidade, inclusão e excelência educacional comprometida com o ensino público e gratuito. O documento foi elaborado de forma democrática, propiciando a contribuição da comunidade interna e externa para o aperfeiçoamento da universidade nos próximos anos.

O percurso para alcance das metas não será isento de desafios. Aparecerão obstáculos, restrições e a necessidade de adaptação a um mundo em constante mudança. Entretanto, os valores fundamentais da instituição, a dedicação ao ensino, à pesquisa e à extensão e o compromisso com a comunidade guiarão nesse caminho.

Dessa forma, o PDI não é um documento estático; é um compromisso vivo com a missão, a visão e os valores da UFMT. Sendo primordial o envolvimento da comunidade acadêmica na execução, no monitoramento e na revisão do plano, buscando o diálogo e a colaboração para nutrir um ambiente acadêmico inclusivo e dinâmico. A implementação deste PDI é reafirmação do compromisso da UFMT com a construção de um futuro promissor para a instituição e para a sociedade que utiliza seus serviços, tornando-se a bússola que guia os esforços nessa jornada.

24 Referências

ABPMP. BPM CBOK: Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio. Corpo Comum do Conhecimento – ABPMP BPM CBOK V4.0, Association of Business Process Management Professionals, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 30 ago 2023.

_____. Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o sistema nacional de avaliação do ensino superior – SINAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. N. 72, 15 abr. 2004, Seção 1, p. 3/4.

_____. Ministério da Economia. Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020. Dispõe sobre a elaboração, avaliação e revisão do planejamento estratégico institucional dos órgãos e das entidades da administração pública federal integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal SIORG, estruturado nos termos do art. 21 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/asplan/Instrucaoformativa24de18demarcode2020.pdf>>. Acesso em: 30 ago 2023.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. Em : Crítica y emancipación : revista Latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008). Buenos Aires : CLACS O, 2008 - ISSN 1999-8104.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022: População e Domicílios - Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2022**. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>>. Acesso em: 30 ago 2023.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MATTAR, J. Tutoria e interação em educação a distância. São Paulo. Cengage Learning, 2012.

MICHELAN, L. S.; HARGER, C. A.; EHRHARDT, G.; MORÉ, R. P. O. Gestão de egressos em Instituições de Ensino Superior: possibilidades e potencialidades. Anais do IX Colóquio Internacional sobre gestão universitária na América Latina. Florianópolis, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/36720/Gest%C3%A3o%20de%20egressos%20em%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20ensino%20superior%20Possibilidades%20e%20pontencialidades.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 mar. 2019.



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO**

Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 2367
Bairro Boa Esperança - Cuiabá - MT
CEP: 78060-900 | (65) 3615-8000